

Relatório Nacional **Portugal**

IPVOW

**VIOLÊNCIA
CONTRA
MULHERES IDOSAS
EM RELAÇÕES
DE INTIMIDADE**

Heloisa Perista, Alexandra Silva, Vanda Neves

Co-financiado pela Comissão Europeia no âmbito do Programa Daphne III da DG Justiça, Liberdade e Segurança. Coordenado pela Universidade da Polícia Alemã (DHPol), Münster.



Este projecto foi co-financiado pela Comissão Europeia. Esta publicação reflecte apenas as opiniões das autoras, a Comissão Europeia não pode ser responsabilizada pelo seu conteúdo, ou pelo uso que possa ser feito das informações nesta contidas.

Lisboa, Dezembro de 2010

IPVoW – Violência contra Mulheres idosas em Relações de Intimidade
Heloísa Perista, Alexandra Silva e Vanda Neves

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

R. Rodrigues Sampaio, N.º 32, S/L Dta

1150-020 Lisboa

www.cesis.org

www.ipvow.org



Violência contra Mulheres idosas em Relações de Intimidade

Relatório Nacional de Portugal

Heloísa Perista, Alexandra Silva e Vanda Neves

Agradecimentos

A equipa do Projecto gostaria de agradecer a todas as pessoas e organizações que se disponibilizaram e, em muito, contribuíram para a elaboração do presente relatório bem como para o sucesso deste Projecto em Portugal.

Gostaríamos de deixar uma palavra de agradecimento especial às seguintes pessoas: Carina Quaresma (da Direcção-Geral da Administração Interna), Alexandra Rodrigues (da Direcção-Geral de Política de Justiça) e Elisabete Matos (da Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa), membros da Rede de Acompanhamento nacional do Projecto, pelo seu empenho e contributo na pesquisa inédita de informação relativa a processos registados como 'crime de violência doméstica' cujas vítimas fossem mulheres com 60 ou mais anos, bem como aos e às Senhoras Procuradoras da República que recolheram e nos facultaram essa informação; às restantes pessoas e organizações que integram a Rede de Acompanhamento do Projecto, pelos valiosos contributos e comentários; à UMAR, à AMCV, à APAV e à CIG, por nos terem facultado dados estatísticos e outra informação relevante.

Gostaríamos, ainda, de agradecer a todas as pessoas que disponibilizaram o seu tempo para o preenchimento do questionário postal, e, muito particularmente, às técnicas e aos técnicos entrevistados que nos possibilitaram ter um conhecimento aprofundado sobre o trabalho realizado no terreno. Estes foram verdadeiros momentos de partilha e de interface entre a investigação e o trabalho de intervenção realizado neste domínio.

Por último, um agradecimento muito especial às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que nos abriram os "livros" das suas vidas, partilharam connosco as suas experiências de vida pautadas pela violência e nos permitiram transmitir as suas vozes a todas as pessoas que leiam este relatório. Sem a participação destas mulheres, o nosso trabalho ficaria naturalmente incompleto.

Índice

I		
Sumário executivo		6
II		
IPVoW – um estudo europeu sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade		10
2.1.	Enquadramento conceptual e ponto de partida	10
2.2.	A cooperação transnacional: Países e parceiros envolvidos	14
2.3.	Abordagem multi-metodológica sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade – um breve resumo	15
III		
Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: o contexto social e cultural das suas vivências		18
3.1.	Relações de género e aspectos particulares relativos à idade e às gerações	18
3.2.	O contexto nacional do sistema social	20
3.3.	Percepções culturais sobre o envelhecimento no feminino	22
3.4.	Percepções culturais sobre a violência contra as mulheres no contexto familiar	23
3.5.	Breve história das respostas de apoio a vítimas de violência em relações de intimidade, em geral, e a vítimas idosas, em particular	24
IV		
Informação disponível sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: o estado da arte em Portugal		27
4.1.	Objectivos de investigação	27
4.2.	Métodos	27
4.3.	Resultados	28
4.3.1.	Resultados de investigação	28
4.3.2.	Informação das forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei	31
4.3.3.	Dados das Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora	34
4.3.4.	Informação estatística de serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica)	39
4.3.4.1.	Serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica) de natureza pública	39

4.3.4.2.	Serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica) de natureza não governamental	42
4.4.	Sumário e questões em aberto	44

V

IPVoW: informação obtida através do questionário a organizações **47**

5.1.	Objectivos de investigação	47
5.2.	Método	47
5.2.1.	Instrumentos	47
5.2.2.	Amostragem	49
5.2.3.	Realização do questionário	50
5.2.4.	Análise da informação	51
5.3.	Breve caracterização da amostra	51
5.3.1.	Organizações participantes	51
5.3.2.	Pessoas respondentes	53
5.4.	Experiência institucional e profissional com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade	53
5.4.1.	Conhecimento de casos	53
5.4.2.	Características dos casos (2006-2008)	57
5.4.2.1.	Formas de violência	57
5.4.2.2.	Caracterização das vítimas	58
5.4.2.3.	Caracterização das relações	60
5.4.2.4.	Caracterização da violência	61
5.4.3.	Procura de ajuda e apoio	62
5.4.4.	Percepções sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade	68
5.4.5.	Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: existe um interesse específico por parte das organizações quanto a esta problemática?	73
5.4.6.	Manifestação de interesse em aceder a mais informação sobre o estudo e de cooperação	80
5.4.7.	Violência em relações de intimidade: experiência institucional e profissional com mulheres idosas vítimas de violência perpetrada por outras pessoas agressoras e os homens idosos enquanto vítimas	81
5.5.	Sumário e questões em aberto	82

VI

Entrevistas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade **85**

6.1.	Objectivos de investigação e questões éticas	85
6.2.	Metodologia	86

6.2.1.	Instrumento	86
6.2.2.	Amostragem	87
6.2.3.	Realização das entrevistas	88
6.2.4.	Análise da informação	90
6.3.	Caracterização da amostra	90
6.4.	As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade	92
6.4.1.	Histórias de vida	93
6.4.2.	Viver com violência: experiências de vida na primeira pessoa	114
6.4.3.	Alterações da violência na velhice	134
6.4.4.	Apoios, necessidades e direitos	143
6.5.	Sumário e questões em aberto	158

VII

Entrevistas a pessoal técnico 161

7.1.	Objectivos de investigação	161
7.2.	Metodologia	161
7.2.1.	Instrumentos	161
7.2.2.	Amostragem	162
7.2.3.	Realização das entrevistas	163
7.2.4.	Análise da informação	164
7.3.	Caracterização da amostra	164
7.4.	Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade na perspectiva de técnicas e de técnicos	165
7.4.1.	Características das mulheres idosas, dos seus agressores e das relações de intimidade	166
7.4.2.	Necessidades específicas de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade	184
7.4.3.	Experiências de trabalho com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade: cooperação e articulação entre organizações	188
7.4.4.	Alcance e tipo de apoio e de serviços disponibilizados às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade	197
7.4.5.	Problemas e desafios encontrados	205
7.4.6.	Recomendações	214
7.5.	Sumário e questões em aberto	214

VIII

Rede nacional de acompanhamento 220

8.1.	As organizações e as pessoas	220
8.2.	Questões metodológicas e modus operandis	220
8.3.	Recomendações	221
8.3.1.	Recolha de informação	222

8.3.1.1.	Informação genérica	222
8.3.1.2.	Investigação	222
8.3.2.	Provisão e desenvolvimento de serviços	222
8.3.2.1	De âmbito transversal	222
8.3.2.2.	Serviços de saúde	223
8.3.2.3.	Serviços de apoio a vítimas de violência	223
8.3.2.4.	Serviços sociais	224
8.3.2.5.	Serviços de apoio às pessoas idosas	224
8.3.2.6.	Forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei	225
8.3.3.	Política e sociedade	225

IX		
Discussão e perspectivas		227
Referências bibliográficas		239
Anexos		246

I

Sumário executivo

"A violência contra as mulheres viola, dificulta ou anula o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais das mulheres"¹.

A investigação desenvolvida neste Projecto teve como principal intuito fazer ouvir as vozes e empoderar as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Este é um estudo em profundidade baseado em histórias de vida de mulheres idosas sobreviventes de violência e no conhecimento institucional de casos.

Não obstante, neste relatório falamos de números!

- Entre 2006 e 2009: 803 mulheres com 60 ou mais anos, vítimas de violência em relações de intimidade, contactaram as organizações que responderam ao questionário postal.
- 220 mulheres com 60 ou mais anos, vítimas de violência em relações de intimidade, foram acompanhadas pelas pessoas com funções técnicas entrevistadas no âmbito deste Projecto.
- Em 2008, 330 inquéritos judiciais foram instaurados, relativos a mulheres com 60 ou mais anos, vítimas de violência em relações de intimidade, apenas nas comarcas de Lisboa e de Évora.

Estes são números significativos², embora, nomeadamente de acordo com as pessoas entrevistadas, eles não reflectam a realidade, antes representando apenas a "ponta do *iceberg*".

Mas falamos também de factos!

- As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que entram em contacto com organizações são maioritariamente mulheres com idade compreendida entre os 60 e os 74 anos.
- A agressão e a violência psicológica é o tipo de violência mais cometida por maridos/companheiros contra as mulheres idosas. No entanto, a violência

¹ Plataforma de Acção de Pequim, 1995.

² Importa referir que podemos estar em presença de alguma duplicação de casos/mulheres, tanto ao nível dos dados fornecidos pelas Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora, como dos que constam da análise aos resultados do questionário postal, como, ainda, dos mencionados pelo pessoal técnico no âmbito das entrevistas realizadas. De facto, uma mesma mulher pode ter apresentado mais do que uma queixa-crime e pode ter contactado com mais do que uma organização.

física é, também, um tipo de violência perpetrado com frequência contra as mulheres na velhice.

- Os actos violentos cometidos contra estas mulheres são, em boa medida, frequentes. A maioria destas mulheres tem uma longa história de relação de intimidade violenta.
- Aliás, a violência começa cedo. Para a maioria das mulheres entrevistadas, o primeiro episódio de violência nas relações de intimidade aconteceu antes da relação conjugal completar um ano.
- São mulheres violentadas física, psicológica, financeira e sexualmente. Predomina, ainda, a vivência de relações conjugais pautadas pelo adultério masculino, de forma continuada e, nalguns casos, mesmo na velhice.
- Se, no princípio, a violência se passa atrás de portas, agora, na velhice, também se passa no espaço público.
- São relações de intimidade onde, com relativa frequência, já se registaram momentos de ruptura e de retorno subsequente à relação. Porém, na velhice, a ruptura é decisiva e peremptória; “já não há volta a dar”.
- As rupturas acontecem logo a seguir a actos violentos perpetrados pelos maridos/companheiros. Mas agora já estão fartas, “basta”!
- O apoio e suporte familiar têm, aqui, um peso muito particular pois, se enquanto se é jovem se procura refúgio na casa de ascendentes, quando se é idosa, procura-se o refúgio em casa de descendentes.
- São mulheres que, quando tomam a decisão de mudar e de sair da relação abusiva, são muito proactivas. Na maioria dos casos, são as próprias que entram em contacto com algum tipo de organização. Ainda, são mulheres que, quando orientadas, se dirigem a todos os serviços na busca de soluções.
- Os serviços que as organizações mais prestam às mulheres idosas são ao nível do apoio psico-social/aconselhamento, aconselhamento jurídico e disponibilização de informação sobre outras organizações.
- As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade dirigem-se, com alguma frequência, a serviços da segurança social, onde acabam por narrar as suas histórias de vida.
- Não obstante, estes e outros serviços (polícias, serviços de saúde, tribunais,..) nem sempre se encontram apetrechados de conhecimentos e de instrumentos que lhes permitam, por um lado, reconhecer a situação e, por outro, agir de forma adequada.
- Se em tempos passados, as vizinhas e familiares próximos desempenhavam um papel fundamental na protecção destas mulheres (acolhendo-as em momentos de maior violência e tensão), agora, esse papel é mantido mas mais orientado para a transmissão de informação e aconselhamento.

- As maiores necessidades destas mulheres são de saúde, económicas e habitacionais.
- Mais do que a construção de projectos de vida, estas mulheres, agora com 60, 70 e 80 anos, querem é viver em paz e serem felizes; querem olhar para o espelho e verem a mulher que são (sempre foram) na sua singularidade e plenitude.

Importa, porém, recordar que as mulheres e os casos que conhecemos no âmbito desta investigação, se reportam apenas a mulheres que tiveram contacto com organizações. Faltou-nos conhecer outras realidades, outras formas de estar e de ser, mais fechadas sobre si mesmas, para que pudéssemos completar este retrato daquela que (ainda) é parte da nossa realidade, a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Por último, apresentamos argumentos!

- As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são, antes de mais, mulheres. A idade não é fundamento para a violência a que são sujeitas; antes, o é o facto de serem mulheres.
- A violência em relações de intimidade é, sobretudo, uma questão de género que afecta as mulheres de modo particular.
- O tempo histórico desempenha um papel crucial nas atitudes e comportamentos das mulheres idosas. Estas são mulheres que foram educadas e socializadas num contexto político-social onde mulheres e homens não tinham o mesmo valor social perante a Lei e a sociedade e não partilhavam os mesmos direitos. Impõe-se, pois, que seja tomada em consideração a dimensão geracional do fenómeno em Portugal.
- São mulheres, que tal como as mais novas, não aceitam a violência; antes, vivem com ela num estado de 'imobilização'. Estas vivências são fruto de uma socialização de género desigual e de contextos e condições de vida circunscritos a um tempo e a um lugar.
- A violência não é produto singular de factores individuais (tais como o alcoolismo). Quando assim se percepção a violência, externaliza-se a causa e objectiva-se a cura.
- Subsiste, ainda, a necessidade subjectiva do não abandono do lar para que não percam aquilo a que têm direito.
- O acesso à informação e a apoio, sobretudo em tempos idos, mas também, e ainda, na actualidade é dificultado, não só, pelo desconhecimento dos direitos legais que lhes assistem como, também, pelo seu baixo nível de escolaridade.
- Há a salientar o facto de as respostas sociais de apoio a vítimas de violência, em Portugal, serem relativamente recentes. Este facto, *de per si*, pode ter

contribuído para uma inibição, em tempos passados, de situações de ruptura da relação conjugal violenta por parte destas mulheres.

- A 'cruz que deus me deu' é um legado que mantém muitas mulheres idosas em relações de intimidade abusivas. É, pois, um legado que urge combater e desconstruir.

II

IPVoW – um estudo europeu sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

2.1.

Enquadramento conceptual e ponto de partida

Pouco se sabe, até ao momento, sobre mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Esta é uma problemática que frequentemente fica 'na penumbra', tanto ao nível da investigação como da provisão de serviços, entre temas como violência em relações de intimidade, violência doméstica e maus-tratos a pessoas idosas. Consta-se, por um lado, que tanto os serviços de apoio a vítimas de violência doméstica como a investigação sobre violência doméstica não se têm debruçado sobre questões relativas ao envelhecimento e, em particular, sobre as mulheres idosas. Por outro lado, os serviços de apoio a vítimas idosas de maus-tratos e a investigação sobre maus-tratos a pessoas idosas - que têm dado um enfoque muito particular às questões do cuidado e da vulnerabilidade - não são, geralmente, sensíveis às dimensões específicas de género na violência nas relações. As abordagens sobre violência familiar têm tido ou um enfoque ou na idade ou no género, não cruzando estas duas dimensões. O estudo 'Intimate Partner Violence against older Women' (IPVoW) - uma investigação europeia levada a cabo por sete instituições parceiras em seis países - procura colmatar essa lacuna e desenvolver uma análise compreensiva da violência contra mulheres idosas sensível ao género e à idade. Este relatório explana os objectivos e os métodos do estudo IPVoW, apresenta os resultados deste estudo com base no recurso a diferentes metodologias e técnicas de análise, e apresenta um conjunto de recomendações relativas a investigações futuras e à provisão de serviços de apoio a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Neste relatório, em particular, é enfatizada a situação em Portugal. O relatório europeu, *Intimate Partner Violence against older Women - Summary Report*, (em língua inglesa) apresenta sumariamente os resultados de todos os países. Os relatórios, dos vários países, e nas várias línguas, podem ser encontrados em www.ipvow.org.

Um primeiro olhar sobre mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade pode levar a uma imagem distorcida sobre uma problemática pouco conhecida. Os inquéritos à vitimização e ao crime na maior parte dos países europeus não fornecem informação sobre as taxas de prevalência da violência em relações de intimidade contra mulheres idosas. São poucos os inquéritos à vitimização relevantes a esta problemática; porém, esses inquéritos têm demonstrado que a violência em relações de intimidade contra mulheres idosas é menos frequente do que a violência contra mulheres mais novas (ver, por exemplo, Schröttle, 2008; para os EUA ver Zink, Fisher, Regan & Pabst, 2005, Zink, Jacobson, Regan, Fisher & Pabst 2006, Bonomi, Anderson, Reid, Carrell, Fishman, Rivara & Thompson, 2007). Estudos sobre a prevalência de abuso e maus-tratos em homens e mulheres idosas cometidos por membros da família ou do agregado doméstico apresentam resultados semelhantes (Mouton et al. 2004, Görden, Herbst & Rabold, 2010). Ainda, os serviços de apoio a vítimas de violência doméstica apresentam taxas de utilização dos serviços muito baixas por parte de mulheres idosas. Por outro lado, profissionais relatam casos graves de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade - reforçando a ideia de que a violência em relações de intimidade não acaba aos 60 anos - mas os obstáculos à procura de ajuda são, para as mulheres idosas, particularmente poderosos, contribuindo para que a maioria dos casos não seja detectada.

Projectos de investigação³ que abordam especificamente a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade e relatórios relativos à prestação de serviços a vítimas idosas⁴ têm vindo a ser publicados, sobretudo, nos EUA, Canadá e Austrália; contributos pertinentes têm vindo também de Israel (Winterstein & Eisikovits, 2005, 2009). Na União Europeia, os primeiros passos sobre a descrição e a identificação de lacunas na investigação e na prestação de serviços têm sido dados ao abrigo do Programa Daphne. O projecto de investigação, co-financiado pelo Daphne, "Recognition, prevention and treatment of abuse of older women"⁵ permitiu uma primeira abordagem, muito embora o método e a dimensão da amostra e, ainda, uma abordagem padronizada tenham limitado um conhecimento aprofundado sobre o fenómeno.

³ Ver, por exemplo, Aronson, Thornewell & Williams, 1995, Bergeron, 2001, Brandl, 2002, Chrichton, Bond, Harvey & Ristock, 1999, Dunlop, Beaulier, Seff, Newman, Malik & Fuster, Fisher & Regan, 2006, 2005, Gravel, Beaulieu & Lithwick, 1997, Grundfeld, Larsson, Mac Kay & Hotch, 1996, Hightower, 2006, Lundy & Grossman, 2004, Lupri 1993, Mears, 2003, Montminy, 2005, Morgan Disney Associates, 2000a, 2000b, Mouton, 1999, Mouton et al. 2004, Rennison & Rand 2003, Teaster, Roberto & Dugar, 2006, Wolf & Pillemer, 1997, Zink, Regan, Jacobson & pabst, 2003

⁴ Contributos importantes relativos à investigação sobre a prestação de serviços foram dados por Rosalie S. Wolf (1998, 1999), Linda Vinton (1992, 1999, 2003, Vinton, Altholz & Lobell-Boesch, 1997), Carol Seaver (1996) e Brandl (Brandl, Hebert, Rozwadowski & Spangler, 2003). Para mais publicações ver Brownell, 2006, Chan, 2004, Grossman & Lundy, 2003, Maxwell & O'Rourke, 1999, Paranjape, Tucker, McKenzie-Mack, Thompson & Kaslow, 2007, Paranjape, Rodriguez, Gaughan & Kaslow, 2009, Smith & Hightower, 2004, Straka & Montminy, 2006, Teitelman, 2006

⁵ Ver http://ec.europa.eu/justice_home/daphnetoolkit/html/projects/dpt_2000_125_w_en.html

Não obstante, tanto este como um outro projecto Daphne “Violence against older women” evidenciaram uma grande ausência de informação sobre a problemática bem como lacunas ao nível dos serviços (Ockleford et al, 2003)⁶. Ainda, os projectos Daphne “Breaking the taboo”⁷ e “Care for Carers”⁸, com enfoque na violência contra mulheres idosas em relações de dependência de cuidados, vêm evidenciar a importância da prestação de cuidados no desenvolvimento de situações de violência. Foram, ainda, realizados alguns estudos, na sua maioria de dimensão reduzida, assentes num número reduzido de entrevistas a vítimas (Pritchard, 2004) ou/e a pessoas peritas (Scott, McKie, Morton, Seddon & Wasoff, 2004).

Com base na investigação existente, a equipa do projecto desenhou um projecto europeu de investigação sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade com a intenção de preencher as lacunas existentes no conhecimento da problemática e de fornecer informação útil a quem presta serviços e/ou a quem tem capacidade de decisão política. Este foi um projecto desenvolvido ao longo de dois anos (2009 – 2010), financiado pelo Programa Daphne III da Comissão Europeia. O projecto envolveu parceiros de Áustria, Alemanha, Reino Unido, Hungria, Polónia e Portugal, tendo sido coordenado pelo Departamento de Criminologia e de Prevenção do Crime da Universidade Alemã de Polícia, em Muenster.

O projecto compreendia vários objectivos específicos. Em primeiro lugar, procurou-se recolher, compilar e analisar informação existente a nível nacional sobre a problemática, oriunda de fontes diversas; visou-se, assim, obter um primeiro conhecimento sobre o número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que, de alguma forma, tivessem tido acesso aos serviços ou que tivessem entrado em contacto com as forças policiais ou demais agentes de aplicação da Lei. Adicionalmente, procurou-se saber até que ponto as fontes de informação nacionais, nomeadamente as estatísticas das forças policiais e as estatísticas de serviços, facultam informação sobre mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Era, igualmente, nossa intenção elaborar recomendações ao nível da recolha de informação no futuro, tanto ao nível nacional como europeu.

Em segundo lugar, o estudo procurou colmatar as lacunas significativas ao nível do conhecimento existente sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade na Europa, conduzindo investigação empírica original,

⁶ Ver http://ec.europa.eu/justice_home/daphnetoolkit/html/projects/dpt_2001_215_w_en.html

⁷ Ver <http://www.roteskreuz.at/pflege-betreuung/weitere-projekte/>

⁸ Ver http://ec.europa.eu/justice_home/daphnetoolkit/html/projects/dpt_2005_2_068_w_de.html

nomeadamente através da aplicação de questionários a organizações e a pessoas peritas, e da realização de entrevistas a profissionais e a vítimas. Pretendeu-se saber quantas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade recorrem a serviços de apoio a vítimas de violência doméstica (casas-abrigo, linhas de apoio, serviços de aconselhamento) e a outros serviços, procedendo-se a uma análise das características das mulheres idosas vítimas e dos seus agressores, das características das relações de intimidade, das dinâmicas, factores de risco e de protecção, causas dos abusos, características dos actos violentos (suas dinâmicas e factores situacionais), os contextos, os comportamentos de procura de ajuda e os obstáculos a essa mesma procura. Pretendeu-se, adicionalmente, conhecer a eventual existência de problemas ao nível da prestação dos serviços, da desadequação na prestação dos serviços e na capacidade dos mesmos em ir ao encontro das mulheres idosas e, ainda, identificar boas práticas ao nível da intervenção.

O terceiro objectivo consistia na elaboração de recomendações para a acção futura tanto ao nível nacional como europeu. Essas recomendações seriam desenvolvidas com base nos resultados da investigação e em discussões no âmbito das redes de acompanhamento do Projecto. Procurou-se identificar as respostas actuais à violência contra mulheres idosas em relações de intimidade de âmbito nacional, detectar lacunas na legislação e na provisão de serviços e apontar necessidades relativamente à acção futura, debatendo esta problemática com uma rede nacional de pessoas peritas. Já ao nível transnacional, essas recomendações foram debatidas no decurso de um workshop internacional com pessoas peritas, realizado em Berlim, em Novembro de 2010.

Esta investigação e o trabalho de campo foram norteados por diversos princípios relevantes. Era intenção do projecto dar voz às vítimas, o que concretamente significou dar-lhes a possibilidade de descreverem a sua própria perspectiva sobre a problemática, não nos baseando somente no conhecimento de pessoas peritas. Um aspecto crucial a ser tomado em consideração foram as questões éticas no que respeita às entrevistas às vítimas. Por último, as e os parceiros pretenderam socorrer-se do questionário e das entrevistas a profissionais numa tradição metodológica de investigação-acção, servindo os mesmos também o propósito de sensibilizar as organizações quanto à necessidade de considerar as mulheres idosas enquanto grupo alvo relevante e de reforçar o interesse nesta problemática.

2.2.

A cooperação transnacional: Países e parceiros envolvidos

O Projecto IPVoW foi desenvolvido por sete organismos de investigação da Áustria, Hungria, Reino Unido, Polónia, Alemanha e Portugal (três universidades, três centros de investigação e uma academia de ciências). A selecção destes países foi orientada por um conjunto de aspectos relativos, nomeadamente, ao tipo de sistema social (*welfare regime*). Assim, atendendo a que o tipo de sistema social está fortemente relacionado com a forma como as hierarquias sociais de género estão organizadas nos vários países, foram incluídos participantes de sistemas sociais liberais (Reino Unido), sistemas sociais corporativos (Áustria e Alemanha), sistemas sociais da designada Europa de Leste (Hungria e Polónia) e da Europa do Sul (Portugal). No que concerne a Estados de transição, foram envolvidos países como a Polónia e a Hungria, considerando, particularmente, o impacto relativo da religião na organização das relações de género nas próprias famílias. Ainda, seleccionou-se o Reino Unido também pelo facto de ser o único país europeu que tem serviços especificamente direccionados às necessidades de vítimas idosas de violência em relações de intimidade (Scott et al., 2004); e a Áustria dada a sua legislação e sistema de intervenção exemplares no domínio da violência doméstica.

Experiências anteriores de cooperação, o conhecimento especializado e a vontade em contribuir para construir pontes entre a investigação sobre violência doméstica e maus-tratos a pessoas idosas foram outros critérios considerados na selecção das entidades parceiras .

Assim, participaram neste estudo as seguintes organizações e pessoas:

- Alemanha – Universidade Alemã de Polónia (DHPol), Muenster: Thomas Goergen e Birgit Winkelsett (coordenação)
- Áustria – IKF (Instituto de Investigação sobre o Conflito), Viena: Birgitt Haller e Helga Amesberger
- Alemanha - Zoom – Sociedade para o Desenvolvimento Prospectivo e.V., Goettingen: Barbara Naegele, Urte Boehm e Nils Pagels
- Hungria – Academia das Ciências, Budapeste: Olga Toth e Katalin Robert
- Polónia – Universidade de Bialystok: Jerzy Halicki, Malgorzata Halicka, Emilia Kramkowska e Cesary Zuk
- Portugal – CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social, Lisboa: Heloisa Perista, Alexandra Silva e Vanda Neves
- Reino Unido – Universidade de Sheffield: Bridget Penhale e Jenny Porritt.

Participaram, ainda, como parceiros associados Zvi Eisikovits e Tova Band Winterstein da Universidade de Haifa (Instituto para o Estudo da Sociedade); a sua função neste Projecto foi de natureza consultiva.

2.3.

Abordagem multi-metodológica sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade – um breve resumo

A decisão sobre a abordagem metodológica foi tomada considerando, por um lado, o interesse da investigação e, por outro, as limitações conhecidas ao nível da investigação sobre a temática. Dados sobre a prevalência da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade revestir-se-iam de particular interesse para a equipa de investigação; porém, nenhuma abordagem empírica que permitisse a obtenção de dados sólidos se afigurava viável e razoável. Considerando que o número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade identificado através de inquéritos à vitimização é reduzido, qualquer tentativa de medir a extensão do fenómeno iria requerer uma amostra de grande dimensão, e o seu resultado poderia, ainda assim, não corresponder a um número de casos suficiente para um estudo em profundidade. Foi também identificado como problemático que os inquéritos à vitimização, orientados para a obtenção de informação sobre a prevalência da violência em relações de intimidade, raramente permitem uma análise relativa à vitimização na “quarta idade”; esta constatação deriva do facto de que as mulheres idosas mais vulneráveis (por exemplo, mulheres com demência) são dificilmente abrangidas pela investigação. Tendo em consideração estas limitações, a equipa de investigação optou por se centrar na procura de ajuda e no recurso a serviços de apoio por parte de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, e, ainda, no conhecimento qualitativo de casos de violência em relações de intimidade contra mulheres idosas. A experiência anterior de um estudo regional alemão sobre a violência sexual contra pessoas idosas (Görgen, Newig, Nägele & Herbst, 2005, Görgen, Nägele, Herbst & Newig, 2006, Görgen & Nägele, 2006) vem confirmar a necessidade de combinar diferentes perspectivas e métodos de investigação, nomeadamente integrando o conhecimento de casos por profissionais, quando se pretende conhecer situações raramente reportadas de pessoas em relação às quais o acesso é difícil. O desenho da investigação do IPVow foi desenvolvido com base nesse projecto de investigação, retomando alguns dos seus componentes.

Esta investigação tem como principais objectivos aprofundar o conhecimento sobre casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade de uma forma genérica e, por outro lado, recolher informação sobre o conhecimento que as organizações têm sobre estes casos bem como a sua forma de lidarem com este fenómeno. Para a prossecução destes objectivos, o estudo IPVoW privilegiou uma abordagem múltipla em termos de metodologias e perspectivas, combinando o recurso a informação disponível com investigação empírica própria, bem como a perspectiva de profissionais e as experiências de vida na primeira pessoa de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Recorreu-se a diferentes métodos, tais como a revisão de informação estatística e de investigação disponível, a aplicação de um questionário postal a organizações de âmbito diverso, a realização de entrevistas individuais e de grupo. Ainda que esta metodologia de investigação tenha sido seguida em todos os países, a dimensão da amostra foi variável de acordo com a dimensão do país e da organização dos serviços de apoio.

A metodologia de investigação baseou-se nas seguintes componentes:

(1) Revisão da informação disponível sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: A investigação teve início com a recolha e compilação, de âmbito nacional, de investigação e de informação estatística disponível oriunda de organizações diversas de apoio a vítimas bem como de outras fontes (por exemplo, estatísticas publicadas pela Direcção-Geral da Administração Interna). As entidades parceiras analisaram a informação de modo a obter uma visão tão alargada quanto possível do número registado de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que, de alguma forma, entraram em contacto com organizações de apoio ou outro tipo de serviços ou, ainda, com a polícia e demais agentes de aplicação da Lei. Procurou-se conhecer até que ponto as fontes de informação nacionais disponibilizam informação relativa a mulheres idosas.

(2) Questionário a organizações: As entidades parceiras aplicaram um questionário postal a organizações que dão resposta a necessidades de vítimas de violência em relações de intimidade ou que pudessem ter tido contacto com vítimas idosas. Os questionários foram enviados a uma amostra ampla e diversificada de organizações que eventualmente tivessem conhecimento de casos, tais como casas-abrigo, linhas telefónicas de apoio, serviços de aconselhamento e forças de segurança. O questionário constituiu-se como instrumento facilitador do conhecimento sobre o número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que recorrem aos serviços e, ainda, como base de uma primeira análise exploratória sobre a problemática.

Serviu, também, um propósito de triagem para conhecer organizações e profissionais com ou sem conhecimento de casos. Em Portugal foram distribuídos 242 questionários.

(3) Entrevistas a pessoal técnico: Foram realizadas entrevistas a técnicas e técnicos com conhecimento de casos ou que haviam manifestado interesse em participar no estudo. A amostra baseou-se nas respostas aos questionários devolvidos pelas organizações e, nalgumas situações, envolveu-se, ainda, organizações com as quais a equipa de investigação tinha, anteriormente, estado em contacto. Em Portugal foram realizadas 30 entrevistas.

(4) Entrevistas a vítimas: As entidades parceiras socorreram-se de diferentes meios para aceder a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que pudessem vir a ser entrevistadas. O meio mais recorrente foi através do pessoal técnico que respondeu ao questionário postal, que foi entrevistado ou que participou na rede nacional de acompanhamento (ver ponto 5). Nalguns casos foi possível publicar uma notícia em jornais e, desta forma, aceder a possíveis entrevistadas. Em Portugal realizaram-se sete entrevistas.

(5) Redes nacionais de acompanhamento: Em todos os países, as entidades parceiras constituíram redes de acompanhamento, ou colaboraram com redes existentes, integrando representantes de organizações nacionais dos domínios da violência contra mulheres, do envelhecimento, de agências de aplicação da Lei e outras entidades com capacidade de decisão política. Estas redes contribuíram, por um lado, para a recolha e compilação de informação estatística disponível bem como para a realização do trabalho empírico, e, por outro lado, para a identificação das respostas bem como das lacunas existentes ao nível da legislação e dos serviços de apoio de âmbito nacional. Estas redes de acompanhamento constituíram, ainda, um fórum de discussão relativo às necessidades nacionais para a intervenção, tendo contribuído significativamente para a elaboração das recomendações contidas neste relatório.

Adicionalmente, foi realizado, em Novembro de 2010, um workshop internacional, no qual outras pessoas peritas da Europa contribuíram com o seu conhecimento especializado sobre a intervenção actual e no futuro sobre esta problemática nos seus respectivos países bem como para o desenvolvimento de recomendações para acções prospectivas de âmbito nacional e europeu.

III

Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: o contexto social e cultural das suas vivências

Não pode ser escamoteado o facto de que a violência em relações de intimidade é, com maior frequência, perpetrada por homens contra mulheres. As relações entre homens e mulheres são enquadradas por um sistema social marcado por desigualdades e assimetrias de género, nomeadamente em termos de relações de poder, de natureza estruturante e estrutural.

As mulheres que hoje têm mais de 60 anos viveram contextos de socialização particularmente vinculados pela pertença de género. Estas mulheres constituem, por outro lado, um grupo relativamente heterogéneo, na medida em que diferentes gerações, com as suas especificidades e experiências particulares, nele estão contidas.

3.1. Relações de género e aspectos particulares relativos à idade e às gerações

As experiências de socialização das mulheres que nasceram nos anos 30, 40 e 50 do século passado são, em larga medida, marcadas pelas realidades sociais do Estado Novo, em Portugal.

Este regime ditatorial apelava à dignificação da maternidade e da família enquanto funções primordiais das mulheres. Isto porque as mulheres apresentavam “diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família” (Artº 5º da Constituição de 1933). A família fazia parte da natureza feminina. E esta é uma primeira diferenciação que se estabelece ao nível dos comportamentos socialmente expectáveis para mulheres e para homens: se as mulheres são ‘natureza’, os homens são ‘cultura’.

Foi, aliás, a ‘natureza’ que predispôs as mulheres à circunscrição em espaço privado, às lides domésticas e aos cuidados a terceiras pessoas. Por outro lado, a ‘cultura’ predispôs os homens ao domínio do espaço público e ao poder sobre

a 'natureza'. Desta forma, as mulheres desempenhariam a função reprodutora da família e os homens a função instrumental do sustento da família.

Assim, os papéis sociais de género foram sendo (de)limitados por intervenção directa do Estado, na prossecução de um modelo social pautado pela premissa 'Deus, pátria e família'.

O Código do Processo Civil, de 1939 concedia ao marido o poder de requerer a entrega e 'depósito' judicial da mulher casada. Este possibilitava ao marido, em caso de saída da mulher da casa familiar, exigir judicialmente que ela fosse compulsivamente 'depositada' em sua casa, como se de um fardo se tratasse. Nessa mesma altura, as mulheres deixaram, ainda, de poder exercer comércio, viajar para fora do país, celebrar contratos e administrar bens, sem o consentimento do marido.

Em 1961, surge um novo Código do Processo Civil, que vem substituir o de 1939. Porém, manteve a figura da 'entrega e o depósito judicial da mulher casada'. Esta figura do Código do Processo Civil só desaparece em 1967 (com um novo Código Civil). Neste, continuou, porém, a prevalecer a autoridade masculina, pois o marido permanecia 'chefe da família', com poderes decisórios relativamente a todos os actos da vida conjugal. Quanto à mulher, esta era responsabilizada pelo governo doméstico, mesmo se trabalhasse fora do lar. A administração dos bens do casal continuava a caber ao marido e a mulher continuava obrigada a adoptar a residência do marido e a estar impossibilitada de sair do país, exercer comércio ou movimentar depósitos bancários, sem o consentimento dele.

Desta forma, o Estado e a Lei legitimavam um estatuto social diferenciador para mulheres e homens. Estava-se, ainda, perante uma sociedade conservadora, muito marcada pela influência da igreja católica, predominantemente ruralizada, com níveis educacionais muito baixos, onde predominava a pobreza e o analfabetismo ou a baixa literacia, e onde a capacidade de negociação era, para uns, assente na imposição, e, para outras, na obrigação de cumprir os seus deveres.

Nos finais da década de 60 do século XX, paralelamente a alguns primeiros sinais (embora ténues) no sentido da mudança ao nível do regime político (com a chamada Primavera Marcelista), novas dinâmicas sociais se geram na sociedade portuguesa, assistindo-se designadamente a uma entrada progressiva das mulheres no mercado de trabalho, agora de forma remunerada e já não circunscrita ao sector agrícola. Este é um processo que se liga à saída massiva

de mão-de-obra masculina do País, tanto no contexto de grandes vagas de emigração, como no da guerra colonial.

Um novo paradigma de transição cultural e de valores sociais surge com a Revolução de 25 de Abril de 1974. A democratização da sociedade portuguesa e a Constituição da República de 1976 vêm, então, estabelecer a igualdade entre cidadãos, independentemente do sexo. Porém, só em 1977, com a alteração do Código Civil, é que as mulheres adquiriram um verdadeiro estatuto de igualdade face aos homens.

Não obstante, nem sempre as culturas e as mentalidades avançam ao ritmo do progresso legislativo e político. Relações desiguais, ainda marcadas por papéis sociais de género 'de outros tempos', foram sendo perpetuadas no tempo. E, ainda hoje, apesar de todos os progressos e conquistas alcançadas, no sentido de uma igualdade efectiva de mulheres e de homens, persistem, embora mitigadas, em particular nalguns meios, representações sociais de que às mulheres, apesar da sua cada vez maior presença no espaço público e no mercado de trabalho, cabem os cuidados, a reprodução e a manutenção das famílias, e aos homens cabe a figura de 'ganha pão', a vida pública e um papel de domínio nas relações de intimidade.

3.2. O contexto nacional do sistema social

Até ao final da década de 60, os problemas da população idosa não tinham sido objecto de uma política social específica, cabendo à família a responsabilidade de prover sustento aos seus ascendentes. A nova Constituição da República, de 1976, vem, também, consagrar (Art.º 63º) o direito à segurança social, explicitando, pela primeira vez, a obrigatoriedade de definição de uma política referente à população idosa: "O Estado promoverá uma política da Terceira Idade que garanta a segurança económica das pessoas idosas e a política da Terceira Idade deverá ainda proporcionar condições de habitação e convívio familiar e comunitário que evitem e superem o isolamento ou a marginalização social das pessoas e lhes ofereçam as oportunidade de criarem e desenvolverem formas de realização pessoal através de uma participação activa na vida da comunidade⁹".

⁹ Artigo 63.º da Constituição da República de 1976.

É então criado um sistema de Segurança Social que contempla um sistema de pensões com vista à protecção social da população idosa. Essas pensões são atribuídas no âmbito do regime geral, tendo por base a carreira contributiva de cada pessoa; ou do regime não contributivo e equiparados, para quem não efectuou qualquer desconto para o sistema de Segurança Social (que integra a chamada pensão social); e, ainda, do regime especial de actividades agrícolas.

Assiste-se a uma clara sobre-representação feminina entre as pessoas beneficiárias de pensão social, o que traduz curtas carreiras contributivas, ou mesmo uma total ausência de percursos profissionais formais. Esta é uma realidade que coloca as mulheres idosas em situações de maior vulnerabilidade à pobreza.

Por outro lado, o reconhecimento, social e político, da necessidade de intervenção pública através de políticas sociais de velhice, repercutiu-se na implementação de suportes formais de apoio à população idosa.

É a partir da década de 80 do século XX que começa a ser notório o desenvolvimento de respostas sociais alternativas a uma institucionalização permanente (nos chamados asilos) que, até então, se constituía, praticamente, como a única resposta disponível.

Reconhecidas as lacunas existentes, a década de 90 do século XX é identificada como marco fundamental na política de equipamentos e serviços destinados à população idosa, enquanto reflexo de mudanças de actuação política, que tende a privilegiar a permanência da pessoa idosa no seu contexto familiar e habitacional.

No quadro dos suportes formais à velhice, podem distinguir-se, em traços largos, dois grandes tipos de respostas institucionais: o apoio institucional de assistência diária permanente, representado aqui pelos Lares/residências e, mais recentemente, pelas famílias de acolhimento; e o apoio institucional parcial, como os Centros de Convívio e de Dia, e os Serviços de Apoio Domiciliário.

O Apoio Domiciliário é a resposta social mais recente e a actual aposta política mais forte em termos de expansão. O crescimento da ofertas de equipamentos e serviços, à escala nacional, é observável sobretudo entre 1991 e 1996, e essencialmente no que respeita aos Centros de Dia e Apoio Domiciliário. Este aumento de oferta de equipamentos para as pessoas idosas faz-se, em grande

medida, através de instituições particulares sem fins-lucrativos, apoiadas financeiramente pelo Estado.

3.3. Percepções culturais sobre o envelhecimento no feminino

Se o género é produto de uma construção social, a velhice é-o igualmente. E as mulheres vão envelhecendo no papel social que lhe é atribuído, na esfera doméstica. Se as percepções culturais sobre o envelhecimento no feminino são construídas nos espaços públicos, elas são muito reforçadas nos espaços privados. É, pois, neste contexto que se tecem considerações acerca dos traços de género aliados aos traços da idade.

Os tempos de vida das mulheres que hoje são idosas são passados, frequentemente, em casa. As famílias são o elemento agregador de toda a sua auto-percepção como pessoa. As mulheres idosas dificilmente se percebem fora do contexto familiar; existe uma identidade colectiva da família que, para as mulheres idosas, tem um peso considerável na construção das suas próprias identidades e na definição de percursos de vida.

Aliás, as mulheres idosas continuam a desempenhar um papel relevante na manutenção das redes de apoio familiar: são elas, em muitos casos, que cuidam de familiares em situação de dependência, sejam estas crianças ou pessoas adultas.

São mulheres com trajectórias de vida muito vincadas pela função expressiva de manutenção do agregado familiar; percursos profissionais inexistentes ou precários e intermitentes; ausência de uma carreira contributiva ou uma parca contribuição, entre outros factores.

Com base nestes factores vão sendo alimentadas crenças sobre a maior dependência das mulheres idosas face a terceiras pessoas: são mulheres menos autónomas, com menor capacidade de tomar decisões, mais frágeis.

Mas não é tanto a idade real que afecta a qualidade de vida e as condições de existência das mulheres idosas; antes, é o seu estatuto sócio-económico que pode, ou não, privá-las de autonomia, de poder e de controlo sobre as suas próprias vidas. E em Portugal, o estatuto sócio-económico de uma boa parte das mulheres idosas é precário e francamente baixo.

Ou seja, o envelhecimento no feminino, ocorre, fundamentalmente, num contexto de desigualdades de género que se perpetuam, e por vezes agudizam, na velhice.

3.4. Percepções culturais sobre a violência contra as mulheres no contexto familiar

"A violência contra as mulheres é uma manifestação das historicamente desiguais relações de poder entre mulheres e homens"¹⁰.

Se durante muito tempo, a temática da violência contra as mulheres permaneceu oculta e socialmente invisível, tal deve-se nomeadamente à privatização deste fenómeno. Isto é, porque a violência era perpetrada em contexto familiar e em espaço doméstico, não cabia a ninguém (nem mesmo ao Estado) qualquer tipo de intervenção. Aliás, a dominação masculina sobre as mulheres tem aí, no espaço doméstico, o seu primeiro palco; é na família, em primeira instância, que se estabelecem e se aprendem os papéis sociais de género.

Aliás, o ditado popular 'entre marido e mulher, ninguém meta a colher' é um bom reflexo desta socialização colectiva tolerante de comportamentos abusivos em contexto de intimidade.

Em Portugal, só a partir da década de 80 do século XX é que a violência doméstica foi identificada como um problema social. E com a criação, na década de 90 do século XX, de legislação especificamente dirigida para as vítimas de violência doméstica, Portugal passou, não só a ir ao encontro de um conjunto de recomendações internacionais produzidas neste domínio, como a dar resposta a um grave problema social, relativamente ao qual se foi ganhando uma progressiva consciencialização sobre os seus efeitos nas vítimas, nas famílias onde ocorre, e na sociedade em geral.

Mas se a violência doméstica é hoje considerada como um crime público (desde 2000), tal advém da maior visibilidade social que esta foi conquistando ao longo dos tempos, a par da crescente intolerância face a estas situações, cada vez mais percebidas como uma condição de não cidadania, como uma infracção aos

¹⁰ Tradução nossa. Council conclusions on the Eradication of Violence Against Women in the European Union, 3000th Employment and social policy Council meeting, Brussels, 8 March 2010.

direitos humanos. Agora, e de acordo com uma das nossas entrevistas, “o Estado está do lado da vítima”.

“O Ministério Público, que representa o Estado está ‘do lado da vítima’ embora tenha que ter isenção e imparcialidade, mas o que faz é produzir acusação que objectivamente é aquilo que interessa à vítima” [Ent.24, Procuradora da República].

No entanto, e se, por um lado, o tema da violência doméstica tem ganho uma maior visibilidade e importância no quadro social e político, a verdade é que ainda persistem diversos factores que perpetuam a banalização dessa mesma violência em contextos familiares. Por mais progressista que possa ser a legislação nacional, o certo é que uma boa parte da sociedade ainda entende que este é um problema individual, do foro privado.

A expressão popular ‘se elas apanham é porque merecem’, apesar de estar, hoje, a perder eco na consciência colectiva, é ainda, nalguns casos, fundamento justificativo para a violência a que as mulheres se encontram sujeitas. Urge, pois, ainda, desconstruir a ‘naturalização’ associada à violência no seio da esfera privada.

3.5.

Breve história das respostas de apoio a vítimas de violência em relações de intimidade, em geral, e a vítimas idosas, em particular

As respostas à violência doméstica em Portugal surgem, primeiramente, no campo jurídico-legal. A introdução, no Código Penal, de um artigo específico sobre a violência doméstica data de 1982; neste se procede à definição legal do conceito e à criminalização das práticas familiares violentas.

Em Portugal foram criadas provisões legais específicas para prevenir, proteger e punir a ocorrência de violência em contexto familiar. Em 1991, foi aprovada a Lei 61/91, que “garante protecção adequada às mulheres vítimas de violência”. Mas 1999 é um ano decisivo, em Portugal, na criação de serviços e de respostas de apoio às vítimas de violência doméstica: com a Lei 107/99, foi criada a ‘rede pública de casas de apoio a mulheres vítimas de violência’; e a Lei 129/99, que ‘aprova o regime aplicável ao adiantamento pelo Estado da indemnização devida às vítimas de violência conjugal’.

Em 2000, procedeu-se à alteração do Código Penal e do Código de Processo Penal, reforçando as medidas de protecção a pessoas vítimas de violência, através da Lei 7/2000, de 27 de Maio. A alteração ao artigo 152º do Código Penal, é fundamental pois vem considerar o crime de violência doméstica como crime público. Mas esta não deixa de ser matéria discutível.

"O problema do Art.º 152 do Código Penal está nos maus-tratos... o que são maus-tratos? O artigo seguinte (de maus-tratos) do Código Penal é um outro crime e está pensado para os menores. Os magistrados não recebem formação específica em violência doméstica, trabalham especialmente com aqueles casos e têm é mais experiência, e eles próprios investem no estudo mais aprofundado naqueles temas. Os magistrados não têm só crimes de violência doméstica; os crimes de violência doméstica é que são distribuídos a alguns magistrados que, como esses, têm outros casos" [Ent.24, Procuradora da República].

Em consequência da nova legislação foram aprovados documentos estratégicos específicos nesta matéria. Em 1999 foi aprovado o I Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2000-2003), seguido do II (2003-2006) e do III (2007-2010). Estes Planos constituem-se como instrumentos de orientação para o desenvolvimento de políticas que visam prevenir e intervir no domínio da violência doméstica. Aliás, o III Plano define-se, ele próprio, como uma estratégia de consolidação para a política de prevenção e combate à violência doméstica.

Contudo, a temática da violência doméstica contra pessoas idosas é marginal em todo o documento. Neste, apenas consta uma medida dirigida às pessoas idosas (e não às mulheres idosas): 'Promover campanhas de sensibilização contra a violência exercida sobre crianças, idosos, pessoas dependentes e pessoas deficientes, na esfera doméstica'. Além disso, as organizações de apoio às pessoas idosas não são identificadas como potenciais parceiras na implementação desta medida.

Já em 2009, foi estabelecido o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas, revogando, assim, as leis anteriores. Esta nova lei consagra o 'estatuto de vítima, considerando as pessoas idosas como 'vítima especialmente vulnerável' (artigo 2º) e, entre outras medidas, possibilita a detenção do agressor fora de flagrante delito. Ainda, o Art.º 53º refere que 'nas situações em que as vítimas são pessoas idosas ou em situação dependente, sem retaguarda familiar, deve o ISS, I.P., ou

outro organismo competente, desenvolver um encaminhamento prioritário para o acolhimento no âmbito da rede de serviços e equipamentos sociais, sem prejuízo da articulação devida com a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica’.

As respostas de protecção e apoio às vítimas de violência doméstica surgem num passado ainda muito recente – é apenas em 1995 que é criada a primeira casa-abrigo, e, em 1999, surge, então, (tal como acima referido) a rede nacional de casas-abrigo. E mais tarde, em 2006, são estabelecidos Núcleos Distritais de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica.

Actualmente, existem 39 casas-abrigo em Portugal, 11 Núcleos Distritais de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica. E existem, ainda, um número significativo de gabinetes de apoio a vítimas de violência (são cerca de 54 os que constam do Guia de Recursos em Violência Doméstica da CIG).

IV

Informação disponível sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: o estado da arte em Portugal

Em Portugal, em 2007, uma em cada três mulheres tinham sido vítimas de violência (nos últimos 12 meses ou em anos anteriores); 12.8% destas tinham sido vítimas, no ano anterior, de violência perpetrada por elementos da família. A violência psicológica (53.9%), física (22.6%) e sexual (19.1%) foram os tipos de violência prevaletentes. As mulheres mais velhas, com 50 ou mais anos, parecem ser particularmente vulneráveis à violência sexual¹¹.

4.1. Objectivos de investigação

Este capítulo tem como principal objectivo compilar a informação, estatística e resultante de outras investigações, disponível sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade; corresponde a uma fase anterior ao nosso próprio trabalho empírico. O nosso interesse primordial consiste em informação sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade e o enfoque é sobre a realidade nacional; porém, dados de âmbito regional ou local podem ser apresentados a título complementar.

4.2. Métodos

As nossas principais fontes de informação são resultados de investigações anteriores, estatísticas publicadas pelas forças de segurança e por outros agentes de aplicação da Lei, estatísticas de serviços de apoio a vítimas de violência e de serviços de saúde e, ainda, outras fontes.

¹¹ Lisboa, M. *et al* (2009).

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade tem sido um tópico negligenciado em Portugal. Tal afirmação é secundada pela informação, estatística e de outra natureza, recolhida e analisada neste relatório. De salientar que se, por um lado, na área da saúde não foi encontrada qualquer informação pertinente, por outro lado, noutras áreas (tais como na investigação científica, nas agências de aplicação da Lei e nos serviços de apoio a vítimas) deparámo-nos com uma imagem bastante parcial da realidade. Este é, desde logo, um facto muito concreto – a persistência de problemas ao nível da desagregação da informação por sexo e idade.

É ainda de salientar que a recolha e compilação de informação, de natureza estatística ou outra, foi sobretudo realizada através da internet e, quando possível, mediada por contactos pessoais directos. A recolha foi realizada sobretudo durante o ano de 2009 (ainda que no 1º trimestre de 2010 se procedesse a nova actualização) e não foi encontrada qualquer informação nacional relativa a esta problemática em inglês.

4.3. Resultados

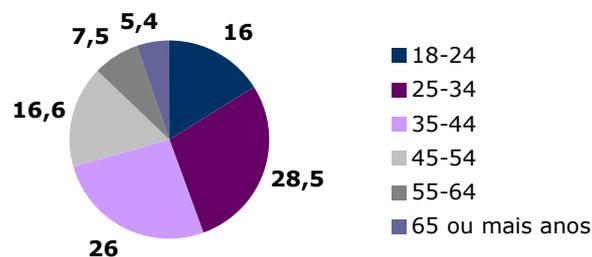
4.3.1. Resultados de investigação

É, de algum modo, considerável a investigação que tem vindo a ser feita em Portugal sobre a temática da violência em relações de intimidade, em particular no âmbito de teses de mestrado ou de doutoramento no domínio da psicologia e da psicologia social. No entanto, o enfoque tem sido dado às mulheres em idade activa ou a jovens. Mais recentemente, têm surgido projectos de investigação sobre o abuso e os maus tratos a pessoas idosas (Dias, 2004, Ferreira-Alves e Novo, 2006); no entanto, os dados entretanto divulgados com base nesses estudos são, por um lado, contributos teóricos ou, por outro lado, não se encontram desagregados por sexo ou, pelo menos, não cruzam o sexo com todas as dimensões de análise.

Num estudo que procurava identificar o contexto social de mulheres vítimas de violência doméstica, as mulheres idosas podem ser identificadas enquanto grupo (Lisboa, Barroso e Marteleira, 2005); por outro lado, a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade emerge como um dos resultados de uma investigação sobre violência contra mulheres e homens (Lisboa *et al*, 2009), assim como num outro estudo, de âmbito local, sobre violência contra pessoas idosas (Pires, 2009).

Lisboa, Barroso e Marteleira (2005) empreenderam um estudo sobre o contexto social de mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto; estas foram mulheres que, em dado momento, apresentaram queixa contra os seus agressores. Ainda que este estudo não apresente de forma sistemática dados desagregados pela idade das vítimas, identifica que 13% das vítimas têm uma idade igual ou superior a 55 anos e que, para estas, a violência física é o tipo de violência que prevalece (em 91% dos casos).

Gráfico 1 - Mulheres vítimas de violência doméstica atendidas pelos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto, por grupo etário, 2005 (%)



Fonte: Lisboa, M., Barroso, Z. e Marteleira, J. (2005)

Lisboa et al (2009) realizou o estudo *Violência e género – Inquérito Nacional sobre a violência exercida contra mulheres e homens*, financiado pela *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género*, concluído em 2007, inquirindo uma amostra de 1000 mulheres e 1000 homens, com idade igual ou superior a 18 anos, oriundos de todas as regiões de Portugal Continental. Muito embora este estudo incidisse particularmente sobre informação recolhida em 2007, é apresentado um capítulo específico contendo uma análise comparativa entre os anos de 1995 e 2007. O estudo foca particularmente a violência sexual¹². Foi constatado que 17% das mulheres que eram vítimas de violência sexual tinham uma idade igual ou superior a 65 anos. Numa análise comparativa entre as mulheres com menos de 50 anos e as mulheres com mais de 50 anos vítimas de violência sexual, veio a concluir-se que 36,6% destas mulheres tem mais de 50 anos e são/foram vítimas de violência sexual (nomeadamente assédio sexual e relações sexuais forçadas) e de outro tipo de violência simultaneamente. E que, para 34% destas mulheres com mais de 50 anos, o agressor foi o marido/companheiro (enquanto que tal só se verifica para 4,5% das mulheres com menos de 50 anos). Por outro lado, a larga maioria dos actos violentos que

¹² O estudo analisa a violência sexual com base em quatro dimensões: exclusividade, severidade, assédio sexual e relações sexuais forçadas.

vitimizam as mulheres mais velhas ocorreram no último ano (92%) ou em anos recentes (6%).

Sónia Pires (2009) foi responsável pela realização de um estudo sobre violência contra pessoas idosas no município da Amadora. Este estudo procurava qualificar os tipos de violência praticados sobre a população idosa residente, quantificar o número de vítimas e identificar os principais agressores. Foi aplicado um questionário a uma amostra de 118 homens e mulheres idosas utentes de SAD e de Lar e de 188 pessoas idosas não inseridas em respostas de apoio à população idosa; a maioria das pessoas inquiridas é do sexo feminino (66.1%), com idade compreendida entre os 64 e os 75 anos (para as pessoas não utentes de serviços) e 75 ou mais anos (para pessoas utentes dos serviços). Um dos resultados a que este estudo chegou refere que 7% das pessoas idosas utentes de serviços e 8% das pessoas idosas não utentes foram/são vítimas de violência física, sendo a maior parte das vítimas mulheres e a maioria dos agressores os seus maridos/companheiros.

Um outro dado interessante emerge de um projecto de investigação recentemente concluído, desenvolvido por Baptista *et al.*, e financiado pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Este projecto procurou avaliar os resultados da intervenção desenvolvida junto das mulheres vítimas de violência, que se encontram alojadas temporariamente em casas-abrigo, em Portugal. A metodologia de avaliação baseou-se numa série de indicadores de resultado, construídos numa lógica de reconhecimento das potencialidades das mulheres, privilegiando as estratégias e as resistências que as mulheres tinham quando chegaram às casas-abrigo. Segurança, informação e empoderamento foram as três grandes áreas identificadas ao nível dos resultados. O projecto decorreu entre Maio e Outubro de 2009. No decurso desses cinco meses, 102 mulheres que deixaram as casas-abrigo preencheram um questionário; entre estas, apenas cinco tinham uma idade superior a 56 anos, o que correspondia a 5% do total. O resultado avaliado por estas mulheres idosas como sendo o mais positivo era o permanecer segura, perceber o impacto que a violência doméstica tinha tido nelas, conhecer as causas da violência doméstica e ultrapassar emocionalmente as experiências do passado¹³. Ainda, todas estas mulheres idosas sentiram que mudaram em resultado directo da ajuda e do apoio recebido enquanto estiveram nas casas-abrigo; todas se sentem mais seguras, mais protegidas da violência do (ex)marido/companheiro, mais confiantes na tomada de decisões, detentoras de mais informação útil, conhecedoras de mais formas/meios para se manterem seguras e mais capazes de lidar ou reagir

¹³ Estes foram aspectos referidos por todas estas mulheres idosas como tendo tido toda a ajuda e apoio necessários.

sobre o impacto da violência doméstica sobre as próprias¹⁴. Três destas mulheres permaneceram em casas-abrigo por períodos inferiores a 6 meses e duas permaneceram por períodos mais longos (um ano e dois meses e três anos e dois meses)¹⁵. Duas destas mulheres chegaram às casas-abrigo através das suas assistentes sociais e três através da polícia¹⁶.

4.3.2. Informação das forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei

A *Direcção-Geral da Administração Interna* tem vindo a analisar e a publicar resultados com origem na *base de dados sobre a violência doméstica*, base essa que agrega toda a informação registada pela Polícia de Segurança Pública e pela Guarda Nacional Republicana. De acordo com esta fonte, entre duas e três pessoas por 1000 habitantes apresentaram uma queixa por crime de violência doméstica às forças policiais em 2008¹⁷: um total de 27.743 em 2008, número esse que registou um aumento de 26.6% (taxa de variação anual) em apenas um ano¹⁸.

A informação publicada sobre esta base de dados relativa a 2009 apresenta as principais características da/o denunciante, da vítima e da/o denunciado/a. Todavia, não é possível saber quantas mulheres idosas são vítimas de violência doméstica uma vez que nem toda a informação publicada se encontra desagregada por sexo e/ou por idade.

A/o denunciante é, em regra geral, a própria vítima (87.9%). 85.3% das vítimas são mulheres, com idade média de 39 anos, e a maioria (74%) não se encontra economicamente dependente do/a agressor/a. 14.2% das vítimas tinha uma idade igual ou superior a 55 anos. Infelizmente a informação relativa às vítimas não se encontra desagregada por sexo.

¹⁴ Estes foram aspectos referidos por todas estas mulheres idosas como tendo sentido uma grande mudança.

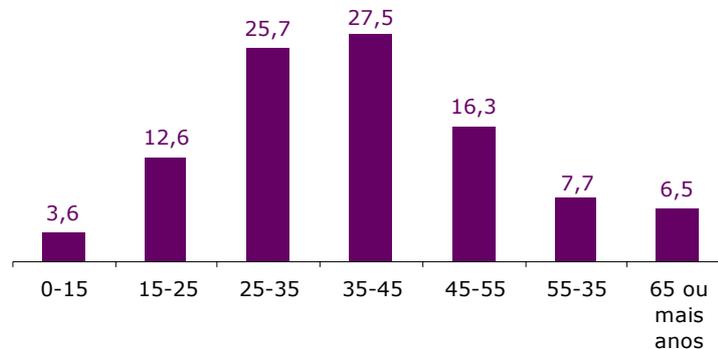
¹⁵ Dados relativos ao total indicam que a maioria das mulheres (61%) permaneceram em casa-abrigo por períodos inferiores a 6 meses; 28% até um ano; e 9% durante dois anos.

¹⁶ A assistente social e a polícia foram as entidades referidas pela maioria das mulheres como tendo sido através destas que chegaram às casas-abrigo (respectivamente, 44% e 28%).

¹⁷ Em Portugal Continental a taxa de incidência é de 2.5‰; nos Açores e na Madeira as respectivas taxas são superiores (5.2‰ e 3.8‰). Fonte: DGAI (2009).

¹⁸ Uma vez mais, nos Açores e na Madeira a taxa de variação anual é superior: 47.1% e 40.2%.

Grafico 2 - Vítimas de violência doméstica, segundo o grupo etário, em 2008 (%)



Fonte: DGAI (2009)

A relação entre vítimas e agressores/as é, na maior parte dos casos, uma relação de intimidade, seja de conjugalidade actual ou passada (respectivamente, 66.4% e 15% em 2008). Um aspecto curioso a referir é que entre 2007 e 2008 se regista uma diferença significativa ao nível da proporção entre vítimas e agressores/as que tinham uma relação conjugal actual (que registou uma diminuição) e entre vítimas e agressores/as que tinham uma relação conjugal passada (tendo esta aumentado). Mas uma vez mais esta informação não se encontra desagregada pelo sexo e idade das vítimas.

56% das participações são relativas a ocorrências passadas no próprio dia; e em 47% dos casos já existiam ocorrências anteriores. Em 46% dos casos estas ocorrências haviam sido presenciadas por crianças. Ainda, as forças policiais entraram nas residências de vítimas e agressores/as em 28% dos casos. E em 2008 as forças policiais registaram a morte de dez mulheres por crimes de violência doméstica.

Ainda em 2008 a taxa de incidência da violência doméstica sobre a população feminina idosa é particularmente elevada em quatro comarcas dos Açores (Nordeste, Ribeira Grande, Horta e Povoação¹⁹), numa comarca madeirense (São Vicente) e em seis comarcas no Continente (São João da Madeira, Fafe, Vila do Conde, Aveiro, Oliveira de frades e Ansião).

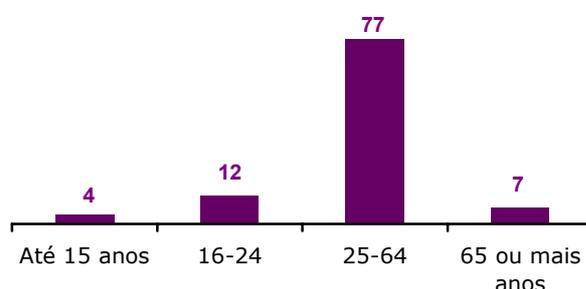
As duas forças de segurança nacionais publicam, individualmente, alguma informação. A Polícia de Segurança Pública (PSP)²⁰ tem publicada alguma

¹⁹ Na comarca do Nordeste (em São Miguel, Açores), a taxa de incidência é de 28‰, ou seja em 2008 a polícia registou 28 participações por 1000 habitantes feitas por mulheres com 65 ou mais anos. Fonte: DGAI (2009).

²⁰ A PSP é a força policial com maior presença nas zonas urbanas, enquanto que a GNR tem uma presença muito significativa nas zonas rurais.

informação relativa a 2007 na sua página na internet. Atendendo a essa informação, foram registados 13.050 incidentes de violência doméstica²¹. 83% das vítimas são mulheres e 89% dos/as agressores/as são homens. 70% dos/as agressores/as eram os maridos/companheiros das vítimas, 10% eram ex-maridos/companheiros, 8% eram os/as filhos/as das vítimas e 6% os pais das vítimas. Em 2007, foram registadas 921 queixas de violência doméstica cujas vítimas tinham uma idade igual ou superior a 65 anos, o que correspondeu a 7% de todas as vítimas de crimes de violência doméstica registados pela PSP.

Gráfico 3 - Vítimas de crimes de violência doméstica registados pela PSP, segundo o grupo etário, em 2007 (%)



Fonte: Estatísticas da PSP, 2007

Por outro lado, na sequência de um documentário sobre violência contra pessoas idosas por si produzido, uma rádio portuguesa (TSF) publicou na sua página na internet dados relativos a participações ao Núcleo Mulher e Menor (NMUNE)²² da Guarda Nacional Republicana (GNR). Estes núcleos reportam que, em 2007, 88% das vítimas idosas (com 65 ou mais anos) de crimes são mulheres - 58.3% com idade compreendida entre os 65 e os 74 anos e 41.7% com idade igual ou superior a 75 anos. Os/as agressores/as são sobretudo homens (84%), na maioria com idade igual ou superior a 61 anos (60.5%). 58.3% dos/as agressores/as eram os maridos/companheiros das vítimas e 17.4% os/as filhos/as das vítimas. 40.3% destes eram crimes de violência doméstica (58 participações), seguidos de 31.3% de crimes de abuso. Num total de 58 queixas apresentadas por violência doméstica, 32 (57%) ocorreram na zona norte de Portugal (Bragança, Vila Real, Penafiel, Viana do Castelo e Matosinhos)²³.

Informação provisória publicada pelo Ministério da Administração Interna sobre o 1º semestre de 2007 vem demonstrar claramente que, entre as pessoas que

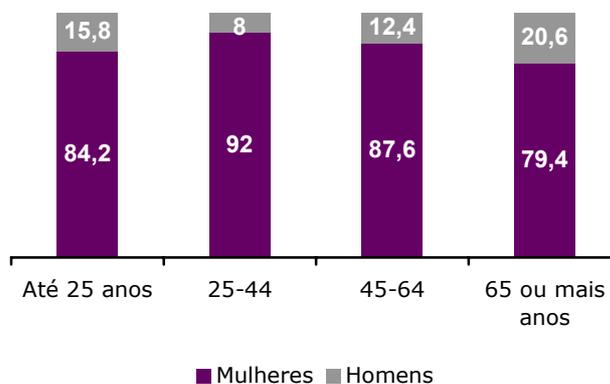
²¹ Fonte: <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/violenciadomestica.aspx>

²² NMUNE é uma unidade especializada da GNR. Esta força de segurança adoptou uma política específica relativa a crimes de violência doméstica, desenvolvendo formação específica sobre a matéria a agentes e implementando unidades especializadas em todas as suas esquadras.

²³ Fonte: <http://tsf.sapo.pt/storage/ng1069784.pdf>

apresentaram queixa às forças policiais sobre violência ou abuso, a maioria das vítimas são do sexo feminino, independentemente da idade.

Gráfico 4 - Vítimas de violência doméstica, segundo o sexo e grupo etário, (%), 1º semestre de 2007



Fonte: Ministério da Administração Interna, Dados provisórios para o 1º semestre de 2007

O Ministério da Justiça tem também publicados na página de internet da Direcção Geral de Política da Justiça alguns dados relativos a processos crime na fase de julgamento findos, sendo que a informação relativa às vítimas mais recente se refere a 2004. De uma forma genérica, 97% das vítimas com processos crime de violência doméstica findos eram mulheres. 3% dessas vítimas tinham uma idade igual ou superior a 65 anos. Porém, os dados não se encontram desagregados por sexo nem pelo tipo de relação entre vítima e agressor/a.

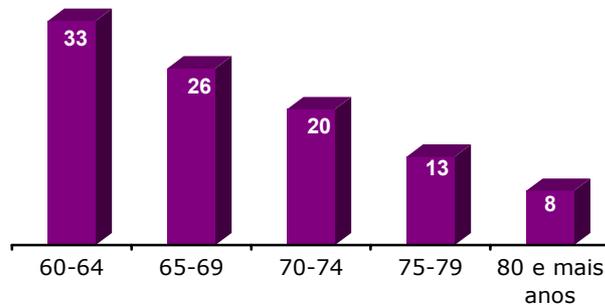
4.3.3. Dados das Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora

Dados recolhidos por iniciativa das Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora, já no âmbito deste projecto e até agora não divulgados, relativos aos distritos judiciais de Lisboa e de Évora, mostram que, entre Janeiro e Dezembro de 2008, foram instaurados 330 inquéritos que, à data da instauração, estavam classificados como tendo por objecto o tipo criminal de violência doméstica e cujas vítimas eram mulheres com 60 ou mais anos, e que tinham uma relação com os arguidos análoga à de cônjuge.

Importa referir que o número de processos pode estar, de certa forma, inflacionado, uma vez que as forças policiais não fazem aditamentos a autos de notícia; assim, alguns factos podem, porventura, reportar-se a casos já participados anteriormente (daí as incorporações dos processos).

59% dessas mulheres tinha uma idade compreendida entre os 60 e os 69 anos e 41% tinha 70 ou mais anos.

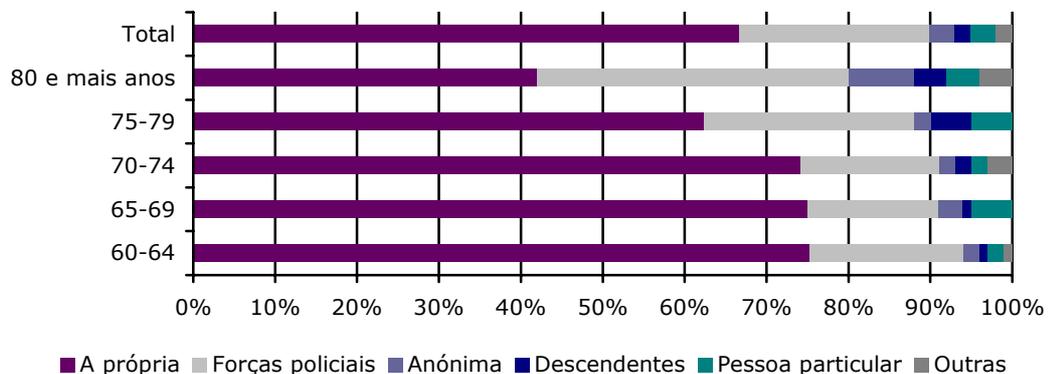
Gráfico 5 - Vítimas de violência em relações de intimidade em inquéritos instaurados em 2008, segundo a idade (%)



Fonte: Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora

Cerca de 3 em cada 4 mulheres idosas denunciou a sua própria situação aos tribunais ou à polícia. Porém, o que se verifica é que quanto mais velha é a vítima com maior frequência a pessoa que denunciou a situação foi outra que não a própria; aliás, no escalão etário dos 80 e mais anos a denúncia feita pelas forças policiais tem um peso relativo bastante significativo (38%).

Gráfico 6 - Denunciante segundo o tipo, por escalão etário da vítima, em inquéritos instaurados em 2008 (%)



Fonte: Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e de Évora

No que concerne à análise subsequente, importa, aqui, tecer um conjunto de esclarecimentos auxiliares à leitura dos dados. Os dados que apresentamos são aqueles que, à data de 31 de Janeiro de 2010, se referem ao universo de inquéritos instaurados ao longo de 2008²⁴. Estes são relativos a inquéritos ainda

²⁴ Importa, porém, referir que um dos processos apenas continha dados relativos à idade, denunciante, arguido, data e descrição, estando omissa a informação relativa ao seu estado.

pendentes ou a inquéritos findos (ou seja, não pendentes). Os inquéritos podem encontrar-se findos por vários motivos: arquivamento; suspensão provisória do processo (que, por si mesma, é uma maneira de exercer a acção penal); acusação; ou incorporação.

Assim, dos 330 inquéritos instaurados, apenas 35 inquéritos estavam pendentes, portanto, ainda na primeira fase processual, que é a de investigação. São casos com alguma morosidade porque, na hipótese mais favorável, tinham ultrapassado um ano em investigação.

Ainda considerando o mesmo universo em causa, 39 inquéritos tinham sido findos por dedução de acusação; a acusação lavrada para a maioria dos inquéritos findos (31) foi a de crime de violência doméstica, 3 de ofensa à integridade física e 5 de uma outra acusação.

"Logo de início com uma queixa é difícil saber se o que está em causa é um crime de violência doméstica ou apenas de ameaça, porque nem todas as ofensas, quer sejam verbais ou corporais, entre cônjuges são, desde logo, enquadradas em crime de violência doméstica; podem ser de ameaça ou de ofensa à integridade física, que são crimes menores, de natureza semi-pública que para se proceder com eles tem que haver queixa da vítima e depois pode desistir a qualquer momento" [Ent.24, Procuradora da República].

Porém, este é apenas o fim da fase de recolha de provas; segue, depois, para julgamento.

"A dedução da acusação não é o fim do processo, é o fim da fase de recolha dos indícios, depois é apresentado a julgamento e é na audiência de julgamento que tem de se fazer toda a prova e muitas vezes temos a prova feita no inquérito mas muitas vezes vai para julgamento, passam-se mais alguns meses e nessa altura já ninguém quer falar" [Ent.24, Procuradora da República].

21 outros inquéritos encontravam-se em suspensão provisória do processo. Às suspensões provisórias foram aplicadas medidas de tratamento de dependência do álcool, tratamento psiquiátrico, avaliação psicológica, doação de dinheiro a organizações, transferência para sessões temáticas sobre violência doméstica; apenas a um dos processos foram aplicadas as medidas de proibição de permanência ou deslocação à morada de família, e de proibição de contacto com a vítima.

A suspensão provisória do processo pode e talvez deva ser ponderada estatisticamente no quadro do conjunto dos inquéritos viáveis em termos de exercício da acção penal e não já no conjunto de todos os inquéritos iniciados. Ou seja, nos casos em que se reuniu prova bastante quanto ao tipo de violência doméstica (e não outro), a opção do Ministério Público pela suspensão provisória (ao invés da acusação) ganha outro significado enquanto forma adequada de resolver a situação.

28 dos inquéritos em causa haviam sido incorporados. As incorporações em fase de inquérito são, nesta matéria, um caso interessante porque significa que há um inquérito (o mais antigo, eventualmente de anos anteriores a 2008) que recebe notícias de novos factos, ou seja, uma mesma mulher está a ser vitimizada pelo mesmo arguido e que, por cada novo facto ou episódio, é autuado novo inquérito (em detrimento de ser feito um aditamento ao inicial), o que obriga à 'junção' de todos os novos inquéritos no inquérito original.

Segundo a Procuradora da República Dra. Elisabete Matos, "a incorporação suscita o problema da autonomização do auto de notícia ou de denúncia, por contraposição à possibilidade de aditamento a um primeiro auto já lavrado, em casos em que, tratando-se de uma mesma vítima e de um mesmo agressor, surge notícia de um novo facto. A incorporação é obrigatória e deve ser entendida como uma maneira válida de resolver o (novo) inquérito, que é incorporado/apenso/junto a um inquérito pré-existente e mais antigo".

No mesmo universo de inquéritos instaurados, 206 estavam findos por arquivamento. As situações de arquivamento por desistência de queixa, renúncia ao seu exercício ou por não constituição como assistente significam que o crime que se denunciou ou noticiou, ou que suficientemente se indiciou, não é o do tipo de violência doméstica (artº 152 do Código Penal) mas outro, designadamente, os de ofensa à integridade física, ameaça, ou injúria.

Ainda de acordo com a Procuradora da República Dra. Elisabete Matos, "tratando-se de o tipo de violência doméstica ser a de um crime de natureza pública, a explicação para o arquivamento com fundamento em *"desistência de queixa, renúncia ao direito de queixa, ou por ilegitimidade do Ministério Público para o exercício da acção penal"* parece dever procurar-se na circunstância de: haver demonstração suficiente de que o comportamento do agressor não tem a intensidade ou permanência bastante para o caracterizar como *inflicção de maus-tratos*; ou por não estar em causa uma situação de convivência doméstica ou familiar, mas apenas uma ligação afectuosa fortuita ou de amizade - não se

autonomizando o tipo de violência doméstica (cujo bem jurídico é o da protecção da saúde e bem estar a um nível em que a ofensa destes se degrada em ofensa à dignidade da pessoa humana, num contexto *doméstico* ou *familiar*) face ao de ofensa à integridade física, de ameaças ou ao de injúrias, de natureza semi-pública (os primeiros) e particular (o último)”.
De natureza diferente serão os casos de arquivamento em que está efectivamente em causa o tipo de violência doméstica, mas em relação aos quais não se reúnem indícios suficientes do mesmo, e que correspondem a cerca de metade dos inquéritos findos por arquivamento.

Importa lembrar, a este nível, que quando as testemunhas e as vítimas são familiares, estas testemunhas podem recusar-se a responder, limitando, desta forma, a recolha de indícios suficientes.

"Nos processos de violência doméstica, as testemunhas e as vítimas, se familiares, podem recusar-se a responder. Nós tentamos, quer entre nós mas também entre a polícia, nós tentamos saber se essa recusa em prestar declarações o que está na base... se é medo do agressor ou se, efectivamente, corresponde a uma vontade de, no auge, quis pedir a intervenção da polícia mas entretanto ela acha que aquilo é uma coisa esporádica. Embora o crime seja público e a desistência da queixa não tenha qualquer eficácia sobre o procedimento, a verdade é que a não colaboração da vítima a prestar declarações, por outra via, faz que não se recolham indícios e o processo tem de ser arquivado, não por força da desistência de queixa mas por força da não existência de indícios suficientes da prática do crime" [Ent. 24, Procuradora].

Até aqui, falamos de resultados de inquéritos e o inquérito é uma fase do processo da titularidade do Ministério Público. Ou seja, duas situações podem ocorrer: ou o processo acaba aqui, na fase de inquérito, ou prossegue para as fases seguintes (instrução e julgamento).

A instrução é uma fase judicial da titularidade o/a juiz/a; é uma fase facultativa (só há se e quando é requerida); e pode haver instrução após a acusação (quando o arguido a pede) ou após o arquivamento (quando a vítima a pede); é uma maneira de reagir ao despacho do Ministério Público (quem não aceita, pode reagir com a instrução).

Registam-se quatro casos de abertura da fase de instrução, uma delas encerrando com despacho de não pronúncia.

A seguir à instrução há, ou não, a fase de julgamento. Há julgamento quando o/a juiz/a pronuncia; quando há despacho de não pronúncia, não segue para julgamento. O debate instrutório é um procedimento da fase de instrução e depois dele é que o/a juiz/a profere a decisão instrutória (de pronúncia ou não pronúncia).

Havendo acusação - se o arguido não pede a instrução, que é facultativa -, o processo prossegue logo para o recebimento da acusação pelo juiz, que marca data para julgamento. E havendo arquivamento do inquérito, se a vítima requer instrução e o/a juiz/a pronuncia o arguido, também o caso segue para julgamento. O julgamento é uma fase específica, também, naturalmente da titularidade do/a juiz/a.

A 31 de Janeiro de 2010, haviam chegado à fase de julgamento 22 casos, dos quais 9 tinham sido já julgados. Dos casos julgados, 6 foram alvo de condenação e 3 de absolvição.

4.3.4. Informação estatística de serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica)

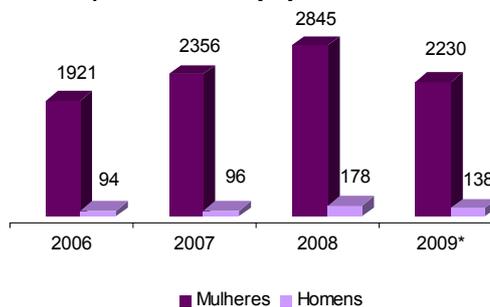
4.3.4.1. Serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica) de natureza pública

A *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género*²⁵ tem um serviço de informação às vítimas de violência doméstica que integra uma linha telefónica de apoio (designada por linha verde) e um serviço de aconselhamento presencial para vítimas de violência doméstica, que fornece apoio jurídico e psico-social; estes são serviços localizados em Lisboa e no Porto .

Considerando a informação recolhida e compilada sobre o serviço de informação às vítimas de violência doméstica há, desde logo, dois aspectos a realçar: nos últimos 4 anos as vítimas foram sobretudo mulheres (95%) e, ainda, o número de pessoas que entram em contacto com a linha verde tem vindo a aumentar ao longo dos anos (embora este seja um dado menos evidente para o último ano).

²⁵ A *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género* é uma das entidades governamentais com competências específicas no desenvolvimento e implementação de políticas de igualdade de género; políticas e medidas de política relativas à prevenção e eliminação da violência doméstica / contra as mulheres são da sua responsabilidade.

Gráfico 7 - Vítimas atendidas pela linha de apoio a vítimas de violência doméstica, segundo o sexo, 2006-2009 (N)

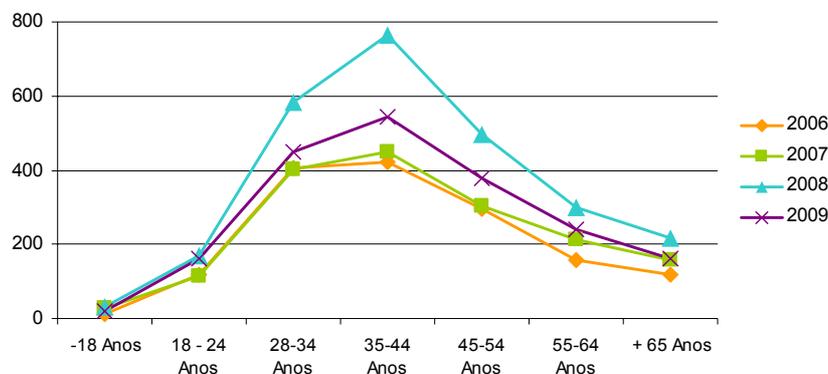


* Informação relativa ao período de Janeiro a Novembro 2009

Fonte: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (cálculos próprios)

O maior número de vítimas tem uma idade compreendida entre os 28 e os 54 anos; é também nestes grupos etários que, ao longo dos anos, se tem vindo a registar um aumento. Já nos grupos etários mais novos e nos mais velhos se tem registado uma estabilização relativa no número de vítimas que contactam o serviço.

Gráfico 8 - Vítimas atendidas pela linha de apoio a vítimas de violência doméstica, segundo o grupo etário, 2006-2009 (N)

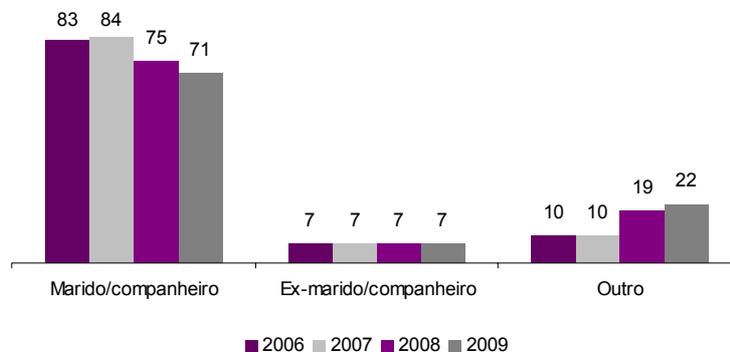


* Informação relativa ao período de Janeiro a Novembro 2009

Fonte: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (cálculos próprios)

Analisando o tipo de relação entre vítimas e agressores/as, verificamos que estamos sobretudo em presença de violência em relações de intimidade (uma média de 78% para todos os anos).

Gráfico 9 - Vítimas (mulheres e homens) atendidas pela linha de apoio a vítimas de violência doméstica, segundo o tipo de relação com os/as agressores/as, 2006-2009 (em %)

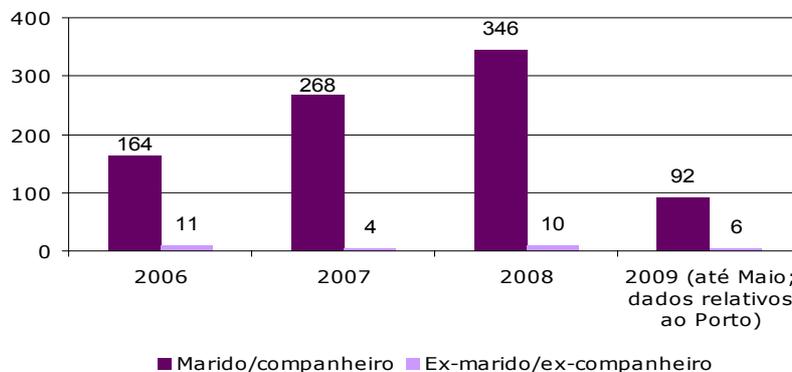


* Informação relativa ao período de Janeiro a Novembro 2009

Fonte: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (cálculos próprios)

Embora a informação acima descrita seja relevante, uma vez que se trata de informação proveniente de um dos serviços de apoio a vítimas de violência doméstica mais contactados em Portugal, a mesma não se encontra desagregada por sexo nem grupo etário. Não obstante, a *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género* facultou-nos informação adicional relativa ao grupo etário em estudo; importa ressaltar que esta é informação não publicada, obtida mediante pedido da nossa parte). A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é um fenómeno que tem vindo a aumentar de acordo com o número de vítimas que contactou a *Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género*. Num período de dois anos (2006-2008) o número de mulheres com 55 ou mais anos que contactou o serviço de informação a vítimas de violência doméstica mais do que duplicou.

Gráfico 10 – Mulheres vítimas de violência em relações de intimidade, com idade igual ou superior a 55 anos, atendidas pela linha de apoio a vítimas de violência doméstica, 2006-2009 (N), de 2006 a 2009 (Maio) (N)

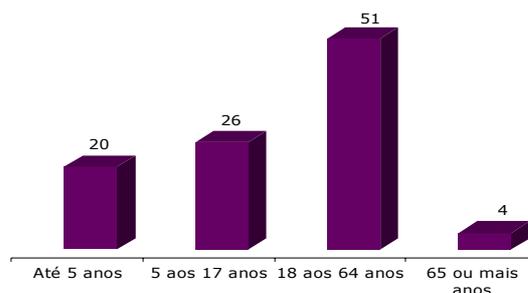


Fonte: Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (cálculos próprios)

Durante o mesmo período, o serviço de aconselhamento acompanhou 27 mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade; este número corresponde a 13% do total de vítimas que, durante o mesmo período, foram acompanhadas pelo serviço.

Existe, ainda, uma linha telefónica de apoio a situações diversificadas designada como linha de emergência social. Esta linha tem publicada alguma informação relativa a contactos recebidos enquadrados como sendo de violência doméstica, ainda que os últimos dados sejam relativos ao ano de 2002. Estes dados revelam que as pessoas que mais contactaram a linha tinham uma idade compreendida entre os 18 e os 64 anos (51%) bem como jovens (46%); apenas 4% dos contactos foram feitos por pessoas idosas.

Gráfico 11 – Número de processos de violência doméstica atendidos pela Linha de Emergência Social, segundo os grupos etários, 2002 (%)



Fonte: http://www.violencia.online.pt/scripts/cv.dll?sec=site&pass=estat_segsocial

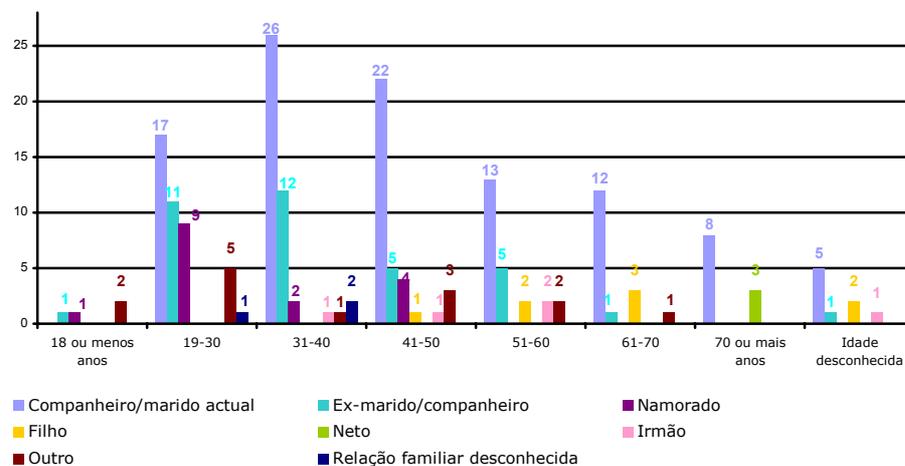
4.3.4.2. Serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica) de natureza não governamental

Existem, em Portugal, várias organizações que desenvolvem trabalho sobre a violência doméstica, nomeadamente organizações que fazem a gestão de casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica; porém, são poucas as que publicam ou divulgam informação estatística de forma sistemática. A UMAR e a APAV são organizações que apresentam anualmente as suas estatísticas.

A UMAR – *União de Mulheres Alternativa Resposta* é uma organização de mulheres com um enfoque particular na violência contra as mulheres; dirige três casas-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica (em Lisboa, Setúbal e Açores), dois serviços de aconselhamento (Almada e Porto) e três linhas de apoio (Lisboa, Porto e Açores). Uma das suas actividades consiste na implementação de um observatório sobre mulheres assassinadas por familiares / vítimas de violência doméstica, recorrendo a notícias dos meios de comunicação

social. De acordo com os dados publicados pelo Observatório²⁶, entre 2004 e 11 de Maio de 2009, 188 mulheres foram assassinadas por familiares; estamos perante situações de violência em relações de intimidade na maioria dos casos (80.5%): 55% (103) foram mortas pelo actual marido/companheiro, 17% (32) pelo ex-marido/companheiro e 8.5% (16) pelo namorado. Ainda de acordo com a mesma fonte, 27 mulheres com idade igual ou superior a 60 anos foram mortas, no mesmo período de referência, pelos seus maridos/companheiros ou ex-maridos/companheiros; a salientar que, mesmo para este grupo etário, a violência em relações de intimidade é o tipo de violência prevalecente.

Gráfico 12 – Mulheres assassinadas por familiares ou outras pessoas, vítimas de violência doméstica, de 2004 até 11 de Maio de 2009 (N)



Fonte: Informação recolhida pelo Observatório sobre Mulheres Assassinadas - OMA, UMAR (cálculos próprios). Disponível em <http://www.umarfeminismos.org/observatoriovio/observatorio.html>

Este Observatório tem recolhido e compilado informação em artigos de jornais, desde 2004. A informação é analisada anualmente e publicada na página da internet da UMAR; a informação pode ser consultada na forma de lista (contendo o nome da mulher, o nome do agressor e o tipo de relação entre vítima e agressor, a data do facto, o tipo de arma utilizada, a data da morte da vítima e, ainda, algumas observações) ou de relatório (2004/2005, 2005/2006, 2007, 2008 e 2009).

A APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é uma instituição particular de solidariedade social que tem como objectivo estatutário promover e contribuir para a informação, protecção e apoio a vítimas de infracções penais;

²⁶ Baseamo-nos na lista de mulheres assassinadas pelos maridos/companheiros ou ex-maridos/companheiros, publicada online em 2009. <http://www.umarfeminismos.org/observatoriovio/listagem2009.asp>

gere 15 gabinetes de atendimento a vítimas, dispersos pelo País, duas casas-abrigo para mulheres e crianças vítimas de violência doméstica e uma linha nacional de atendimento telefónico. Em 2009 a APAV apoiou 6.682 vítimas de violência doméstica, na sua grande maioria mulheres (88%); 32.6% das vítimas tinham uma idade compreendida entre os 26 e os 45 anos e 7.9% tinham 65 ou mais anos.

Quadro 1 - Vítimas de violência doméstica atendidas pela APAV, segundo o grupo etário, 2009

Grupo etário	N	%
0-10	268	3.1
11-17	283	4.2
18-25	4300	6.4
26-35	1005	15
36-45	1179	17.6
46-55	795	11.9
56-64	397	5.9
65 ou mais anos	528	7.9
NS	1797	26.9

Fonte: Estatísticas APAV 2009

A APAV publica regularmente estatísticas contendo informação de caracterização de vítimas e agressores/as, bem como da vitimização; estes dados não se encontram desagregados por sexo e/ou grupo etário. Todavia, segundo dados recentemente publicados pela APAV relativos a vítimas idosas, em 2008, 643 mulheres idosas e 147 homens idosos contactaram os serviços da organização. De 2000 a 2008 o número de pessoas idosas atendidas pela APAV tem vindo a registar um aumento significativo; porém, estas são estatísticas não desagregadas por sexo.

4.4. Sumário e questões em aberto

Este sumário procura, sucintamente, responder a três questões: com que imagem da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ficamos através das informações recolhidas e analisadas? Qual o contributo das várias entidades/organizações para a construção dessa nossa imagem? E quais as principais lacunas identificadas?

As mulheres idosas (com 55 ou mais anos) são vítimas de violência em relações de intimidade em Portugal, particularmente de violência física e sexual, tanto quanto as jovens mulheres (com menos de 25 anos). Embora não constituam o grupo etário de maior prevalência, apresentam uma taxa de incidência significativa, especialmente na região açoriana.

As vítimas idosas de crimes de violência ou de abuso são predominantemente mulheres (79.4%), tal como nos restantes grupos etários. Estas mulheres idosas entram em contacto com os serviços de apoio a vítimas tanto quanto as mulheres mais novas. No entanto, a ida para casas-abrigo é numericamente menos significativa para as mulheres idosas, assim como o é o seu contacto com a linha de emergência social.

Violência extrema/grave também ocorre entre casais idosos; atendendo aos dados sobre as mulheres assassinadas, constata-se que mais mulheres idosas foram mortas pelo seu actual marido/companheiro do que por outro elemento da família.

As principais fontes de informação nacional que nos permitem obter uma imagem sobre a violência doméstica (não necessariamente sobre violência em relações de intimidade) são as entidades governamentais (o Ministério da Administração Interna e a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género). As organizações que trabalham directamente com vítimas de violência doméstica, embora disponham de informação pertinente, disponibilizam a informação de uma forma tão agregada que impossibilita a obtenção de informação sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade. Por outro lado, a investigação até agora realizada em Portugal pouco tem contribuído para colmatar essas lacunas.

Aliás, a lacuna mais singular, sobre a qual tecemos a nossa primeira consideração, é a de que a informação disponível sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade não é recolhida e/ou disponibilizada de forma sistemática nem tão pouco detalhada.

Torna-se, pois, difícil obter uma imagem sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade através da informação publicada, nomeadamente porque a informação não se encontra desagregada por sexo e idade. Ainda, mais complicado parece ser estabelecer uma relação entre vítimas e agressores/as.

Acresce, ainda, que não nos deparámos com qualquer informação sobre esta realidade nacional em língua inglesa, o que vem dificultar a partilha transnacional de conhecimento sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

V

IPVoW: informação obtida através do questionário a organizações

5.1. Objectivos de investigação

O principal objectivo dos questionários consistia em conhecer o tipo de ajuda e apoio que mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade procuram e o que recebem das instituições e organizações.

Foram enviados questionários a instituições e organizações que pudessem ter tido contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade em anos recentes.

5.2. Método

5.2.1. Instrumentos

Foram desenvolvidas duas versões do questionário e traduzidas para a língua respectiva das entidades parceiras participantes; uma versão longa (com 16 páginas) e uma versão reduzida (com 7 páginas). Pretendeu-se aplicar a versão longa tanto quanto possível de forma sistemática e a versão reduzida quando se destinava a organizações que, de antemão, se sabia não ter pessoas peritas sobre a temática ou que tivessem limitações de tempo para dedicar ao seu preenchimento. (ver anexos 1 e 2). Os questionários foram enviados no início de Setembro de 2009 por correio ou email, acompanhados de uma breve descrição do Projecto, entidades parceiras e metodologias de investigação.

No próprio questionário (em ambas as versões) foi introduzida a definição sobre violência em relações de intimidade definida pelas entidades parceiras, visando um entendimento comum e partilhado. Assim, violência em relações de intimidade significa: "uma relação de intimidade respeitável a qualquer tipo de casal, homo ou heterossexual, casado, coabitando ou namorando. Não é necessário que a relação ainda se mantenha. A violência perpetrada por ex-parceiros/as é igualmente considerada (desde que a violência tenha ocorrido ou

continuado a ocorrer depois de a mulher ter completado 60 anos). Definimos violência como tática violenta não legítima, usada intencionalmente para causar dano físico e/ou psicológico; incluí o uso de força física e a infligência de lesões bem como abuso sexual ou emocional, assédio sexual, exploração financeira e negligência intencional (caso a vítima esteja dependente de cuidados prestados pelo marido/companheiro/a ou ex-marido/ex-companheiro/a)“.

A versão longa do questionário continha quatro partes: a primeira parte centrava-se na experiência institucional ou profissional com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Procurávamos saber com quantas mulheres ou casos a organização tinha tido contacto durante os anos de 2006 a 2009, qual a progressão do número de mulheres/casos nos últimos 10 anos e qual a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade relativamente a todas/os as/os utentes/clientes. Caso não fosse possível apresentar dados exactos, era solicitada uma estimativa quantificada. As questões seguintes respeitavam às formas de violência perpetrada contra as mulheres idosas com as quais a organização tinha tido contacto, características das vítimas e dos/as agressores/as bem como o tipo de violência em relações de intimidade reportada pelas vítimas. Pretendíamos ainda saber como a organização obteve conhecimento dos casos, como entrou em contacto com as vítimas, quais os serviços disponibilizados. E, além disso, quisémos saber se a organização tinha tido contacto com casos de homens idosos vítimas de violência em relações de intimidade.

A segunda parte do questionário incidia sobre percepções da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade. Foram apresentadas várias frases e foi solicitado que as pessoas se posicionassem quanto ao seu grau de concordância ou discordância em relação às mesmas. Foi, igualmente, pedido que fizessem uma estimativa quanto à frequência de determinadas reacções sobre a violência em relações de intimidade em mulheres com idade entre os 20 e os 40 e em mulheres com idade igual ou superior a 60 anos.

Na terceira parte foi solicitada informação sobre a organização, a sua área de intervenção, serviços disponibilizados, número de pessoas a trabalhar e/ou voluntárias, entre outras. E na quarta parte solicitava-se informação de natureza pessoal (sexo, idade, área profissional, cargo e tempo de trabalho na organização). Finalmente, era pedido que nos indicassem se a organização teria interesse em receber mais informação sobre o projecto, se estariam interessadas/os em participar numa entrevista e/ou na discussão de recomendações a nível nacional e europeu.

A versão reduzida do questionário continha questões acerca do número de mulheres / casos com as quais tinham tido contacto entre 2006 e 2009, qual a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade relativamente a todas/os as/os utentes/clientes e tipo de relação entre vítimas e agressores/as. Tal como na versão longa, eram apresentadas as mesmas frases relativas a percepções da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade e solicitada uma estimativa quanto à frequência de determinadas reacções sobre a violência em relações de intimidade em mulheres mais novas e mais velhas. A finalizar, era solicitada uma descrição da organização e perguntado o interesse em receber mais informação e/ou em participar, quer através de uma entrevista quer através da discussão de recomendações.

5.2.2. Amostragem

A identificação dos tipos de organização a incluir na amostra para aplicação do questionário postal teve como critério principal o possível contacto destas organizações com situações de violência em relações de intimidade contra mulheres idosas.

Numa amostra de âmbito nacional optou-se por seleccionar "*umbrella organizations*", ou seja, organizações que pelo seu tipo de intervenção, oferecem uma resposta abrangente, cobrindo todo o território, bem como organizações com intervenção específica no domínio da violência doméstica e/ou das pessoas idosas.

Na amostra de âmbito local, foram identificadas duas zonas (que correspondem a dois concelhos) com características distintas. Uma rural, localizada no interior sul do país e numa zona mais desertificada e empobrecida (Moura / Alentejo); outra mais urbana, situada nos limites da capital, com forte concentração populacional e uma das mais abastadas do país (Cascais / Grande Lisboa). Pretendia-se com estes diferentes tipos de análise identificar diferenças ao nível da intervenção no âmbito da violência contra mulheres idosas na intimidade, de acordo com dimensões como rural versus urbano; desertificação versus concentração populacional; maior dotação de recursos versus com menor dotação de recursos.

Foram, ainda, aplicadas duas versões do questionário, uma longa e outra curta. A primeira, dirigida a instituições que intervêm directamente sobre as questões da violência doméstica e/ou do envelhecimento; e a segunda para todas aquelas que, embora tendo outros campos de intervenção prioritários, pudessem igualmente sinalizar situações de violência contra mulheres idosas na intimidade.

Partindo desta premissa, foram enviados 117 questionários na sua versão longa, sendo 104 de âmbito nacional e 13 regional (Cascais: 9; Moura: 4) e, ainda, 125 questionários na sua versão curta (nacional: 27; Cascais: 70; Moura: 28).

Em Portugal, consideraram-se 131 instituições de âmbito nacional: casas abrigo, centros de acolhimento temporário, serviços de aconselhamento sobre maus tratos e negligência contra pessoas idosas, serviços de aconselhamento e apoio para vítimas de violência, linha telefónica do cidadão idoso, linha telefónica de emergência social, associações de reformados e organizações voluntárias para pessoas idosas, serviços de aconselhamento psicossocial para a família, instituto nacional de medicina legal e instituições de natureza associativa na área da saúde relacionadas com o envelhecimento.

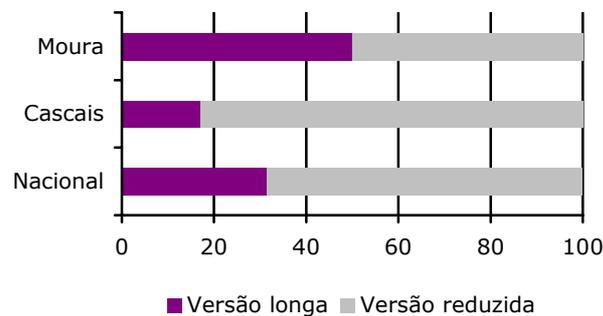
Já no que se refere ao âmbito local, identificou-se 79 organizações em Cascais e 32 em Moura: casas abrigo, serviços de aconselhamento e apoio para vítimas de violência, serviços de aconselhamento para mulheres, forças de segurança, procuradoras/es da república, médicas/os, serviços hospitalares (urgências e acção social), paróquias, centros de saúde, bombeiros, serviços locais da segurança social, serviços de apoio domiciliário, centros de dia e lares para pessoas idosas.

5.2.3. Realização do questionário

Os questionários foram enviados a 1 de Setembro de 2009 por email ou correio. Foram, posteriormente, feitas algumas insistências, via telefone, em finais de Dezembro nomeadamente junto das organizações umbrella que integram a nossa Rede de Acompanhamento do Projecto.

No total foram enviados 242 questionários, tendo, após diversas insistências junto das instituições sinalizadas, sido recepcionados 142. A taxa de devolução dos questionários é relativamente elevada (59%) dada a boa receptividade do mesmo em termos nacionais. Aliás, a taxa de devolução dos questionários que integram a amostragem nacional é de 97%, em muito devido à elevada participação de vários serviços locais do Instituto de Segurança Social. É na região de Cascais que se regista a menor participação (apenas 8% das organizações devolveram o questionário). Importa, ainda, referir que foram devolvidos 94 questionários na sua versão reduzida e 43 na versão longa.

Gráfico 13 - Amostra, segundo a região e o tipo de versão do questionário (%)



5.2.4. Análise da informação

No total foram validados e inseridos em base de dados 137 questionários, correspondendo a grande maioria destes (127) à amostragem nacional. Importa, pois, ressaltar desde já que, sendo o peso relativo das amostragens regionais muito pouco significativo, não se procederá a uma análise diferenciada por região.

A análise que de seguida se apresenta tem por base as respostas dadas às duas versões do questionário, pelo que em determinadas questões o número de respostas é reduzido dado que a versão curta do questionário não continha uma boa parte das questões incluídas na versão longa do mesmo. Importa, ainda, ressaltar que, embora tenha sido solicitado às pessoas que indicassem se dados eram exactos (números reais) ou estimados, não dispomos de informação que nos permita afirmar se estamos perante características efectivas de casos ou, antes, estimadas.

5.3. Breve caracterização da amostra

5.3.1. Organizações participantes

48% das organizações que responderam ao questionário enquadram-se em serviços da Segurança Social (25%) e em outros serviços sociais (23%). 26% são organizações de apoio a vítimas de violência; e entre estas encontram-se 14 casas-abrigo²⁷.

²⁷ A tipologia das organizações, considerada na análise dos resultados deste questionário, foi acordada, em reunião transnacional, por todas as entidades parceiras a fim de viabilizar uma análise comparativa entre os resultados dos diferentes países envolvidos. Um dos objectivos da recodificação das organizações segundo a tipologia acordada era o de se proceder a uma análise diferenciada das respostas por tipo de organização. Porém, em Portugal, a maioria das organizações que respondeu à versão longa do questionário enquadra-se no tipo 'serviços de apoio a vítimas de violência (doméstica)', deixando de fazer sentido a realização de uma análise sistemática por tipo de organização.

Quadro 2 - Organizações abrangidas pelo questionário postal, segundo o tipo (N e %)

	N	%
Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	36	26
Forças policiais/ sistema judicial	4	3
Segurança Social	34	25
Serviços de apoio às pessoas idosas	14	10
Outros serviços sociais	31	23
Outros	18	13

A violência constitui, porém, a principal área de intervenção destas organizações, tanto a violência doméstica (43%), como a violência sexual (9%), a violência contra crianças (8%), a violência em geral (7%) ou o abuso e negligência contra pessoas idosas (7%). Importa, contudo, ressaltar que esta era uma questão que apenas se encontrava incluída na versão longa do questionário (ou seja, respondida por 43 organizações, entre as quais não se encontra a maior parte dos serviços locais do Instituto de Segurança Social).

Quadro 3 - Organizações segundo a principal área de intervenção (N e %)

	N	%
Violência em geral	9	7
Crime em geral	8	6
Violência doméstica/violência nas famílias e nos casais	29	22
Violência doméstica contra as mulheres/raparigas	27	21
Abuso e negligência contra pessoas idosas	9	7
Violência sexual	12	9
Violência contra crianças	11	8
Problemas e lacunas na prestação de cuidados a pessoas idosas	2	2
Apoio e prestação de cuidados a pessoas idosas/ trabalho social gerontológico / serviços sociais	2	2
Imigração	2	2
Problemas psicossociais de mulheres	4	3
Problemas psicossociais de pessoas idosas	4	3
Problemas psicossociais em geral	6	5
Bem-estar espiritual (apoio espiritual/religioso)	1	1
Cuidados de saúde	2	2
Outros	3	2

Setúbal (6), Lisboa, Porto, Faro e Açores (4 de cada) foram os distritos de onde recebemos mais respostas²⁸. Apenas uma resposta foi recebida de uma organização de âmbito nacional.

75% das organizações que responderam à versão longa do questionário têm 10 ou menos pessoas a trabalhar de forma remunerada e permanente. Apenas 5% (N=2) têm mais de cem pessoas a trabalhar de forma remunerada.

Por outro lado, 87,5% das organizações têm até 10 pessoas a trabalhar de forma voluntária. Porém, uma organização tem 150 pessoas a trabalhar de forma voluntária.

5.3.2. Pessoas respondentes

A maioria das pessoas que responderam ao questionário²⁹ são mulheres (91%), com idade compreendida entre os 24 e os 40 anos (72,5%) e, na sua maioria, formadas em Psicologia (39%), em Serviço Social (23%) ou em Direito (20%).

65% das pessoas que responderam ao questionário ocupam cargos ao nível da direcção, da coordenação ou da gestão das respectivas organizações.

Por outro lado, 65% das/os respondentes estão a trabalhar na organização há menos de 6 anos.

5.4.

Experiência institucional e profissional com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

5.4.1. Conhecimento de casos

Metade das organizações (68) já teve contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade: 21% entre os anos de 2006 e 2009, 19% entre os anos de 2006 e 2008 e 10% apenas no ano de 2009³⁰.

²⁸ As restantes são provenientes de: Aveiro (3); Beja, Braga, Coimbra, Leiria e Madeira (2 de cada distrito); Bragança, Castelo Branco, Portalegre, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real (1 de cada distrito). Importa, uma vez mais, ressaltar que também esta era uma questão que se encontrava apenas na versão longa do questionário.

²⁹ Uma vez mais, as questões que nos permitem caracterizar as pessoas respondentes apenas estavam incluídas na versão longa do questionário.

³⁰ Os dados de 2009 não são relativos ao ano completo mas desde o início do ano até à data de preenchimento do questionário, o que para a maioria das organizações ocorreu entre Setembro e Outubro de 2009.

Quadro 4 - Organizações que tiveram contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, segundo o período temporal e tipo de organização (N e %)

	Tipo de organização						Total	
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Segurança social	Serviços de apoio às pessoas idosas	Outros serviços sociais	Outros	N	%
Entre 2006-2009	16	2	6	1	3	1	29	21
Apenas em 2009	6		2	2	3		13	10
Entre 2006-2008	7		5	1	7	6	26	19
Sem contacto	6	2	19	10	16	8	61	45
Não sabe	1		2		2	2	7	5
Total	36	4	34	14	31	17	136	100

São as organizações de apoio a vítimas de violência que têm contacto com um maior número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (em 43% do total de casos referidos), seguido dos serviços locais do Instituto de Segurança Social e de outros serviços sociais (19% respectivamente).

Entre os anos de 2006 a 2009, **803 mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade** entraram em contacto com alguma das organizações respondentes. A maioria das mulheres (76%) dirigiu-se às organizações de apoio a vítimas de violência; 12% a serviços da Segurança Social e 6% às forças policiais / sistema judicial³¹.

³¹ 43 dos 45 casos aqui apontados referem-se a mulheres atendidas no Instituto Nacional de Medicina Legal do Porto.

Quadro 5 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, segundo o tipo de organização contactada e o período temporal (N e %)

	2009		2006-2008		Total	
	N	%	N	%	N	%
Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	129	70	485	78	614	76
Forças policiais/ sistema judicial	4	2	45	7	49	6
Segurança Social	32	17	61	10	93	12
Serviços de apoio às pessoas idosas	6	3	4	1	10	1
Outros serviços sociais	13	7	13	2	26	3
Outros	1	1	10	2	11	1
Total	185	100	618	100	803	100

Importa referir que apenas nos serviços de apoio às pessoas idosas se verifica um aumento no número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que contactou a organização em 2009 face ao número referente ao período de 2006-2008, fruto, eventualmente, de uma maior sensibilização e abertura deste tipo de organizações em relação a esta temática.

A proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre o total de utentes das organizações é muito variável, situando-se num intervalo de 0,0025% a 20%, sendo a média de 5%. Já a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre o total de utentes do sexo feminino vítimas de violência em relações de intimidade atendido pelas organizações se situa num intervalo que varia entre os 0,022% e os 70%, sendo a média de 7%.

É nos serviços de Segurança Social que se encontra a mais elevada proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (9% e 25%, respectivamente, em relação ao total de utentes e ao total de utentes do sexo feminino vítimas de violência em relações de intimidade), sendo sobretudo de salientar que um quarto do total de mulheres vítimas de violência em relações de intimidade que se dirigem a estes serviços são idosas.

Quadro 6 - Proporção média de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre o total de utentes e entre o total de utentes do sexo feminino vítimas de violência em relações de intimidade, segundo o tipo de organização (%)

	Tipo de organização						Total
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Segurança social	Serviços de apoio às pessoas idosas	Outros serviços sociais	Outros	
Proporção média entre o total de utentes	6	0	9	3	2	1	5
Proporção média entre o total de utentes do sexo feminino vítimas de violência em relações de intimidade	7	0	25	9	4	0	7

Por comparação com há 10 anos atrás, o número de casos aumentou em seis organizações e manteve-se idêntico em duas. Não obstante, para a maioria das organizações (17) não é possível estabelecer qualquer comparação; importa lembrar, a este respeito, que boa parte das organizações participantes neste estudo são de constituição recente.

Quadro 7 - Progressão do número de casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade por comparação com há 10 anos atrás, segundo o tipo de organização (N=29)

	Tipo de organização			Total
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Outros serviços sociais	
O número de casos aumentou	5	1		6
O número de casos manteve-se idêntico	1		1	2
Não sabe / não é possível comparar	17		4	21

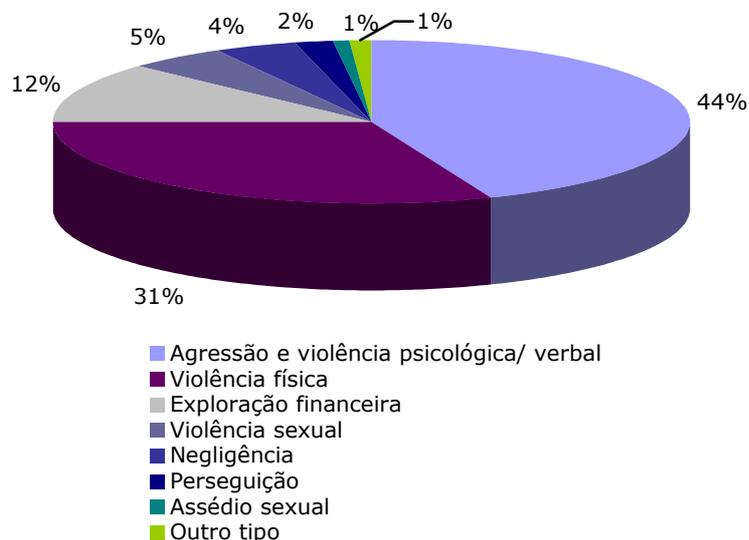
5.4.2. Características dos casos (2006-2008)

Neste subcapítulo são apresentados os dados que respeitam às características dos casos. Assim, os casos serão caracterizados segundo: as formas de violência; as características das vítimas; as características das relações; e as características da violência. Importa ressaltar que a informação que aqui consta resulta das percepções do pessoal técnico que respondeu ao questionário postal.

5.4.2.1. Formas de violência

A agressão e a violência psicológica / verbal é o tipo de violência mais frequentemente cometido por parceiros contra mulheres idosas (44%) seguido da violência física (31%); refira-se, ainda, 12% de casos de exploração financeira³².

Gráfico 14 - Vítimas segundo o tipo de violência em relações de intimidade (%)



São as mulheres vítimas de agressão e violência psicológica / verbal e de violência física, bem com as que vivem situações de assédio sexual, que entram maioritariamente em contacto com organizações de apoio a vítimas de violência (por comparação com as mulheres vítimas de outros tipos de violência).

³² Nesta questão era possível assinalar mais do que uma opção pois as mulheres podem ter sido vítimas de mais do que de um tipo de violência.

Quadro 8 - N.º de vítimas, segundo o tipo de violência em relações de intimidade, por tipo de organização (N)

	Tipo de organização			Total
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Outros serviços sociais	
Violência física	177	2	5	184
Violência sexual	28	2	1	31
Agressão e violência psicológica / verbal	253	3	10	266
Exploração financeira	64	1	5	70
Negligência intencional (apenas vítimas em situação de dependência)	22		5	27
Assédio sexual	5			5
Perseguição	10		3	13
Outro tipo	7			7
Total	566	8	29	603

5.4.2.2. Caracterização das vítimas

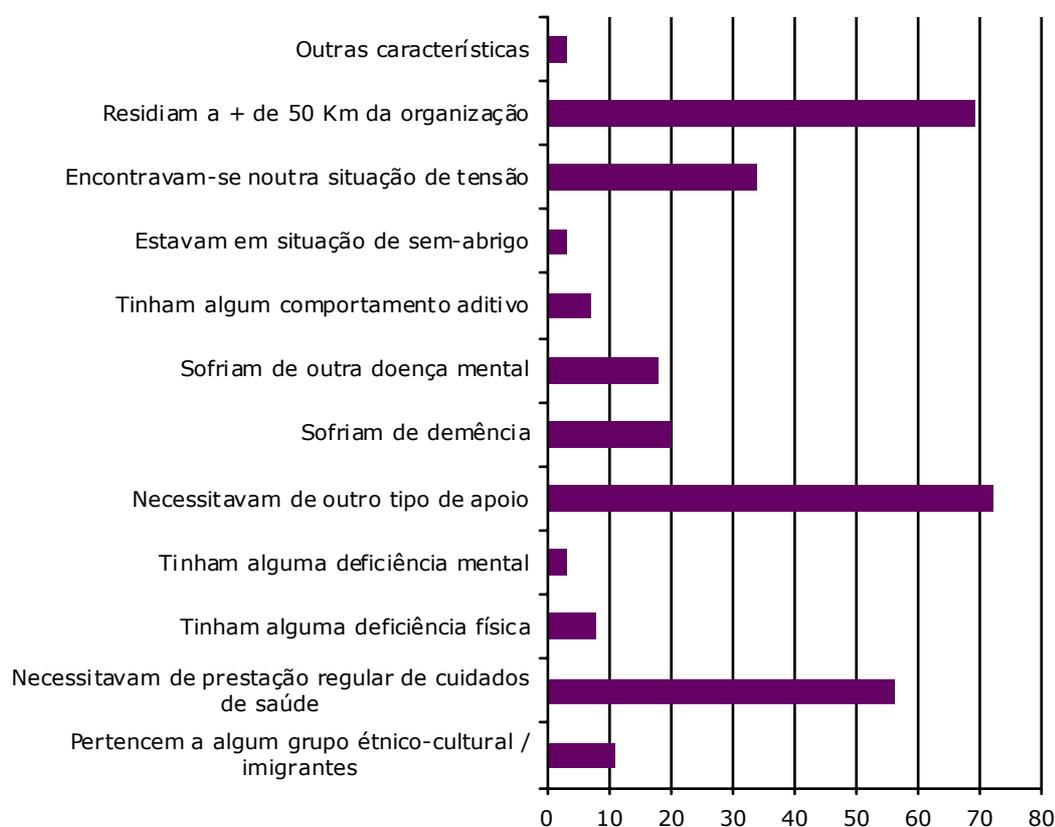
Cerca de quatro em cada cinco mulheres idosas que contactaram alguma organização têm uma idade compreendida entre os 60 e os 74 anos. Esta proporção verifica-se em todos os tipos de organização à excepção dos 'serviços de apoio às pessoas idosas' e de organizações que integram 'outros serviços sociais', onde se verifica uma proporção mais elevada de mulheres com 75 e mais anos (25% e 42%, respectivamente).

Quadro 9 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, segundo a idade, por tipo de organização contactada (N)

	Tipo de organização						Total	
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Segurança social	Serviços de apoio às pessoas idosas	Outros serviços sociais	Outros	N	%
Mulheres com idade entre os 60 e os 74 anos	319	37	45	3	7	8	419	77
Mulheres com 75 e mais anos	95	9	14	1	5	2	126	23

Salentando algumas outras características pessoais, 72 mulheres necessitavam de outro tipo de apoio (para além do estritamente relacionado com a situação de violência), 69 residiam a mais de 50 Km da organização que as apoiou e 56 necessitavam de prestação regular de cuidados de saúde. Importa ainda salientar que 38 mulheres sofriam de demência ou de outra doença mental e que 3 estavam em situação de sem-abrigo³³.

Gráfico 15 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, segundo determinadas características pessoais, por tipo de organização



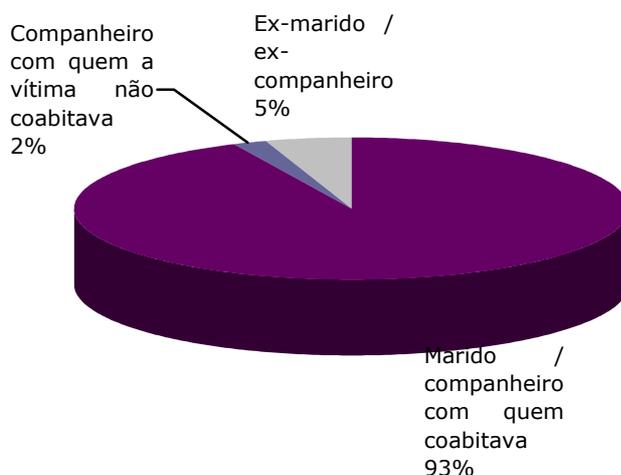
³³ Nesta questão era possível assinalar mais do que uma opção, pelo que algumas das mulheres podem apresentar mais do que uma característica.

Importa salientar que as mulheres idosas que pertencem a algum grupo étnico-cultural ou são imigrantes (3), que tinham alguma deficiência mental (4) ou que estavam em situação de sem-abrigo (3) apenas contactaram com organizações de apoio a vítimas de violência doméstica.

5.4.2.3. Caracterização das relações

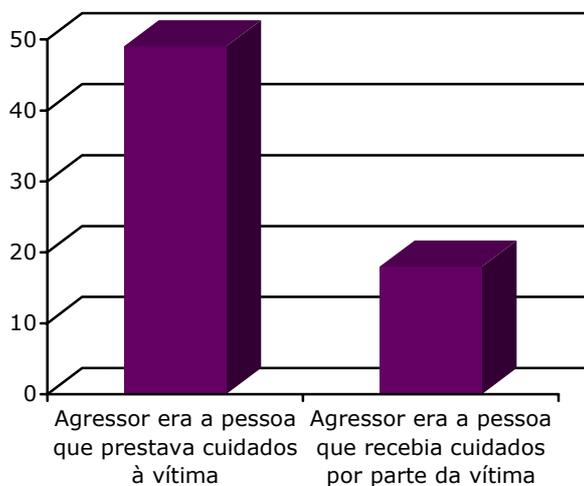
A totalidade destas mulheres vivia no contexto de relações conjugais de natureza heterossexual. Na grande maioria dos casos (93%) o agressor é/era o marido/companheiro com quem a mulher idosa coabitava(va).

Gráfico 16 - Agressor (nº de casos) segundo o tipo de relação (N=308)



67 casos envolviam relações de prestação de cuidados; na maioria destes (49) o agressor era a pessoa que prestava cuidados à vítima.

Gráfico 17 - Relações que envolviam prestação de cuidados (N=67)

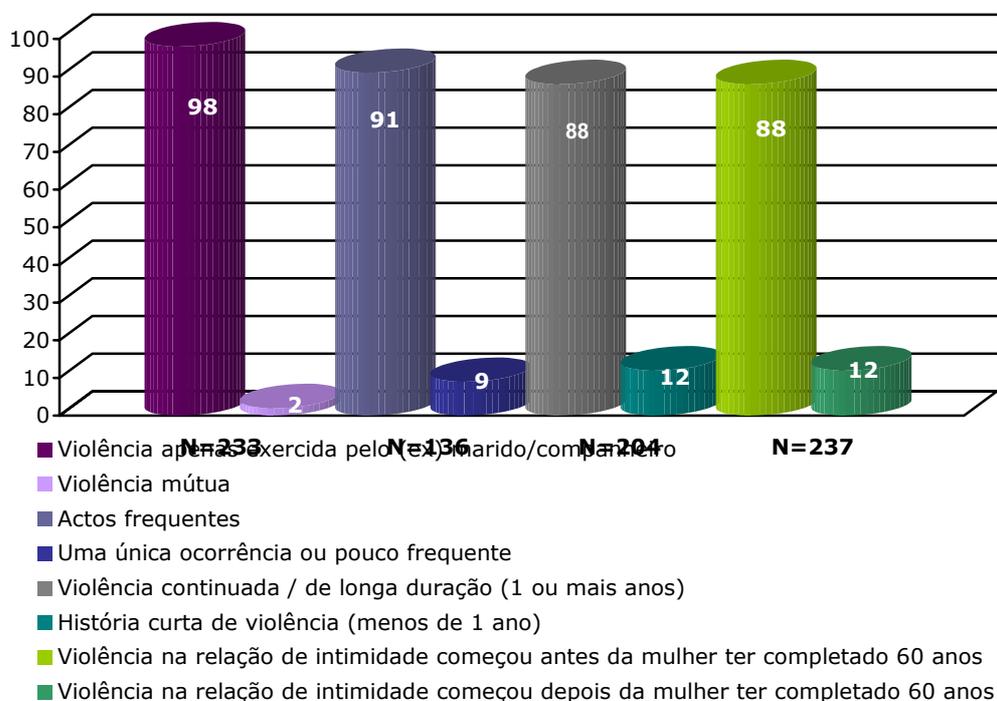


5.4.2.4. Caracterização da violência

Em relações de intimidade marcadas por violência, 98% dos casos reportam-se a situações em que esta é uma violência exercida apenas pelo (ex) marido/companheiro.

Os actos de violência foram exercidos com frequência contra 91% das mulheres; apenas para 12 mulheres os actos de violência eram pouco frequentes. São, por outro lado, numa ampla maioria (88%), mulheres cuja história de violência é de longa duração (um ou mais anos), história essa que teve o seu início antes das mesmas terem completado os 60 anos.

Gráfico 18 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo o tipo de violência, a frequência dos actos, a duração e o início da violência (%)



Os quatro casos de violência mútua, tal como os casos onde os actos de violência eram pouco frequentes (5) e/ou onde a história de violência é de curta duração (5) entraram em contacto apenas com organizações de apoio a vítimas de violência.

Quadro 10 - Organizações que tiveram contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo o tipo de violência, a frequência dos actos, a duração e o início da violência (N)

	Tipo de organização			Total
	Organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica)	Forças policiais	Outros serviços sociais	
Apenas exercida pelo (ex) marido / companheiro	21	1	5	27
Violência mútua	4			4
Actos frequentes	10	1	1	12
Uma única ocorrência ou pouco frequente	5			5
Violência continuada / de longa duração (1 ano ou mais)	19	1	3	23
História curta de violência (menos de 1 ano)	5			5
Violência na relação de intimidade começou antes da mulher ter 60 anos	20	1	2	23
Violência na relação de intimidade começou depois da mulher ter 60 anos	5	1		6

5.4.3. Procura de ajuda e apoio

Importa, antes de mais, referir que a análise que se apresenta neste subcapítulo reporta os resultados relativos às questões onde se procurava conhecer a forma como as organizações e/ou as e os técnicos tomaram conhecimento sobre os casos a que fazem referência e, ainda, a forma como foi estabelecido o 1º contacto entre as organizações e as vítimas. Estas questões continham, ainda, um campo onde as e os técnicos colocariam o número de vítimas; porém, nem todas as pessoas responderam desta forma.

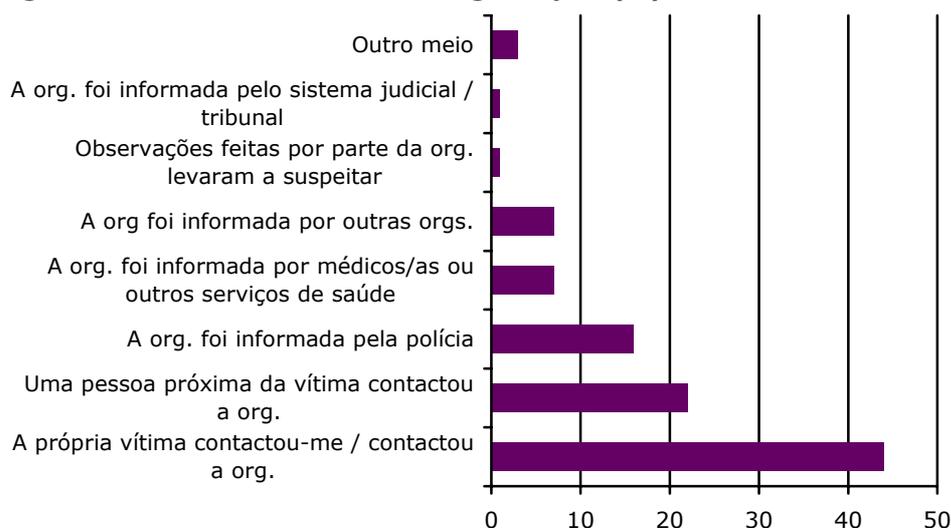
32% das organizações que responderam ao questionário tomaram conhecimento dos casos mediante contacto directo estabelecido pela própria vítima; 16% das organizações foi informada pela polícia e 14% por médicos/as ou outros serviços de saúde.

Quadro 11 - Organizações com casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo a forma de tomada de conhecimento dos casos (N)

	N	%
A própria vítima contactou-me / contactou a organização	20	32
A organização foi informada pela polícia	10	16
A organização foi informada por médicos/as ou outros serviços de saúde	9	14
Uma pessoa próxima da vítima contactou a organização	8	13
A organização foi informada por outras organizações	7	11
Outro meio	6	9
A organização foi informada pelo sistema judicial / tribunal	2	3
Observações feitas ou constatações por parte da organização levaram a suspeitar	1	2
Total	63	100

No entanto, se atendermos ao número de vítimas que entraram em contacto com as organizações³⁴ verificamos que 44% das mulheres idosas contactou directamente a organização; em 22% dos casos o contacto foi feito através de uma pessoa próxima da vítima e em 16% através da polícia.

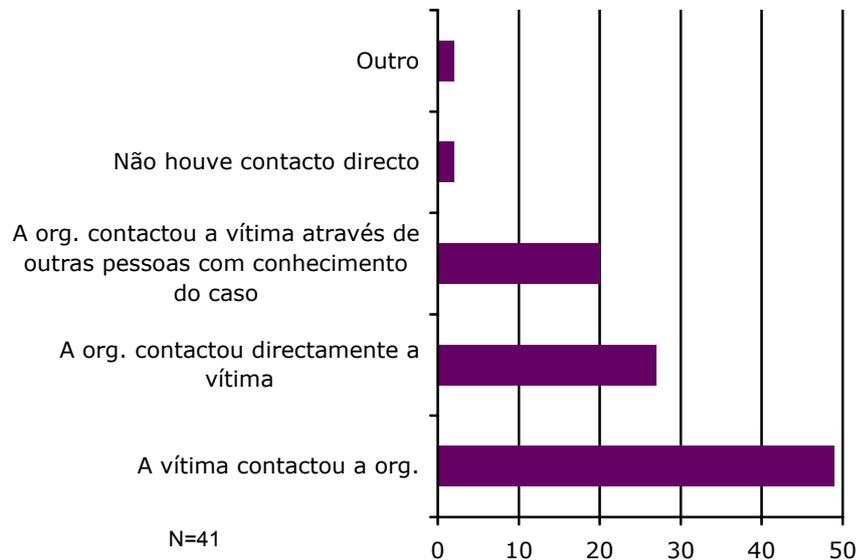
Gráfico 19 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo a forma de contacto com as organizações (%) N=322



³⁴ Nem todas as organizações que responderam ao questionário preencheram o campo relativo ao número de vítimas, pelo que os dados relativos a esta questão não são coincidentes com os dados anteriormente analisados.

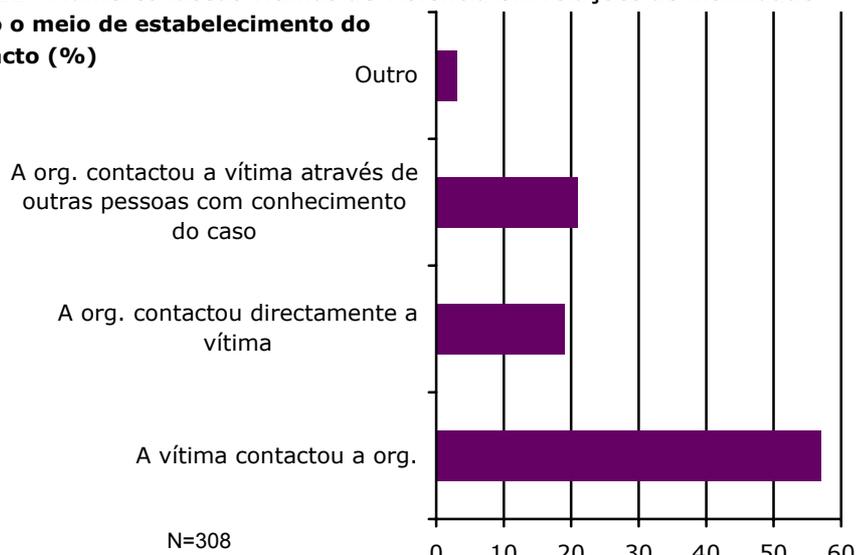
O primeiro contacto entre as organizações e as mulheres idosas foi estabelecido, para 49% das organizações, directamente pela vítima, e para 27% das mesmas pelas próprias organizações³⁵.

Gráfico 20 - Organizações com casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo o meio de estabelecimento do 1º contacto (%)



Do ponto de vista das mulheres idosas, 57% destas mulheres idosas³⁶ estabeleceu o primeiro contacto com a organização; e para 21% das mesmas o primeiro contacto foi feito através de uma pessoa com conhecimento do caso.

Gráfico 21 - Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade segundo o meio de estabelecimento do 1º contacto (%)



³⁵ Os outros meios de tomada de conhecimento foram Junta de Freguesia, Câmara Municipal, Linha de Emergência Social e serviços locais da Segurança Social.

³⁶ Uma vez mais, nem todas as organizações que responderam ao questionário preencheram o campo relativo ao número de vítimas.

Os serviços que as organizações mais prestam a estas mulheres respeitam essencialmente a apoio psico-social / aconselhamento (17% das organizações), aconselhamento jurídico (13%), apoio psico-terapêutico (10%) e disponibilização de informação sobre outras organizações relevantes (9%)³⁷. Apenas 4% disponibilizou acolhimento numa casa-abrigo e 3% prestou apoio na disponibilização de acolhimento num lar para pessoas idosas.

Quadro 12 - Serviços prestados pelas organizações, segundo o tipo de serviços (N e %)

	N	%
Apoio psico-social / aconselhamento	28	17
Aconselhamento jurídico	22	13
Apoio psico-terapêutico	16	10
Disponibilização de informação sobre outras orgs. relevantes	14	9
Apresentação de queixa	13	8
Intervenção de emergência	10	6
Apoio na realização de actividades quotidianas	10	6
Encaminhar o caso para outra organização	10	6
Disponibilização de acolhimento numa casa-abrigo	6	4
Prestação de cuidados médicos	5	3
Apoio na disponibilização de acolhimento num lar para pessoas idosas	5	3
Apoio financeiro	5	3
Realização de investigações criminais	3	2
Determinação de medidas de afastamento do agressor	3	2
Prestação de cuidados de enfermagem no domicílio	3	2
Controlo do cumprimento de medidas de afastamento	3	2
Outro	7	4

Por outro lado, os serviços que mais mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade receberam foram apoio psico-social / aconselhamento (29%), aconselhamento jurídico e disponibilização de informação sobre outras organizações relevantes (17%).

³⁷ Cálculo feito sobre o total de respostas (163).

Quadro 13 - Mulheres vítimas de violência em relações de intimidade segundo o tipo de serviços prestados pelas organizações (N e %)

	N	%
Apoio psico-social / aconselhamento	206	29
Aconselhamento jurídico	120	17
Disponibilização de informação sobre outras orgs relevantes	119	17
Apoio psico-terapêutico	75	11
Apresentação de queixa	36	5
Apoio na realização de actividades quotidianas	35	5
Encaminhar o caso para outra organização	30	4
Intervenção de emergência	27	4
Apoio financeiro	20	3
Realização de investigações criminais	14	2
Disponibilização de acolhimento numa casa-abrigo	7	1
Controlo do cumprimento de medidas de afastamento	3	0
Prestação de cuidados médicos	4	1
Apoio na disponibilização de acolhimento num lar para pessoas idosas	4	1
Prestação de cuidados de enfermagem no domicílio	2	0
Determinação de medidas de afastamento do agressor	2	0
Outro	10	1

Os serviços referidos pelas pessoas que responderam ao questionário encontram-se reunidos no quadro abaixo³⁸.

Quadro 14 - Serviços prestados pelas organizações, segundo o tipo e a descrição dos serviços

Apoio psico-social / aconselhamento	<i>Apoio psicológico e emocional; apoio psicoterapêutico; apoio social; aconselhamento; acompanhamento e encaminhamento; apoio técnico preliminar; Complemento Solidário do Idoso; orientação para serviços de segurança social; é disponibilizado mas pouco utilizado directamente pela vítima, porque e maioria dos contactos são feitos por pessoas próximas da vítima e por telefone.</i>
Aconselhamento jurídico	<i>Apoio técnico preliminar; apoio jurídico; pedido de apoio judiciário da segurança social para divórcio; são dadas informações jurídicas, à própria vítima ou a quem nos</i>

³⁸ Para cada tipo de serviço salientamos os que nos pareceram mais pertinentes. Importa ressaltar que nem todas as pessoas preencheram este campo. Registe-se, ainda, que, nesta tabela, se respeitou a organização e classificação dos serviços prestados feita pelas pessoas respondentes.

	transmite a situação.
Disponibilização de informação sobre outras orgs relevantes	<i>Centro de dia e lar; encaminhamento para a Segurança Social.</i>
Apoio psico-terapêutico	<i>Apoio psicológico; apoio técnico preliminar; reuniões de inter-ajuda na casa-abrigo.</i>
Apresentação de queixa	Apoio na apresentação da denúncia junto das autoridades, por escrito ou acompanhamento pessoal da vítima às esquadras ou Ministério Público.
Apoio na realização de actividades quotidianas	Apoio disponibilizado para as acções de acompanhamento à vítima: deslocação à policia, tribunal, IML, etc.
Encaminhar o caso para outra organização	<i>Para a Segurança Social, sempre que é necessário efectuar visitas domiciliárias e/ou encaminhamento para lares ou centros de dia.</i>
Intervenção de emergência	Encaminhamento para a linha de emergência social quando a situação exige intervenção ou acolhimento urgente / intervenção policial; Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia; admissão em casa-abrigo; acolhimento imediato.
Apoio financeiro	Pontualmente, para suprir necessidades básicas em situação de emergência.
Realização de investigações criminais	<i>Ministério Público.</i>
Disponibilização de acolhimento numa casa-abrigo	<i>Admissão em casa-abrigo.</i>
Prestação de cuidados médicos	<i>Centro de saúde; hospital; marcação de consulta; articulação com os serviços de saúde.</i>
Prestação de cuidados de enfermagem no domicílio	<i>Centro de saúde; visita do Centro de Saúde a casa da utente.</i>
Outro	Articulação com família alargada; encaminhamento para a Segurança Social; encaminhamento para CSI; co-construção de um projecto de vida com a utente; pedido de apoio social; encaminhamento para psiquiatria; retirada de pertences.

5.4.4. Percepções sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é – ainda, e de acordo com o reduzido número de estudos que, em Portugal, focam a problemática – um fenómeno a conhecer. Não se trata tão somente de abordar a temática da violência em relações de intimidade contra mulheres mas de a abordar centrando o nosso sujeito na mulher idosa. E é nesse sujeito que cabem as percepções que uma sociedade pode ter, no que respeita à violência e ao género mas também à idade e às questões ligadas ao envelhecimento.

Ao solicitarmos que as e os profissionais se posicionassem face a um conjunto de afirmações, pretendíamos tentar conhecer quem trabalha (ou possa vir a trabalhar) com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, percebendo em que medida as nossas construções sociais podem influenciar a forma como se entende esse sujeito.

Quadro 15 - Percepções sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade (%)

	6	5	4	3	2	1 ³⁹
As mulheres idosas são vítimas de violência em relações de intimidade com menos frequência do que as mulheres mais novas.	5	7	23	21	23	20
Em casais de pessoas idosas, as mulheres são com maior frequência agressoras em relações de intimidade do que em casais de pessoas mais novas.	0	4	12	30	29	25
O número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade irá aumentar no futuro.	5	10	30	36	16	3
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é um assunto com o qual ninguém, até agora, quer de facto lidar.	4	27	21	18	17	12
As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade necessitam de outro tipo de apoios e de ajuda comparativamente a mulheres mais novas.	30	41	16	5	6	1
Em todas as fases da vida, as mulheres são ameaçadas por violência nas relações de intimidade – as mulheres numa fase tardia da vida não estão isentas dessa ameaça.	54	27	11	7	0	1
A importância da problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade tem sido, até agora, subestimada.	19	32	21	13	12	2
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade	50	30	12	7	1	1

³⁹ De acordo com a nossa escala, 6 corresponde a 'concordo plenamente', 5 a 'concordo', 4 a 'concordo de alguma forma', 3 a 'discordo de algum modo', 2 a 'discordo' e 1 a 'discordo plenamente'.

deve ser considerada da maior importância na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial.						
As mulheres idosas vítimas de violência nas relações de intimidade precisam de mais apoios do que aqueles que até agora lhes têm sido prestados.	46	26	21	5	2	1
São poucas as mulheres idosas que se tornam vítimas de violência em relações de intimidade.	1	8	10	27	31	2
As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam dificuldades particulares no pôr termo a relações de violência de longa duração.	1	8	10	27	31	23
As mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade separam-se de forma permanente dos/as seus/suas agressores/as com maior frequência do que as mulheres idosas.	50	37	7	4	1	2
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ocorre, frequentemente, em contexto de dependência de cuidados.	23	26	20	21	9	2

64% das pessoas que responderam ao questionário postal discorda de que haja uma menor frequência da violência em relações de intimidade quando a vítima é idosa comparativamente com vítimas mais novas; não obstante, 24% concorda de alguma forma com essa menor frequência. Ou seja, a este nível, a idade é um factor que a maioria das pessoas não considera ser relevante.

Já 84% discorda da afirmação de que em casais de pessoas idosas, as mulheres são com maior frequência agressoras em relações de intimidade do que em casais de pessoas mais novas; ora, nesta afirmação é o género associado à idade que prevalece mas é igualmente o conhecimento estatístico do fenómeno da violência em relações de intimidade que aponta para a prevalência de agressores do género masculino.

O aumento do número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade no futuro é uma percepção que divide as pessoas respondentes, mas, ainda assim, com um maior pendor para a discordância (55%). Ou seja, é opinião de uma boa parte das pessoas de que este será um fenómeno em relação ao qual não se registará um aumento.

A afirmação de que a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é um assunto com o qual ninguém, até agora, quer de facto lidar é verdadeira para 52% das e dos respondentes.

O facto de que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade possam necessitar de outro tipo de apoios e de ajuda, por comparação com mulheres mais novas, é algo com o qual a ampla maioria (87%) das pessoas concorda. Este é um aspecto que encontra correspondência no elenco de recomendações que se encontra no subcapítulo 8.3 deste relatório

Quanto ao facto da importância desta problemática ter sido, até agora, subestimada, é algo com o qual a maioria concorda (72%).

‘Em todas as fases da vida, as mulheres são ameaçadas por violência nas relações de intimidade – as mulheres numa fase tardia da vida não estão isentas dessa ameaça’ é a afirmação que acolhe a maior proporção de concordância em pleno (54%). O género é, nesta afirmação, a dimensão que maior peso assume e que importa, pois, considerar no desenho de medidas de política de prevenção.

Uma outra questão que acolhe 50% da concordância em pleno (aos quais se somam 42% que concordam) é a consideração de que é da maior importância a inclusão da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial. Esta é matéria a remeter, igualmente, para as recomendações que mais à frente são sugeridas.

A par da subestimação da problemática das mulheres idosas vítimas de violência nas relações de intimidade, encontra-se a necessidade de serem prestados a estas mulheres mais apoios do que os prestados até agora. E esta é uma afirmação com a qual a ampla maioria concorda (93%, sendo que desses 46% concorda plenamente).

São apenas 19% as pessoas respondentes que exprimem algum nível de concordância com a afirmação de que são poucas as mulheres que, já idosas, se tornam vítimas de violência em relações de intimidade.

A maioria das e dos técnicas/os (81%) discorda da afirmação de que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam dificuldades particulares no pôr termo a relações de violência de longa duração.

No entanto, a opinião mais generalizada (que recolhe 87% da concordância e da concordância em pleno) é a de que as mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade separam-se de forma permanente dos/as seus/suas agressores/as com maior frequência do que as mulheres idosas.

E apenas 31% discorda do facto de a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ocorrer, frequentemente, em contexto de dependência de cuidados. É, pois, entendido que a maior parte das situações de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade se passa em relações onde, pelo menos, um dos elementos do casal necessita de prestação de cuidados.

Por outro lado, foram, ainda, introduzidas afirmações concernentes a percepções sobre as formas de intervenção dirigidas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, cujo quadro de resultados de seguida se apresenta.

Quadro 16 - Percepções sobre formas de intervenção dirigidas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (%)

	6	5	4	3	2	1 ⁴⁰
Os sistemas de apoio existentes são adequados às necessidades de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.	5	2	10	26	33	24
É difícil motivar mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade a procurar ajuda.	17	40	29	14	0	0
Mulheres idosas que são vítimas de violência em relações de intimidade necessitam de formas de ajuda mais pró-activas do que as mulheres mais novas.	10	36	31	19	2	2
Trabalhar com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade requer uma formação profissional especializada.	24	38	19	14	2	2
Profissionais que trabalhem com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade devem ser elas/eles próprias/os de meia-idade ou mais velhos/as.	0	0	5	19	19	57
Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são mais relutantes em procurar ajuda do que mulheres mais novas.	26	38	24	12	0	0
Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade sentem mais vergonha do que lhes aconteceu do que mulheres mais novas.	17	31	21	18	7	7

Desde logo, ressalta a inadequação dos sistemas de apoio existentes às necessidades destas – opinião partilhada em 83% das respostas que consideraram que a afirmação ‘os sistemas de apoio existentes são adequados às necessidades de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade’ como falsa (1, 2 e 3). Esta é, aliás, uma outra forma de expressão

⁴⁰ De acordo com a nossa escala, 6 corresponde a ‘absolutamente verdadeiro’, 5 a ‘verdadeiro’, 4 a ‘verdadeiro de alguma forma’, 3 a ‘falso de algum modo’, 2 a ‘falso’ e 1 a ‘absolutamente falso’.

relativa à necessidade de, como acima se referia, serem prestados mais apoios às mulheres idosas do que os prestados até agora.

É igualmente generalizada a opinião de que é difícil motivar as mulheres idosas a procurar ajuda (afirmação que recolhe 86% de respostas nas três opções possíveis de verdadeiro) bem como a de que essas mulheres necessitam de formas de ajuda mais pró-activas (77% nas três opções possíveis de verdadeiro). Estas são respostas que remetem para a opinião socialmente generalizada de que a proactividade não é uma característica comum entre as pessoas mais velhas.

Aliás, a ausência de proactividade nas pessoas idosas é reforçada pela opinião generalizada de que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são mais relutantes em procurar ajuda do que mulheres mais novas (88% considera esta afirmação como sendo verdadeira).

Já no que respeita ao facto de que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade sentirem mais vergonha do que lhes aconteceu do que mulheres mais novas, esta é a afirmação que mais divide as pessoas respondentes, chegando mesmo a ser tida como falsa por 32% das mesmas.

Uma vez mais, também nesta questão, é entendido por 81% que 'trabalhar com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade requer uma formação profissional especializada'. Esta opinião vem ao encontro da necessidade expressa de se incluir a temática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial.

A afirmação que mais pessoas entendem como sendo falsa é a de que 'profissionais que trabalhem com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade devem ser elas/eles próprias/os de meia-idade ou mais velhos/as' - 95% das respostas, sendo que 57% dessas respostas se situa no absolutamente falso. Subentende-se, pois, que, segundo a opinião da maioria das pessoas participantes neste estudo, o trabalho com mulheres idosas pode ser feito por pessoas mais novas do que as utentes/clientes.

Quanto à estimativa comparativa entre mulheres idosas e mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade que apresentam queixa-crime e procuram ajuda, em Portugal, verifica-se que em todos os itens considerados (ver quadro abaixo) apenas um regista uma maior proporção em favor das mulheres idosas – a procura de apoio espiritual.

Não obstante, os números médios relativos à apresentação de queixa-crime, procura de ajuda médica, apoio psicossocial, apoio espiritual ou outro tipo de ajuda estimados tanto para as mulheres mais novas como para as mulheres idosas não ultrapassam os 32%. E é ao nível da apresentação de queixa-crime que se encontra a maior diferença – em média, as organizações abrangidas pelo questionário estimam que 32% das mulheres mais novas apresentam queixa face a apenas 8% das mulheres idosas.

Quadro 17 - Estimativas médias de até que ponto mulheres idosas e mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade apresentam queixa e procuram ajuda (%)

	Mulheres com idade entre os 20 e os 40 anos	Mulheres com 60 e mais anos
Apresentam queixa-crime	32	8
Procuram ajuda médica	29	18
Procuram apoio psicossocial	31	13
Procuram apoio espiritual	21	28
Procuram outro tipo de ajuda	31	23

5.4.5. Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade: existe um interesse específico por parte das organizações quanto a esta problemática?

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade não é um tema central na agenda de 56% das organizações abrangidas pelo questionário. E a justificação que algumas organizações apresentam para esta ausência de centralidade relaciona-se com o pouco contacto que têm tido com casos deste tipo:

'Este não é um tema central, porque até ao momento nunca recorreu à nossa instituição uma mulher com mais de 60 anos de idade'.

'Existem poucas sinalizações de mulheres idosas; só temos duas vagas para mulheres isoladas'.

'Pode-se considerar que não, devido à pouca procura e solicitação de intervenção desta população, como também a falta de iniciativas dirigidas para esta problemática cada vez mais emergente e ao mesmo tempo mais camuflada na nossa sociedade. Existe a necessidade de mais informação e formação específica nesta área, independentemente do género, pois os homens idosos também são vítimas, embora

em menor número, tal como acontece na população vítima de outras faixas etárias mais baixas’.

‘Devido ao número de técnicos da organização ser reduzido, tentamos centrar a nossa intervenção nas pessoas vítimas de violência doméstica cujo perfil é mais significativo ao nível das nossas estatísticas. Não quer isto dizer que não prestemos apoio a mulheres idosas vítimas de violência nas relações de intimidade quando recorrem aos nossos serviços, simplesmente não são o nosso grupo alvo mais significativo’.

Outras entendem centrar a sua intervenção na problemática da violência doméstica enquanto uma questão de género, independentemente da idade:

‘A violência contra as mulheres em relações de intimidade é um tema central na nossa ONG, independentemente da idade. Centramo-nos na violência contra as mulheres em geral, não especificamente em nenhuma faixa etária’.

‘Violência contra mulheres e crianças, e não especificamente mulheres idosas’.

‘O tema da violência contra as mulheres é o tema central do trabalho diário, mas não o é respectivamente a mulheres idosas’.

Outras ainda consideram ser esta uma questão de idade e de orientação específica de outros serviços para este grupo etário:

‘A casa-abrigo destina-se a acolher mulheres adultas vítimas de violência doméstica, acompanhadas ou não de filhos menores’.

‘Não, pois existem respostas sociais mais específicas e adequadas para esta problemática’.

Uma das organizações inquiridas é, de facto, muito abrangente pois trata-se do mecanismo institucional de promoção de políticas públicas para a igualdade de género: ‘A CIG tem como missão a concretização de políticas públicas no âmbito da igualdade de género, nomeadamente violência doméstica, tráfico e igualdade de género’.

Não obstante, a maioria dos motivos que fundamentam a centralidade da problemática na agenda de 44% das organizações abrangidas pelo questionário são muito semelhantes aos motivos que fundamentam a não centralidade da

questão nas outras organizações. Ou seja, apesar da afirmação de princípio, não se encontram elementos diferenciadores ao nível das justificações relativamente às outras organizações:

'A violência doméstica contra pessoas é um tema central nesta organização, independentemente do género e idade.'

'A violência doméstica é tema central na agenda da nossa organização, seja qual for a idade da vítima.'

'Efectivamente damos apoio a todos os casos de violência doméstica contra as mulheres. No entanto, o número de casos que nos aparece é realmente muito baixo.'

'Enquanto instituição que trabalha com vítimas de crime, a violência contra mulheres idosas é sempre um tema central para nós.'

'O tema central da minha associação é a violência contra as mulheres, incluindo, mas não especificamente, as mulheres idosas.'

'ONG com centro de atendimento a vítimas de violência doméstica.'

'Desde que seja vítima de violência conjugal é acolhida nos mesmos moldes.'

Apenas 3 organizações justificam essa centralidade de uma outra forma:

'Tem de necessariamente fazer.'

'Tendo em consideração que a população portuguesa está a envelhecer e que a problemática da violência doméstica, mais concretamente no âmbito da conjugalidade, tem vindo a ser bastante debatida na comunidade científica e nos organismos que trabalham com este tema.'

'Devido à sua pouca divulgação, a XXX do Distrito organiza seminários para a comunidade pelos vários concelhos do Distrito no sentido de sensibilizar e informar a população sobre a problemática.'

E uma outra organização justificou a centralidade do problema na sua agenda com a falta de iniciativa por parte destas vítimas: 'Porque se trata de situações gravíssimas, cujas vítimas não tomam iniciativa, nem têm capacidade para tomar as medidas adequadas ao seu problema'.

Apenas quatro organizações⁴¹ entendem ter serviços especializados para mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. No entanto, o tipo de serviços discriminado não é, de forma alguma, específico às mulheres idosas:

'Este é um serviço direccionado/especializado para todo o tipo de vítimas de violência doméstica, enquadrando assim no seu âmbito de intervenção a violência contra pessoas idosas, indiferente do sexo'.

'Equipas formadas em violência doméstica para atendimento de vítimas'.

'Apoio psicológico'.

Treze organizações mencionam explicitamente as mulheres idosas como grupo alvo da organização face a 21 que não o fazem. Aquelas que fazem menção expressa justificam a sua resposta com questões de género ou, pelo contrário, identificando questões específicas ao grupo das mulheres idosas:

'Na qualidade de mulheres vítimas de violência doméstica'.

'Uma vez que o objectivo da associação é o apoio à mulher vítima de

violência, independentemente da faixa etária'.

'A violência doméstica inclui os maus tratos na 3ª idade e por isso é um dos grupos de intervenção do XXX'.

'Estão consideradas como público mais vulnerável'.

'Serviço de aconselhamento direccionado para as necessidades específicas desta população-alvo'.

As estratégias a que estas organizações recorrem a fim de alcançarem este grupo alvo enquadram-se essencialmente em acções de sensibilização dirigidas às pessoas idosas. Uma organização desenvolveu um programa específico; uma outra implementou um 'gabinete itinerante em juntas de freguesia que promove a não violência em pessoas idosas'; e uma outra organização refere 'elaborámos um Guia de Prevenção da Violência contra as Pessoas Idosas e fizemos a sua distribuição pela nossa área de intervenção, nomeadamente pelas instituições direccionadas para a terceira idade'. Ainda, uma organização faz uma 'articulação com as instituições locais que trabalham directamente ou indirectamente com esta população'.

⁴¹ De um total de 42 organizações que responderam a esta questão.

Entre as 21 organizações que não mencionam as mulheres idosas como grupo alvo encontramos o mesmo tipo de fundamentos que entre aquelas que mencionam as mulheres idosas como grupo alvo da organização:

'Todas as mulheres têm o mesmo apoio'.

'As mulheres idosas são implicitamente mencionadas enquanto grupo alvo da associação, uma vez que a temática central do nosso trabalho é a violência contra todas as mulheres'.

'Na intervenção no contexto da igualdade de género e da violência doméstica, o grupo alvo são pessoas com mais de 18 anos, incluindo população idosa'.

'O alvo são mulheres vítimas de violência doméstica'.

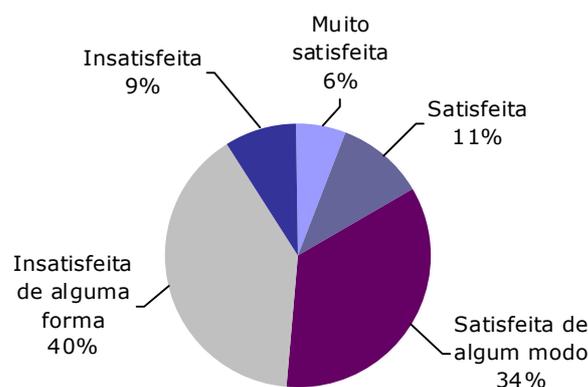
Apenas duas organizações consideram a questão da idade como factor dificultador do trabalho a realizar com as mulheres vítimas de violência em relações de intimidade:

'Pensamos que este tipo de público requer uma intervenção bastante específica, o que exigiria um número maior de técnicos e uma estruturação de um outro tipo de trabalho'.

'A população alvo com quem trabalhamos são mulheres jovens e de meia idade; situações de mulheres idosas são normalmente encaminhadas para lar'.

A avaliação feita pelas pessoas respondentes da sua satisfação relativa ao apoio prestado pela organização a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade situa-se mais num nível positivo do que negativo: 34% das organizações está satisfeita de algum modo, 11% está satisfeita e 6% muito satisfeita. Não obstante, 40% está, de alguma forma, insatisfeita. Importa ressaltar que sete organizações não têm experiência destes casos.

Gráfico 22 - Avaliação da satisfação quanto ao tipo de apoio prestado pelas organizações a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (%)



A maioria das organizações que está muito satisfeita ou satisfeita com o apoio dado às mulheres idosas não justificou a sua resposta, à exceção de uma:

'Apesar da falta de recursos nesta área, tentamos dar a resposta adequada às necessidades de cada utente, apelando e encaminhando à intervenção de serviços da comunidade especializados na 3ª idade'.

Entre aquelas organizações que responderam estar de algum modo satisfeitas, as justificações apontam para um apoio bem sucedido.

'As pessoas que foram apoiadas pelos nossos serviços ficaram com a percepção que o apoio não cessou com o seu processo de autonomização concluído. Algumas pessoas mantêm contactos regulares com os nossos serviços'.

'Em todos os casos até à data, sempre se conseguiu dar resposta'.

'O tipo de apoio prestado foi de acordo com as necessidades de utentes'.

No entanto, duas organizações, apesar de se declararem satisfeitas com o apoio prestado, não deixam de expressar uma perspectiva crítica em relação ao mesmo:

'Porque nem sempre conseguimos obter as respostas mais ajustadas ao caso concreto'.

'Devido à falta de formação específica na área'.

As organizações insatisfeitas de alguma forma com o apoio facultado às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade apontam quer para a inexistência de respostas sociais de apoio a estas mulheres, quer para alguma *incapacidade* destas na resolução das situações de violência:

'A intervenção é demasiado específica e exigente. As respostas são inadequadas, inexistentes e/ou insuficientes. A intervenção fica limitada ao possível'.

'Necessitaríamos de maior trabalho junto das suas redes e bem assim de respostas mais apetrechadas em termos de tempo e substância de intervenção'.

'Não conseguimos que haja grande denúncia destas situações, o que faz com que não se consiga dar o apoio necessário. Para além disso, não existem muitas respostas e apoios em termos práticos para mulheres idosas'.

'Não existem muitas respostas para este tipo de público no que diz respeito à violência doméstica. Por norma, são

mulheres que não apresentam queixa-crime por medo das consequências e por acharem que simplesmente não vale a pena. A solução de retirada do contexto de violência é também uma solução que normalmente rejeitam por não quererem deixar as suas casas, os seus bens, os familiares e vizinhos’.

‘Porque se trata de um grupo etário que muitas vezes não tem coragem para pedir ajuda e outras vezes não querem ser ajudadas, porque o agressor/a é muitas vezes familiar muito próximo’.

As organizações que se encontram insatisfeitas reportam justificações que vão ao encontro das anteriores – falta de respostas sociais e comportamentos resignados face à situação:

‘As respostas sociais existentes não vão ao encontro das necessidades específicas de mulheres idosas, não activas, vítimas de violência em relações de intimidade’.

‘Inexistência de respostas sociais para mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade; desistência de queixa crime e resignação à situação de violência, nalguns casos por não se conhecer outra realidade no que respeita às relações de intimidade’.

59% das organizações gostariam de disponibilizar algum tipo de serviço a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Alguns dos serviços têm como população alvo as pessoas idosas, independentemente do género:

‘A cooperativa gostaria de implementar três projectos para a população idosa: linha de atendimento, lar de idosas/os, serviço de alerta em que a pessoa utilizaria um mecanismo electrónico para accionar em situações de emergência’.

São igualmente referidos serviços que se inscrevem ao nível do acolhimento:

‘Acolhimento adequado às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade e posterior reinserção destas na comunidade’.

‘Apartamento para situações de emergência’.

‘Casa-abrigo específica para mulheres idosas’.

‘Centro de acolhimento temporário’.

'Instituição de acolhimento imediato, adequada às necessidades específicas da idosa'.

Algumas organizações fazem referência à necessidade de existir uma articulação entre serviços vários:

'Criar uma rede local de intervenção na área'.

'Grupos de auto ajuda; ateliers; potenciar a sua integração nas actividades da própria organização; articular com rede social respostas mais seguras e de proximidade com vista a uma maior protecção; acolhimento imediato e vocacionado'.

'Pensamos que deveriam existir respostas mais específicas e adequadas a este público. A intervenção com população idosa, devido às suas características, terá que ser diferente daquela que praticamos com mulheres e homens mais novos. Estas respostas deveriam existir para além da nossa intervenção, já que exige uma formação específica por parte dos técnicos e um trabalho em rede com outros serviços'.

Por último, alguns serviços de âmbito genérico:

'Serviços ocupacionais orientados para esta população alvo'.

'Consulta de gerontologia mais divulgada e acessível às mulheres em geral e em todo o país'.

'Cuidados clínicos continuados'.

5.4.6. Manifestação de interesse em aceder a mais informação sobre o estudo e de cooperação

103 das 137 organizações abrangidas pelo questionário postal manifestaram-se interessadas em receber mais informação sobre este estudo e em conhecer os resultados do questionário

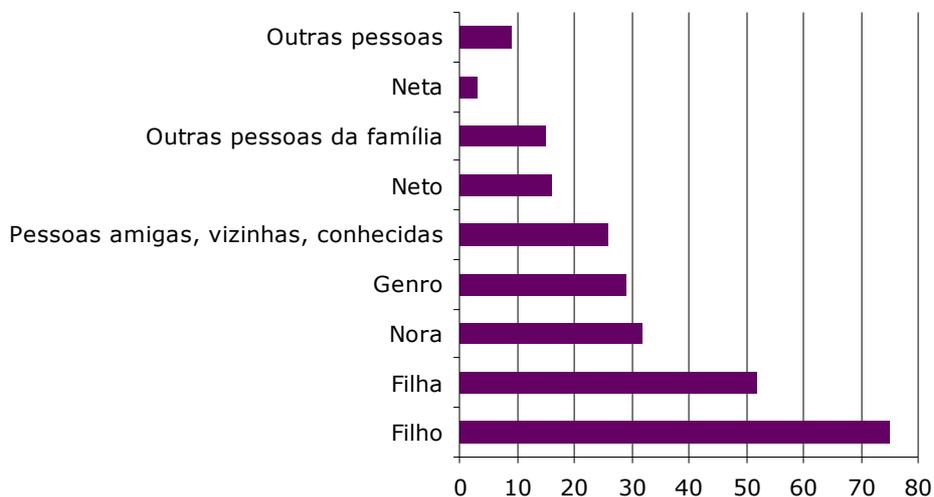
Mas apenas 37 pessoas se disponibilizaram para participar numa entrevista sobre esta problemática.

Por outro lado, 50 organizações declararam que gostariam de participar na discussão de recomendações para trabalho futuro com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

5.4.7. Violência em relações de intimidade: experiência institucional e profissional com mulheres idosas vítimas de violência perpetrada por outras pessoas agressoras e os homens idosos enquanto vítimas

Quanto a outras pessoas agressoras, constata-se que 76 organizações tiveram contacto com 261 mulheres vítimas de violência por parte de outros elementos da família ou de outras pessoas que lhes são próximas. Os filhos e as filhas são as pessoas mais próximas que mais violência cometem contra mulheres idosas, perfazendo um total de 127 casos (o que corresponde a cerca de metade dos casos de mulheres idosas vítimas de violência perpetrada por outras pessoas próximas com os quais as organizações abrangidas pelo questionário postal tiveram contacto).

Gráfico 23 - Mulheres idosas vítimas de violência perpetrada por outras pessoas agressoras (N)



Nove organizações tiveram contacto com 48 homens idosos vítimas de violência em relações de intimidade; todos estes homens viviam no contexto de relações de natureza heterossexual.

Se considerarmos os 803 casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que contactaram as organizações abrangidas pelo questionário postal, verificamos que a violência contra pessoas idosas em relações de intimidade tem um rosto claramente feminino (94% de mulheres idosas face a 6% de homens idosos).

5.5. Sumário e questões em aberto

68 organizações das 136 que responderam ao nosso questionário⁴² tiveram contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre os anos de 2006 e 2009. No total, 803 mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entraram em contacto com alguma destas organizações. A maioria das mulheres (76%) dirigiu-se a organizações de apoio às vítimas de violência; 12% a serviços da Segurança Social e 6% às forças policiais / sistema judicial⁴³.

A proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre o total de utentes das organizações situa-se num intervalo de 0,0025% a 20%, sendo a média de 5%. Já a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre o total de utentes do sexo feminino vítimas de violência em relações de intimidade atendidas pelas organizações se situa num intervalo que varia entre os 0,022% e os 70%, sendo a média de 7%.

A agressão e a violência psicológica / verbal é o tipo de violência mais frequentemente cometido por parceiros contra mulheres idosas (44%), seguido da violência física (31%)⁴⁴. De acordo com a informação facultada, 266 mulheres foram vítimas de agressão e violência psicológica / verbal e 177 de violência física.

Cerca de quatro em cada cinco mulheres idosas que contactaram alguma organização têm idade compreendida entre os 60 e os 74 anos.

A totalidade destas mulheres vive no contexto de relações conjugais de natureza heterossexual. Na grande maioria dos casos (93%) o agressor é/era o marido/companheiro com quem a mulher idosa coabitava. Quanto a outras pessoas agressoras, constata-se que os filhos e as filhas são, a seguir ao (ex) marido/companheiro, aquelas que mais violência cometem contra mulheres idosas que contactaram com as organizações abrangidas pelo questionário postal.

⁴² Apesar de o total de questionários inseridos ser 137, num dos casos duas pessoas de uma mesma organização responderam ao questionário. Importa, ainda, ressaltar que foram considerados 37 questionários oriundos de serviços locais do Instituto de Segurança Social.

⁴³ Aqui inclui-se o Instituto Nacional de Medicina Legal do Porto.

⁴⁴ Nesta questão era possível assinalar mais do que uma opção dado que uma mulher pode ter sido vítima de mais do que um tipo de violência.

Os actos de violência foram exercidos com frequência contra 91% das mulheres; apenas para 12 mulheres os actos de violência exercidos eram pouco frequentes. São, numa ampla maioria (88%), mulheres cuja história de violência é de longa duração (um ou mais anos), história essa cujo início ocorreu antes das mesmas terem completado os 60 anos.

32% das organizações tomou conhecimento dos casos mediante contacto directo estabelecido pela própria vítima. Essa tomada de conhecimento ocorreu, também com alguma frequência, através de uma pessoa próxima da vítima, da polícia e dos serviços de saúde.

Os serviços que as organizações mais prestaram a estas mulheres respeitam essencialmente a apoio psico-social / aconselhamento (17% das organizações), aconselhamento jurídico (13%), apoio psico-terapêutico (10%) e disponibilização de informação sobre outras organizações relevantes (9%)⁴⁵. Apenas 4% disponibilizou acolhimento numa casa-abrigo e 3% prestou apoio na disponibilização de acolhimento num lar para pessoas idosas.

Para as organizações abrangidas pelo questionário postal, mais do que uma questão de idade (e relativa ao envelhecimento), a violência em relações de intimidade é uma questão de género que afecta, sobretudo, as mulheres. E é um problema que, segundo a opinião da maioria das organizações, não tenderá a aumentar no futuro.

Não obstante, são necessários mais apoios e apoios de outro tipo. Reveste-se também da maior importância a inclusão desta temática na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial. É, no entender da maioria das organizações participantes, difícil motivar as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade a procurar ajuda, uma vez que estas mulheres serão mais relutantes na procura de ajuda e necessitam de formas mais pró-activas quando comparadas com mulheres mais novas.

No entanto, este não é um tema central na agenda de mais de metade das organizações abrangidas, por razões de ordem vária. E apenas quatro organizações entendem ter serviços especializados para as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (que, contudo, de todo, se podem considerar efectivamente específicos).

⁴⁵ Cálculo feito sobre o total de respostas (163).

É com base nos resultados da análise dos dados recolhidos através do questionário postal que se nos colocam algumas questões, nomeadamente:

- Se uma boa parte das pessoas que trabalham nas organizações abrangidas pelo questionário, nomeadamente entre as organizações de apoio a vítimas de violência doméstica, lidam com a problemática da violência há menos de 6 anos, e sendo as respostas de apoio a vítimas de violência doméstica existentes em Portugal relativamente recentes, em particular no que respeita aos núcleos de atendimento a vítimas de violência, onde poderiam ter ido antes, estas mulheres mais velhas, procurado respostas? A que serviços se poderiam ter dirigido e que apoio lhes poderia ter sido facultado?
- No entender da maioria das organizações participantes, as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade não enfrentam dificuldades particulares no pôr termo a relações de violência de longa duração. Mas se não enfrentam dificuldades particulares, porque é que a maioria das que, de alguma forma, conhecemos (através das entrevistas a técnicas e técnicos), não o fez? Que motivos conduzem estas mulheres idosas a manter-se em relações violentas?
- Entende-se, também, que as mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade separam-se de forma permanente dos/as seus/suas agressores/as com maior frequência do que as mulheres idosas. Não encontrarão, então, estas mulheres mais velhas dificuldades particulares como a dependência económica, habitacional e, muitas das vezes, emocional de longos anos de vivência em comum? Ou mesmo a dificuldade de antever a construção de um plano alternativo de vida aos 70 ou 80 anos?
- Se a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade não é um tema central na agenda de mais de metade das organizações inquiridas, o que é que isso representa e que impactos tem ao nível da adequação dos serviços prestados às necessidades, reconhecidamente, específicas destas mulheres mais velhas?

VI

Entrevistas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

6.1. Objectivos de investigação e questões éticas

Tal como referido no capítulo II, um importante objectivo deste estudo consistia no aprofundamento do conhecimento sobre aspectos específicos de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade, segundo diferentes perspectivas. Isto significa que foi da maior importância falar com as próprias vítimas, ouvir as suas histórias e conhecer as suas perspectivas. Desta forma, as entrevistas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são uma componente central deste estudo - seguindo uma tendência geral em investigação criminológica e vitimológica de dar voz às vítimas, dando-lhes a possibilidade de falarem sobre si mesmas (cf. Hotaling & Buzawa, 2003; Morris, Maxwell & Robertson, 1993; Shalhoub-Kervorkian & Erez, 2002)

As entrevistas a vítimas procuravam conhecer as características das mulheres idosas e dos seus agressores, as características das relações violentas na velhice, os factores de risco e de protecção, as causas dos abusos, as características dos episódios de violência (dinâmicas e factores situacionais) e os contextos dos abusos. Era nossa intenção particular conhecer comportamentos de procura de ajuda e de apoio, as barreiras e obstáculos percebidos pelas próprias vítimas na procura de ajuda e as suas percepções sobre a ajuda profissional obtida. Uma outra questão pertinente prendia-se com a forma como as mulheres idosas relatavam as suas experiências, o tipo de terminologia utilizada e as suas próprias interpretações sobre as suas experiências num contexto geracional e biográfico.

Neste tipo de entrevistas, as questões éticas eram por demais evidentes. Entrevistar mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade requer determinados princípios éticos básicos tal como quando se faz investigação sobre outros tópicos sensíveis (a este respeito ver os princípios apresentados pela International Organization of Medical Sciences (CIOMS), Ellsberg & Heise, 2005, pp. 35/36). Para além destes princípios básicos, outros

aspectos foram considerados atendendo ao grupo alvo e ao interesse da investigação, tais como: a confidencialidade, a divulgação de informação e a necessidade de assegurar um consentimento informado e adequado. Seguindo orientações internacionais (Ellsberg & Heise, 2002, WHO, 2001, Elcioglu, 2004) as entidades parceiras debateram e determinaram princípios internos quanto a questões éticas a considerar nas entrevistas a vítimas.

6.2. Metodologia

6.2.1 Instrumento

O método de entrevista utilizado adopta procedimentos geralmente designados como “problem-centred interviewing” (Witzel, 2000) e “episodic interviewing” (Flick, 2000), enfatizando elementos da narrativa em determinado espaço, e ao mesmo tempo seguindo uma abordagem mais estruturada do que a metodologia de Schütze em entrevistas narrativas (Schütze, 1983). Seguindo um processo de consulta internacional, as entidades parceiras desenvolveram um guião de entrevista a vítimas, tendo sido, posteriormente, traduzido para as línguas respectivas. O guião de entrevista focava quatro áreas de interesse principais: (a) história de vida, (b) experiências de violência ao longo do ciclo de vida, (c) alterações da violência na velhice e (d) ajuda, necessidades e direitos. O guião de entrevista baseia-se em questões abertas e em impulsos narrativos, contendo listas de aspectos a conhecer cabendo à entrevistadora fazer uma revisão por forma a assegurar que todos os aspectos eram considerados e explorados em profundidade.

Continha, ainda, uma breve introdução com informação sobre o projecto de investigação e sobre a temática a conhecer. Um aspecto essencial consistia em tornar explícito qual o objecto de estudo sem que isso implicasse qualquer limitação às respostas ao colocar previamente uma ‘etiqueta’ às experiências como sendo de violência uma vez que as mulheres a serem entrevistadas as poderiam considerar de forma diferente. O objecto de investigação foi introduzido da seguinte forma: “Sabemos, por outros estudos, que muitas mulheres vivem conflitos graves em relações de conjugalidade/intimidade e até mesmo violência exercida por parte dos seus próprios maridos/companheiros. Sabemos, pois, que viver a dois em relações de conjugalidade/intimidade pode ser difícil, penoso e perigoso para algumas mulheres. No entanto, ainda sabemos muito pouco sobre as experiências e as percepções de mulheres com 60 ou mais anos”. No decurso desta introdução foi igualmente explicado como a entrevista iria decorrer, foi solicitada permissão para gravar a entrevista, foi

explicado o que seria feito com a informação e a respectiva gravação, e foi declarada a sua confidencialidade. Às mulheres entrevistadas foi pedido que assinassem um documento de consentimento informado; e foi-lhes facultado um documento assinado assegurando que toda a informação seria tratada de forma confidencial. Na última parte da entrevista, era perguntado às entrevistadas se tinham conhecimento sobre serviços de apoio a vítimas de violência disponíveis e se eram conhecedoras dos seus direitos e respectivo enquadramento legal. As entrevistadoras tinham consigo esta informação e estavam preparadas para a disponibilizar. Foram, ainda, desenvolvidos dois formulários contendo informação pessoal – um dirigido às vítimas e outro a agressores. As entrevistadoras verificavam se toda a informação tinha sido dada durante a entrevista e, caso tal não tivesse sucedido, solicitavam informação em falta no fim da entrevista.

Imediatamente após a entrevista, de preferência, as entrevistadoras deveriam preencher um formulário pós-entrevista, contendo informação básica sobre a entrevista (data, duração, acesso à entrevistada, nome da entrevistadora, perturbações ocorridas durante a entrevista, entre outras questões) bem como informação que pudesse ter sido dada antes e depois da gravação da entrevista. As entrevistadoras deveriam, ainda, registar as principais mensagens transmitidas pelas entrevistadas, aspectos que alertassem para determinadas situações, eventuais questões iniciais de análise e de interpretação, bem como outros aspectos, problemas e impressões; este conjunto de questões adquiria a função de orientador de uma primeira análise de resultados. Na última parte, as entrevistadoras deviam avaliar os principais aspectos da entrevista, nomeadamente a sua percepção sobre a abertura da entrevistada, a qualidade da interacção, a exactidão da informação, a fiabilidade e a eventual tensão por parte da entrevistada.

6.2.2. Amostragem

Para a identificação de mulheres com mais de 60 anos que tivessem vivido, ou continuassem ainda a viver, relações violentas na intimidade, optou-se por privilegiar os contactos estabelecidos com as equipas técnicas aquando da aplicação das entrevistas.

De facto, uma das últimas questões do guião da entrevista aplicada às/aos técnicas/os previa a sinalização de algumas mulheres que se enquadrassem no perfil identificado e que pudessem estar disponíveis para serem entrevistadas. Desta forma, foi constituído um grupo de 14 mulheres, o que viabilizaria a realização das 10 entrevistas definido à priori: 5 destas ficariam, contudo, sujeitas a confirmação posterior, por se referirem a casos mais antigos, que não

se encontravam há já algum tempo em contacto com as organizações; as restantes 9 disponíveis, à partida, para a realização da entrevista.

Este grupo de mulheres permitiria igualmente que a amostra cobrisse diferentes zonas e contextos territoriais do País, sendo que 5 residiam no Norte e Centro, 6 na Grande Lisboa e 3 no Sul.

No entanto, verificaram-se vários constrangimentos que, apesar de todos os esforços desenvolvidos ao longo de vários meses, só permitiram a concretização de 7 entrevistas. A saber:

- A intervenção desenvolvida junto de algumas destas mulheres surge no âmbito de Gabinetes de Apoio à Vítima, constituídos ao abrigo de projectos com uma duração pré-definida, sendo que com o final do projecto cessa igualmente o apoio prestado a estas mulheres. Por este motivo, uma das pessoas sinalizadas já não se encontrava contactável.
- Algumas destas mulheres tinham iniciado um processo de acompanhamento que entretanto foi interrompido por motivos vários, que vão desde a mulher ter deixado de recorrer à organização até à sua saída de Casa Abrigo. Nesta situação encontram-se três das mulheres identificadas inicialmente.
- O medo de retaliações, o facto de não quererem reviver experiências traumáticas, o não querer ir contra a vontade das/os filhas/os ou até mesmo do (ex)agressor (nas situações em que continuam a coabitar com este), ou ainda a aproximação da data de audiência em tribunal, levaram a que três mulheres que inicialmente se tinham disponibilizado para conceder a entrevista, viessem a recusá-la.

Importa igualmente referir que três das mulheres entrevistadas tinham menos de 60 anos, à data das agressões. Este aspecto, apesar de ter sido ponderado pela equipa, não foi considerado como inibidor da realização das entrevistas, por um lado, porque num caso a idade é muito aproximada do limiar pré-estabelecido (59 anos) e, nos outros dois, porque apesar da ruptura com o agressor ter acontecido na faixa dos 50 anos, todo o processo de divórcio litigioso continuou a decorrer (inclusive após os 60 anos), reflectindo-se e tendo consequências no quotidiano destas mulheres hoje com mais de 60 anos.

6.2.3. Realização das entrevistas

A realização das entrevistas teve lugar entre meados de Abril e início de Agosto de 2010, tendo decorrido em diferentes zonas do país: quatro a sul e três a norte do Rio Tejo – Porto, Leiria, Cascais, Seixal, Fernão Ferro e Moura.

O contacto inicial entre a entrevistadora e a entrevistada foi sempre mediado pela/o técnica/o que a tinha referenciado. Em momento algum foi estabelecido um contacto directo entre a mulher idosa e as técnicas deste Projecto senão no momento da realização da entrevista.

A entrevista decorreu, em todas as situações, na organização na qual esta mulher tem procurado obter apoio e na qual tem sido acompanhada, procurando encontrar-se sempre um espaço tranquilo onde se pudesse conversar sem pressas ou interferências de pessoas estranhas, e onde cada uma destas mulheres se sentisse segura e protegida e estivesse à vontade para desabafar. Assim, foram utilizados os gabinetes do acompanhamento psicológico, assim como os das/os próprias/os técnicas/os (que se ausentavam da sala durante a realização da entrevista). Nos dois casos, em que estas salas não estavam disponíveis, a pessoa que sinalizou a situação teve o cuidado de disponibilizar uma sala de formação que não estava a ser utilizada na ala mais tranquila do equipamento, ou um espaço, ainda que exíguo, onde houvesse alguma privacidade.

Em todas as situações foi notória a vontade que estas mulheres sentiam em contar a sua história, ainda que por vezes inicialmente se sentissem inibidas e que, em muitos momentos, durante o decorrer das entrevistas, o reviver das situações lhes fosse imensamente doloroso. Uma delas, inclusive, chegou a frisar que no fim sentia que a entrevista lhe tinha proporcionado uma espécie de catarse face a tudo o que tinha vivido.

Estava claro para todas estas mulheres, até pelo tipo de enquadramento que foi feito por parte das equipas técnicas de referência, que a entrevistadora não vinha de forma alguma alterar a sua condição actual ou oferecer alguma ajuda adicional. A explicitação clara à partida dos objectivos e do contexto da entrevista terá contribuído para a criação da relação de confiança que se estabeleceu entre entrevistadora e entrevistada, nas diferentes situações.

Importa, contudo, fazer notar que nem todas as histórias e as experiências gravadas constituem a totalidade das histórias e das experiências de vida violentas; esta é situação de, pelo menos, duas mulheres. Intencionalmente, estas duas mulheres omitiram parte da sua história na gravação, ainda que a tenham relatado às técnicas do Projecto. Foram episódios de violência muito marcantes para as mulheres, que os percebem como muito particulares e facilmente reconhecidos pelos agressores.

Esta atitude vem, de facto, evidenciar que, muito embora estas sejam mulheres com uma força extraordinária de vencerem na vida contra todas as adversidades experienciadas, está, ainda, muito presente o receio de que possam vir a ser reconhecidas pelos maridos/companheiros.

6.2.4. Análise da informação

As entrevistas, gravadas, foram transcritas na íntegra por duas pessoas contratadas para o efeito, tendo por referência as normas de transcrição acordadas no âmbito deste Projecto.

Num primeiro momento, procede-se a uma síntese narrativa das histórias de vida.

Num segundo momento, e na sequência da leitura de todas as entrevistas, tendo em consideração uma procura de temas, padrões ou categorias recorrentes e/ou emergentes, procede-se a uma análise temática centrada nas principais questões definidas pelo guião da entrevista.

O nível de análise empreendida é, umas vezes, semântico (ou explícito, mais descritiva, e onde a informação é organizada segundo determinados padrões) e, outras, latente (ou interpretativo, onde a informação é apresentada dando corpo a interpretações de natureza mais teórica).

6.3. Caracterização da amostra

As mulheres entrevistadas têm uma idade compreendida entre os 59 (a mais nova) e os 76 anos (a mais velha); três têm entre os 60 e os 64 anos e duas entre os 65 e 69 anos. Duas mulheres não têm qualquer qualificação escolar, três têm o 1º ciclo do Ensino Básico (em dois casos incompleto) e duas têm qualificação de nível superior.

Duas destas mulheres ainda se encontram a trabalhar actualmente (a mais nova e a mais velha). Não obstante, todas tiveram uma experiência de trabalho anterior; três foram empregadas domésticas, uma costureira, uma trabalhadora rural, uma auxiliar de geriatria e uma professora do ensino básico. Para quatro destas mulheres, a última vez que estiveram empregada foi há 5 anos atrás e outra o ano passado (2009). No cômputo geral, todas estas mulheres trabalharam muitos anos ao longo da sua vida, desde 13 a 64 anos (13, 25, 33, 38, 46, 50 e 64).

No entanto, apenas 3 recebem pensão de reforma relativa ao seu tempo de trabalho.

Três vivem em agregados familiares compostos apenas pela sua pessoa, duas com mais uma pessoa (num dos casos, o companheiro agressor), uma com mais três pessoas e outra com sete pessoas (filhas, marido da filha e netas/os).

Apenas duas se encontram casadas ou em união de facto; das restantes, três estão separadas, uma é divorciada e a outra viúva.

Quatro destas mulheres têm filhos/as em conjunto com o agressor e duas filhos/as de outro marido/companheiro (apenas uma não tem filhos/as). Os/as filhos/as têm, na sua maioria, mais de 35 anos. E todas estas mulheres mantêm o contacto com filhos/as.

Todas afirmam ter problemas graves de saúde, nomeadamente: cegueira, diabetes, AVCs, hipertensão arterial, artroses, problemas cardíacos, problemas na coluna, problemas no sistema urinário e depressões. Contudo, apenas uma necessita de ajuda para a realização das suas actividades quotidianas.

Quanto ao dinheiro que o agregado familiar tem ao seu dispor, cinco em sete vivem com menos de 500€ mensais (3 dessas com menos de 300€); uma desconhece o valor pois vive a partir do rendimento da filha. Apenas uma vive com um rendimento entre os 1000€ e os 1500€. Seis têm acesso a esse dinheiro.

Quanto aos (ex)maridos/companheiros e namorado, o mais novo tem 59 e o mais velho 80 anos; a maioria (4) tem entre os 60 e os 69 anos. Quatro destes homens têm o 1º ciclo do Ensino Básico, um tem o 5º ano e outro o 11º ano.

Quatro destes homens ainda trabalham. A maioria teve/tem profissões não qualificadas (ao nível da construção civil, marcenaria e agricultura); em dois casos têm/tiveram profissões qualificadas. Para um destes homens, o último emprego que teve foi antes do ano 2000 e, para outro, em 2005. Quatro das mulheres entrevistadas desconhecem durante quantos anos os (ex) maridos/companheiros e namorado tiveram empregados; duas referem 32 e 50 anos.

Quatro dos (ex)maridos/companheiros e namorado têm filhos/as de outras mulheres; em 3 desses casos os/as filhos/as têm mais de 40 anos e num caso,

um filho é menor. Em dois dos casos, as entrevistadas têm contacto com enteados/as.

Seis destes homens têm problemas de saúde, nomeadamente: próstata, problemas no sistema digestivo, diabetes, problemas cardíacos, doença mental e consumo excessivo de álcool (2).

Para quatro das mulheres entrevistadas não é possível adiantar uma estimativa sobre o dinheiro que os (ex)maridos/companheiros e namorado têm ao seu dispor; um dos homens tem menos de 300€ e dois mais de 2500€.

6.4. As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

As mulheres de todas as idades que são vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam desafios semelhantes quando procuram sair da relação (tais como, por exemplo, o sentimento de vergonha ou dificuldades económicas e habitacionais).

Não obstante, as mulheres com 60 ou mais anos enfrentam dificuldades particulares. São mulheres que foram educadas e casaram numa altura em que a violência doméstica contra mulheres era, para além de ignorada, tolerada. Viveram em contextos sociais onde as diferenças de género eram particularmente acentuadas na dominação masculina.

Agora, na velhice, após décadas de violência e de abuso, são evidenciados problemas, a par de uma baixa auto-estima e de todo um conjunto de características próprias de contextos sociais e familiares diversos.

Acresce, ainda, menos oportunidades para exporem a sua situação a outras pessoas; problemas de saúde que, por vezes, as colocam na dependência dos agressores; e sentimentos de compromisso com uma vida inteira dedicada às famílias; algumas têm receio de ficarem sozinhas.

Isto é o que nos diz a literatura e a empiria. No âmbito deste Projecto, foi objectivo central ouvir as vozes das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade e dar corpo às suas experiências de violência. Afinal, que histórias de vida têm estas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, que se disponibilizaram a deixar o seu testemunho?

6.4.1. Histórias de vida

As histórias de vida das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entrevistadas são, aqui, apresentadas sob a forma de uma síntese narrativa das mesmas, acrescidas de trechos ilustrativos retirados das entrevistas.

Deste modo, são narradas histórias que entrelaçam a vida individual de cada uma destas mulheres com o contexto familiar e social, completadas com as vozes textuais das próprias.

- Entrevistada 1

Mulher com 76 anos, que ainda partilha a mesma habitação com o seu agressor, de 80 anos.

É uma mulher analfabeta. Começou a trabalhar ainda criança pequena, a servir em casa de pessoas particulares. E sempre trabalhou de forma remunerada, sendo uma mulher relativamente autónoma financeiramente, desde o início do relacionamento com o agressor, e ainda hoje o é. O trabalho é, e sempre foi, a sua fonte de felicidade: “quem me tira o meu trabalho, tira-me tudo!”.

Para esta mulher, a questão económica é particularmente relevante.

“Naquela altura, pediram-nos para trespassar. Trespasámos e a família [dele] é que fez com que ele pusesse tudo em meu nome. Porque eu é que cuidava dele, era a enfermeira dele, eu fui sempre uma escrava dele, eu ganhei sempre para a casa”.

Interessa relevar que, quando narra os cuidados que prestava e presta ao seu companheiro, quando necessário, o refere como sendo um trabalho que tem de o dever de cumprir.

“Eu nessa altura trabalhava em muitos lados. Trabalhei sempre toda a vida. E, quando ele estava doente, eu era uma enfermeira, era uma empregada, não lhe faltava nada! Pronto”.

Teve dois relacionamentos anteriores, mas nenhum deles com carácter violento.

“Tive um rapaz antes de conhecê-lo. Vivi com um rapaz, que era solteiro, que era um amor de rapaz. Era mais novo do que eu. Estava na tropa. Eu trabalhava na maternidade mas era um amor para mim, durante quatro anos. (...) mas foi sempre bom para mim. Nunca me tratou mal e aquilo tudo”.

Não obstante, a primeira relação de namoro acontece quando ela ainda é uma criança.

"Fui servir mas depois namorei um rapaz que era mais velho. Eu tinha doze anos e ele tinha vinte e cinco. Os pais dele gostavam muito de mim. E depois eu vi-me assim [grávida]".

Nessa altura, é expulsa de casa por um elemento da família, dirige-se à polícia à procura de ajuda e dá entrada num colégio interno. Lá, tem a criança, que acaba por morrer aos 9 meses, muito embora tenha sido "bem tratadinho e tudo". Nesse colégio, foi "muito bem tratada, muito bem tratada e foi lá que aprendi a ser mulher".

Vive com o agressor, em união de facto, há 50 anos. O início da relação é marcado por episódios caricatos. O companheiro, com quem partilhava um quarto, tinha, de facto, uma vida dupla: era casado e tinha uma filha a viver numa outra região do país.

"Não estava separado. Não estava separado. A mulher é que o deixou. Quando ele chegou, lá no A., não tinha nada. (...) Ao fim de uns anos, ela soube que ele vivia com uma mulher. Eu fui logo ao A. com ele. Era a virgem, a mãe, o pai e aquilo tudo. Ela então pôs-me em tribunal com medo que ela lhe fizesse o que tinha a mim. Ele deu tudo, de pernas abertas. (...) Entregou tudo, parecia um baboso e ainda tratava bem os guarda-roupas deles".

Inicialmente viviam num quarto, tendo, posteriormente, adquirido uma oficina de marcenaria, onde o companheiro exercia a sua profissão por conta própria. Nessa oficina construíram um anexo, onde, ainda hoje, residem em condições de precaridade habitacional.

"Morámos em muitos quartos e tudo, e por fim ficámos a morar ali. Estivemos muitos anos ali. Não era uma casinha. Era uma garagem. Tínhamos a oficina e a parte de trás".

Fez vários abortos, porque o companheiro não queria ter filhos; este facto, a par com a morte prematura do seu bebé, sempre foi fonte de conflito.

"Nunca quis filhos! Muito desmancho! Por isso é que eu lhe punha à cara 'Assassino és tu porque eu fiz muito desmanchos!'. Ele queria?! Ele nunca quis!".

Ao longo dos anos, esta mulher ajudou sempre o companheiro nas despesas e na gestão do negócio, cabendo somente a ela as tarefas domésticas.

"Foi uma oficina que a gente alugou. (...) Eu cheguei a ter, na oficina, quarenta homens, aos fins-de-semana. E trabalhava na segunda e fazia comida para aquela gente".

Era igualmente ela quem se encarregava de comprar a roupa para o companheiro e de cuidar dele quando este se encontrava doente.

Durante estes 50 anos de relação conjugal, ocorreram algumas relações extra-conjugais por parte do agressor, que a vítima foi aceitando.

"Aos cinquenta anos, arranjou uma amante. Arranjou uma amante e foi uma colega minha, uma rapariga que a gente conheceu".

O agressor é uma pessoa rude e agressiva para com toda a gente, não estabelecendo actualmente relações de amizade, vizinhança ou familiares.

Por seu turno, esta mulher tem uma rede de amigas significativa, com quem se encontra com frequência. Tem, ainda, um bom relacionamento com pessoas vizinhas, que, de alguma forma, a apoiam e estão alertas para a ocorrência de qualquer sinal de violência exercida pelo companheiro contra ela.

Mantém, também, um relacionamento próximo com a família do agressor.

"Tive muitos anos que não fui [a casa das cunhadas] mas a minha cunhada quer sempre que eu vá. E elas ajudam-me e não me dão nada, para trazer, por causa dele. E elas sabem sempre tudo, tudo, tudo, porque eu telefono".

A violência psicológica e os insultos foram sempre uma constante ao longo dos anos de convivência.

"Eu é que sou a puta, eu é que sou a ladra. Eu ando sempre a roubar toda a gente. Tudo o que levo ... e tudo o quanto ele tem de roupas e tudo, tem graças a mim que eram os meus patrões e eu comprei-lhe muita roupinha para ele. Agora, há uns anos, é que acabou".

Os episódios de violência física esporádicos e muito pontuais, acontecem sempre "dentro de portas". Durante os episódios fisicamente mais violentos, esta mulher procurava sempre fugir para a rua.

Sensivelmente há 10 anos atrás, foi vítima de um conjunto de episódios de violência financeira, com o agressor a apoderar-se das suas poupanças (reforma e outros rendimentos) contra sua vontade e/ou conhecimento. Esta situação foi ultrapassada a partir do momento em que a vítima passa os seus haveres unicamente para o seu nome. Desta decisão, resultou um agravamento ao nível dos insultos, que culminaram com um episódio de maior violência, ocorrido no início deste ano, e relativamente ao qual a vítima apresentou queixa.

Desta vez, foram os vizinhos que chamaram a polícia. Foi de ambulância ao hospital, onde fez vários exames. Assim que sai do hospital, tira fotos aos hematomas que tinha no rosto e corpo, para que servissem de prova, e foi entregá-las à polícia para constarem do processo de queixa-crime. Mas quando chega a casa, encontra a porta trancada. Desta vez, é a própria mulher a chamar a polícia. Perante o aviso dos polícias para que não tentasse nada contra a mulher, o agressor deixa-a entrar. Neste momento, e no decurso desta queixa-crime, aguarda ser chamada a tribunal.

Este episódio teve, de facto, um efeito mobilizador da acção desta mulher. Contacta a Câmara Municipal, e é aí que a informam sobre o Gabinete de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, para onde se dirige e onde, até ao momento, tem vindo a ser acompanhada. Sempre que necessário, desloca-se sozinha aos serviços.

Esta não foi a primeira vez que apresentou queixa-crime junto das forças policiais. Sensivelmente há dois anos atrás, tinha apresentado uma queixa que, após terem ambos sido chamados a prestarem declarações na esquadra, foi arquivada. A vítima acusa o agente que acompanhou o caso de não ter dado importância à queixa.

Actualmente, e apesar de viverem no mesmo espaço habitacional, fazem vidas completamente separadas: dormem em quartos separados; confeccionam e consomem a alimentação separadamente; cada um é responsável pela higiene da roupa e do espaço que ocupa; e cada um tem a sua televisão. No entanto, esta mulher continua a assegurar sózinha as despesas da casa (água, luz, esgotos, TV cabo).

O seu percurso de vida difícil e os constantes enganos tecidos pelo companheiro fazem da entrevistada uma mulher muito alerta, atenta e, reforçado pelo facto de não saber ler, eventualmente, um pouco desconfiada.

É ponto assente que não quer continuar a viver como agressor. Mas não sai de casa porque afirma que a casa é sua e que quem tem de sair é o agressor.

Os conhecimentos sobre os seus direitos foram obtidos através das suas amigas e de notícias que vai ouvindo na televisão sobre violência doméstica. No entanto, é agora, através do Gabinete, que se sente mais segura e conhecedora das leis. Curiosamente, o agressor já recorreu ao Gabinete, acusando a companheira de ser a agressora na relação.

- Entrevistada 2

Mulher com 66 anos, tendo o agressor 69. Vive com ele há 38 anos.

Teve um relacionamento anterior, não violento. Casou aos 20 anos com um primo que tinha 37 anos. Deste primeiro casamento tem um filho.

Nasceu em Angola, tendo vindo para Portugal após o 25 de Abril, sendo na sequência da sua vinda que se separa involuntariamente do marido (este não se encontrava em casa quando é evacuada, com o filho, pelas tropas, para o aeroporto). Perdem o contacto e 4 anos mais tarde acaba por saber que este refez a sua vida com outra pessoa, tendo acordado mutuamente divorciarem-se.

A maioria da sua família encontra-se, actualmente, em Portugal, nomeadamente um irmão e uma irmã, assim como sobrinhos.

Quando vem para Portugal tem 23 anos e o filho 18 meses, tendo vivido durante os primeiros tempos em colónias de retornados. Posteriormente, reside em quartos com o seu filho.

Devido às dificuldades sentidas em criar o filho sozinha, opta em fazer como algumas colegas, que respondiam a anúncios que pediam mulheres para casar. Troca correspondência com assiduidade com o agressor, antes de o conhecer, e, quando o encontrou, ficou a gostar dele.

Ele convida-a para viver com ele e ela aceita. O agressor era divorciado e tinha 3 filhos do primeiro casamento, mas que se encontravam institucionalizados. Estas crianças vão viver com o casal, após insistência delas e com o acordo por ambos para as criarem em conjunto.

Por volta dessa altura, com 36 anos, e sendo doméstica, começa a verificar que o agressor não a ajuda nas despesas para alimentação dos filhos dele e do seu filho. Aliás, só depois de passar a viver com o agressor é que se apercebe de

que este é alcoólico, gastando todo o dinheiro que ganhava nas suas saídas com os amigos.

"Muito, muito bêbado, eu só topei depois de estar na companhia dele. Vinha sempre muito bêbado pra casa, o dinheiro que ele ganhava gastava, gastava o dinheiro nas tabernas (...). Pedia vales ao patrão, chegava ao fim do mês, só tinha dinheiro para pagar a renda, a água, a luz e comprar a garrafa do gás".

Consequentemente, vê-se obrigada a trabalhar como empregada doméstica para conseguir o sustento para o filho e enteados/a.

Dois anos após viver com o agressor, é obrigada a casar com o agressor apenas por vontade desde, tendo, inclusivamente, feito algumas ameaças caso ela não aceitasse.

"[o companheiro queria ser padrinho de um bebé] a gente foi falar com o padre, e o padre disse que a gente não podia baptizar a criança, porque não éramos casados... E ele com aquela cegueira de ser padrinho do menino, obrigou-me a casar com ele, à força. Eu não queria casar... Eu disse: 'Não, vamos ficar assim porque a gente não se conhece um ao outro'. E eu... sempre a insistir com ele e ele dizia 'se não casares comigo, eu quando te apanhar na estrada, passo-te com o carro em cima e mato-te!'"

Após o casamento, os maus-tratos agravaram-se, quer ao nível físico como psicológico. Aos 40 anos resolve fugir. Contacta, então, o irmão que vivia numa outra região de Portugal, fugindo para junto dele e levando consigo o filho e os enteados.

Acaba por organizar a sua vida nessa outra região, alugando uma habitação e arranjado trabalho fixo. Anos mais tarde é obrigada a deixar de trabalhar na sequência de dois AVCs, que lhe provocam cegueira num dos olhos.

Após ter estado oito anos a viver sozinha, o marido acaba por ir ter com ela, e dada a insistência da cunhada, que apela aos valores tradicionais da família, fica convencida a aceitar o marido de volta.

"[a cunhada] 'Ai não, porque tu tens que aceitar, porque tu és casada com ele. Vocês são casados e porque até parece mal para os miúdos, vocês estarem assim fora um do outro...'. Eu disse: ' Eu não quero!' Eles tanto insistiram, tanto insistiram que ele depois foi cá para casa".

O marido queria regressar ao local onde residiam anteriormente mas a senhora não queria. Este é um dos factores despoletadores do regresso da violência.

"Foi para lá, para o pé de mim e eu não queria vir para aqui e ele sempre, sempre, sempre a insistir para vir para cá e eu não queria vir. Uma vez de raiva de eu não querer vir, ele pega, ele chegou-me lixívia dentro do café".

Com o passar do tempo, convenceu-se que seria melhor voltar para o local onde anteriormente residiam: "Tanto andou, tanto andou, tanto andou que eu resolvi vir-me embora. Vim-me embora para cá, os miúdos ficaram".

Os maus-tratos recomeçam, sendo cada vez mais violentos; são tareias, insultos e ameaças.

"Depois ele dizia-me: 'Ah, eu já não te maltrato mais, eu deixo de beber, eu não bebo mais. Podes estar descansada que eu não te faço mais mal nenhum'. Na volta, quando depois me apanhou aqui em casa, começou-me outra vez a maltratar, passados uns tempos começou-me a maltratar outra vez".

Obriga ainda a vítima a entregar-lhe todo o dinheiro da sua reforma, gastando-o todo.

"Depois quando eu comecei a receber o dinheiro da reforma, ele queria que eu lhe desse o dinheiro todo. Eu entregava-lhe o dinheiro e depois, era o meu era o dele.... O dinheiro não chegava em casa para nada! Nem sequer chegava... às vezes faltava duas semanas, três semanas p'ra acabar o mês".

Nesta altura o estado de saúde da senhora encontrava-se bastante debilitado, devido à diabetes e a outros problemas de saúde, apresentando graves problemas de locomoção e cegueira quase total.

Procura, então, encontrar uma solução para pôr fim à privação financeira exercida pelo marido. E assim solicita à Caixa Geral de Pensões que passe a enviar a sua reforma directamente para o banco, em vez de vir pelo correio. No entanto, o agressor continua a exercer poder sobre o dinheiro desta mulher, pois havia-a convencido a abrirem uma conta conjunta.

Mais tarde, após o agressor ter efectuado um desfalque da totalidade das poupanças da vítima, decide abrir uma conta sozinha. Porém, sempre que o

agressor sabia que a vítima tinha dinheiro no banco, aliciava-a, mas também a ameaçava, para que lhe desse dinheiro.

"Depois a partir de aí, quando ia levantar dinheiro para as despesas da casa, eu deixava sempre algum no banco. Eu ia juntando. Quando ele sabia que eu tinha lá algum dinheiro junto, ele ameaçava-me, ele agredia-me, ele maltratava-me, ele assustava-me, ele fazia-me tudo por tudo, para eu ir levantar o dinheiro para eu lhe dar a ele. (...) mas eu, com medo, eu levantava o dinheiro e entregava-o a ele".

Quando deixa de ceder às ameaças do agressor, não lhe dando mais dinheiro, o agressor proíbe-a de tomar banho ou de cozinhar em casa.

"A nossa vida aí tornou-se num pandemónio, prontos. Depois proibiu-me de tomar banho em casa porque lhe deixei de dar dinheiro, proibiu-me de tomar banho em casa, proibiu-me de fazer o comer juntamente com o deles [marido e enteados/as]".

Face às dificuldades, esta mulher desloca-se a uma associação de apoio a pessoas idosas e solicita apoio domiciliário, para a entrega de refeições em casa. Quando começou, de novo, a ser insultada pelo marido, pediu outro tipo de ajuda à associação; fica, então, integrada em resposta de centro de dia.

"Mas depois ele começou com aquelas bocas: 'Não lavas aqui loiças dos reformados, leva p'ra lá, os reformados que lavem, vai para lá comer, vai'. Eu vim aqui e contei. E a doutora disse: 'Pronto olha, a gente vai... Você quer vir ficar aqui connosco para passar aqui o dia?' Então, ficou assim, comecei a comer aqui. Depois de eu começar a comer aqui, ele atirava-me bocas, a falar mal do Sr. Ele punha-se assim: 'Ah, vai-te embora para lá. Porque é não vais para lá? O homem que te ponha lá uma cama, fica lá com ele. Porque é que não vais p'ra lá p'ro pé dele? Vai p'ro pé dele'. Mas essas bocas... uma vez ainda cheguei a fazer queixa dele, à guarda".

Pediu, entretanto, ajuda a esta organização, para que lhe gerissem o seu dinheiro, bem como solicitou a guarda de alguns dos seus haveres, para que o agressor não pudesse ter acesso ao seu dinheiro. Sente-se, desta forma, muito mais segura.

Também com o apoio e o acompanhamento da organização, dirige-se a uma esquadra, para apresentar queixa do marido. Na esquadra é informada que, primeiro, teria de se dirigir ao seu médico de família para ser examinada e que, só depois, este enviaria uma carta para a esquadra. Mas quando é observada por uma médica, que se encontrava a substituir o seu médico de família, esta aconselha-a a deixar estar a situação como estava, dado que não apresentava hematomas nem sinais de ter sido agredida.

Verificou-se ainda uma outra situação, aquando de uma intervenção cirúrgica à barriga, em que o marido a agride na costura, e esta relata o sucedido à sua médica de família. A atitude da médica limitou-se a dar uma “reprimenda” ao agressor.

“(...) foi na altura em que eu saí do hospital, fui operada de barriga aberta. Ele uma vez deu-me com o capacete na cabeça ainda tinha pontos na barriga, eu depois fui à médica, eu não me sentia bem. A médica perguntou-me e eu disse-lhe a verdade, disse-lhe que ele tinha dado com o capacete da mota na cabeça e ela, quando o apanhou lá, deu-lhe uma descompostura. Quando chegou a casa, eu estava deitada estava virada para o lado do guarda-fatos e ele pôs-se entre o guarda-fatos e a cama a fazer que estava a ver os dentes no espelho. Era para ele deixar-se cair para cima da cama, que era, prontos, para acertar com o rabo em cima da minha barriga. Como eu estava a topar, cheguei-me para o meio da cama e virei-me para o outro lado e ele já não teve tempo para fazer isso”.

Acredita que o seu estado de saúde se agravou devido aos maus-tratos. Actualmente, como forma de evitar confrontos, faz os possíveis por não estar no mesmo espaço que o agressor. Recorre, ainda, a uma outra estratégia: não responder aos insultos e às ameaças, mantendo-se calada na presença do agressor.

Tanto o filho como os enteados foram vítimas de maus-tratos por parte do agressor. Ambos apoiam esta mulher, mas, como residem noutras localidades, o apoio acaba por ser mais à distância. Aliás, o filho também telefona, esporadicamente, para o agressor a avisá-lo para que trate bem a mãe. Não obstante, esta mulher sente que a sua família não lhe dá o apoio necessário.

“A minha vida agora está assim desprezada por todos, ninguém me liga, ninguém vem cá”.

A segurança que, agora, sente, deriva, essencialmente, do apoio prestado pela organização, particularmente nos momentos em que entram na sua casa para fazerem a limpeza.

Ainda não deixou o agressor por motivos de inexistência de opções de alojamento viáveis; esse é, aliás, o seu principal problema. Encontra-se, actualmente, inserido numa lista de espera para dar entrada num lar que a organização está a construir. "Já chega de suportar maus-tratos. Quero ter sossego durante o resto do tempo de vida que me resta".

- Entrevistada 3

Entrevistada com 62 anos, tendo o agressor 60. Viveu com ele durante 40 anos; está divorciada há 11 anos.

Esta mulher e aquele que veio a ser o seu futuro marido são vizinhos de infância, e conhecem-se desde os 9 anos de idade. Como o pai dela não aceita o seu relacionamento com este namorado, acaba por sair de casa para ir viver com ele para casa dos sogros. Este facto contribui para o afastamento desta mulher em relação à sua própria família.

Começa a trabalhar aos 12 anos, na costura. Aos 22 anos começa a trabalhar por conta própria, chegando a contratar uma empregada.

Cerca de um ano depois fica grávida do primeiro filho. É no decurso desta gravidez que sofre a primeira agressão.

"Quando eu estava grávida do meu filho, já não me recordo como é que a discussão começou, ele deu-me um pontapé na barriga".

A sua mãe alerta-a e suplica-lhe para que rompa com a relação e regresse a casa; acaba por desculpar o marido, e, durante os tempos seguintes, não se verificam novas agressões.

Um ano depois do nascimento do filho fica novamente grávida e nessa altura o marido é recrutado para a tropa e embarca para uma das ex-colónias portuguesas, onde permanece por 2 anos, em cenário de guerra. Quando regressa, apresenta alguns sinais de depressão pós-traumática.

Pouco tempo após o regresso, o marido começa a relacionar-se com uma rapariga de 14 anos.

Na sequência de uma proposta de trabalho para o marido, acabam por, passados alguns meses, partir para uma outra região de Portugal com os filhos. Porém, pouco tempo decorrido na nova residência, o marido vai buscar a rapariga, para esta cuidar as crianças. Aceita a proposta, sem qualquer tipo de desconfianças.

'Eu vou buscar a [rapariga]'. E eu gostava tanto do meu marido, tanto, tanto que eu nunca... Pronto. Tudo o que ele me dizia para mim era lei. 'Vou buscar a [rapariga] para ela tomar conta dos meninos. Para nós podermos sair mais'.

Inicialmente, não se apercebe do relacionamento entre o marido e a rapariga, até que, após um mês de convivência na mesma casa, a relação entre ambos é assumida. Confronta o marido, obrigando a rapariga a sair, mas este nega, ameaçando-a com a separação e, conseqüentemente, a guarda dos filhos.

"Se fores falar com alguém a esse respeito, vou ter que me separar de ti, ficar com ela, que ela é menor. As leis são essas. E eu tiro-te os filhos. Porque tu não tens as mesmas condições que eu para ficares com eles".

Assim, durante 7 anos coabitam, ocupando, gradualmente, a amante do marido o estatuto de mulher.

"Quando começou a sair com ela, ia sempre à frente com ela, e eu ia atrás com os meninos, como se eu fosse a ama e ela a senhora. Aí eu tive uma discussão com ele e quando voltámos para [casa], ele deu-me uma tarefa".

A senhora é, com frequência, obrigada a assistir a relacionamentos sexuais entre os dois, chegando, ainda, a ser agredida em simultâneo pelo marido e a amante. Na sequência de uma conversa com pessoas conhecidas, onde esta mulher expõe a sua situação, o marido toma conhecimento e executa as primeiras agressões físicas violentas, obrigando os filhos a assistir. A par de ameaças e de promessas, acabam por ir morar para uma outra região. Inicialmente, acredita que a relação extra-conjugal do marido já terminou. O marido tinha-lhe prometido que quando a amante completasse os 18 anos, voltaria para casa dos pais dela. No entanto, pouco tempo depois de estarem instalados na nova casa, a senhora e os filhos cruzam-se na rua com os dois, e voltam a partilhar a mesma casa por algum tempo.

Esta mulher tenta, mais uma vez, romper com a situação, dizendo ao marido que se vai embora com os filhos. Mas é, novamente, vítima de ameaças, pois ainda não tinham consigo todos os pertences.

"Se te fores embora, tu vais só com a roupa que tens aqui. Porque quando chegar o contentor, tu não levas nada. Fica tudo aqui! E a tua máquina de costura, que é o teu sustento, que poderá vir a ser o teu sustento, tu não a levas!"

Após um acesso de raiva desta senhora contra a amante do marido, onde se agrediram mutuamente, a amante acaba por se ir embora. Não obstante, esta mulher continua a pedir o divórcio ao marido, embora ele lho negue constantemente.

Relativamente aos filhos, a rapariga continua a ter uma atitude de confronto e de defesa da mãe contra o pai, enquanto que o filho se refugia cada vez mais no seu mundo. Com 18 anos, o filho foge de casa. E a filha sai de casa aos 19 anos para ir viver com o namorado, acabando por se casar a seguir e de ter uma menina. Por esta altura, esta senhora reata as relações com a sua família de origem, pai, mãe e irmã.

Apesar de já não partilharem o mesmo espaço, o marido manteve, durante todo o tempo em que esteve casado com ela, uma relação paralela com a outra mulher. E teve, ainda, outras relações extra conjugais ocasionais.

Entretanto, os seus sogros passam a viver com ela e o marido. A sogra continua a ser vítima de violência por parte do sogro, embora o marido nunca tenha intervido.

"Ele já estava com setenta e nove anos e estava numa cadeira de rodas! Só que tinha muita força com as mãos e batia nela porque queria ter relações! O homem paralisado da cintura para baixo, queria ter relações! E eu, então, tirei a minha sogra do quarto dele. Mas o meu marido nunca me deixava defender a mãe!"

Mais tarde, o seu marido torna-se alcoólico, o que agrava a situação e os episódios de violência. Após uma situação de desacato com toda família (com esta mulher, filha e genro), é chamada a polícia, que quando reconhecem o agressor como amigo, se preparam para não tomarem qualquer medida. No entanto, face a insistência desta mulher, ameaçando relatar o ocorrido a superiores, acabam por retirar o agressor do local.

Nesta altura, nova ruptura é tentada, saindo de casa e refugiando-se em casa de familiares. Pede novamente o divórcio litigioso, mas mais uma vez o marido procura-a para a dissuadir e tentar nova reconciliação.

Durante um ano continuam separados apesar das insistências do marido. No entanto, acaba por ceder, face às promessas dele e às dificuldades económicas que enfrentava.

Constroem então uma casa numa outra região, para onde vão viver, juntamente com a sogra. A relação continua sempre com episódios de agressão, dois dos quais conduzem esta mulher ao hospital.

Tenta pedir ajuda a uma assistente social, que a acompanha ao hospital e apresenta queixa na polícia. Mais tarde, chega a pedir a vizinhos para testemunharem no divórcio litigioso, visto estes terem presenciado várias situações de violência. No entanto, estes não acedem, argumentando que entre casais não se metem.

Como estratégia de sobrevivência, nem sempre bem sucedida, acaba por optar por não responder ao marido quando este a provocava.

"Eu por fim comecei a adoptar esse sistema. Olha fala, queres falar, fala. Ele, quando eu me calava, chamava-me de mula e dizia: 'Eu quero que tu me respondas!' E eu não respondia e ele batia-me".

A família, nomeadamente a filha e uma sobrinha, acabam por ser as pessoas que a tentam proteger e que lhe dão alento para romper de vez com a relação. Após uma agressão particularmente violenta, apresenta novamente queixa na polícia. Acaba por não ter direito ao apoio judiciário, uma vez que o seu IRS é feito em conjunto com o do marido, apresentando uma boa situação financeira. No entanto, esta mulher não possui qualquer fonte de rendimento, vivendo actualmente das ajudas da filha e de pessoas amigas.

Aguarda julgamento já há um ano.

- Entrevistada 4

Mulher actualmente com 59 anos, tendo vivido desde os 21 anos com o agressor, durante 35 anos.

São ambos trabalhadores rurais, vivendo em casa da sua mãe. Ao fim de 1 ano tem a primeira filha. O primeiro episódio de violência dá-se pouco tempo depois do nascimento da criança, na presença de familiares.

As agressões são constantes, estando o agressor habitualmente sobre o efeito do álcool. Chegava a casa sempre bêbado, começava a implicar por tudo e, a seguir, agredia-a.

Uns anos mais tarde, com os dois filhos já mais velhos, o agressor ameaça matá-la com uma arma. Para o efeito, fecha as crianças num quarto. Esta senhora defende-se e empurra o marido de uma escada.

Era habitual, após as agressões, fugir com os filhos para casa da mãe ou de uma tia que residia perto. Toda a família a aconselhava a deixar o marido. No entanto, tal não acontecia, porque esta mulher acreditava nas promessas que o marido lhe fazia, após as agressões: que ia emendar-se, deixar de beber e não voltaria a agredi-la.

Entretanto os filhos casam e ela continua sempre com o marido. Este não a deixava falar com ninguém, principalmente com homens, acusando-a de ter amantes. As agressões agravam-se na sequência do envolvimento do agressor com outras mulheres, recorrendo habitualmente a uma correia. Após as agressões, punha a mulher na rua e trancava a porta. Esta chamava a polícia, que nada fazia. E acabava sempre por passar a noite junto de familiares, regressando no dia seguinte a casa.

Nos últimos 7 anos de vida em comum, o agressor passava alguns meses noutra país a trabalhar. Durante esse período não contribuía com qualquer ajuda monetária para as despesas, deixando-a numa situação financeira difícil.

"Entretanto abalava para [outro país] e deixava-me sem um tostão. (...) Depois voltava. Mas quando voltava era uma guerra viva, em casa. Continuava sempre a mesma coisa".

Com a idade, o marido tornou-se mais violento. O ano passado, após novo episódio de violência, face à oposição dos filhos quanto ao seu regresso a casa, opta por ficar em casa de um dos filhos. É nesta altura que apresenta queixa no posto policial. Sugerem-lhe a integração em casa-abrigo, mas os filhos não concordam e apoiam eles a mãe.

Mais tarde, acaba por alugar uma casa só para si, sendo ameaçada pelo marido na rua, perto de casa e no local de trabalho (porque, entretanto, tinha começado a trabalhar). A polícia intervém frequentemente para o afastar. E, após a queixa formal do ano passado, os agentes policiais apreendem as armas ao agressor.

Pelo facto de ter deixado o marido, ganhou "*paz e sossego na minha cabeça*". Tem que ser medicada para dormir porque está sempre receosa, com medo que o agressor apareça. Aliás, a situação em que teve maior medo foi, já após estar a viver sozinha, quando o agressor regou a sua casa com gasolina.

Actualmente sente-se mais feliz, mais calma, por ter tomado a decisão de sair. Não o fez mais cedo por causa dos filhos e na esperança do agressor mudar.

"Se eu não posso trabalhar, não posso nada. E com é que eu crio os meus filhos? E como é que eu me vou embora? E no fundo, aguentei até que pude. Até agora. Até os rapazes, cada um criou-se, foi para a sua casa deles e eu fui, ora pode ser que mude, pode ser que mude!"

- Entrevistada 5

Mulher com 61 anos, tendo o agressor 62 anos.

Tanto ela como o agressor eram trabalhadores rurais numa herdade. Começou a namorar com ele aos 18 anos, tendo casado aos 25 anos, após ele ter regressado do Ultramar.

"Trabalhava no campo. Trabalhávamos todos juntos. Começou a dizer que gostava de mim, tinha 18 anos quando arranjei o namoro com ele, casei-me com 25".

A primeira agressão aconteceu um mês depois de terem casado, tendo-a expulsado de casa e dizendo-lhe que já tinha gozado o que queria. Durante todo o tempo que estiveram juntos foi maltratada, tanto física como psicologicamente.

"Eu levei muita porrada, passei muita fome!"

Costumava gastar o seu ordenado em festas com outras mulheres. Humilhava-a constantemente. Nunca amealhou dinheiro algum.

A família foi-se afastando devido aos comportamentos violentas do marido desta mulher, tanto para com ela como para com as suas filhas.

Relatou vários episódios de violência graves, um dos quais há 20 anos atrás, que resultou em internamento prolongado, na sequência de ferimentos graves que a poderiam ter deixado paralisada para o resto da vida. Dessa vez os médicos procuraram obrigá-la a apresentar queixa contra o marido, o que ela recusa.

Um outro episódio igualmente grave foi mencionado: um murro numa vista, que quase resultou na cegueira desta mulher. Esteve três dias desmaiada em casa, sem saber o que tinha acontecido, acabando por ir ao hospital sozinha com as suas filhas.

Tinha muito medo do marido e tinha muito pouca informação: “Eu era muito atrasada”.

Separou-se há 4 meses, após 37 anos de relação conjugal. Durante todo o tempo foi vítima de violência, sendo que nos últimos anos a violência era sobretudo psicológica e económica: tirava-lhe a roupa, guardava todas as poupanças para si, destruía tudo o que existia em casa, não a deixava comer, falsificava documentação em nome dela e tirava-lhe os subsídios.

Nos episódios violentos era frequentemente socorrida pelas vizinhas que a “tiravam dos braços do agressor”. Quando as filhas tinham mais ou menos 10 anos, chegou a abandonar as filhas sozinhas, por mais de uma vez, para se internar em hospitais psiquiátricos; depois de lá ficar uns tempos voltava para casa.

Foi apresentar queixa ao fim deste tempo, por insistência das filhas, que a acompanharam à esquadra policial. Na sequência da queixa, a polícia efectuou uma busca e apreendeu armas. Tem muito apoio das filhas e são elas que a ajudam.

O agressor associa a sua agressividade a traumas da guerra (ultramar). Reconhece que maltrata unicamente a sua família, e que é uma pessoa afável para as restantes.

Ao longo dos anos mudou a sua forma de pensar. Anteriormente, entendia que os homens é que mandavam; mas, aos poucos, não foi permitindo que a agredissem.

Se alguma vez tivesse que passar por uma situação idêntica, hoje já saberia a quem recorrer: autoridades, segurança social, tribunal.

- Entrevistada 6

Mulher com 61 anos, viveu uma relação matrimonial de 35 anos.

A história de vida desta mulher é muito marcada por episódios de perda emocional – o pai morreu quando ela tinha 9 anos, irmão e mãe quando tinha 19 anos e, ainda, uma outra pessoa por quem tinha um amor imenso.

"Eu nasci numa família abastada. E vivi sempre com muito conforto, com muito amor, muito carinho. Entretanto, o meu pai faleceu e a minha mãe ficou ainda com cinco filhos. O meu irmão também, primeiro, faleceu. Aos dezanove anos. E a minha mãe continuou connosco, sempre a dar-nos a educação. Fomos todos estudar. E entretanto, quando eu tinha dezanove anos, faleceu a minha mãe. Deixou ainda três irmãos mais novos, pronto, de quem eu cuidei. Sempre, também, com muito amor e carinho".

Tomou conta dos irmãos (com a ajuda de uma senhora), licenciando-se na mesma altura. Começou a trabalhar aos 21 anos, como professora primária, profissão que desempenha no decurso de toda a sua vida profissional. Reformou-se com 57 anos.

Ela vinha de famílias abastadas e ele de famílias pobres.

"A princípio pensei, que ainda, eram traumas de guerra. Depois acabei por pensar e estudar bem e vi que não. Era uma personalidade diferente, muito forte mas que não teria muito a ver, ou muito pouco, com a guerra. Porque vi muita ditadura, muita agressividade. Informe-me através da família. E disseram-me que ele foi sempre assim. O que esconderam na altura, porque vivíamos muito próximo. Mas esconderam na medida em que ele fazia bom casamento. Eu era muito boa mocinha, tinha o curso, economicamente era de famílias abastadas".

O ex-marido era amigo dos seus irmãos e a mãe dela dizia-lhe que aquele não era homem para ela, só servia para ser amigo dos irmãos.

"Era amigo dos meus irmãos e ia lá a casa. E a minha mãe, pronto, são mães, vêem mais alto que a gente, alertou-me que como amigo dos meus irmãos tudo bem, que [...] era o que fazia, que o recebia de boa vontade mas para namorado não, porque achava que ele tinha qualquer coisa escondida. E vendo o ambiente familiar destes pais, o pai já batia muita na mãe, e tios, muitos tios, tudo fazia rigorosamente a mesma coisa".

O namoro foi feito muito à distância, estando ele na guerra do ultramar, e muito baseado na troca de correspondência diária. Casou aos 23 anos.

"Começou assim a haver, quando chegávamos da lua-de-mel, começou logo a haver assim um bocadinho de, pronto, violência mais verbal, e da violência verbal passou para a violência sexual, violência física. Como eu não estava a contar com aquilo, eu, realmente, em pouco tempo, senti-me muito destruída".

Os primeiros três anos viveram em casa da família dela, juntamente com os irmãos dela, onde os episódios de violência já eram frequentes, mas a portas fechadas; durante esse tempo construíram uma casa.

Agora, quando olha para a sua vida, consegue identificar os primeiros sinais de agressividade e de violência do ex-marido já na lua-de-mel (gritou com ela). O verdadeiro desrespeito começou quando ele assumiu o papel de dono dos bens dela. O primeiro acto de violência física deu-se aos 3 meses de casamento; o mais violento quando o primeiro filho tinha 9 meses e o último poucos dias antes da sua saída de casa (em casa de um casal de amigos).

As deslocações aos hospitais e/ou centros de saúde em momentos de grande tensão eram sempre feitas na companhia do ex-marido que a alertava para que, se ela dissesse alguma coisa, voltaria de seguida a entrar nas urgências.

A violência a que esta mulher esteve sujeita durante 35 anos foi de vários tipos: física, sexual, psicológica, económica, de intimidação, coacção e ameaça.

Mulher que trabalhava muito em casa para manter tudo impecável (casa, alimentação, roupas, etc.); chegou a levantar-se às 4h30m da manhã para que tudo estivesse pronto no dia seguinte.

A família do ex-marido só lhe contou que este sempre fora violento anos após o casamento; e a sogra era também vítima do sogro.

Sempre procurou proteger os filhos da violência, minimizando as atitudes do agressor e fazendo com que os filhos adoptassem determinados comportamentos para evitar conflitos (por exemplo, jantavam duas vezes); também referiu que fazia por vezes as culpas caírem sobre ela para que as crianças fossem poupadas.

Referiu que os períodos de férias anuais eram períodos de acalmia. E o período de maior acalmia deu-se quando o ex-marido estava a receber tratamento psiquiátrico (tinha ele 57 anos) e tomava medicação; este período durou cerca de 3 meses.

Saiu de casa decidida a pôr termo à relação, tendo indo para uma grande cidade à procura de uma advogada. Por conselho da advogada, voltou a casa nessa noite para preparar a ida, no dia seguinte, para uma casa-abrigo. No dia em que chegou à casa-abrigo telefonou ao filho avisando-o de que tinha saído de casa e estava num sítio seguro. O ex-marido achou que ela se tinha suicidado e foi à polícia dar conta do desaparecimento da ex-mulher.

Esteve perto ano e meio em casa-abrigo, tendo saído para uma outra residência fechada e segura e lá ficado durante outro ano e meio. Agora vive na casa, com sistema de alarmes montado, a 200 metros da casa do ex-marido.

A vizinhança apoia esta mulher, muito embora durante o julgamento algumas pessoas amigas tivessem dito nunca ter assistido a nada (o que era mentira).

No dia da leitura da sentença chegou a casa, pegou numa fotografia sua e beijou-a dizendo 'tu és uma grande mulher e eu gosto de ti outra vez'. Agora, sente-se livre e feliz.

- Entrevistada 7

Viúva com 66 anos. O agressor é o ex-namorado, de 74 anos.

Foi criada por uns tios dos 12 aos 22 anos, sendo que estes tinham-se comprometido com os seus pais em dar-lhe uma educação melhor. Porém, esta senhora afirma ter passado bastantes dificuldades e foi com muito sacrifício que aprendeu costura e, mais tarde, tirou o curso de assistente social.

"Nunca soube o que era criança, nunca soube o que era verdadeiramente mulher. Mulher, isto é, foi feita uma mulher à pressa. Uma mulher à pressa".

Casou-se com 23 anos, após 6 meses de namoro. Foi amor à primeira vista; mas foi, também, confrontada com uma situação de paternidade por parte do seu marido.

"Um mês antes do casamento o meu marido deixou de me visitar. Eu disse, bom, se calhar, foi, a coisa não vai dar. Pensei eu. Não vai dar. E então ele escrevia-me e dizia-me que tinha algo para me contar. Que tinha algo para me contar

e eu é que tinha que decidir. E comecei a andar assustada porque não sabia o que era. Então, escreveu-me uma carta a dizer que, no tempo de tropa que tinha arranjado um filho, de uma mulher que era uma mulher da má vida”.

O seu futuro marido estava a viver, com os pais, em Angola. Veio a Portugal, no sentido de concretizar um casamento ‘arranjado’ pelos pais. Porém, já em Portugal, ele apaixonou-se pela entrevistada.

Depois de casados, parte com o marido para Angola, onde passa grandes dificuldades, pois não se adapta à convivência com os seus sogros. O marido foi sempre uma pessoa muito difícil, muito fechada e brusca, e sentiu-se muito sozinha.

“Ele revoltava-se muito contra os pais e depois quem pagava era eu. Não de me bater. Era, era as tais atitudes, que nós dizemos, a violência que existia era mental”.

Desta relação, nasceram dois filhos.

Regressam a Portugal, em 1976, com os filhos, na sequência do processo de descolonização. O regresso é marcado por uma pobreza relativa, o que revolta e frustra essencialmente o marido. Foram tendo vários trabalhos para tentarem reconstruir a vida em Portugal. O seu percurso profissional é pautado pela emigração: vai trabalhar para a Alemanha durante 3 meses, regressa e trabalha numa cooperativa de fruta em Portugal, volta a emigrar para os Estados Unidos, onde trabalha como empregada doméstica interna.

“Eu trabalhei muito, muito, muito, muito. Ajudei-o sempre em tudo, enquanto eu pude. [a chorar] Era horas e horas e mais horas. Nem tinha domingos nem nada”.

Durante este percurso profissional mais instável, os filhos ficam a viver com a avó em Portugal, enquanto o marido trabalha num barco. Obtém a legalização de toda a família nos Estados Unidos da América, e os filhos e o marido acabam por se juntar a ela. Trabalha como empregada doméstica em várias casas, e o marido começa a trabalhar na área da restauração.

Durante todo o seu casamento, a relação com o marido foi sempre difícil; no entanto, nunca houve episódios de violência física.

“Nunca estava nada bem para ele. Nunca. Eu deixei de ter certas amizades por causa do feitio dele. As pessoas acabavam por, sabiam o feitio dele, mas acabavam por, com

pena de se afastarem de mim, mas afastavam-se por causa do feitio dele”.

“Eu como meu marido, era meu marido, amava o meu marido! Era o pai dos meus filhos e eu adorava o meu marido! Foi um casamento realmente de amor. Ia-lhe sempre perdendo porque via que ele tinha sido criança sem amor e que havia ali algo que não estava bem”.

Esteve casada durante 34 anos, até à morte do marido. Após a morte deste, regressa a Portugal para cuidar da sogra e da mãe, intercalando com alguns períodos de estadia nos Estados Unidos para estar com os filhos e netos.

Em Portugal, conhece um senhor num baile de convívio para pessoas idosas.

“Esse senhor convidou-me para dançar. E todas as vezes, a partir daí, que eu ia ao baile, ele nunca mais me largou. E foi assim que começou”.

Tem uma relação de namoro com este homem, mas depressa se apercebe de que este é uma pessoa agressiva e que tem comportamentos estranhos. São os gestos bruscos que ele tem em situações do quotidiano. Mas sente-se, também, abusada/violentada sexualmente, dada a violência e frequência dos actos sexuais.

Este senhor tenta, aos poucos, imiscuir-se na vida desta mulher, nomeadamente nos seus negócios. Apercebendo-se que algo está a correr mal, repele-o e acaba por terminar definitivamente a relação, que durou apenas um ano.

“Um belo dia telefona-me, passados uns dias, telefona-me a descompor-me. De tudo. Chamou-me cabra, chamou-me tudo. E disse “Já há muito tempo que andava-te a topar! Que andava-te a topar! Tu não prestas mesmo para nada! Há muito tempo que eu andava-te a topar”.

O agressor não aceita o fim da relação, e acaba por desencadear uma série de actos violentos; são telefonemas constantes, ameaças, perseguições, vigilâncias à porta de casa, e, ainda, tiros disparados contra a sua casa.

“Era vezes sem conta a passar em frente de casa. Eu tive tanto medo, tanto medo, tanto medo! É que mesmo o meu vizinho dizia ‘ele hoje, ele hoje anda maluco!’”

Pede ajuda à polícia várias vezes, mas as suas queixas não são levadas em consideração. Procura igualmente ajuda numa associação de mulheres.

"Desde [mês do 1º trimestre de determinado ano]! Ele começou com a guerra, começámos com a guerra em [último mês do ano anterior] e em [mês do 1º trimestre de determinado ano] eu pedi ajuda aqui. Ainda veio o meu filho e a minha sogra e tudo, aqui!"

Apresentou queixa no Ministério Público em meados do mesmo ano, assim como várias vezes em diversas esquadras policiais, mas nunca consideraram que havia provas suficientes para se constituir crime de violência doméstica.

É na sequência de uma perseguição na rua, em que o seu filho intervém para a defender, que o agressor assassina, à sua frente, o seu filho à queima-roupa. É preso (ao fim de dois dias) e aguarda julgamento detido. Este agressor continua convencido que a vítima vai voltar para ele e que o filho era um obstáculo que tinha de ser retirado do caminho.

Esta mulher sente que o apoio que teve foi unicamente da sogra e de pessoas amigas; entende que nunca foi levada a sério por nenhuma das instituições a que se dirigiu. Discutiu, inclusive, a possibilidade de ingressar numa casa-abrigo, mas foi informada que tal seria difícil, por causa da sua idade.

6.4.2. Viver com violência: experiências de vida na primeira pessoa

Estas sete mulheres, agora idosas, têm histórias e percursos de vida distintos, mas marcados por actos de violência, perpetrados pelos (ex)maridos/companheiros, constantes ao longo das suas vidas. Nas suas histórias, encontramos similaridades e singularidades, algumas próprias de tempos e de locais e de contextos sócio-culturais. São histórias de décadas de terror vividas em contextos familiares. São, de facto, trajectórias de coabitação com a violência.

O que é, de imediato, perceptível é que a violência contra as mulheres idosas em relações de intimidade é produto da construção sócio-cultural das relações de género. Não será por acaso que, para algumas destas mulheres, este foi o único homem na vida delas.

"Comecei a namorar, aos dezassete anos. Foi o único homem da minha vida. E, pronto, sempre respeitei o meu namorado porque antes isso era mesmo assim. E entretanto, casei, no início dos vinte e três anos. (...) E pronto, pensei que realmente era o homem da minha vida, o homem certo. Porque era muito dinâmico, muito conversador, achava que era, assim, meigo" [Ent. 6, 61 anos].

"Namorei com este homem [..] esperei por ele, casei com ele, não conheci mais nenhum homem! Era o homem que eu conhecia, que gostava, que amava! Às vezes eu ainda tenho pena dele, porque foi só a pessoa que eu conheci! É o pai das minhas filhas... mas os maus tratos, eu já não era capaz de viver com ele!" [Ent. 5, 61 anos].

A idealização da figura de marido foi alimentada durante as relações de namoro que, muito embora parecessem ser as ideais, foram, numa boa parte dos casos, de curta duração e marcadas pelo afastamento geográfico entre os dois elementos do casal.

"Foi um namoro com um conhecimento muito vago porque andava na tropa, estive em vários sítios, aqui em Portugal, mas sempre muito longe. E vinha uma vez por mês praticamente a casa. E quando vinha também não era, como agora que se namora dia e noite ou vai-se para discotecas. Portanto, era pouca conversa e tinha que regressar novamente. Depois entretanto foi para o Ultramar. Pronto, era, todos os dias, pronto, me escreveu. Todos os dias era aerogramas ou cartas. Mas era mais aerogramas pois, pronto, queria escrever uma cartinha todos os dias. Eu a mesma coisa. Achava que realmente era aquele Romeu e Julieta. Tudo indicava isso" [Ent. 6, 61 anos].

Desta forma, nalgumas situações, as expectativas acerca do marido e da relação ideal, depressa foram defraudadas.

"Eu aí já notei que aquele amor dito nas cartas, porque, como era, pronto, foi antes de mil novecentos e setenta, isso significa que a gente também, não se abraçava nem beijava a todo o momento, e eu pensei que logo depois de casada, e logo na lua-de-mel aquilo ia ser muitos beijinhos, muitos abraços. Aquilo tudo que eu desejei ter em solteira, ser logo depois de casada, que era assim que as minhas colegas contavam. Ui! Depois aquilo era! Pronto, bota fora. Aí estranhei. Não. Estranhei muita frieza. E assim foi" [Ent. 6, 61 anos].

"Quando fiz um mês de casada, ele pôs-me na rua. 'Tu agora, já podes sair de casa para fora! Podes sair de casa se quiseres, já não me fazes falta! Porque o bom.... O bom já eu te tirei!' Veja lá o sentido da pessoa... 'agora o resto, que comam os cães'" [Ent. 5, 61 anos].

O primeiro episódio de violência, ou melhor, aquele que nos é referido como tal, é, numa boa parte dos casos, de natureza física, muito embora, pelo menos duas, consigam identificar os primeiros momentos de violência psicológica e verbal.

[emprestou um chapéu a uma amiga] " Já tinha terror! Isto passados três meses! (...)E eu ainda hoje recordo esse dia. Foi tão mau, tão mau, tão mau, tão mau, tão mau! Por causa do meu chapéu. E que já não servia para nada! E eu a seguir, queimei vestido e queimei chapéu e queimei tudo! Porque já nada me dizia. Passado tão pouco tempo. (...) E depois [ele] disse 'Emprestas o chapéu?' (...) Olhe, foi bater-me contra as paredes, contra tudo!! Atirar-me já. [...] Já foi assim de muito mau, muito mau, muito mau! Muito violento" [Ent. 6, 61 anos].

Aliás, a passagem da violência verbal e psicológica às ameaças à própria vida é, por vezes, muito ténue.

"As ameaças. Constantemente ameaças. Ameaças, ameaças. (...) Começou-me a dar, a mandar tiros, todas as semanas, na minha casa. (...) Todas as sextas-feiras, sendo duas, três horas da manhã, ouvia-se sempre dois tiros" [Ent. 7, 74 anos].

Num caso, o primeiro episódio de violência acontece durante a gravidez do primeiro filho.

"Foi a primeira vez que ele me tocou. Eu atirei-me a ele: 'não te admito que me toques! O meu pai, que é o meu pai, que eu me recorde, só me bateu uma vez. Portanto, tu não és meu pai. Tenho alturas que ainda sou eu que te sustento! Porque tu não paras em emprego nenhum. Eu não te dou autorização que me toques'. Aquilo passou" [Ent. 3, 62 anos].

Nalguns casos, os primeiros anos da relação foram muito positivos.

"Foi tudo muito bom. Ele não me deixava em casa e em lado nenhum que ele fosse que me deixasse em casa, não senhora! (...) Depois ele começou a deixar de ir comigo às compras, começou a deixar de ir comigo as minhas irmãs, começou a deixar de ir comigo ao A., a partir daí até hoje começamos a deixar, nunca mais andamos juntos um com o outro. Ele vai à vida dele" [Ent. 1, 76 anos].

Noutros, ainda durante ou imediatamente após a lua-de-mel, as relações já se tornaram violentas.

"Mas depois vi que a verdade, até dito por ele, que casou comigo só porque eu tinha bastantes bens e que era professora. Disse-me exactamente no dia que chegámos da lua-de-mel. Eu aí fiquei. Chorei toda a noite. Mas gostando tanto dele, pensei pronto. Como sou muito meiga, muito doce, ganhámos bem, tudo vai correr bem. Pensei isso. E gostava dele, claro, por um tempo, mesmo com os maus-tratos e violência, tentei, levar ao sítio, como era uma pessoa ponderada, tentei fazer com que tudo corresse bem. Mas nada conseguia até porque gastava o dinheiro dele todo, gastava o meu, e nada lhe chegava!" [Ent. 6, 61 anos].

Apenas uma das mulheres entrevistadas se reporta a violência uma relação de namoro, já na velhice. Essa relação foi desde o início pautada por desavenças mensais.

"Todos os meses nos zangávamos. Todos os meses nos zangávamos. Aquilo era matemático. Por causa sempre do mesmo! Eu dizia-lhe a ele, e ele dizia-me 'És muito esquisitinha! Eu nunca tive ninguém tão esquisitinha!' 'Então se eu sou esquisitinha, arranja outra melhor! E que te faça feliz! E que te faça feliz!'" [Ent. 7, 74 anos].

Algumas mulheres relatam a típica relação de agressor-vítima, pautada por episódios de violência seguidos por fases da chamada *lua-de-mel*.

"A única coisa boa que ele tinha era assim, ele extravasava, fazia a discussão mas passados dez minutos já não era nada com ele. Está a perceber? E eu ficava magoada. Batia-me e depois era meigo e andava de volta de mim. Não saía de casa sem me dar um beijo. Quando chegava a casa dava-me um beijo" [Ent. 3, 62 anos].

Mas são poucas as situações em que se registam oscilações entre momentos bons e maus nas relações.

"Tivemos tempos bons, tivemos tempos maus. Eu encobri, para não dar... Eu estive para o deixar. Porque não havia cá ninguém, por causa da família dele é que fui deixando..." [Ent. 1, 76 anos].

A violência verbal e psicológica é geralmente continuada

"É sempre! Sou uma puta, sou uma ladra. Tou-lhe ali, a roubar, todos os dias. E que a Segurança Social vai-me tirar. E que quer pôr lá uma pessoa para tratar dele. E porque não sei que mais porque ele... Eu não dou resposta nenhuma! Eu não dou resposta nenhuma! Nada!" [Ent. 1, 76 anos].

E, nalgumas situações, a violência psicológica é, numa boa parte dos casos, mencionada como sendo a mais grave (independentemente da severidade da violência física).

"Porque às vezes o que dói mais nem é o pontapé. São as humilhações. E até o fazem para nos destruir. Isto só destrói. Destrói mais o ter de me levantar três vezes, para servir um monstro, levar o mesmo prato, o mesmo copo e os mesmos talheres" [Ent. 6, 61 anos].

Em todos os casos, logo após o primeiro episódio, a violência foi um elemento constante nas relações de intimidade.

"Desde aí para a frente, Dra. não sei o que é que aconteceu, o que é que não aconteceu, ele por tudo e por nada já me batia. (...) Mesmo à frente da minha mãe. A minha mãe, coitadinha, já de idade. Não fazia nada. Chorava. Normalmente fartava-se de chorar" [Ent. 4, 59 anos].

"Começa-me a bater, a bater, a bater e a partir daí apanhou o vício de me andar a bater, nunca mais deixou de me andar a bater. Começou sempre a bater-me a agredir-me, dava-me empurrões, eu batia com as costas, batia com a cabeça no chão..." [Ent. 2, 66 anos].

"Eu já tenho sido muito mal tratada! Muito mal tratada! Muito mal tratada! Já tenho ido parar ao hospital e tudo" [Ent. 1, 76 anos].

Importa, ainda, referir alguns episódios de violência, relatados por quem os sofreu.

"Estávamos todos dentro do quarto, ele tinha uma pistola de alarme dentro da gaveta e estávamos todos dentro do quarto, mas na brincadeira com os miúdos. Ele encosta-me a pistola de alarme no ouvido e manda um grande estouro no meu ouvido. Eu fiquei assim com o meu corpo todo a tremer, eu não fiquei surda porque não calhou! Podia ter ficado surda!" [Ent. 2, 66 anos].

"Batia-me. Com uma correia. ,Não, não me bates mais!' Já foi à bruta. Digo 'Já não me bates mais'. 'Então o quê que fazes?' 'Vou-me embora!' 'Vais-te embora? Não vás!! Não vás, que eu tranco-te a porta!' 'Não trancas que ao outro dia, eu, nem sequer, entro em casa'. Muita vez punha-me na rua, fechava-me a porta. Como era hábito, quando me batia, ele punha-me na rua, ele entrava para dentro e eu ficava, na rua, a chorar" [Ent. 4, 59 anos].

"Ele batia-me, punha-me os pés em todo o lado, mandava-me, rebolava-me, metia-me debaixo das camas batendo o corpo por todo o lado, com as coisas que apanhasse que me batia!" [Ent. 5, 61 anos].

A violência é quase sempre preterida dentro de casa: "Trata-me sempre mal mas dentro de casa. Quando eu lá conseguia fugir, da maneira que tava, abria a porta e escancarava a porta para trás. Ele ia e fechava. Eu escancarava e lutava e tudo" [Ent. 1, 76 anos].

Mas se, na maioria dos casos, os primeiros actos de violência aconteceram dentro de casa, num dos casos deu-se em espaço público e em frente a outros elementos da família.

"Daí a um pedaço, chegou um cunhado meu, com a mulher e os filhos. E Dra o que se passou, o que não se passou, não percebi. Porque depois disse-lhe, olhei para o relógio e disse: 'Já é tarde. Temos que ir embora por causa da menina. Depois arrefece aqui e a menina pode-se constipar'. Eu não sei o que é que o homem meteu na cabeça. E foi bater-me. Foi a primeira vez que me bateu. (...) Então, o meu cunhado quando viu disse: 'Ó rapaz! Então mas bateste na rapariga, porquê? Porque motivo é que lhe batestes?' 'Eu cá sei-o!' 'Quer dizer se estivessem aqui sozinha, batias-lhe na mesma?' 'Por causa disso é que eu a trouxe para aqui!' Porque a gente estava a viver com a minha mãe. Para a minha mãe não se aperceber" [Ent. 4, 59 anos].

Aliás, registam-se situações onde a residência do casal era partilhada com ascendentes, e onde havia violência conjugal entre os ascendentes, violência essa que era entendida como desculpável por parte do agressor.

"Eles viviam no quarto ao lado do meu e o meu sogro, de noite, batia na minha sogra. E eu dizia ao meu marido: 'Eu vou-me levantar porque o teu pai está a bater na tua mãe!' 'A

minha mãe que se cale! Não tens nada que sair daqui. É entre eles' [Ent. 3, 62 anos].

Mas, nalguns casos, mesmo em situações de coabitação com outros elementos da família, a violência física e sexual acontecia sempre atrás de portas fechadas.

"Mas aí como dormíamos na mesma casa, os quartos eram contíguos, claro que se ouvia e ouvia pancadas na cabeça. E ouvia eu a gritar e ele a dizer para eu lavar as paredes antes de me deitar que estavam cheias de sangue"

"À frente dos filhos, era capaz de me dar um empurrão ou outro. Mas isso assim mesmo aquelas tareias, não. Aquelas tareias era quando estávamos mais a sós. E ainda bem porque pelo menos eles não sofreram. Depois cheguei a ir ao hospital e eles aí souberam, sim. Mas eu tudo quanto pude esconder tudo! Tudo! Por isso é que ainda hoje não sabem, não sabem, portanto, o quanto" [Ent. 6, 61 anos].

A violência era, num dos casos, de tal forma grave que decorriam relações extra-matrimoniais na presença da vítima.

"E eu sempre a viver assim, constantemente. A vê-los aos beijos, a ver Ah! Eu cheguei a acordar, na minha cama, com eles a ter relações ao meu lado! (...) Então eu, de manhã, acordava, com eles a terem relações. Duas e três da manhã. Na minha cama. (...) E eu disse muita vez 'Eu não quero isto aqui. Eu não quero isto!'. 'Tu cala-te! Queres fazer barulho para os filhos ouvirem?' E era sempre aquela coisa de encobrir às crianças e fazer com que as crianças. Pelo menos defendê-los a eles" [Ent. 3, 62 anos].

A poligamia era, neste caso, uma prática recorrente na vida desta relação e, obviamente, motivo que despoletava episódios de maior violência.

"A ponto dele, era um primeiro andar, a ponto de eu quase cair pelas escadas abaixo, com um empurrão dele. Chegou cá a baixo começou-me a despir, a fazer escândalos. Eu só lhe dizia ,Para quê isto? Queres viver com ela, vive com ela! Deixa-me em paz! Com as duas é que não!' ' Mas eu quero as duas! Eu quero as duas! Porque eu gosto de ti e ela é uma responsabilidade, nada mais! Tu é que és o amor da minha vida!' Eu disse: 'não! Eu nunca poderei ser o amor da tua vida! O mais que eu posso ser aqui é uma criada, nada mais!

Porque quando se gosta de alguém não se faz aquilo que tu me tens feito ao longo destes anos!” [Ent. 3, 62 anos].

Não obstante, comportamentos de adultério por parte dos maridos/ companheiros agressores são mencionados por todas estas mulheres (com excepção do caso de namoro).

“Andava com elas e então tratava-me mal a mim. Ainda era pior. Ainda me batia mais” [Ent. 4, 59 anos].

E perante as evidências das situações, os confrontos terminaram, por vezes, em actos de violência perpetrados pelos agressores.

“Aí eu tive uma discussão com ele aí e quando voltámos para [casa], ele deu-me uma tarefa. (...) E ele chamou os filhos e agarrou-me pelo pescoço e virou-se para eles e disse ‘É hoje que eu mato a vossa mãe!’” [Ent. 3, 62 anos].

Foram ainda mencionados casos de violação sexual.

“Portanto era para ter relações sexuais comigo e isso fazia quase sempre ou fosse verbalmente ou psicologicamente. (...) Contra a minha vontade. E eu vi o que ele queria e pedi-lhe para ser com amor e carinho. E o amor e carinho foi aquele grande estalo” [Ent. 6, 61 anos].

Registam-se alguns episódios de violência física muito graves, seguidos de negligência e do abandono da mulher em estados de saúde debilitados.

“passados três anos de casamento (...) deu-me um estalo muito forte... que eu vi que foi um estalo senão dizia que tinha sido um tiro, sobre o ouvido. E eu fiquei sem sentidos, seria aí por volta das vinte horas e quando recuperei os sentidos já estava dia. (...) Ele estava a dormir bem na cama e eu quando acordei estava no chão. (...) Eu estava na casa de banho portanto ele arrastou-me. Deu-me na casa de banho, arrastou-me, o quarto tinha casa de banho, arrastou-me, arrastou-me para o quarto. E eu comecei a recuperar os sentidos e a tentar levantar-me, escorregava. E depois comecei a tentar localizar-me, ver o que devia ter acontecido e pensei que fosse uma e tal, porque foi no fim de jantar, e não. Quando começou a entrar a luz no quarto e eu vi uma poça de sangue” [Ent. 6, 61 anos].

“Tou aqui nesta cama sofrendo, vou mas é para a sala e vou-me deitar no sofá’. Conforme disse isso, puxa-me assim, dá-

me uma punhada assim no olho, o olho saiu logo todo! Saiu todo! Eu só me lembro de disser 'Ai mãe que eu morro!', e ele diz assim: 'ainda bem que morreste!' Assim, ficou ali, fiquei ali... eu só sei lhe dizer que ao fim de três dias é que eu acordei. O olho todo negro todo saído para fora... Não me levou para o hospital e não deixava as crianças entrarem dentro do quarto para me verem! Não deixava entrar as minhas filhas no meu quarto para me verem" [Ent. 5, 61 anos].

E, ainda, foram referidos episódios de violência muito grave, já perpetrada em espaço público.

"Ele bateu-me, saltei do primeiro andar. Fui para a paragem de autocarro que era na rua por trás da minha. Ele andou ali feito doido à minha procura até que me viu na paragem do autocarro. Começou-me a chamar de tudo quanto eram nomes. Que andava com este, com aquele, com aquele outro. Eu não lhe respondia. Fazia de conta que não o conhecia. Até que ele pegou-me em peso e começou-me a querer despir, que era para eu ir para casa. Tirou-me a camisola e eu com os braços, assim, a tapar-me. E ele pegou-me em peso, chegou ao meio da estrada largou-me no chão. 'Ou vens para casa ou dou cabo de ti aqui!' E eu disse: 'não vou! Matas-me aqui! Mas eu para casa é que não volto'. 'Ah isso é que voltas!'" [Ent. 3, 62 anos].

A par da violência física, psicológica e verbal, patente em todas as relações das mulheres entrevistadas, a violência económica é muito presente em todas as mulheres.

"Vivia sempre à conta do que ele me dava, mesmo do meu ordenado. Que a conta estava em nome dos dois" [Ent. 6, 61 anos].

São, igualmente, mulheres que se sentem enganadas e economicamente expropriadas pelos maridos/companheiros.

"O primeiro dinheiro que eu recebi da reforma, eu nessa altura, eu não tinha [conta bancária], não tinha nada, e ele disse: 'Olha pra tu não teres uma conta aberta, eu tenho uma conta aberta podes pôr o dinheiro no banco na minha conta'. Eu como não sabia, era uma tapada que andava ali... [O filho precisou de dinheiro e ela deu-lhe] E com aquela raiva de eu

dar os cem contos ao moço para ele ir [para outro país], ele foi ao banco e levantou-me o dinheiro todo. Todo, não me deixou dinheiro nenhum! (...) Até hoje, eu não sei o que ele fez ao dinheiro" [Ent. 2, 66 anos].

Para algumas, a violência económica é muita, e acontece, também, pela privação dos próprios rendimentos.

"Depois era um homem que chegava a casa, a mim não me dava um tostão, nunca vi um tostão, um cêntimo do dinheiro da mão do meu marido para dar de comer às minhas filhas. Eu, trabalhava eu para dar de comer às minhas filhas e para dar de comer a ele. O que ele tinha guardava tudo!" [Ent. 5, 61 anos].

Mas mais do que enganões, foram, ainda, ameaçadas por questões económicas.

"Ele disse: 'Se não passares a me dar todos os messes vinte contos, tu não tocas em nada aqui em casa. Nem tomas banho, nem lavas a tua loiça nem lavas a tua roupa nem nada! Levas para os reformados e os reformados que lavem! Já que estás a comer lá, os reformados que a lavem!'" [Ent. 2, 66 anos].

Aliás, a violência e a privação económica são elementos presentes em 6 das mulheres entrevistadas.

"Era ele que geria totalmente o dinheiro. De princípio, quis pôr numa conta conjunta, porque assim geríamos melhor o dinheiro, poríamos uma conta, pronto, um dinheirinho em casa para, para fazer as despesas, se não chegasse levantava-se mais. E eu confiei. Confiei, porque amava! (...) Como ele gastava o ordenado dele todo, como ele gastava o meu todo, como ele gastava o meu todo, nada chegava e tive de regressar à base [casa da família dela]" [Ent. 2, 66 anos].

"Era tudo do meu dinheiro, o dinheirinho que ganhava era para todos, para a casa e o dele guardava-o no banco. Pensando eu que havia de ter aquela continha que também era minha! (...) Só mais tarde vim sabendo que não tinha nada! Não tenho nem um tostão, não tenho nada, não tenho um tostão (surdina), não tenho dinheiro nem eu sei o que ele tem!" [Ent. 5, 61 anos].

"Agora já sabe que eu lhe adescobri os engenhos. Recebia o dinheiro dos subsídios, roubava-me o dinheiro dos subsídios todos! (...) Quando lá chegava, tinha levantado o dinheiro!"

Tinha passado p'ra conta para ele! Foi quando eu soube que ele tinha as contas todas em nome dele. Não tenho nem um tostão! [Ent. 5, 61 anos].

Algumas mulheres relatam a abertura intencional de correspondência privada, como invasão da sua privacidade.

"As cartas importantes todas, ele abria, lia, colava-as e punha-as na caixa do correio!" [Ent. 1, 76 anos].

"Pois ele abriu a carta e leu. Até porque isto, por isso por lei, as cartas principais que ele abriu, é crime! É crime!" [Ent. 1, 76 anos].

A violência foi, também, perpetrada contra outros elementos da família, em particular contra filhos/as e enteados/as.

"Os filhos dele era só os dois mais velhos, o mais novo ele nunca tocou com um dedo. Mas o meu passou muito, sofreu muito com ele! (...) Uma vez ele pegou numa vassoura, com o cabo da vassoura deu uma cacetada no braço do miúdo, ele fartou-se de dar gritos. Então em cima de um osso a dar uma bordoadada daquelas, por o miúdo andar a brincar com um pau a fazer assim no estendal da roupa, eu disse: " Não faças isso, podes rebentar a corda e depois não temos onde estender a roupa". Ele estava a ouvir a conversa muito caladinho. Nisto, vejo ele com o cabo da vassoura e vai, pumba, no braço do miúdo" [Ent. 2, 66 anos].

"Que ao mais velho bateu muito. Ao segundo já não. Fazia-o sofrer de outra forma, muito violenta" [Ent. 6, 61 anos].

Aliás, do conjunto de agressores que aqui nos foi dado a conhecer, alguns perpetraram comportamentos de extrema violência mesmo na presença de crianças menores.

"Um dia, o que faz, agarra numa pistola, uma pistola ou que é que ele tinha para lá (...) Disse "Esta noite é que eu te mato!" E agarrou os rapazinhos e encerrou-os no quarto. Ela num quarto e ele noutra. E os coitadinhos só faziam era chorar. E eu disse 'Calem-se, filhos. Não chorem! Não chorem que (...) E ele dizia 'Calem-se'. E a eles, só ouvia gritar 'Ó mãe! Ó mãe!' 'Calem-se, filhos. Não chorem que ele não mata a mãe! Não a mata! Deixem-se estar sossegadinhos. Não gritem! Não gritem! Não chorem!' E eu o que fiz? Que me veio à cabeça? Como estava bêbado, agarra-me aqui

pelos peitos, e a casa tinha escadas e arrumei um encontrão, que ele ferrou pelas escadas. A arma, eu não sei para onde é que ela foi” [Ent. 4, 59 anos].

Os comportamentos violentos aconteciam mesmo quando os/as filhos/as ou enteados/as eram já pessoas adultas. Ou seja, os agressores eram indiferentes à presença de outras pessoas adultas, pois, em boa medida, os comportamentos também lhes eram dirigidos.

“O meu filho já trabalhava nessa altura e ele disse: ‘Olha, tu, agora, quando receberes o teu ordenado, passas a dar vinte contos, que é para ajuda da casa’. Mas os patrões, chegava ao fim do mês, não lhe pagavam e o miúdo não dava, não tinha dinheiro, não dava. Ele pensava que o miúdo ficava com o dinheiro, ou que me dava o dinheiro a mim e não dava a ele para ajuda da casa. O que é que ele uma vez faz? O miúdo chega a casa, (...) para se ir deitar e descansar porque ele trabalhava toda a noite. O meu marido estava a tomar o pequeno-almoço, alevantou-se da mesa pôs a aparelhagem muito alta no corredor e o meu filho foi ter com ele. Eu tinha uma faca, assim em cima da mesa, que eu usava na cozinha para cortar carne e essas coisas assim, ele pega na faca e vai direito ao meu filho com a faca. [começam a lutar durante um bom bocado, primeiro com uma faca e depois com um pau] Depois foram-se arrastando, foram-se arrastando até chegar ao quarto encostaram-se os dois a cama, o meu filho a puxar o pau para um lado e ele a puxar para outro. O meu filho a puxar para um lado e o pau conforme o meu filho puxava batia-lhe na perna no coto e ele não se queixava, deixou foi batendo, foi batendo, foi batendo quando ele viu que já não podia mais ele largou o pau” [Ent. 2, 66 anos].

As vivências de violência tornam-se, assim, colectivas, afectando todo o agregado familiar.

“E entretanto nem eu fazia nada por o aborrecesse, os filhos também tinham muito medo, muito medo, muito medo. Tanto eu como os filhos. E ganhámos mesmo medo, medo. Terror! Terror é a palavra mais adequada. E portanto tudo se comportava muito, muito, muito bem” [Ent. 6, 61 anos].

“E ele começou a bater na miúda [filha]. ‘Diz-me onde está a tua mãe!’ E ela nunca abriu a boca. Até que eu debaixo

[estava escondida numa parte da casa] disse: 'Não batas na miúda que eu estou aqui em baixo!'" [Ent. 3, 62 anos].

"O meu filho tinha medo do meu marido. Quando era as discussões a miúda metia-se na frente, pedia ao pai para não me bater. E o meu filho fugia para a rua porque tinha medo dele" [Ent. 3, 62 anos].

"Sofreram muito, elas viram-me o pai a bater-me, a espezinhar-me toda e fugiam e metiam-se debaixo das camas" [Ent. 5, 61 anos].

Mas filhos/as ou enteados/as acabam, muitas das vezes, por desempenhar um papel activo visando a protecção das vítimas.

"Uma vez é que ele agarrou, pôs-me fora do quarto, entrou no quarto e trancou a porta por dentro. Ele tinha um sofá, nessa altura, no corredor, eu agarrei-me e deitei-me no sofá. O filho [dele] tinha saído. Quando o filho chegou, viu-me deitada no sofá; ele disse para o pai, pegou um pontapé na porta, e disse 'Olhe lá pai, aquela mulher, que está ali deitada em cima daquele sofá, eu considero aquela mulher como minha mãe! Porque é que você fechou-se dentro do quarto e pôs a mulher aqui, no corredor, aqui deitada no sofá? Tem alguma explicação para isso?'. [O pai respondeu:] 'ah, amanhã a gente fala! amanhã a gente fala! amanhã a gente fala!'. Meteu-se dentro do quarto, trancou a porta e eu acabei por ficar ali outra vez. E prontos! Acabei por ficar ali toda a noite" [Ent. 2, 66 anos].

"Eles defendiam-me! O mais novo, ainda hoje, ele defende-me!" [Ent. 2, 66 anos].

Uma boa parte das mulheres idosas entrevistadas não consegue identificar qualquer factor potenciador da violência, particularmente no que respeita ao primeiro episódio de violência.

"Não sei, eu às vezes ia assim, saía, esquecia-me das chaves e batia à porta. Assim que ele abria a porta, começava-me a bater, assim, sem nada, sem dizer nada, sem me perguntar nada, sem me dar uma satisfação qualquer para ver qual era o motivo... que ele tinha para me bater. (...) Batia-me assim de qualquer maneira, depois chamava-me nomes, agredia-me com nomes muito feios, que eu custava-me ouvir aquilo" [Ent. 2, 66 anos].

Nalgumas situações (ent. 3 e 6), há suporte concreto por parte da família próxima (pais e mães, irmãos e irmãs) para que as mulheres coloquem um ponto final à relação matrimonial.

"A minha mãe foi lá, falar comigo: 'E volta para casa. Deixa-o. Nós avisámos. E volta para casa'. Mas eu estou grávida. 'O filho cria-se, não continues com ele'" [Ent. 3, 62 anos].

E algumas mulheres (ent. 3, 4, 5) encetaram, várias vezes, fugas de casa; a maioria dessas fugas teve, como destino, a casa de familiares próximos.

"Quase sempre para a minha mãe. Outras vezes, para a da minha tia. Aquela que estivesse ali mais perto era para onde abalava" [Ent. 4, 59 anos].

"Eu tive muita violência sempre, muita porrada, muita porrada... Eu cheguei a pular com a minha bebézinha, a minha mais velha com três meses, numa janela para baixo: Pu-la no poial da janela para pular ir à minha sogra. Batia-me deixava-me toda negra, fechava-me as portas para eu não sair. Eu punha a menina no poial da janela, eu podia pular e depois eu apanhava a minha menina. Não morria porque não calhava! Porque a menina podia cair!... Uma vida de sofrimento a vida inteira" [Ent. 5, 61 anos].

O apoio que recebiam desses/as familiares era muito no sentido da ruptura da relação.

"A minha tia só o que me dizia 'Deixa-o, filha! Deixa-o! Estás a sofrer tanto! Deixa-o, filha! Deixa-o!' 'Não deixo, tia. Pode ser que passe, pode ser que passe! Pode ser que passe!' E assim, não ia passando" [Ent. 4, 59 anos].

Os e as filhas, em quase todos os casos, consideraram a saída das mães e a ruptura das relações como a melhor opção para as mães.

"Mas os rapazes começaram a dizer 'Mas o que é que você está aí fazendo, mãe? Você está aí a sofrer tanto!' Digo eu: 'Deixa, filho. Pode ser que ele mude! Deixa lá ver!' Pode ser que ele mude e deixe lá ver. E assim os anos foram passando" [Ent. 4, 59 anos].

Mas as saídas de casa eram pontuais e pautadas pelo regresso no dia seguinte.

"E agarrei nos meus filhos, fui ao quarto agarrei nos meus filhos e abalei, fugi para casa da minha mãe. Fugi para a casa da minha mãe. (...) Fiquei com a minha mãe. Nessa noite

fiquei com a minha mãe. Mas no outro dia ele veio-me a buscar. Ia-me sempre a buscar” [Ent. 4, 59 anos].

E mesmo em casos onde as relações são marcadas por rupturas, a violência parece não ter fim.

“(após a terceira ruptura e reatada a relação pela 3ª vez] Ao fim de estar aqui foi parar duas vezes parar ao hospital. Fui à igreja pedir ajuda à assistente social e elas próprias me levaram ao hospital. Dessa vez fiquei negra. Fiquei a noite em casa, ao outro dia saio de manhã de casa, ele saiu porque ele ainda estava a trabalhar” [Ent. 3, 62 anos].

Foram narrados alguns episódios onde a violência acaba por ser exercida também pela mulher contra o companheiro, motivada por comportamentos deste. Ou seja, estamos perante uma agressão perpetrada pela mulher em consequência de um acto do companheiro.

“ [uma amiga] uma vez apareceu [no local de trabalho], que eu nunca mais tinha a visto, a dizer “não tenho nada que comer, deixei o meu marido, não sei que mais, não sei que mais”. Eu disse “Eh pá, eu vivo num quarto, eu não tenho lá, eu como aqui, não tenho lá nada. Tenho lá uma lata de conserva”. Levei-a. Ele tava em casa. O meu quarto era da frente, quarto de casal. Eu disse “Olha esta é minha amiga, como se fossemos irmãs” e aquilo tudo. [...] E ele disse “Eh pá, vais à cozinha, há lá uma lata de atum, coze-se uma batatinha”. E eu fui. Que eu tinha confiança nele. Tava há pouco tempo com ele e tinha confiança nele e nela. Quando eu oiço a minha senhoria que passou “Minha Sra., vá ao quarto, vá ao quarto”. Nesta altura, devia ter feito [a ele] o que fiz a ela. Ela tava em cuecas em cima da cama e ele já quase. Eu peguei nela num bracinho. Mas isto já há muitos anos. Peguei nela, pela mão, e pus-la na rua. E dei com uma cadeira na cabeça dele. Eu devia ter feito [a ele] o que eu fiz a ela. [...] Pronto. É o destino” [Ent. 1, 76 anos].

Mas persiste, em todas estas mulheres, um não entendimento sobre a razão porque lhes foram perpetrados abusos e maus-tratos.

“Tive tantos maus-tratos, tantos maus-tratos, eu só tenho sido boa para ele, só tenho feito bem, olhado pelos filhos dele, tenho feito tudo por eles. (...) Qual é a razão, quais as

razões que ele teve para ele me fazer o que me fazia?!” [Ent. 2, 66 anos].

“Eu não mereço! Eu não mereço! Porque eu sempre o tratei bem. Tá claro que discutíamos e aquilo tudo. (...) Não arranjo explicação!” [Ent. 1, 76 anos].

As reacções das mulheres, após os actos de violência, eram um misto de sentimentos, de que se destacava a impotência face às dificuldades económicas para sair de casa e às respostas sociais de apoio (in)existentes na altura, aliada à necessidade sentida de se manterem a viver na casa de família.

“Ó, tinha que disfarçar-me. Tinha que disfarçar, pois não tinha para onde ir, eu não tinha ali ninguém que me pudesse apoiar, não tinha nada... eu tinha que disfarçar a coisa. Depois, passados uns tempos, fazia que estava amiga dele e assim, só para não ser corrida para a rua” [Ent. 2, 66 anos].

“Eu fui uma pessoa muito atrasada, eu fiquei porque eu tinha muito medo dele. Ele dizia-me que me matava! ‘Se deres conhecimento eu mato-te’. Eu tinha as minhas filhas pequenininhas, naquela altura...” [Ent. 5, 62 anos].

Essa impotência era tal muitas destas mulheres se confrontaram com atitudes de desespero e de desesperança, que as assolaram, em várias ocasiões a ponto de encararem o suicídio como única saída.

“(...) e mais me esmagava, mais me esmagava. A ponto de sufocar e eu a achar que não era vida. A ponto de pensar, não digo dezenas, umas centenas de vezes, suicidar-me. Sempre que pegava nos meninos depois ao colo, para me despedir deles... nunca consegui. Pensando levar um para aqui, outro para ali. Dizendo que ia sair. Mas, olhando para aquelas caritas, a beijar-me e a abraçar-me, ficava a chorar. Dizia ‘Não, vou aguentando. Pode ser que isto mude. Pode ser que isto mude!’” [Ent. 6, 61 anos].

“Tinha umas laranjeiras no quintal e tinha uma corda, cordel já preparado... estava já preparado para eu me enforcar! Só me aparecia à ideia aquela coisa tremenda de ir lá aquilo!” [Ent. 5, 61 anos].

Também foram relatados episódios onde as mulheres reagiam à violência verbal e aos insultos dos maridos/companheiros.

“Quando ele me chamava esses nomes, eu também lhe dizia ‘Vai chamar puta é à tua mulher. Ela é que é puta! [...] Mas a

mim, não. Toda a gente me conhece aqui e tu sabes bem quem eu sou” [Ent. 1, 76 anos].

Não obstante, as reacções das mulheres à violência levaram, frequentemente, a mais violência.

“Em casa de um casal amigo, pois foi, já foi depois de jantar, estava sentado no sofá como o senhor da casa e eu estava a ajudar arrumar a cozinha, ele salta do sofá, a dizer que me odiava há mais de trinta anos, agarrou-me ao pescoço mesmo eu já nem via nada. Mesmo para me matar a dizer que me odiava, odiava. Que me ia matar. Apertou-me de tal forma que foi preciso o casal separar-nos porque eu lhe respondi realmente à letra. (...) Como foi a primeira vez na vida que eu fiz, porque na verdade... Já não suportava, já não suportava, já não suportava, já não suportava” [Ent. 6, 61 anos].

Assim, foram desenvolvendo algumas estratégias para sobreviverem à violência psicológica e verbal constante.

“[os filhos] diziam ‘Ó mãe, como é que tu consegues comer, [...] como é que tu consegues comer, com tantos nomes que ele te chamou? Com tanta coisa que ele te disse!’ ‘A mim? Mas eu não ouvi?. Eu estava a olhar para a televisão, fiquei tão atenta à televisão que desliguei. Desligava... a ficha. Como se fosse uma ficha. Só eles... é que nunca conseguiram isso” [Ent. 6, 61 anos].

Mais tarde, secundadas por organizações que lhes deram apoio, algumas mulheres desenvolveram estratégias de confronto visando a sua própria autonomia enquanto pessoa.

“Eu não estou pra aqui para te dar! Eu deixo tudo, eu deixo tudo, eu limpo só o que tenho. Mais nada! É as ordens que tenho. E nunca mais lhe mexi na roupa, que eu sou muito [...]. Levei tempo, mas teve de ser!” [Ent. 1, 76 anos].

As ajudas e os apoios que estas mulheres foram recebendo ao longo das suas vidas, eram, frequentemente, oriundos das redes informais de amizade.

“O dinheiro desaparecia todo e eu pus-me a pensar: ‘como é que eu vou fazer isto?’ Há dias em que a gente passa fome. Eu quero calçar não tenho, eu quero vestir não tenho, o dinheiro todo desaparece todo assim de qualquer maneira!

Depois, uma vizinha minha informou-me que era para eu ir falar com as assistentes sociais, que em vez de elas mandarem-me os cheques para a caixa do correio em casa, que era para elas mandarem para a Caixa Geral de Depósitos. A partir de aí ficou só em meu nome e ele nunca mais pôde mexer no dinheiro" [Ent. 2, 66 anos].

"E ele veio logo de volta, para entrar, mas não conseguiu porque o barrote estava lá e ele não conseguia entrar. Então ele disse 'Ah! Não abres a porta? Eu não consigo... Vou buscar uma enxada e deito já a porta abaixo!' Ao mesmo tempo que ele foi para ir buscar a enxada, eu fugi para casa da minha vizinha. Para casa da minha vizinha. Ele como desceu e viu que eu já não estava lá, com a porta aberta, foi à casa da vizinha. Foi logo, entrou por ali a dentro, nem pediu licença. Mas só que eu escondi-me dentro do roupeiro dela. 'Eu sei que tu tás aqui! Responde-me!' E eu nada. A minha vizinha disse: 'Olhe, ou senhor sai daqui ou vou chamar a polícia. O senhor não tem nada que entrar aqui na minha casa sem ordens'. Ele acabou por sair" [Ent. 3, 62 anos].

Há algumas décadas, os pedidos de ajuda em praça pública de uma mulher agredida raramente tinham correspondência.

"Pedia ajuda. Gritava além na rua. Que me acudissem. Mas não. Nem a minha vizinha, nem ninguém queria problemas, na altura. Porque quem é que queria problemas assim? Ninguém!" [Ent. 4, 59 anos].

Mas, mesmo em tempos mais próximos do actual, se assiste à passividade de terceiras pessoas e, conseqüentemente, à sua cumplicidade face ao sucedido.

"Toda a gente via e ninguém se metia. Ninguém se metia. Ninguém se metia. Agarrou-me por um braço e trazia-me de rastos. A magoar-me. Até que me pegou por aqui e pôs-me em pé e trazia-me para casa. Em frente à minha casa há uma loja que agora já não têm tanto movimento mas vinham camiões de [...]. E eles também olhavam e não se metiam" [Ent. 3, 62 anos].

Os serviços médicos eram aqueles a que, com maior frequência, estas mulheres, em tempos idos, se dirigiam.

"Eu tinha um saquinho assim pequenino com uma camisinha de dormir umas cuequinhas e um soutien e um sabonete e

uma toalha para me lavar! Quando eu me pensava assim pior, eu dava um beijo às minhas filhas, sem saber o que estava fazendo apanhava no saco, montava-me num transporte numa camioneta ou num expresso e entregava-me nos hospitais, chegava lá” [Ent. 5, 61 anos].

No entanto, nem em todas as situações a mulher se deslocava sozinha aos serviços médicos. Mesmo na sequência de episódios de extrema violência física, algumas mulheres nem sempre puderam ser sinceras, perante profissionais de saúde, pois os agressores faziam questão de estar presentes no acto médico.

“Fui buscar as chaves do carro porque deixava as chaves em cima da cómoda, não estavam. Mas como eu estava muito tonta porque tinha o ouvido a rebentar, mal podia andar de pé, fui, fiz qualquer barulhinho que ele acordou. Tinha as chaves do carro no bolso, já com medo que eu fugisse. Aí eu iria fugir de vez! Pronto levou-me. Ah antes de ir ao hospital ainda tive que limpar a charca de sangue porque não estava em casa minha, estava numa casa alugada que era uma senhora que fazia limpeza ao quarto. E depois levou-me ao hospital avisando que se eu chegasse lá e dissesse ao médico o que me tinha acontecido, quando chegasse à porta que voltaria para dentro para me curar do outro. E o médico perguntou sim, só que eu fiquei calada. E eu cá com este silêncio, ele viu o que foi porque estava ao lado. E perguntou-me porque é que ele me bateu. Eu disse ‘Por nada’” [Ent. 6, 61 anos].

De facto, a imagem de alguns agressores para o exterior é, ao princípio, de relativa ‘normalidade’.

“Engana muita gente! Ele engana os médicos, ele engana toda a gente. Ele não diz a verdade. Ele nunca falou a verdade!” [Ent. 1, 76 anos].

“Porque realmente sendo uma pessoa aparente, aparentemente com cultura, é das pessoas mais porcas [que conheceu]” [Ent. 6, 61 anos].

Mas estas mulheres, que conviveram com os agressores durante décadas, tecem, agora, considerações muito negativas sobre a personalidade dos seus agressores.

“Eu achei que era um homem com dupla personalidade. As duas muito fortes. Uma para captar e a outra para fazer,

pronto, para fazer, para fazer de mim uma propriedade dele. Simplesmente propriedade, podia fazer de mim tudo o que quisesse” [Ent. 6, 61 anos].

“Foi sempre um homem que pendeu sempre para maus-tratos. É uma pessoa que, pronto o que ele dizia é que era e o que os outros dizem não é verdade. Uma pessoa mesmo revoltado, mesmo, mesmo, mesmo” [Ent. 4, 59 anos].

“É um homem muito mau, muito traiçoeiro, muito velhaco! Faz as coisas pela calada, pela calada, judia...Ele gosta de ver as pessoas sofrer” [Ent. 5, 61 anos].

“Ele é um homem assim, muito áspero, muito rijo para as pessoas, ele não tem educação nenhuma para ninguém! Ele não respeita ninguém!” [Ent. 2, 66 anos].

Existe, nalgumas mulheres, a percepção de que os comportamentos violentos eram desencadeados pelo consumo excessivo de álcool.

“Bêbado! Embebedava-se para fazer aquilo. Porque senão ele não fazia mal a ninguém” [Ent. 4, 59 anos].

Aliás, essa é uma percepção partilhada, também, pelo agressor.

“A única coisa que ele diz, que era por causa da bebedeira! Por causa da bebida” [Ent. 2, 66 anos].

Mas quando a violência se baseia na personalidade dos agressores e não em comportamentos motivados por outros factores, externos, tais como o consumo excessivo de álcool, acaba por exercer efeitos devastadores nas mulheres e nas relações íntimas.

“ (...) tomara que andasse sempre alcoolizado porque ele aí não fazia mal nenhum. Era, na verdade, a outra faceta que eu acho bem pior, na medida em que era consciente, fazia tudo de mal, muito consciente e deliberadamente” [Ent. 6, 61 anos].

“(...) quando eu dizia que na verdade não dava, que cada um teria de ir para seu canto, trazia-me um ramo de flores, trazia um frasco de perfume, trazia algo para me captar. Dizendo que pronto, que andava nervoso por causa do patrão, e que as coisas não corriam bem, pronto, onde trabalhava, e que pronto era isso que chegava a casa e descarregava. Quando não era mesmo, não era mesmo. E depois fui verificar. Eu, no princípio, acreditava. No princípio acreditava. Depois fui verificando que não porque conforme foi isso, foi um

descação. No trabalho dele, eu vi que cada vez era pior, esmagava também funcionários" [Ent. 6, 61 anos].

No entanto, com a idade, a personalidade dos indivíduos começa a ser visível em contextos exteriores ao contexto familiar. São, ainda, feitas descobertas tardias na vida destas mulheres.

"Mas a verdadeira faceta só a descobri depois de estar na casa-abrigo, dito por uma irmã [dele]. Perguntei, fiz umas certas perguntas que nunca tinha feito. E ela disse-me 'Não, não. Ele foi sempre assim. Embora seja meu irmão, eu sempre o conheci assim. Muito agressivo, muito violento, muito ditador. E portanto, embora a gente soubesse, escondeu porque também pensávamos, que ele tendo muita fatura, como não estava bem empregado...'" [Ent. 6, 61 anos].

As formas como os homens agressores reagiam após os episódios de violência variam entre a indiferença absoluta e manifestações de arrependimento.

*"Nunca pediu desculpa nenhuma! Nada!" [Ent. 1, 76 anos].
"Que não fazia já mais. Que o desculpasse que não tornava a fazer. E que o desculpasse e que viesse para casa. E eu ia! Acreditava. Convencia-me! Eu ia!" [Ent. 4, 59 anos].*

Mas quando as mulheres falavam com alguém sobre a sua situação, em jeito de pedido de ajuda, e os agressores tomavam conhecimento desse pedido, as reacções eram muito violentas.

"E ele apertou-me o pescoço e disse-me: 'tu falas com mais alguém, eu mato-te!'. E disse à frente das crianças e eu aí saí e disse: 'Nunca mais faças à frente! Pelo menos faz de mim o que quiseres, mas os meus filhos, não!'" [Ent. 3, 62 anos].

Fica-nos, sobretudo, a imagem que uma das mulheres faz do seu agressor.

"Foi um verme realmente, um verme que existiu. Um psicopata, um ... olhe um monstro! O termo mais adequado mesmo, é monstro" [Ent. 6, 61 anos].

6.4.3. Alterações da violência na velhice

Para algumas destas mulheres, a violência tem vindo a agravar-se, particularmente na velhice, motivada pela idade associada a características singulares dos agressores bem como pelos longos anos de relações violentas.

Assim, a violência foi crescendo à medida que aumentavam os anos da relação, e, para algumas destas mulheres, na velhice, a violência é, agora, maior.

"Tratava-me mal mas não era assim, como agora, há uns anos!" [Ent. 1, 76 anos].

"Ele sempre me chamou velha, burra e feia. E drogada, burra mas isso foi muito mais tarde. Drogada, foi muito mais tarde. Quando me aposentei era 'oh reformada isto', não me chamava pelo meu nome. "Ó reformada, eu quero outro talher". Porque uns anos, uns anos, aí a partir dos trinta anos de casamento era... continuou... cada vez a ser mais massacre, mais massacre" [Ent. 6, 61 anos].

Há situações onde a violência foi crescendo, mesmo quando a mulher estava fisicamente debilitada (aos 40 e poucos anos).

"Começou-me outra vez a maltratar, maltratar e eu nessa altura já não conseguia andar, mal via... ele dava-me empurrões, eu caía de costas e batia com a cabeça no chão. Ele arrastava-me no chão, ele dava-me chapadas, ele dava-me murros, ele dava-me pontapés... Eu andava com as pernas negras, sempre todas negras" [Ent. 2, 66 anos].

O último episódio de violência, acontecido já na velhice, é, para algumas destas mulheres, aquele de que guardam maior recordação. Aliás, uma das mulheres entrevistadas falava constantemente desse episódio no decurso da entrevista.

"Eu não sou mentirosa porque eu digo, digo. E atão quando fui para o hospital, a polícia também acompanhou. Ele nunca pensou porque eu pus a mão na cara e viu-me cheia de sangue. E eu, que lutei muito, foi entre a porta, eu lutei muito. E atão peguei numa coisa, que é de limpar os vidros, portanto, aquilo era uma barraca, peguei naquilo e para não partir a cabeça... parece que foi o meu anjinho da guarda! O meu anjo da guarda, anda muito comigo, e Nossa Senhora e Jesus. [...] Atão [...] para não partir a cabeça, parti o vidro da porta" [Ent. 1, 76 anos].

"Agora desta vez estava com a porta fechada à chave. Ver a minha casa alagada em gasolina, e ele puxar fogo e... Foi um horror! Aquilo tudo a gasolina! Telefonei à minha filha, disse-lhe 'Filha, é o teu pai que está à porta?' 'É o meu pai, sim senhora'. 'Ai filha mas a mãe tem a casa cheia de gasolina!' E os rapazes então agiram e a polícia também. Quando a polícia lá foi, realmente estava tudo alagado em gasolina, quiseram-

me trazer para o Centro de saúde, eu é que não quis. (...) Porque o isqueiro apagou-se! Se o isqueiro não se apagasse, eu não estava aqui a esta hora! Ele tinha queimado toda a coisa, ali. (...) E então foi o maior, o mais susto que apanhei, foi aí!" [Ent. 4, 59 anos].

"Tinha armas ilegais, por causa que ele quis matar a mim, às minhas três filhas e à minha netinha.... Queria matar a gente todos! E à minha filha. Tirou-me a roupinha toda do corpo e eu fiquei sem nada para vestir e a minha filha disse: 'De hoje já não passa! Trinta e sete anos, de hoje já não passa!' [Ent. 5, 61 anos].

Esses últimos episódios conduziram-nas à polícia e ao hospital. A polícia surge, agora, como um instrumento de recurso em caso de necessidade.

"Tava a porta trancada. Eu não abri a porta. Não podia abrir! Chamei a polícia. Quem veio foi o Sr. Comandante com uma colega. Fardados. Eles já sabiam o que se passava. Ele disse 'D., atão não abre a porta?' Não. Ele bateu à porta. Eu meti-me ao meio deles todos. E ele era atão assim. Abriu a porta, veja lá o fingimento dele. Ele só chegou e disse assim 'Quem são vocês?'; 'Somos da polícia'. 'Ah! Onde é que são vocês?' (...) Foi assim mesmo para ele: 'A gente só queremos saber, se você deixa entrar a Sra, na casa dela ou não? E que se não deixa entrar (e eu metida no meio deles)... se não deixa entrar, ela vai com a gente. Ela tem onde ficar. Você não tem onde ficar e vai pagar tudo, os prejuízos'. Eu disse assim, só que eu disse assim, porque eu não tava bem 'É melhor os Srs me levarem, por menos esta noite'. E ele pôs-se todo direito e diz assim: 'Tá a ver que é ela que quer sair de casa!' Virou-se o Sr. Comandante para ele 'Ah agora você tá bom? (...) Já sabe D., a pequenina coisa que a Sra coisa, liga logo'" [Ent. 1, 76 anos].

"Ele agora não me bate porque eu estou aqui e ele sabe que as pessoas, ele já tem agredido à frente de empregadas de aqui de dentro. (...) Disse para uma que trabalha aqui, foi lá levar o comer 'Eu qualquer dia mato essa mulher!'. E a Sr.^a disse-lhe que 'Essa mulher que você diz que mata, essa Sr.^a é uma Sr.^a doente'. [resposta dele] 'Eu quero lá saber que ela seja doente! Eu dou cabo dela, mato-a! Eu dou cabo dela!'. Ah, [pausa], isso passou" [Ent. 2, 66 anos]

O último episódio de violência identificado, muita das vezes, pelas próprias mulheres é um episódio de violência física. Pode, não obstante, não ser o último episódio de violência (particularmente porque a violência psicológica, verbal e económica se mantêm em quase todos os casos), mas é percebido desta forma pelas mulheres idosas.

"Houve uma altura, que foi a última vez que ele me bateu, eu estava a limpar o quarto de banho, não sei o que é que lhe disse, dei-lhe uma resposta. Ele veio direito a mim, começou-me a bater. Depois, tira-me a esfregona da mão, vira-me o cabo da esfregona e era assim: 'Eu parto-te a cabeça toda!'"
[Ent. 2, 66 anos].

Neste caso, o último e o mais grave episódio de violência culmina com o assassinato do filho da vítima. Este é um episódio pautado, ainda, pela ausência de acompanhamento policial (e isto quando a senhora já tinha apresentado queixas-crime pois o agressor tinha, por costume, uma noite por semana, atirar tiros à casa de família).

"Quando estava a falar com o meu filho, vejo ele passar e dar a volta à rotunda, que era mesmo ali pegado. Só disse para o meu filho ,Filho, desculpa que eu tenho que desligar, alguém me está a seguir'. Já ele está a entrar para dentro do parque lá do, do parque do [local]. Eu põe-me dentro do carro! E começo a chamar a guarda. Mas a chorar, porque eu tive medo já das ameaças antes. E, então nisto, quando eu arranquei, estava com o telefone na mão a chamar a guarda e a guarda nunca me atendeu porque o meu telemóvel estava privado e eles nunca me atenderam. Ele vem atrás de mim a fazer-me sinais com as luzes do carro! Quando eu cheguei, aquilo vai a meio do parque, eu moro ali pertinho da [local], e chego ali e tenho que parar por causa do tráfico. Ele vai, chega e põe o carro dele aqui deste lado e diz qualquer coisa que eu nem não ouvi nada! O que ele disse. E nisto [sempre a chorar] veio o meu filho e pôs a carrinha dele mesmo em frente do meu carro! Saiu, saiu do carro, disse ao homem: 'Deixe a minha mãe em paz! Deixe-nos em paz! Não vê que ela não o quer mais! O que é que você quer? Não vê que ela é uma mulher? Deixe-a em paz!' E nisto tufa, tufa! Dois tiros no pescoço, ao meu filho! [chora mais compulsivamente] Ai! Cada vez que me lembro deste teatro! A ver o meu filho a cair, todo ensanguentado. Eu a ir para agarrar o meu filho

nos braços mas ele é um homem tão grande! Coitadinho! E ele, então, fugiu. (...) E sabemos que ele ainda nessa noite, andou à meia-noite de volta da nossa casa, porque ele queria acabar com todos! Porque ele disse a um casal meu amigo, que era amigo deles, que a mim havia de ser de caçadeira que era para eu ficar bem desfigurada! O que é certo é que só foi apanhado na segunda-feira. Isto foi na sexta-feira. Ele foi apanhado na segunda-feira” [Ent. 7, 74 anos].

Por vezes, o tipo de violência perpetrada durante o último episódio, já havia sido experienciado antes.

“Estrangulou-me! E não é a primeira vez! Já aí há tempos, estrangulou-me na cama. E eu consegui, eu tava de robe. Eu consegui fugir para a rua. Já era tarde, tava tudo no café, ao lado [...] a ver os jogos. Eu quando olho para mim, vejo-me em cuequinhas e soutien! (...) [os senhores do café] dizerem ‘Anda para cá, seu ordinário, seu chulo de merda!’” [Ent. 1, 76 anos].

O último acto violento foi, para algumas, decisivo na tomada de decisão relativa a uma saída de casa e ruptura da relação.

“Três dias antes tinha-me agredido muito, tanto verbal, física e psicologicamente. A falar em ódio. Que em odiava, odiava, odiava. Foi até cansar. [...] foi até ficar cansado! E eu notava tudo, tudo que ele fizesse, era com ódio, tudo ódio” [Ent. 6, 61 anos].

E, nestas situações, particularmente quando os/as filhos/as são adultos/as, contaram com o apoio de filhos/as no decurso da tomada de decisão após o último acto de violência perpetrado, pelo pai, contra a mãe.

“Devias ir ver a tua mãe porque há mais de duas horas que a tua mãe anda na rua! (...) O teu pai pôs a tua mãe na rua’. E o rapaz veio. Já ia chegando à porta: ‘Então onde você anda, mãe?’ Digo ‘Olha fui à do teu tio’. À do meu cunhado. ‘E agora para onde é que vai?’ ‘Vou para esta, ver se me abre a porta. Senão abrir a porta, fico na rua’. ‘Na rua não fica! Vem para a minha casa’. E fui para a casa dele. E depois no outro dia chegou a minha filha e disse-me assim: ‘Tem [...] que pensar em você, mãe? Que lucro, que gosto tem você de estar com aquele homem? É meu pai. Eu sei que ele é meu pai mas chega às páginas tantas que você não aguenta. Ou

ele a mata ou você o deixa ou ele a mata. O quê que você quer terminar da vida? O quê que quer fazer?’ Digo: ‘Olha filha, não sei! Não sei o que hei-de fazer à minha vida’. ‘Deixa-o já da mão! Ainda ninguém morreu e você também não morre’. E o meu filho diz: ‘Então você quer voltar para casa?’ ‘Não volto. Já não volto mais’. E já não voltei” [Ent. 4, 59 anos].

Algumas das alterações no comportamento agressivo são motivadas pela convivência com filhas/os adultos que, de certa forma, põem cobro às situações de violência.

"Agora já não, nos últimos meses já não me batia. Porque as filhas já se opunham, enfrentavam-no! " [Ent. 5, 61 anos].

Há, também, alterações de comportamentos violentos por parte de maridos/companheiros, associadas, pelo menos num caso, a algum tipo de comportamento demencial do marido/companheiro.

"Ele fura os carros, ele fura as motas e ele tem que tratar toda a gente mal" [Ent. 1, 76 anos].

E são manifestas algumas alterações do comportamento dos agressores a par de um maior consumo de álcool.

"Bebe mais. Bebe mais. Tá mais revolto, vê-se mesmo que o homem não, não tá ao meu gosto, pronto, não tá. Não digo que não mudará, ainda. Até pode mudar mas para mim não!" [Ent. 4, 59 anos].

A escalada da violência na velhice pode, ainda, encontrar justificação, pela própria mulher, em questões de ordem económica.

"É quando vinha a minha reforma e a reforma dele era no banco. Porque os reformados eram assaltados. Pronto. E naquela altura, quando aquilo, eu disse ‘Mas eu não quero. Eu quero separado’. Lá no banco. A eles [...] Pronto. Isto começou por aí. O pior começou por aí. (...) há oito anos que anda assim pior" [Ent. 1, 76 anos].

Subsistem, no entanto, percepções culturais sobre o papel provedor do marido, e, na ausência deste, outras pessoas (colectivas) assumem esse papel.

"Considero o meu marido, o Estado. O Estado é que é o meu marido, ele é que me está a dar de comer, dá-me de vestir, dá-me de calçar, tenho os meus medicamentos, pago as

minhas despesas no centro, tudo às custas que o dinheiro que o Estado me está a dar”.

Para uma das mulheres, o facto de ainda estar a trabalhar, é motivo despoletador para as ameaças constantes desencadeadas pelo companheiro.

“Mas agora ainda é pior! Agora é que é pior. Agora, qualquer coisa, é puta, é ladra, e porque tá-me aqui a roubar e porque a Segurança Social vai-me pôr na rua porque andas a trabalhar, que não podes trabalhar” (...) E ele põe-me à cara que a Segurança Social me põe na rua, que vai-me tirar tudo, porque eu ando a trabalhar” [Ent. 1, 76 anos].

Aliás, a interpretação feita pelas próprias quanto à motivação dos maridos/companheiros no empreendimento de comportamentos, agora, na velhice, é muito centrada no abandono da relação e, conseqüentemente, da habitação.

“Ele tá a fazer isto tudo para eu me ir embora. Mas eu não vou!” [Ent. 1, 76 anos].

Não obstante, uma alteração é sentida nestas mulheres idosas: é que, agora, na velhice, a decisão é peremptória, pois deixaram de acreditar numa mudança de comportamento por parte dos agressores.

“Eu, viver com ele, não quero mais!” [Ent. 1, 76 anos].

“Mas voltar para ele já não volto. Já não quero! Sinto-me bem assim. Fico feliz. E sinto-me calma. Vá maus-tratos, já chega! Já chegou ao limite” [Ent. 4, 59 anos].

“Pois já não tinha os filhos em casa. E eu disse não. E cada vez vai ser pior, não tenho filhos, não tenho nada, ele cada vez faz pior. Pronto, é a toda a hora. E mesmo diante de pessoas amigas já era só humilhações, humilhações, humilhações. Ele via-se que era ódio puro! Ódio puro. Pronto, foi isso que me fez mais sair de casa” [Ent. 6, 61 anos].

“Porque eu, entretanto, ele foi lá a casa do meu filho, a pedir para eu voltar. E eu disse que não voltava. E ele disse: “Tu não voltas e eu mato-te! Não és minha, não és de mais ninguém!” Foi a resposta que deu. ‘Porque agora quando eu te encontrar falando com um homem ou com uma mulher, seja o que for, eu mato-te!’ Foi o caminho do tribunal, fiz queixa dele” [Ent. 4, 59 anos].

Algumas mulheres tomam, agora, atitudes de confrontação que, na velhice, são compreendidas sem receio.

"Eu estava fora de mim, ele olhava para mim e não dizia nada. 'Escuta uma coisa te digo, tens-me batido muito, tens-me feito sofrer, tenho aqui um osso na garganta estrangulado que tu meteste os dedos aqui atrás e abriste-me a garganta. Estou cheinha de dores, estou cheinha de sofrimento, não posso fazer nada, nem varrer uma casa, não posso fazer nada. Mas tu, de hoje para a frente, se pensares em tocar-me só com um dedo, pensa só que te deitas na cama onde tu dormes; de manhã não acordas mais que eu mato-te!" [Ent. 5, 61 anos].

O recurso a estratégias de sobrevivência, como o não reagir às provocações verbais, é a forma destas mulheres lidarem com a violência, agora, na velhice, quando esta é, sobretudo, de ordem psicológica e verbal.

"Não posso falar com ele. Calada, ele fala, eu não respondo, não lhe digo nada. Ele está na cozinha, eu vou para a sala. Ele está no quarto, eu vou para a cozinha. É assim que eu faço, que é para não estarmos juntos um com o outro. (...) Não podemos estar juntos um com o outro. Ele procura sempre maneiras para provocar-me e para ele não provocar-me, eu procuro sempre maneiras de estar fora dele" [Ent. 2, 66 anos].

Mas, mesmo quando se dá a ruptura, na velhice, persistem sentimentos de medo e de insegurança.

"Já estava separada. Mas foi quando tive mais medo dele. Mesmo medo, medo! Medo foi agora!" [Ent. 4, 59 anos].

E, por vezes, a estadia em casa é amarga e difícil mas necessária, dada a falta de opções habitacionais para estas mulheres.

"Eu em casa... não [voz embargada de choro] eu quando chego a casa, estranho. Estranho estar em casa, tenho a casa sempre suja, as senhoras vão lá limpar, passado um bocado está outra vez tudo sujo. Ele amanda as coisa de qualquer maneira, ele não tem cuidado nenhum e, ainda por cima, põe-se a insultar-me, a chamar nomes, a mandar bocas, coisas que... pronto" [Ent. 2, 66 anos].

Numa situação, os/as filhos/as entrevistaram, procurando proteger a mãe, agora, na velhice, reagindo com violência às agressões praticadas contra as mães de que tomaram conhecimento.

"Ele também tem assim um bocado de receio por causa do meu filho. O meu filho já lhe deu dois enxugos de pancada. (...) Ficou a saber umas coisas, que não fui eu que lhe contei, foi uma vizinha que lhe contou, virou-se a ele e deu-lhe um enxugo de pancada. Foi há três anos. (...) Pois quando é assim coisas que ele vem a saber, ele liga para ele, e ele diz: 'olhe você ponha-se a pau, porque eu quando for aí a gente ajusta'; 'falamos os dois. Você sabe que a minha mãe é doente não pode, ela não pode fazer força, você tem mais força que ela e você faz o que quer dela mas quando eu chegar aí, você há-de brincar comigo' [Ent. 2, 66 anos].

Há, também, casos onde a violência tem vindo a diminuir com a velhice.

"Agora a única coisa, é que ele não me bate. De vez em quando chama-me nomes mas não me bate. É assim, por exemplo, se ele dizer assim 'aqueles lençóis tem que ser mudados agora', eu tenho que mudar logo. Se não mudo, ele pega e arranja logo maneiras de pegar comigo" [Ent. 2, 66 anos].

Mas nem sempre a diminuição da violência física corresponde a um decréscimo de outras formas de violência; aliás, a violência psicológica e verbal tende a agravar-se na maioria das situações.

Não obstante, para estas mulheres, a idade dos agressores acaba por ter um peso relativo na diminuição da violência a que, ainda, estão sujeitas. Ou melhor, contribui para uma alteração do tipo de violência que é exercido contra elas.

"Agora ele está a mudar mais porque ele tem mais idade, está muito mais pesado, ele já não tem a força que tinha dantes" [Ent. 2, 66 anos].

A diminuição da violência é, num dos casos, atribuída, pelo próprio agressor, ao não consumo de álcool.

"Quando tenho assim conversas com ele, a única coisa que só que ele me diz é: 'Ah, eu agora já não bebo, eu dantes bebia', é a resposta que ele me dá!" [Ent. 2, 66 anos].

Importa, contudo, ressaltar que, no entender de uma boa parte destas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, a idade não é um factor a considerar na explicação dos comportamentos violentos dos agressores.

"Não! A minha idade não tem nada a ver com isso que já há muitos anos que eu não tenho sexo! (...) Eu não sei explicar!"
[Ent. 1, 76 anos].

Logo, a isso está subjacente a ideia de que homem agressor dificilmente mudará e de que não vale a pena esperar pelas mudanças.

"O conselho que eu dou é que quando há violência logo no início, esperar sim, não digo a primeira vez, ou que seja por aquele bofetão ou aquele mau-trato. Mas não interessam as rosas, não interessa perfume, não interessa uma blusa, uma t-shirt. Não interessa nada! Porque, pronto, pode a pessoa habituar-se se houver uma segunda, sai! E é esse conselho que eu dou. Não vale a pena estar a esperar a segunda, a terceira, a quarta, porque depois são milhares! E o dia-a-dia, porque trinta e cinco anos vezes trezentos e sessenta e cinco dias, foi muito dia, muita hora. De sofrimento atroz e de sofrimento para os meus filhos porque viam, ouviam" [Ent. 6, 61 anos].

E os ganhos são muitos quando se decide pela ruptura das relações.

"Ganhei tudo, ganhei tudo! Vivo pobre, vivo com faltas na minha vida mas vivo feliz! Sinto-me feliz, deito-me descansadinha na minha caminha, não ouço um barulho. Tenho vizinhas que me acodem se precisar, Tenho as assistentes sociais que são muito boas para mim, ainda não me ajudaram em nada que não têm podido. Tenho advogados que me vão ajudando a informar as coisas, tenho polícias, tenho a judiciária, tenho tudo. Tenho pessoas amigas. Peço a todas as pessoas que não aguentam que a nossa vida é uma passagem!" [Ent. 5, 61 anos].

"E eu não fui eu durante aqueles anos que me teve como propriedade dele. Agora, eu sou eu" [Ent. 6, 61 anos].

6.4.4. Apoios, necessidades e direitos

"A minha luta é ficar livre o mais depressa possível" [Ent. 1, 76 anos].

Esta foi/é a chave de todas estas histórias de vidas com violência nas relações de intimidade, exercida contra estas mulheres pelos maridos/companheiros.

São mulheres que, todas elas, recorreram a alguma organização, buscando informação sobre os seus direitos, ajuda e apoio para soluções com carácter transitório ou definitivo.

"De há uns anos para cá, teve de ser! Teve de ser! Tive de me encher de coragem e pronto. Eu não aguento, não aguento" [Ent. 1, 76 anos].

Chegam até aos serviços nem sempre de forma informada, mas conscientes de uma mudança.

"Olhe, cheguei sem saber como nem porquê. Tive numa rua, vi lá uma série de advogados. Vou para estes, algum há-de atender. Sem consulta marcada. Fui, sem hora marcada. Entrei. Mandaram-me esperar e apareceu. Pronto. E daí disse 'Já não vai embora'" [Ent. 6, 61 anos].

Noutros casos, trata-se de uma procura de ajuda muito ponderada.

"Nessa vez, desta vez é de vez. Procurei um advogado. Nessa altura eu tinha um dinheirinho junto porque no momento em que eu comecei a ver que as coisas iam ser sempre assim, o dinheiro que ele me dava para me governar, eu governava-me e ia pondo um bocadinho de parte. E então tinha aquele bocadinho de parte, e fui arranjar um advogado" [Ent. 3, 62 anos].

É um apoio que é procurado e conseguido em organizações como a polícia, a Câmara Municipal, a Segurança Social e, muito particularmente, os gabinetes de apoio a vítimas de violência doméstica.

"Eu sinto-me acompanhada. Agora está a ir tudo para a frente. [Voltaria a contactar as mesmas organizações?] Tudo! (...) Até aqui têm resolvido tudo! Agora, eu não vou mudar, que tá tudo encaminhado" [Ent. 1, 76 anos].

São mulheres que acabam por se sentir orientadas e guiadas pelos serviços na procura de respostas às suas necessidades e anseios.

"Isto foi numa [dia da semana], até [dia da semana] nunca parei de fazer exames. Vim cá numa [dia da semana], aqui. O Dr. telefonou para o tribunal. Na [dia da semana], tava no tribunal para fazer o exame criminal [...] E sabe o que o Dr.

me disse para mim? Disse 'Ó D., afinal é em nome de quem é que está as coisas?' 'Tá tudo em meu nome!' Mostrei-lhe as cartas que tinha pago. E ele disse assim 'Ah, mas a Sra pode pô-lo para a rua, quando quiser. Não o pôs já para a rua?' Foi o que elas me disserem no tribunal. Eu já o tinha posto na rua! 'Pois é, Sr. Dr., mas ele é que não vai, porque ele é um grande chulo!' O que quer que eu diga?" [Ent. 1, 76 anos].

E são muito proactivas na busca de soluções orientadas.

"Dizem que é assim, onde hei-de ir, onde eu não hei-de ir, eu vou lá, pergunto. Vou lá e trato tudo" [Ent. 1, 76 anos].

As formas de apoiar as mulheres vão, algumas vezes, além do que seria esperado.

"Eu quando vou levantar o meu dinheiro, o dinheiro vem todo para aqui, tenho o dinheiro todo aqui e depois elas fazem as contas todas que têm a fazer" [Ent. 2, 66 anos].

É, também, de salientar o papel dissuasor de comportamentos violentos que as organizações podem ter, particularmente reforçado quando entram, com regularidade, na habitação.

"Estava-me a empurrar a dizer: 'Vai-te embora, vai-te embora, não te quero mais nesta casa'. Mas como ele viu que eu não me ia embora, ele queria à força que eu lhe desse a chave da casa, queria à força que eu lhe desse as chaves da porta e eu não lhe dei as chaves. Ele era assim: 'Dá cá as chaves, que tu agora já não entras mais aqui! Eu vou-te pôr lá fora na rua e tu não entras mais aqui!'. Eu depois estava a contar isso tudo à Sr.^a [do apoio domiciliário, que entrou em casa e a encontrou a chorar]. Ele pôs-se a desmentir tudo à minha frente, que era 'mentira, que era mentira, não foi nada ele, ela é uma mentirosa!', e ele vem com a mão assim... Em frente à Sr.^a, e a Sr.^a disse 'então é mentira, e vem com a mão assim para bater à mulher? Acalme-se, baixe lá o braço, para baixo!'. E pegou assim no telemóvel, e como ele viu o telemóvel, ele baixou o braço... Porque ele vinha para me bater em frente à Sr.^a" [Ent. 2, 66 anos].

Mas há a registar algumas falhas entre o apoio procurado e o obtido. As organizações mais apontadas, por terem sido deficitárias no apoio prestado, foram as forças policiais (mas também os tribunais e os serviços médicos).

"[Após ter assassinado o filha da senhora, o agressor] Ele dormiu em casa, uma noite. A judiciária viu ele estar a dormir e não foram lá buscá-lo! É isto que eu não posso, tenham lá paciência! Como é possível chegar a este ponto! O miúdo que nunca se meteu com ele! [a chorar] Nunca! Ele dizia: 'tenho tanta vontade, se eu ponho as mãos naquele homem, eu desfaço-o!' Eu dizia assim: 'Não, porque tu vais depois pagar. Filho, tu não manches as tuas mãos por causa de um bandido!' E ele dizia-me: 'Tá bem, faço-te e vontade. Mas era a vontade que eu tinha!' Nunca teve uma discussão com aquele homem! Ele nunca teve! [Ent. 7, 74 anos].

"Ah, ah! Chamaste a polícia? Viste, a polícia apareceu?' No gozo. E eu disse 'Como é? Ficamos aqui à espera, a chorar? Ficamos à espera da polícia?' E a minha filha disse: 'não, mãe. Não estou aqui para fazer escândalos e aturar o pai! Eles não vêm, vamos lá nós!' E então, ficou assim resolvido que já era de noite. Fomos lá. Fomos lá. (...) E levou-me lá para outro gabinete, com aquele senhor. Os outros até olhavam uns para os outros, a rirem-se. E levou-me para o gabinete e eu contei algumas coisas. E ele disse assim 'A senhora está muito nervosa. O que é que acha de ir para casa e amanhã vir cá?'" [Ent. 3, 62 anos].

E, nalgumas destas situações, perante a ineficácia da acção policial, o desespero toma conta desta mulher.

"E então quando eu fui fazer queixa dele ao ministério público já levava isso. A segunda vez. Fui duas vezes, juntar ao processo, então donde eu levei os coisos das balas. Chamei a guarda e tudo. Nada fizeram! Nada fizeram! As ameaças continuavam. As cartas da advogada continuavam" [Ent. 7, 74 anos].

Foi, ainda, referida que a apresentação de queixas-crime pode não produzir qualquer efeito dissuasor do comportamento violento; aliás, acabam por ter um efeito psicológico negativo nas mulheres.

"Arecebi a carta do tribunal. Mas quando eu peguei na carta, a carta tava colada. Ele já tinha abrido a carta. Soube primeiro que eu! A carta, atão, vinha a dizer que tinha ficado sem efeito. Pudera! Ficou sem efeito porque ele foi mentir à polícia! Foi dizer tudo ao contrário! Que eu é que o tratava mal. Que eu é que Pronto, disse tudo. E isso é mentira! E

o culpado, quem foi? Foi o agente que o atendeu! (...) Atão, mas que raio de agente é este? E a gente vai acreditar nisto! Se ele a mim disse-me uma coisa e opois foi por ele, não foi por mim! Ele via bem que eu tava a falar a verdade!” [Ent. 1, 76 anos].

“Eu vou e desisti mas a guarda também não me disse assim ‘Ó D., a senhora vai desistir? E este processo fica arquivado. Se a senhora desistir, este processo fica arquivado’. Eu lembro-me de perguntar a eles ‘Então e se ele continuar, eu posso continuar?’ ‘Claro pode continuar’. Mas não disseram que aquele que estava feito, aquele que estava feito que ficava arquivado. E então chapam-me sempre com isso na cara. Chapam-me sempre com isso na cara. Até o ministério público disse que eu não tinha nada que arquivar; ‘ela arquivou, não, ela desistiu, é porque achou que não era coisa de importância’” [Ent. 7, 74 anos].

E quando o apoio policial foi inexistente, a ajuda de familiares tomou o seu lugar e foi essencial.

“Aí quando ela tocou à campainha, ele foi ver quem era, eu fugi para baixo e queria sair pela garagem. Ao mesmo tempo, ele desce e agarrou-me. Já vinha a sair pela porta da garagem, ele agarrou-me e atirou-me contra o carro! Conforme me atirou contra o carro, e bati com as costelas lá, não conseguia respirar nem podia. E a minha filha a pedir-lhe “Deixe a mãe sair, se faz favor! Deixe a mãe sair, se faz favor!” E ele disse “A tua mãe não sai daqui viva, hoje!” E ela agarrou, chamou a polícia. “Não sai? Vamos ver se não sai! O pai acha bem? O pai acha que já não tem idade para ter juízo? Acha que já não chegou estes anos todos que está casado com a minha mãe, fazer a vida que nos fez?” E chamou a polícia. Da polícia ali, de carro, é cinco minutos. Julga que a polícia apareceu? Não apareceu! Não apareceu!” [Ent. 3, 62 anos].

O sentimento de desespero e de uma perda emocional muito grande é pesado na balança da (in)justiça, tomado em consideração a ineficácia do sistema judicial.

“Sabe uma coisa, tinha sete balas. A arma era automática e não tinha licença da arma. Como é que o juiz pode dizer que não é um crime qualificado! É um crime simples! Porque foi

premeditado! Tinha sete balas! No coiso. Pronta a disparar! Porque quando o apanharam, ainda tinha cinco prontas a disparar! Foi tal e qual, como ele tinha a arma! A coragem daquele homem, tirar o amor do meu filho! [sempre a chora] E tirar-me o meu filho! Como é que eu posso perdoar a um animal daqueles? Nunca! [silêncio] Nunca! Eu tenho sofrido tanto! Tanto! [Ent. 7, 74 anos].

Estas falhas conduzem à descreditação da própria justiça e do sistema legal em Portugal, junto de algumas destas mulheres.

"Porque não é justo a gente ficar sem um ente querido por causa da má, das más, da má justiça que nós temos em Portugal. E uma pessoa que não fez mal a ninguém. Sinto-me muito revoltada. Muito mesmo" [Ent. 7, 66 anos].

Encontramos, ainda, algumas dificuldades inerentes ao sistema quando uma mulher, com algumas dificuldades económicas, decide levar a cabo a sua decisão de ruptura.

"Entretanto eles disseram que iam arranjar um advogado, chegámos a ir a [local], eu e a minha filha, não tive direito a advogado nenhum! O IRS estava feito com o do meu marido, eu não tinha direito a advogado nenhum" [Ent. 3, 62 anos].

Por vezes, também o comportamento do pessoal médico, perante a ausência de reacção das mulheres à violência a que estavam a ser sujeitas, era desadequado e violento.

"Morrem às mãos dos assassinos e nunca os metem na prisão! Levem-na já daqui!" [Ent. 5, 61 anos].

Não obstante, as falhas de determinadas organizações e serviços foram, nalguns casos, colmatadas por outros serviços.

"Fui direita ao posto médico e fui falar com a minha médica. Ela esteve-me a observar e escreveu a carta para eu entregar lá na esquadra. Logo depois aí já foi diferente. Onde dizia que eu estava com traumatismos nas costelas, tinha nódoas negras nas minhas costas, tinha nas pernas, tinha nos braços. A médica deu-me calmantes, já se sabe. Depois lá, ele disse 'Pronto. A participação vai seguir para tribunal'" [Ent. 3, 62 anos].

Mas persiste a necessidade de se provar que se é vítima de violência, particularmente dificultada em casos de violência psicológica e verbal.

"A agressões verbais e psicológicas matam mais como eu digo, que às vezes, as pancadas. Como são provadas? Isso dentro de quatro paredes, se às vezes nem os filhos ouvem! E se os filhos têm terror ao pai e não são capazes de abrir a boca em tribunal?" [Ent. 6, 61 anos].

Foi, ainda, narrado algum contacto frustrado com algumas organizações de apoio a vítimas de violência.

"Cheguei a ir a [localidade]. Cheguei a ir à [organização], a [localidade]. E eles disseram, que como eu estava da parte de cá (...), para procurar do lado de cá" [Ent. 3, 62 anos].

São várias, e de vária ordem, as necessidades destas mulheres idosas, nomeadamente a nível de saúde, económicas e habitacionais.

Algumas necessidades derivam directamente dos comportamentos agressivos e violentos a que as mulheres estiveram expostas.

"Ele apanhava-me a cabeça e atirava-me nos mosaicos da parede da cozinha. (...) Por isso tenho a minha cabeça cheia de hematomas por dentro, é como se fossem quistos dentro da minha cabeça e o sangue não circula! Eu tenho uma medicação para tomar, e quando o sangue não circula quando me dá aquela dor tão grande na cabeça apanha o coração e eu desmaio. Tenho o medicamento para tomar p'ro sangue circular no cérebro" [Ent. 5, 61 anos].

Maleitas que, em boa medida, as mulheres atribuem à violência a que, na maioria dos casos, durante décadas estiveram sujeitas.

"Sofro muito da coluna, da minha cabeça, sou quase cega" [Ent. 1, 76 anos].

"Eu digo uma coisa...se calhar se não tivesse tido tanto maltrato como tive dele, eu, se calhar hoje, ainda andava a trabalhar Eu ando mais arreventada foi por causa dos maus-tratos que ele deu" [Ent. 2, 66 anos].

"A partir daí comecei a ser hipertensa. [Fala muito baixo] A tensão subiu. Tive uma subida de tensão. Passado dias tive de ir para a médica e a médica disse que eu estava com a tensão muito alta" [Ent. 3, 62 anos].

"E depois deste namoro terrível, eu nunca mais tive saúde nas minhas costas. Nunca mais tive saúde!! Porque ele era uma pessoa muito grande e muito forte. E deu-me cabo das minhas costas. Com os abusos sexuais. Nunca mais, nunca mais, nunca mais! [a chorar] Nunca mais!" [Ent. 7, 66 anos].

A violência continuada era de tal ordem que a própria mulher chegava a duvidar da sua sanidade mental.

"Eu como dizia as coisas e passado pouco tempo ele dizia que eu não tinha dito nada aquilo. 'Tás maluca, mulher! Não sabes o que dizes!' Ora eu cheguei a um ponto que comecei a duvidar da minha cabeça. Eu cheguei a estar com catorze comprimidos, por dia! Mandado pelo psiquiatra e cheguei a andar, a minha sobrinha de um lado e a minha filha do outro. Eu já nem andava sozinha! Até que a minha filha, quando foi dessa vez, chegou ao pé de mim e disse-me: 'Mãe, tu vais deixar esses medicamentos todos. Eu sei que tu tens força de vontade. E vais ultrapassar isso, por ti! Sem medicamentos!'" [Ent. 3, 62 anos].

E mesmo agora, e depois de sair de casa, a sanidade mental é, ainda, precária.

"Só fui agora, segunda-feira à médica de família. A ver se me receitava uns comprimidos, para ver se passava mais isto porque eu tremo, tremo, tremo. Tem dias, que só me vingava, era em chorar! E aborrecida e aborrecida e aborrecida. Agora segunda-feira, a minha filha marcou-me a consulta e disse ,Você vai agora ao médico de família para ver se consegue ter uns comprimidos, uns calmantezinhos!' Aquilo é, leves. E á noite passo como passo aquilo, de dia. Tava tal e qual o que passo os dias. Não conseguia dormir porque tou sempre, tou sempre ouvindo! (...)E quanto mais quero esquecer, mais coisas atrasadas! Vêm sempre. E só com medo! Foi o que eu disse à Dra. "Dra. por amor de Deus, receite-me uns comprimidos, uma coisa qualquer, porque por onde vou, vou sempre olhando para os lados, sempre com medo, sempre fugida! O que é isto, o que é isto?" [Ent. 4, 59 anos].

As necessidades económicas são muito grandes quando estamos perante poucos rendimentos económicos; a título exemplificativo, uma destas mulheres recebe o rendimento social de inserção no valor de 198€ e paga 170€ de renda da casa.

"São os filhos. Pago a luz fico sem nada. Tenho os meus filhos. Só no comer, eles me ajudam" [Ent. 4, 59 anos].

As dificuldades económicas são persistentes e contribuem para uma fraca qualidade de vida.

"Pois ele não me dá nada! É por causa disso que eu tou a lutar. Porque ... eu pago a água, eu pago a luz, eu pago Tvcabo, eu pago contribuição. Eu pago tudo! Tenho os meus medicamentos. Agora tenho trezentos e tal euros para pagar porque os óculos, eu tenho de mudar de lentes de dois em dois anos. Não puderem pôr nos outros, teve de ser novos. Eu tenho que comer. Eu como muito mal! Eu não faço quase comida nenhuma em casa. E lavo-me num alguidar! Que não tenho necessidade disso, que a casa de banho. Arrancou tudo, tirou tudo, tá tudo..." [Ent. 1, 76 anos].

Porém, os poucos rendimentos económicos, resultado das baixas reformas e pensões, são, por vezes, complementados com rendimentos de trabalho ainda realizado e acabam por, em raros casos, permitir alguns 'luxos'.

"Eu sou uma pessoa solteira, eu pago todas as despesas e ninguém me pode tirar porque isto. Se me tirarem isto, tirarem os meus passeios, quando eu posso, e as minhas excursões que eu adoro de ir" [Ent. 1, 76 anos].

De facto, quando as mulheres idosas não tiveram uma vida profissional, a maior dificuldade é a económica. E esta opção de vida (de não trabalhar de forma remunerada) é encarada pelas próprias como resultante de uma obrigação imposta pelo agressor, encontrando-se, agora, e por conseguinte, numa situação injusta.

"Para mais que ele nunca me deixou trabalhar. Acho que a obrigação dele era continuar a dar-me o sustento. Para mais que ele tem. Ele tem uma boa reforma. Ele é funcionário. Tá reformado do [nome de empresa]. Ele tem uma boa reforma, não tem necessidades. Portanto, podia-me continuar a dar. Dava-me quinhentos euros. Podia-me continuar a dar. Assim, estou dependente de ajudas, sem necessidade" [Ent. 3, 62 anos].

Uma das necessidades mais mencionadas é ao nível da habitação. A solução passou, em três casos, pela manutenção da coabitação com o agressor.

"Eu não lhe conseguia fechar a porta, porque ele, até a porta do quarto está partida que ele partiu-a para entrar lá dentro.

Eu não podia fechar portas. Ele ficava no R/c. Fazia comida cá em baixo e tudo, que ele chegava a ficar dias, que quando se zangava com ela vinha para aqui. E eu ficava no primeiro andar. Quando ele estava, eu evitava ao máximo estar em casa" [Ent. 3, 62 anos].

Mas, por vezes, geram-se situações onde as condições habitacionais estão muito degradadas.

"Atão e fui eu que arranquei a sanita? Sou eu que faço isto?' (...) fazer xixi, eu faço na banheira, depois passo a esfregona. Ele não! Mija-me para a banheira, por a banheira abaixo, pó chão... E eu tenho duas máscaras para pôr na cara. Que o Dr. me deu. Porque eu não posso com o cheiro, não posso! (...) Mas aquilo tá preto, preto, preto! É um cheiro a ranço! Eu tenho nojo! " [Ent. 1, 76 anos].

Uma mulher referiu a vontade de ir para uma casa-abrigo, mas deparou-se com a inexistência de respostas de apoio.

"Eu pedi, até que eu disse aqui à Dra. [a chorar], 'Eu se pudesse sair dali, saía! Eu não posso estar ali!' Mas diz ela que é difícil arranjar para a minha idade... casas-abrigo" [Ent. 7, 66 anos].

Das sete mulheres entrevistadas, apenas uma esteve em casa-abrigo. Foi uma estadia prolongada no tempo.

"Um ano e meio mais ou menos aqui. Depois saí e fui até para um lugar seguro, com uma certa protecção [por mais um ano e meio]" [Ent. 6, 61 anos].

Uma estadia que a obriga a uma integração forçada mas muito motivada.

"Mas eu pronto, tentava integrar-me e tinha de viver direitinha. Eu preferia estar, até que fosse com quatro pessoas no mesmo quarto, a ter de ir para minha casa sem ter os problemas resolvidos" [Ent. 6, 61 anos].

De facto, esta mulher não tinha grandes expectativas face à casa-abrigo; as suas expectativas eram em relação àquilo a que se propôs quando tomou a decisão de sair de casa e de romper com a relação.

"Eu não queria saber nem da alimentação, eu não queria saber do vestuário, eu não queria saber de nada. Nem se ia ficar com mais pessoas no mesmo quarto ou se era em

beliches ou quê. Não queria saber nada! A única coisa que queria saber era poder atingir os objectivos que me propus quando saí de casa. Pedir o divórcio, ver-me livre dele, partilhas mais ou menos, pronto se via, e pronto, ver-me livre. Era só isso. Agora se a casa era boa, bem construída, eu não sabia nada” [Ent. 6, 61 anos]

E foi no decurso da sua estadia em casa-abrigo, que aprendeu a viver sem medo: “Agora aprendi uma coisa na casa-abrigo, a não ter medo. Medo tive quando estive com ele” [Ent. 6, 61 anos].

Uma solução podia passar, para algumas destas mulheres, pela colocação dos agressores em lar. A casa assume um peso significativo na vida destas mulheres e na tomada de decisão para saírem de casa.

“Se fosse homem já tinha ido para um lar! A Segurança Social, ele tem a reforma da Segurança Social. Que vá para um lar! Há lares para a gente” [Ent. 1, 76 anos].

Mas, caso ambos, mulher e agressor, fossem colocados num lar para pessoas idosas, a perspectiva de virem a viver no mesmo quarto é, por completo, posta de lado.

“Eu já disse à Sr.^a Dr.^a [nome de uma pessoa] se isso acontecer, que ele vá para lá, eu não o quero no quarto ao pé de mim! Eu não quero! No meu quarto, eu não quero! Quero estar sozinha, quero estar sossegada!” [Ent. 2, 66 anos].

É, ainda, dada grande relevância às redes de vizinhança: mesmo correndo algum perigo, estar a residir num contexto social que lhes é próximo e querido, é preferível aos riscos que eventualmente possam correr.

“Tenho amigos, claro. Eu fui para a terra, não é. Enquanto aqui podia encontrar a Sra. Dra. por acaso num café e até, sei lá, a Sra. Dra. perguntar-me alguma coisa, eu indicar-lhe onde era ou não sei quanto. E depois sempre que a visse num café ‘Olá, como está ou isso’. Mas pronto, não passava muito disto, não é? Aí eu sentia muita falta de apoio porque é diferente a gente ir ao café, e dizer senta-te aqui, vamos conversar disto ou daquilo” [Ent. 6, 61 anos].

Foram e são as vizinhas que vieram e vêm ao seu auxílio e as apoiam, mesmo quando as mulheres não partilhavam com as vizinhas as suas histórias de vida.

“Não procurava nem procuro ajuda a vizinhas, mas elas por si próprias, elas apoiam-me, apoiam-me em tudo. Porque, ali,

não há ninguém que não goste de mim, todas as pessoas, todas as vizinhas estimam-me” [Ent. 2, 66 anos].

“Havia umas pessoas, vizinhas e tudo, pronto que me apoiavam, que diziam mesmo a ele: ,O [nome do marido], não merecia a mulher que tem. Mal empregada a mulher para ele” [Ent. 2, 66 anos].

Mas mais do que a satisfação de todas as suas necessidades, as grandes expectativas destas mulheres são em relação às eventuais soluções dos seus casos.

“Eu quero é ver-me livre dele. Eu disse agora ao Sr. Dr.: ‘ou fazem isto a bem, ou atão (já tenho dito a muita gente) eu perco a cabeça’. Eu dou ali uma trancada, ele fica-se ali e eu vou-me entregar!” [Ent. 1, 76 anos].

E quando as coisas se resolvem a favor destas mulheres, os agressores desesperam.

“Foi tal o peso que lhe caiu em cima da cabeça. Porque ficou sem a mulher, sem a escrava, sem o dinheiro da escrava, pronto, sem a casa, que era tudo dele. Sem outros bens, que era tudo dele. Perante o povo, com tanta humilhação, porque foi a mulher a pedir o divórcio e outras tantas coisas. Acho que o peso deve ser tão grande, na alma não digo, não sei se tem alma, porque era um monstro” [Ent. 6, 61 anos].

Mas o alívio de ter os assuntos resolvidos, de vez, contribui para a construção de uma auto-estima muito positiva.

“Mas é engraçado que depois disto tudo resolvido, que foi há dias, senti assim, um alívio do tamanho do mundo. E disse “Ai, agora já respiro, já respiro.” E sabe que peguei em casa, pode criticar-me mas olhe que são coisas tão dolorosas, que olhava e nem queria ver fotografias minhas. Ao que eu cheguei! Eu peguei nas primeiras fotografias que vi, beijei-me tanto a mim própria, e disse “Ó [nome], agora é que eu gosto tanto de ti, nunca gostei! Porque é que eu deixei me fazer isto? Porquê? Agora, eu sou eu!” [Ent. 6, 61 anos].

O desconhecimento dos seus direitos é, também, factor tido em consideração para a manutenção de relações de longa duração, a par de uma cultura de socialização assente na dominação masculina⁴⁶.

"Ele achava-se com direito a tudo porque baseava-se na lei, que havia já há muitos e muitos anos, mesmo quando eu casei já não existia essa lei. Mas ele pensava que sim. Mulher que saísse de casa ficava sem direito à casa, aos filhos, os bens, a nada. E portanto ele sempre teve isso na cabeça. (...) Era o abandono do lar. (...) ele dizia 'Quando quiseres, podes sair. Eu fico com o [filho]'. Porque isto era o abandono do lar" [Ent. 6, 61 anos].

Agora, estas mulheres apontam alterações aos tempos em que se vivem e ao papel das mulheres na sociedade.

"No outro tempo a gente não tinha apoio de lado nenhum. Não havia força de... Atão, aguenta. Aguenta-se. E agora não. Deixa-se e vamos para a frente! E temos apoio! E ajuda. Temos pessoas que nos ajudam, que nos falam com a gente e para a gente compreender. E a gente compreende as pessoas pois que é assim mesmo" [Ent. 4, 59 anos].

"Olhe, eu disse assim às minhas filhas, que tinham que respeitar os homens, os seus maridos. Hoje já não digo isso... Não deixem tocar com um dedo! Antigamente, as pessoas mais velhas diziam, a primeira é a da vergonha. Se tu o deixas tocar com um dedo, hoje ele perde a vergonha, e amanhã ele já te dá mais! Já te bate mais! E assim foi o meu caso" [Ent. 5, 61 anos].

Mas importa recordar o quão recente é a legislação nacional de protecção às vítimas de violência doméstica e o quão tolerante (ainda) é a nossa sociedade face à violência em relações de intimidade.

"Muita vez chamava a polícia. Mas a polícia não podia actuar, não podia fazer nada. É o que eu dizia, não pode fazer nada. Entre marido e mulher, não pode fazer nada. Eles não podem fazer nada. E pronto, no outro dia quando ele abria a porta era quando eu entrava em casa" [Ent. 4, 59 anos].

Importa, finalmente, realçar as mensagens finais deixadas por estas sete mulheres para outras mulheres, que possam estar a viver o mesmo tipo de

⁴⁶ Ver, a este respeito, capítulo III.

situações. São, seguramente, mensagens centradas na inexistência de mudanças nos comportamentos dos agressores ao longo do tempo, e, conseqüentemente, na importância e na necessidade de fazerem a ruptura mal aconteça um episódio de violência.

"A mensagem é que tenham a coragem que eu tenho e que andem para a frente. E que gozem o melhor que puderem o que tiverem" [Ent. 1, 76 anos].

"Temos que procurar ao pé de pessoas que nos possam ajudar, que nos possam dar uma ajuda um conselho. Procurar sempre fugir das más ocasiões que uma pessoa tem com o marido, não dar muita confiança, não dar muitos carinhos, não dar muitos beijos porque quantos mais carinhos a gente dá pior é! Eles viram-se mais à pessoa! Por isso, todas as Senhoras que vivem no estado em que eu estou a viver, procurem olhar por elas próprias e a pedir ajuda a quem possa ajudá-las. É só isso!" [Ent. 2, 66 anos].

"Eu gostava de dizer, pronto, quando mais cedo saírem melhor. Mas para se manterem informadas, para ir à [organização] ou arranjar contacto. E ficarem realmente numa casa-abrigo porque é o lugar mais seguro do mundo, que elas podem ter. Não é em casa de familiares ou em casa de amigos. (...) Portanto, tem mesmo que sair. E sair não é para amigos, nem para família. Vai incomodar toda a gente e não resulta. É para uma casa-abrigo. E quando mais cedo melhor. Se não for no primeiro estalo, ao segundo. Aí vai continuar e a falta de respeito acabou" [Ent. 6, 61 anos].

"A mensagem que eu deixo é para quando for a primeira estalada, para desistirem. Porque não vale a pena. Por muitas promessas que eles façam, a situação pode estar um ano sem acontecer, mas volta sempre a acontecer. Portanto, quando for a primeira, tentem-se afastar porque não é o amor que vai fazer com que a pessoa mude!" [Ent. 3, 62 anos].

"se tiverem coragem, de fazer, façam. Porque eu não me sinto mal. Sinto-me feliz assim. Não se prendam pelos homens. E por maus-tratos. A gente não há-de morrer, se Deus quiser! Sempre há-de haver apoios. E ajudas que ajudem a gente. Para a frente, para a frente" [Ent. 4, 59 anos].

"Que peçam socorro, que falem com as pessoas que não tenham vergonha de falar. Porque é preciso assistentes sociais, policia, guarda-republicanas, advogados, tribunais,

socorro! Não há nada melhor que a gente buscar e servir dela. Que não sofram como eu sofri durante trinta e sete anos! Só o que eu desejo é isso! Que elas façam isso, que busquem a sua vidinha! Não olhem, não olhem como eu olhei! Eu, para não falarem de mim, não me separei do meu marido. Hoje penso há vinte ou trinta anos devia ter deixado! Hoje é que eu sou a [nome]! Eu nunca fui a [nome]!” [Ent. 5, 61 anos].

Proferiram, ainda, mensagens finais de alerta.

“Que elas tenham o máximo cuidado com eles! Porque eles são falsos. Uma pessoa, às vezes, está distraída, de repente, pode apanhar uma punhalada por trás sem contar, como muitos têm feito. A gente tem que ter o máximo de cuidado com nós próprias! Não se interessar da vida de outras pessoas mas sim pela nossa!” [Ent. 2, 66 anos].

“Elas que pensem nelas em primeiro lugar. E nos filhos, se houverem. E que tentem arranjar trabalho, arranjar um emprego, arranjar ajudas para que possam ter o cantinho delas e serem elas a criar os filhos. Que não continuem com os casamentos assim. Não dá!” [Ent. 3, 62 anos].

“E que se faça justiça! que se faça justiça! Que essas pessoas são nossos maridos e eles não são nada, nada! Eles são violadores de maus-tratos, de palavrões, de judiarem com as mulheres. Fazerem de nós umas judias de chão, passar fome e pedir de porta em porta como eu tive para as minhas filhas comerem. Não deixem! E as raparigas novas que se casarem agora, que aguentem uma vez, uma palmada mas não aguentem mais! Não aguentem!” [Ent. 5, 61 anos].

“Para terem muito cuidado! Primeiro tirem informações. Especialmente quem tenha filhos, que não se metam com alguém que não conheçam de lado nenhum! Porque nós estamos a viver numa sociedade que a gente não conhece. Numa sociedade difícil. Numa sociedade de enganar! E de criminosos! [Ent. 7, 74 anos].

E, por último, mensagens dirigidas a homens agressores:

“Gostaria que os homens pensassem que a mãe deles era uma mulher! E se eles pensassem nisso, eles nunca levantariam a mão para a mulher que têm ao lado. Porque quem os deu ao mundo foi uma mulher” [Ent. 3, 62 anos].

6.5. Sumário e questões em aberto

Estamos perante um conjunto de mulheres cujas relações de intimidade foram, e nalguns casos ainda são, de longa duração (entre os 35 e os 50 anos⁴⁷). São mulheres para as quais, na sua maioria, este foi o seu único homem; logo, tinham idealizadas figuras e relações conjugais que não foram, de todo, corroboradas.

Os primeiros episódios de violência acontecem, para a maioria, logo no primeiro ano de casamento. São relatados, com maior frequência, episódios de violência física, muito embora estas mulheres tenham plena consciência de que eram/são sujeitas a violência psicológica e verbal.

Algumas apontam este tipo de violência como mais gravosa pois deixa marcas mais profundas, raramente esquecidas.

A violência é muito frequentemente perpetrada dentro de casa. Mas com o passar dos anos, toma o lugar da rua, e estas mulheres são vítimas, agora também em espaços públicos.

A violência relatada pelas mulheres idosas é de todo o tipo (física, psicológica, verbal, sexual e económica) e está presente ao longo das vidas destas mulheres.

Ainda, na maioria dos casos, filhos/as e enteados/as foram igualmente vítimas de violência exercida pelo pai/padrasto.

Algumas mulheres narraram trajetórias anteriores de ruptura nas suas relações, muito embora pautadas por regressos a casa e aos maridos/companheiros agressores.

São mulheres que recorreram a estratégias para sobreviver e para se manterem a viver nas suas casas. Esta forma de sobrevivência advem das necessidades que sentem ter, nomeadamente de ordem económica e habitacional.

As redes de vizinhança desempenharam e desempenham um papel activo na protecção destas mulheres e na procura de soluções e/ou de apoios.

⁴⁷ Apenas uma mulher teve uma relação de namoro, na velhice.

Agora, com os olhos da nossa realidade, olham para os agressores e vêm homens maus e pouco respeitadores das outras pessoas. Estes, após o desencadeamento de actos de violência contra as mulheres, tanto reagiam com indiferença (na maioria dos casos) como com arrependimento.

As alterações dos comportamentos violentos na velhice foram, nuns casos, de aumento da frequência e/ou do grau de agressividade e violência, e noutros, pelo contrário, de diminuição da mesma.

Porém, os últimos episódios de violência exercida contra estas mulheres idosas foram desencadeadores de comportamentos de procura de ajuda e de apoio, e, ainda nalguns casos, de ruptura da relação e saída de casa.

Regista-se, essencialmente, uma alteração na velhice: estas mulheres tomam e tomaram, agora, decisões informadas e de forma peremptória (independentemente da nossa própria avaliação do resultado).

E lutam pelo que querem obter.

Procuram ajuda baseada em ponderações de há muito tempo. Procuram apoio, fundamentalmente, em organizações como as forças policiais, as câmaras municipais, os serviços de Segurança Social, os gabinetes de apoio a vítimas de violência doméstica e, pontualmente, nas organizações de apoio a pessoas idosas.

Estas últimas organizações, ao fornecerem serviços como a alimentação e o transporte, a limpeza da habitação e limpeza de roupas, acabam por ser uma ajuda significativa na melhoria da qualidade de vida das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

Importa, porém, mencionar que nem sempre o apoio e a ajuda que procuram é aquele/a que obtêm, com particulares críticas feitas às forças policiais e aos tribunais.

As necessidades destas mulheres são, essencialmente, ao nível da saúde, económicas e habitacionais. São mulheres com problemas de saúde que, em boa medida, atribuem à violência a que foram sujeitas durante toda a vida. E mesmo tendo trabalhado de forma remunerada, a maioria destas mulheres entrevistadas auferia pensões e rendimentos muito precários e insuficientes para fazer face às necessidades.

Quanto à habitação, três das sete mulheres mantêm-se a coabitar com o agressor, ainda que duas já tenham feito a ruptura das suas relações conjugais. Apenas uma mulher esteve em casa-abrigo, e, nessa casa, encontrou tudo o que precisava, e aprendeu a viver sem medo.

Só podemos partir da voz e das experiências de vida para compreender estas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

Estas foram mulheres activas na gestão própria das suas vidas, de acordo com os princípios e as normas de género em que foram socializadas. Foram igualmente empreendedoras nas respostas de *coping* e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas face à violência contra elas exercida pelos seus maridos/companheiros (e namorado, num dos casos) ao longo das suas vidas.

É nosso entender que a empiricamente denominada aceitação passiva dos actos de violência é, aqui, questionada, pois estas mulheres tentaram sempre recorrer a algum tipo de ajuda, mesmo que de forma dissimulada, durante as suas vidas de violência na intimidade. Ou seja, as dinâmicas que estas mulheres descreveram não são produto da sua passividade ou da sua aceitação da violência. Antes, estamos perante contextos e condições de vida circunscritos a um tempo e a um lugar.

Aliás, a característica mais comum a todas estas vítimas idosas reside no factor preponderante: o ser-se mulher. E este 'ser-se mulher' é reflexo de uma socialização de género dominante, em Portugal, nas décadas de 40 e 50. O que se encontra é alguma imobilização (Matos, 2006) por parte destas mulheres, que apesar de se descreverem como mulheres competentes, inteligentes, sociáveis e auto-suficientes, acabaram por aderir a papéis e a crenças sociais de género que lhes pré-determinam comportamentos e atitudes.

Essa imobilização é partilhada por outros elementos da família, pois se o silenciamento das suas experiências de violência, durante muitos anos, é, sobretudo, individual, ele também é familiar (por parte de filhos/as, irmãos/irmãs, pais/mães, sogros/sogras). E estes são silêncios fruto de uma cultura, que (ainda) persiste, tolerante da violência exercida contra as mulheres, nomeadamente contra as mulheres idosas.

VII

Entrevistas a pessoal técnico

7.1. Objectivos de investigação

É necessário conhecer os vários serviços disponíveis para mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade por forma a identificar potenciais áreas para o desenvolvimento futuro dos serviços. É igualmente importante conhecer as barreiras que impedem as mulheres idosas de aceder ao apoio de que necessitam, bem como conhecer as dificuldades sentidas por profissionais quando procuram ir ao encontro das necessidades particulares das mulheres idosas. Esta fase do estudo visava, pois, o objectivo de recolha de informação sobre os serviços disponíveis para as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade bem como sobre os tipos de apoio existentes. Esta componente do estudo também tinha o objectivo de conhecer as dificuldades que profissionais e serviços podem encontrar quando prestam apoio a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade e, ainda, os desafios colocados por essas mesmas dificuldades.

7.2. Metodologia

7.2.1 Instrumentos

Antes de se dar início à entrevista, era preenchido um breve formulário sobre a pessoa a entrevistar (BFE), contendo informação pessoal e profissional bem como sobre a organização a que pertenciam. A informação recolhida sobre a pessoa a entrevistar incluía: sexo, idade, formação académica de base, informação sobre a organização, profissão, cargo, conteúdos do trabalho, número de horas de trabalho por semana e antiguidade na organização.

Foi construído um guião de entrevista padrão para as entrevistas a pessoal técnico, visando o conhecimento de diversas áreas (ver anexos 4 e 5). As entrevistas semi-estruturadas procuravam conhecer as experiências profissionais no que respeita à disponibilização de apoio a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, mas dada a natureza semi-estruturada das entrevistas, as pessoas entrevistadas podiam facultar

informação adicional. A entrevista baseava-se na recolha de informação relativa a:

- Características das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, dos/as agressores/as e das relações violentas;
- Necessidades particulares das mulheres idosas;
- Comunicação, cooperação e colaboração com outras organizações;
- Tipo de apoio e serviços disponibilizados às mulheres idosas;
- Problemas e desafios encontrados no trabalho com mulheres idosas;
- Recomendações relativas ao desenvolvimento futuro dos serviços.

Uma vez terminada a entrevista, a entrevistadora devia preencher um formulário pós-entrevista. Este formulário continha informação sobre alguns detalhes da entrevista e fornecia informação básica sobre o decurso da entrevista. Continha informação sobre: data e duração da entrevista, local, perturbações, temas chave que surgiram, aspectos particulares da entrevista, eventuais dimensões de análise, problemas e impressões durante a entrevista, e uma avaliação da entrevistadora sobre a validade e a fiabilidade da informação facultada pela pessoa entrevistada. Este exercício tinha como principal objectivo constituir uma oportunidade para propiciar uma reflexão sobre as experiências de entrevista e, ainda, identificar alguns pontos de partida potenciais a considerar na análise da informação.

Tanto o guião de entrevista como o formulário pós-entrevista foram criados no sentido de promover uma abordagem comum entre as equipas de investigação dos diferentes países parceiros no Projecto.

7.2.2. Amostragem

O processo de constituição da nossa amostra baseou-se na manifestação de interesse por parte das pessoas que haviam respondido ao questionário (37) bem como no contacto directo estabelecido com outras pessoas que, entretanto, nos tinham sido referenciadas (5).

Era nossa intenção inicial entrevistar um maior número de técnicas e de técnicos com conhecimento de casos, pelo que, desde logo, se procedeu a uma pré-selecção: 26 seriam entrevistas a pessoas com conhecimento de casos e as restantes 4 a pessoas sem conhecimento de casos. No entanto, no decurso das entrevistas, pelo menos duas pessoas admitiram que, afinal, conheciam alguma(s) mulher(es) idosa(s) vítimas de violência em relações de intimidade; o inverso também aconteceu numa situação (onde, afinal, o agressor era o filho

da vítima). Assim, das 30 entrevistas realizadas, apenas 2 foram realizadas a técnicos/as sem conhecimento de qualquer caso.

Não obstante, a maior parte das técnicas e técnicos tinha conhecimento de um número reduzido de casos, havendo 6 técnicos/as que apenas haviam contactado com uma mulher idosa e outros/as 8 com conhecimento que variava entre 2 a 4 casos.

Procurou-se, igualmente, abranger todo o território nacional (Continente e Ilhas). Por esse motivo, e dadas as restrições orçamentais e de tempo, foram realizadas 10 entrevistas por telefone, nomeadamente com aquelas organizações que se encontram mais distantes de Lisboa (como, por exemplo, nos Açores, em Bragança, Braga, Viana do Castelo e Portalegre).

Por último, pretendeu-se envolver pessoas técnicas com diferentes *backgrounds* formativos e a trabalhar em organizações que disponibilizassem diferentes tipos de Serviços (casas-abrigo, gabinetes de atendimento a vítimas de violência doméstica, organismos públicos, polícia, centros de dia e centro de saúde).

7.2.3. Realização das entrevistas

Foram feitos contactos telefónicos e enviados emails solicitando colaboração e sugerindo datas para a realização das entrevistas. A ampla maioria das pessoas contactadas acedeu ao pedido de entrevista. A dificuldade estava, frequentemente, na conciliação de datas possíveis para a realização das entrevistas.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Novembro de 2009 e Junho de 2010; metade das entrevistas foi realizada nos meses de Abril e Maio de 2010.

Exceptuando aquelas que foram feitas através do telefone, e duas outras (realizadas no nosso escritório), todas as entrevistas decorreram nas instalações das organizações a que os e as técnicas pertenciam.

Em quatro situações, mais do que uma pessoa esteve presente e respondeu às questões colocadas. E numa quinta situação, a meio da entrevista juntou-se mais uma pessoa.

Todas as entrevistas foram gravadas com sucesso. A duração média das entrevistas foi de 1 hora e 40 minutos, tendo a mais curta uma duração de 32 minutos e a mais longa de 2 horas e 23 minutos.

7.2.4. Análise da informação

As entrevistas foram parcialmente transcritas, tendo sido desenvolvida uma grelha de análise contendo as principais dimensões e categorias abrangidas pelas questões constantes do guião de entrevista, acima mencionados (cf. 7.2.1 Instrumentos).

Num primeiro momento, procedeu-se à leitura global das transcrições das entrevistas e à selecção de partes que, de alguma forma, fossem ilustrativas da perspectiva de técnicos e de técnicas quanto à violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Num segundo momento, reuniram-se os dados relativos aos casos relatados, quer no que concerne aos casos genéricos como aos específicos. Importa, a este nível, recordar que uma boa parte dos e das técnicas entrevistadas teve contacto com um número reduzido de casos, pelo que, frequentemente, apenas se colocavam perguntas sobre casos específicos.

Finalmente, realizou-se a análise, que de seguida se apresenta, tendo por base os tópicos já elencados. Importa, no entanto, salientar que a análise produzida não assenta na metodologia de análise de conteúdo; antes, procedeu-se a uma análise narrativa das entrevistas.

7.3. Caracterização da amostra

No decurso das 30 entrevistas a pessoal técnico, foram entrevistadas 28 mulheres e 5 homens (algumas entrevistas foram feitas em simultâneo a mais do que uma/um técnica/o da mesma organização). A maioria das/os técnicas/os (81%) tem uma idade compreendida entre os 26 e os 45 anos. Psicologia é a área de formação académica de base mais frequente (em 39% das pessoas entrevistadas), seguida da de Serviço Social (36%).

Mais de metade das pessoas entrevistadas (67%) trabalha em organizações de apoio a vítimas de violência (doméstica), em gabinetes ou núcleos de atendimento a vítimas de violência e/ou em casas-abrigo. Seis pessoas trabalham em entidades públicas, como Ministério Público, polícia e CIG; e cinco em organizações de apoio a pessoas idosas.

Ainda, mais de metade ocupa cargos ao nível da direcção e/ou da coordenação das respectivas organizações.

Não obstante, 31 das técnicas e técnicos têm um contacto directo com mulheres vítimas de violência em relações de intimidade (idosas e outras). O trabalho de 24 destas pessoas está em boa medida relacionado com a violência doméstica (aqui entendida enquanto conceito mais abrangente do tipo de relacionamento entre vítimas e agressores); apenas para 6 pessoas, o seu trabalho está em relacionado com pessoas idosas/envelhecimento.

Todas as pessoas (à excepção de uma) trabalham a tempo inteiro na organização à qual pertencem. E uma parte significativa das pessoas afirma trabalhar a tempo inteiro com vítimas de violência doméstica. Na maioria das situações, o horário de trabalho semanal é de 35 a 40 horas, embora muitas pessoas tenham referido que trabalham, semanalmente, mais horas do que as legalmente definidas.

Doze técnicas/os têm menos de 5 anos de experiência de trabalho no domínio da violência em relações de intimidade e oito têm uma experiência entre 5 a 9 anos.

Perto de metade das pessoas entrevistadas (15) está há menos de 5 anos a trabalhar na organização, enquanto que outras 11 estão há menos de 10 anos. Apenas quatro estão a trabalhar naquela organização há mais de 15 anos.

Para cerca de dois terços das pessoas entrevistadas, as suas funções profissionais foram alteradas ao longo do tempo.

7.4. Violência contra mulheres idosas em relações de intimidade na perspectiva de técnicas e de técnicos

As organizações abrangidas pelas entrevistas tiveram, na sua globalidade, contacto com 220 casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade⁴⁸. Este é um número que, na opinião da maioria das pessoas entrevistadas, é muito reduzido, atendendo à totalidade de mulheres vítimas de

⁴⁸ Duas pessoas entrevistadas não foram capazes de estimar o número de casos com os quais as suas organizações haviam tido contacto.

violência em relações de intimidade (independentemente da idade) com as quais estas organizações tiveram contacto, entre 2006 e 2009.

"Este número é reduzido, não acredito que isto corresponda à realidade. Tendo por referência um universo de 7 800 pessoas examinadas em crimes contra a integridade física, que engloba os crimes de violência doméstica e de maus tratos, avaliadas em 2009; dessas, 2 446 foram vítimas no seio da família, e, até Agosto de 2009, apenas examinamos uma mulher com mais de 60 anos" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Este número é, ainda, entendido como reduzido face às dificuldades em se obter um retrato fiel do país com base nas estatísticas em matéria da violência.

"As estatísticas não mostram o verdadeiro país em que vivemos, está tudo muito camuflado... em todas as tipologias de vitimização, mas em particular a das pessoas idosas" [Ent.20, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

Importa salientar que uma boa parte das pessoas entrevistadas atribui maior ênfase ao contexto da violência, em particular à incidência da violência exercida contra as mulheres (violência de género), do que à idade como principal dimensão da problemática.

"Eu não acho que haja violência doméstica contra mulheres idosas. Eu acho que há violência doméstica em que a sobrevivente, entretanto, é idosa. E isto é fundamentado pela nossa experiência e pelas histórias que ouvimos" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

7.4.1. Características das mulheres idosas, dos seus agressores e das relações de intimidade

Importa, antes de mais, conhecer, de uma forma genérica, as mulheres que contactaram com as organizações, as suas relações de intimidade e as suas relações de proximidade com filhos/as e pessoas amigas. Quem são as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que, de certa forma, romperam com o silêncio e com o isolamento e contactaram com organizações em busca de apoio?

'Estas mulheres têm umas características fantásticas... sobreviveram toda uma vida... e é isso que elas não

percebem' [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Esta é uma afirmação que, desde logo, nos remete para a grande capacidade de resistência e de resiliência das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade; porém, também nos remete para uma auto-percepção menos positiva de si mesmas.

São mulheres cujas identidades foram construídas assentes numa delimitação estrita dos papéis sociais de género, feminino e masculino: se aos homens cabia todo o poder sobre as pessoas do agregado familiar, mesmo que tal implicasse o recurso à violência, às mulheres cabia acatar as ordens dos maridos (traduzido no 'comer e calar', tantas vezes referido pelas técnicas/os).

"São mulheres que muitas vezes viam as suas mães a serem agredidas pelos seus pais, a questão do domínio do homem muito enraizada e quase que inquestionável, desempenham na relação o papel passivo. Uma das coisas que mais me chocou ouvir até hoje foi 'veja bem como é que isto está que ele já não se serve de mim'... é o acto de servir alguém, o companheiro no patamar de senhor, de amo e ela no de escrava" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Ele gritava muito com a senhora, mesmo estando acamado e em situação de dependência, parecia querer dizer-lhe que continuava a mandar. Ela disse-nos que 'tinha passado tanto na vida mas tinha os filhos para criar, sempre foi ele que trabalhou, eu nem sequer saia de casa, só comprava aquilo que ele achava que eu devia comprar, sempre foi assim'. A senhora dizia-nos 'vocês agora podem sair mas dantes não era assim'. Ele continuava a mostrar que ela é que tinha de ser submissa" [Ent.15, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

E, muito embora, a idade não seja, no nosso entender, o principal factor despoletador da violência, é, seguramente, uma das mais importantes dimensões a considerar em todo o nosso trabalho de análise. É, pois, também, a dimensão geracional que importa ter em consideração.

"Tem a ver com a geração delas, acham que têm de aguentar, foi-lhes ensinado pelas mães e avós que o marido é quase como se fosse dono delas, foi o que ela escolheu e isto é a cruz delas" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

"Foram educados para possuir a mulher como objecto; depois recebem uma reforma superior, o que é também sinónimo de superioridade masculina" [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Será também de base geracional o facto da maioria das mulheres identificadas como tendo estabelecido com organizações de apoio tenham idades que se situam entre os 60 e poucos anos e os 70 anos; mulheres mais velhas, hoje com idades superiores a 70 anos terão, ainda, maiores dificuldades na decisão relativa à procura de apoio⁴⁹. Ou seja, estaremos perante mulheres com uma ou mais décadas de diferença entre si, que viveram diferentes períodos sociais em termos de uma relativa maior igualdade entre mulheres e homens, bem como com diferentes níveis de acesso à informação sobre os seus direitos.

Todavia, por maior que possa ser a evolução sócio-cultural que se assista no espaço de 20 anos, o peso de uma socialização de género assente na dominação masculina foi-se repercutindo para estas mulheres, tanto na relação conjugal como na relação parental.

"Houve uma socialização nesse sentido, a determinada altura elas começam a olhar para a violência como um 'leve dois, pague um', ou seja, faz parte da relação de intimidade, a violência. Toda a sua socialização familiar foi nesse sentido e elas interiorizaram o papel dominante do homem e de passivo da mulher e muitas vezes a resolução de conflitos é mediante a violência, não só para com elas mas para com os filhos. Ainda que não concordem, aceitam-na" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

E a dominação masculina repercute-se, igualmente, no acesso aos bens económicos. Embora uma parte significativa destas mulheres idosas tenha trabalhado de forma remunerada (em particular aquelas que residiam em meio urbano), algumas nunca tiveram controlo sobre os rendimentos que as próprias auferiam. A par desta dominação masculina estarão, certamente, contextos familiares e sociais próprios.

"Tinham sido emigrantes. Ela dizia que tinha sido sempre uma escrava deste senhor que a privava economicamente; o dinheiro ia para uma conta bancária e ela tinha um acesso muito restrito a esta conta; tinha que lhe dar conta de todos

⁴⁹ Foram, no entanto, também mencionados alguns casos de mulheres com mais de 80 anos.

os tostões que gastava” [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicóloga].

“Mulher muito diferenciada, licenciada, tinha trabalhado toda a vida, com a sua carreira profissional que a realizava, num casamento com 30 e tal anos com uma violência, desde sempre, extrema e gravíssima e a todos os níveis: física (pancada do mais grave que havia), psicológica (ameaças de morte, coacção, inibição da liberdade), violência sexual (muita violação) e económica. Todo o ordenado desta senhora, que era bom, era retirado da conta dela para a dele; esta senhora nunca tinha dinheiro com ela” [Ent.9, Casa-abrigo, Psicologia].

No entanto, atendendo ao facto de que, entre aquelas que trabalharam, a maioria fê-lo em serviços domésticos (mesmo em situações de emigração para outros países da Europa ou Estados Unidos da América) ou na agricultura familiar, e embora tenham feito alguns descontos para a Segurança Social, actualmente a reforma que auferem é muito baixa, o que as coloca em situação de relativa dependência económica.

Porém, algumas das mulheres foram toda a sua vida as chamadas donas de casa, trabalhando longas horas mas em casa, de forma não remunerada. E estas encontram-se, particularmente, em situação de maior dependência económica dos maridos.

“Senhora com 63 anos, vivia com o marido há 37 anos. A relação desta senhora sempre foi maltratante, muito cultivada por um status masculino – este era o senhor da casa, geria as contas da casa, ela era a típica mãe e esposa, que ia depositando esta confiança no marido, a gestão dos próprios bens económicos” [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicóloga].

“Senhora com 72 anos que não tinha reforma porque nunca descontou. Ele era taxista (trabalhador por conta própria), não dependiam da agricultura, e não havia outra forma de as pessoas daquela localidade se deslocarem senão através do táxi, o que lhes permitiu ter um nível de vida médio-alto; ela sempre foi doméstica, saiu de casa dos pais aos 12 anos porque eram pobres e foi servir na casa de uns senhores, onde conhece este marido” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicóloga].

"Estas mulheres trabalhavam em casa e tinham o campo enquanto que os maridos ou trabalhavam nas barragens (que na altura estavam em construção e promoviam muito o emprego na zona) ou eram imigrantes; o homem era a única fonte de rendimento económico das famílias. Elas achavam que ele é que ia ganhar tudo e elas tinham é que calar e aguentar" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Verifica-se, ainda, existir, para a ampla maioria, um denominador comum nas relações íntimas destas mulheres idosas: estamos perante mulheres que foram, desde o início das suas relações, violentadas de várias formas pelos maridos. De facto, em quase todos os casos mencionados, a violência esteve (nalguns casos, ainda está) sempre presente, desde o início da relação conjugal, e mesmo durante a fase de namoro.

"Na maior parte dos casos conhecem-se há muitos anos, algumas dizem que eram amigos de infância. Processo de vitimação iniciado praticamente desde o princípio da relação, começando gradualmente, vai aumentando o número de frequência das agressões, naturalmente associado com a severidade das agressões" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

"Algumas foram já vítimas no tempo do namoro, o que, na altura, foi desvalorizado mas quando, hoje, olham para trás, reconhecem ser o início de alguma coisa" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Todavia, nem sempre a violência nas relações de intimidade foi perceptível para as próprias mulheres.

"Muitas contam que ele só agora é que começou mas depois de nós fazermos as perguntas percebemos que não, que nem sequer foi o 1º acto de violência física porque o 1º estalo, o 2º estalo e o 3º estalo não foram identificados como violência... claro que a pessoa os recebe e percebeu mas não identificou como um acto de violência... houve sempre um contexto, uma explicação, não há uma consciência" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

E para algumas destas mulheres, estes maridos foram os únicos homens nas suas vidas amorosas.

"77 anos, 50 e poucos anos de casamento. Casou (a mando do pai dela) porque ficou grávida; casou com 20 e poucos anos" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

Aliás, em situações de segundo casamento, o mau e o bom da relação é pesado de uma outra forma, em muito influenciado pela cultura social vigente.

"Quando temos uma mulher que está no 2º casamento a vontade de se libertar já existe. O 1º homem é que é muito marcante, e isto é cultural, tem a ver com os nossos valores de civilização" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Estamos perante relações onde a violência foi, em idades mais jovens, de natureza física mas, na velhice, é, sobretudo, psicológica, verbal e, numa boa parte das situações, económica/financeira.

"Há um crescendo e com o aumento da idade há uma diminuição da intensidade da violência, que eu penso que está associado com algumas incapacidades físicas. Mas, ao mesmo tempo, um aumento da intensidade da violência emocional – elas dizem que 'ele está sempre a refilar comigo, a chatear-me, a implicar com tudo' e isso vai desgastando-as muito" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

"A violência começou, no início da relação, por ser física, ao longo de muitos anos também, e depois foi reduzindo e tornando-se muito mais psicológica. Também mencionam situações de violência sexual e privação económica" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

"As situações de maior gravidade passaram-se com estas mulheres idosas quando tinham entre os 25 e os 40 anos; formas de violência física extremas como partir braços, abrir cabeças, deslocar clavículas, que lhes deixaram mazelas físicas" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Desde logo foi vítima de violência doméstica; casou em Setembro e em finais de Novembro já estava grávida (namoro de 7 meses). Foi agredida várias vezes durante a gravidez porque o senhor não aceitou este filho (...). A violência foi sempre subindo – as primeiras vezes era só um

insulto, uma estalada, a seguir um conjunto de agressões espalhadas já pelo corpo, não havia um único sítio onde bater, depois passou a ser com objectos, entretanto facturou-lhe um braço (o que estava pior), uma fractura craneo-encefálica, osso da anca deslocado devido a um empurrão pelas escadas. A situação só tem uma melhoria quando ela engravida de uma filha e aí ela diz que ele mudou – tratou-a bem durante a gravidez, ajudou-a durante os primeiros dias porque ela ficou mal fisicamente do parto. Mas rapidamente a violência regressou. (...) Repetidamente ela descreve situações de violência psicológica, a física já não nos termos a que tinha sido sujeita anteriormente (um empurrão, um estalo); ela ficava muito ofendida de ser chamada 'filha da puta' porque isso era um insulto à mãe" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Não obstante, mesmo que fazendo parte de um passado, algumas das mulheres vivenciaram episódios muito violentos.

"Em 6 anos na casa abrigo foi das piores situações que eu ouvi... formas de violência física macabras... as agressões físicas eram praticamente diárias mas além destas era um espancamento de tal ordem em que a senhora ficava inconsciente durante várias horas e ele não lhe prestava auxílio e ela acordava no dia seguinte no chão com os tímpanos furados e a sangrar" [Ent.9, Casa-abrigo, Psicologia].

"Ela arrumou todos os produtos que ele tinha para o carro num balde preto com arames por fora e quando ele viu o balde ficou chateado, tirou tudo de lá de dentro, enfiou-lhe o balde na cabeça e fez várias movimentações... ela ficou com duas feridas grandes na cara e mesmo assim ainda teve de lhe pedir desculpas por ter arrumado as coisas" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

E outras, ainda na velhice, vivenciam episódios de grande violência física.

"Uma mulher cujo marido tinha tido um AVC e estava com sequelas do AVC ao nível da mobilidade, andava de canadiana e tinha dificuldade em alguns gestos do quotidiano sendo ela quem os fazia mas como ele já não podia bater-lhe com as

mãos batia-lhe com a canadiana" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Mas a violência psicológica e verbal a que, particularmente agora, estas mulheres idosas estão sujeitas, infligiu-lhes/inflige-lhes um grande desgaste psicológico.

"A violência física já não é nada de novo nem de estranho, 'apanhei sempre a vida toda'; o que elas reagem é à violência psicológica, àquilo que eles lhes dizem: 'tu não vales nada, nunca gostei de ti, não serves para nada, és uma burra'. São muito humilhadas em público. São mulheres muito fortes mas que sentem que já deixaram de ser pessoas" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

E nalguns casos a violência teve um impacto directo na saúde destas mulheres.

"Senhora com 63 anos, vivia com o marido há 37 anos. Contornos de violência física, psicológica e económica. Esta senhora é o exemplo do que é o desgaste físico de uma situação de violência, do que é o impacto da violência na saúde física. Ela não conseguia engordar, tinha anemias, saúde física descompensada. Quando esteve acompanhada por nós, nos momentos de maior tensão a saúde física dela descompensava. (...) Mesmo quando saiu de casa esta senhora foi sujeita a perseguição, ameaças; ele dá-nos a entender ter problemas de foro mental" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

Relatos de violência sexual foram igualmente narrados. Algumas destas mulheres idosas referiram às e aos técnicos que tinham relações sexuais forçadas com os maridos; iam contra a própria vontade, mas entendiam que esta era a forma de 'cumprir com os seus deveres de esposa'.

Também nos é relatada alguma violência sexual, não tanto violação, mas a obrigação de ter a prática sexual sem vontade mas, dizem elas, 'ele assim deixa-me em paz'" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].
"Casal com praticamente a mesma idade (60 e tal anos), rural, 3 filhos que já tinham saído de casa. Ela descobre, numa consulta de rotina ao médico de família, que ele tem HIV; ele, há 5 anos que o sabia. Foi um casamento de muita

submissão, onde o homem tem o poder e é quem manda, e a mulher tem que estar em casa. O medo de ficar doente foi o que a moveu, ela tem uma conversa com ele e diz-lhe que não aguenta. Depois disso, ele começa a persegui-la e a obrigá-la a ter relações com ele. Ela sai de casa com ameaças de morte: ele obriga-a a sair de casa e a assistir a um acto sexual dele com outra pessoa. Violência de cariz sexual muito massacrante com ameaças de morte associadas (ele dizia que não tinha nada a perder).” [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

“Senhora com 66 anos, doente oncológica, que, quando ficou doente, foi dormir para um outro quarto. Violação – o marido obriga-a a ter relações, mesmo vivendo em quartos separados. As agressões verbais e físicas são constantes e são formas de manifestação disso mesmo; desde o início do casamento que ela era obrigada a ter relações. (...) Ela diz que ele é mau. Quando ficou reformado começou a beber com mais frequência, e quando implica com ela é quando está sob o efeito do álcool; nos dias em que não consome não se ouve uma mosca em casa.(...) Os episódios violentos têm vindo a agravar-se nos últimos 15 anos, desde que ela tomou a decisão de ir dormir para outro quarto [Ent.27, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

E casos onde a violência assumia todos os contornos possíveis, inclusive ao nível da privação de bens de primeira necessidade, tais como um simples fogão.

“Ela foi muito mais violentada fisicamente aos 30 e aos 40 do que agora. Foi um casamento de 40 anos... e não só violência psicológica, física, sexual como também ao nível de questões básicas, de habitabilidade. Eles tinham uma casa mas não usufruíam da casa... viviam no andar de baixo, que era uma loja, e foi uma guerra para pôr tijoleira. E o fogão era uma bilha de gás cortada ao meio com lenha (ainda em 2007)... essa era uma imposição do marido, para não gastar” [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista]

A violência pauta-se, igualmente, por um controlo dos movimentos das mulheres (saídas de casa, horários e companhias fortemente controladas). Este

controlo aumenta em razão de um maior dispêndio de tempo passado em conjunto, fruto da situação de reforma, muito particularmente da reforma do marido.

"O facto do homem também se ter reformado e estar mais tempo em casa agudizou, ou seja aqueles balões de ar que elas tinham quando eles estavam a trabalhar deixaram de haver e agudizou a necessidade de pedir apoio ou falar com alguém." [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia]

"Às vezes com a reforma e o vir para casa dos maridos as coisas começam a correr mal, com muita violência psicológica. Tenho a sensação que o deixar de trabalhar, o passar mais tempos juntos agrava a situação" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia]

São relações que, na opinião de técnicos/as, há muito que deixaram de ser construtivas.

"Mas na maior parte dos casos são relações frágeis há muito tempo, que a partir de certa idade começa a haver mais violência psicológica, mais agressões verbais, mais ameaças em vários contextos. Há também casos em que a violência já tem barbas e continua" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia]

Aliás, alguns destes maridos agressores pouco investimento fazem/fizeram na relação conjugal.

"Ele humilhava-a e insultava-a; em termos de ciclo de violência doméstica, não havia a fase da lua-de-mel (havia a fase de tensão, fase de violência mas nunca a de lua-de-mel); não havia um investimento na sedução, do pedido de desculpa e de mudança" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicóloga].

"São situações arrastadas e diariamente estão em crise, não existem picos, é constante" [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

E, nalguns casos, o acentuar da violência psicológica na velhice é produto de uma violência física tão grave e continuada durante tantos anos que, agora, na velhice, a violência psicológica se revela suficiente.

"Com maridos idosos agressores não é comum haver, agora, violência física. Para isso contribuí não só a idade mas o desgaste da relação, que já não apetece bater, serve só um insulto porque um insulto, nesta fase, tem mais efeito que a violência física dos anos atrás. Porque o desgaste já é tão grande, a resignação é tão grande que não faz sentido bater, porque elas já estão tão (como elas costumam dizer) 'amestradas' que não é preciso bater" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicóloga].

Destaca-se, por outro lado, em muitos casos, alguma ausência de rede familiar de suporte, com filhos/as pouco presentes ou inexistentes. O agressor acaba por ser a pessoa que mais próxima está da vítima.

"A característica mais comum nas mulheres que acompanhei é a ausência de redes de suporte, não terem filhos ou os filhos serem pouco presentes. As pessoas estão muito isoladas e o agressor acaba por ser a pessoa mais próxima ou a única pessoa com quem têm contacto" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia]

"Em regra há filhos, emancipados e a viver autonomamente, e às vezes somos surpreendidos com algum afastamento dos filhos em relação aos pais (não se querem meter, 'eles que se entendam')" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

"Mulher com 82 anos; chegou-nos encaminhada pela PSP, tinha havido uma denúncia das vizinhas. A polícia levou-a para casa do filho mas este só a aceitava em casa durante um dia ou dois e praticamente depositaram a responsabilidade de resolver o problema em mim [técnica]; eu é que tinha de arranjar um lugar para a senhora mas falei com o filho e chamei-lhe a atenção que ele como filho tinha responsabilidades. Ficou em casa do filho cerca de 15 dias para podermos accionar diversos apoios. O filho sempre achou que o problema era meu: eu é que era técnica do gabinete de apoio à vítima, a senhora era vítima, então era eu que tinha de arranjar solução. A negociação do filho para comigo era muitas vezes sob ameaça; uma vez às 10 horas da noite ameaçou-me que a punha na rua" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Os/as filhos/as, enquanto rede primária de suporte, têm, no que respeita à problemática da violência em relações de intimidade, um papel que tanto pode ser facilitador de uma ruptura, ou de melhoria das condições de vida das mães, como pode contribuir para a manutenção das relações violentas.

"Os filhos podem levar a pedir ajuda ou a manter a situação – muitas vezes são os filhos que não querem que os pais avancem para uma ruptura e elas não querem ir contra a vontade dos filhos; quando a relação entre pai e filhos é má, aí sim" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

Nalguns casos, os/as filhos/as foram vítimas directas da violência dos agressores e, nestes casos, parece existir um ainda maior afastamento por parte dos/as filhos/as relativamente à mãe. Aliás, a mãe é, também ela, vista como agressora (passiva ou não).

"Os filhos tiveram um afastamento defensivo – o filho vive em França e diz que o pai não foi pai e que a mãe não o soube defender; ele olhava para a mãe como agressora passiva e desligou-se completamente da família. A filha vive no Porto e não se quer meter 'para meu próprio bem'" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Uma senhora, de 68 anos, chegou cá com uma amiga, mais nova, que dizia que 'esta senhora é vítima de maus-tratos há muitos anos'. Chamámos a filha e a senhora ficou em casa da filha durante a noite. Fomos à segurança social e chamados os filhos, estes disseram 'eu sempre foi vítima de maus-tratos por parte da minha mãe e os meus pais... eu sempre os conheci nesta vida' e não quiseram fazer nada. Ela voltou para casa do marido. Quando chegou a casa, o marido já tinha roupa preta à janela, como que a dizer que já estava preparado [para fazer o luto]" [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

No entanto, os/as filhos/as foram, numa boa parte dos casos, mencionados/as enquanto principal motivo para uma saída mais tardia da relação – agora, na fase da vida em que os/as filhos/as já saíram de casa, estas mulheres sentem que a sua situação pode ser diferente.

"Quando denuncia esta situação (aos 61, 62 anos), os filhos já são adultos e ela acha que já o pode fazer - 'já não precisa

de dar um pai aos filhos” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

“Essa é a idade [60 anos] em que os filhos estão a sair de casa, ou já saíram, e muitas vezes são os filhos que as mantêm... as famílias não tem meios económicos para manter uma segunda casa, a mulher, se quiser sair, dificilmente aceita sair sem os filhos - esta é a minha interpretação pessoal -, não havendo meios económicos, ela vai suportar isso e continuar até os filhos terem autonomia. E, se calhar, nessa fase já não encontram razões para continuar a suportar esse tratamento, porque a razão fulcral para lá estar eram os filhos e sentem-se mais libertas até para apresentar queixa contra o companheiro porque já são só elas que estão em causa” [Ent. 24, Procuradora da República]

“Uma senhora, com cerca de 60 anos, com 3 filhas, que foi violentada durante muitos anos e agora está na casa de uma das filhas. Situação que foi despoletada pela filha, que acompanhou a mãe à esquadra. A senhora foi violentada pelo marido durante muitos anos, inclusive durante a gravidez. E deixou-se arrastar no tempo (casamento de cerca de 30 anos)” [Ent.19, polícia].

“A mais velha que nos chegou tem 87 anos; veio no dia seguinte ao dia do casamento da filha mais nova” [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Noutras situações, a intervenção de filhos/as pauta-se pela tentativa de ajudar no equilíbrio da relação íntima ou pelo contributo para uma melhoria na qualidade de vida da mãe.

“80 e tal anos. Apresentou queixa porque teve apoio por parte dos filhos. (...) Os filhos estão mais atentos e muitas vezes falam com o pai, e isso pode contribuir para a alteração do comportamento” [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

“Senhora já divorciada mas que vive no mesmo espaço habitacional e continua a ver vítima de agressões verbais; os filhos já lhe disseram para sair de casa e ir viver com eles mas ela diz que a casa também é dela e não sai de lá. Senhora com 65 anos e ele 70 anos; ela foi vítima sempre dele, os filhos dizem que ela tem sequelas mentais das

agressões físicas de que foi alvo. Os filhos preocupam-se com a mãe mas não se relacionam com o pai. Ela durante muito tempo não tinha acesso à casa de banho para tomar banho; fazia-o quando o marido não estava em casa; agora os filhos re-arranjaram a casa para que ela tenha acesso” [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

“A denúncia chega-nos pelo filho que tem uma relação conflituosa com o pai e que vive em casa dos pais. Houve uma filha que já tinha tentado mas o pai bateu-lhe e disse-lhe que ela não tinha nada que se meter, que aquilo era um problema entre o pai e a mãe, o casamento era para a vida e ele tinha que endireitar a mãe. Os outros dois filhos diziam que aquilo era a vida que a mãe queria” [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

Algumas mulheres manifestam um sentimento de culpa quando a intervenção por parte de filhos/as a seu favor causa uma ruptura na relação entre filhos/as e pai.

“Numa das audiências o filho foi chamado a depor como testemunha e ela ficou com uma mágoa muito grande porque o filho disse que o pai era muito violento para a mãe e a partir desse momento o pai deixou de falar com o filho e ela acha que é responsável pela ruptura na relação de pai e filho” [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

Não obstante, segundo algum pessoal técnico entrevistado, a maioria das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são mulheres que não querem a ruptura ou o divórcio nem sair de casa ou da relação. Antes, o que estas mulheres querem, no entender destas pessoas com funções técnicas, é que os maridos mudem.

“Elas não estão à espera de sair de casa, de que o marido vá preso porque não é isso que elas querem, elas dizem-nos ‘eu só quero que ele apanhe um susto’ e que nada mais aconteça. O que querem é uma reconversão dos comportamentos deles, o que querem mesmo era terem aquele marido sem que fosse violento” [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Contudo, e de algum modo contrariando o entendimento de que a maioria das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são mulheres

que não querem a ruptura ou o divórcio nem a saída de casa, uma boa parte dos casos particulares referidos apontou no sentido oposto, tal como sucedeu com a maioria das mulheres idosas entrevistadas no âmbito deste estudo.

Importa, ainda, referir que uma boa parte das pessoas com funções técnicas refere os casos particulares destas mulheres como sendo muito distintos da generalidade das situações, pois estas são as mulheres que tiveram a força e a capacidade para procurar ajuda ou uma saída.

Ainda que não entendido como regra, o facto é que algumas mulheres verbalizaram junto de técnicas que *"quando reagem mais, a violência aumentava"*.

Subjacente aos comportamentos de procura de ajuda ou de rupturas das relações, detecta-se alguma influência dos meios habituais de residência. O meio rural pautar-se-á, ainda, por normas sociais de género mais restritas e tradicionalistas no sentido da preservação das relações matrimoniais.

"A nossa experiência são mulheres que habitam em zonas rurais, que desresponsabilizam os agressores com base em questões culturais e religiosas, que justificam esta presença na relação abusiva, e muito relutantes em relação à mudança. A maior parte delas, mesmo depois da nossa intervenção, não abandona a relação abusiva" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

A desculpabilização dos comportamentos dos agressores assenta, muito, numa lógica de reconstrução da violência determinada pelos comportamentos patológicos dos agressores, particularmente no que se refere ao alcoolismo.

"Casamento de longa duração (42 anos), mulher submissa a todas as vontades do homem, associada ao alcoolismo dele. Inicialmente, ela não associava a violência ao alcoolismo mas no decurso dos atendimentos entendeu que era esse o motivo" [Ent.20, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

"A grande maioria (6) destes casos tinham a ver com situações de alcoolismo por parte do agressor e associado, ou não, a doenças do foro mental. Violência psicológica e económica (privação de bens); a física nem tanto. Situações com mais de 20 anos (perpassaram o casamento inteiro). O que mais despoletava a violência era o alcoolismo e a

saturação” [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

“O alcoolismo é muito frequente entre os agressores idosos” [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

“O que ela queria era tratar o problema do marido porque tudo se resumia ao alcoolismo dele – ‘se ele não estiver bêbado, é um bom marido, um bom pai, o vinho é que estraga tudo” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Algumas técnicas fazem, ainda e com frequência, referência ao facto de “se ele sempre foi assim, não é agora que vai mudar, muito pelo contrário, agora na velhice é ainda pior”.

“Levou muitas bofetadas, pontapés e empurrões; ameaças, difamação, gritos e insultos eram também frequentes. Ela dizia que ele era mau, que sempre foi mau, pelo que ela não esperava outra coisa dele, estava conformada; a relação foi sempre maltratante. Sempre insultos, ameaças e numa fase final havia comportamentos mais estranhos – ele tocava uma corneta alto em casa por forma a aborrecer; era mais um comportamento que moía do que propriamente algo mais grave” [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-Abrigo, Psicologia].

Encontra-se muito presente, para algumas destas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, uma associação entre a idade e a debilidade física dos agressores; e é essa associação, aliada a uma representação social do papel de esposa nos cuidados a terceiras pessoas, que as faz manter a relação e, ainda, cuidar dos maridos.

“Elas associam muito a que o marido está naquela situação porque ele está doente, é da idade e não se abandona um doente” [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista]

“A senhora tem um discurso muito maternalista e diz que se até aqui não fez nada, agora que ele está velho precisa de mim e tem que tratar dele – ‘eu não quero que ele vá para a cadeia, eu não quero ir a tribunal, eu só quero que tratem dele e que ele termine com a violência, porque eu também não me vou separar dele porque agora tenho de cuidar dele”

[Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Existe, neste tipo de atitude, uma tendência da mulher idosa para desculpabilizar o agressor, sendo a culpa, por vezes, assumida por si mesma, que tende a atribuir o comportamento do agressor a problemas que lhe são inerentes, nomeadamente, num dos casos, à sua própria falta de saúde.

"A senhora acabou por verbalizar que era vítima de violência e que isto se tinha agravado com a falta de saúde dela pois como não podia cumprir com os seus deveres de mulher, na parte sexual, o marido começou a procurar fora de casa e começou a evidenciar isso na comunidade. Esta senhora confrontava-o e ele agredia-a dizendo que a culpa era dela. Ela vivia do rendimento da sua pensão e ele não lhe dava nada. A violência surge na velhice, motivada por falta de saúde. Violência física mas mais verbal e económica. Ela tentava minimizar os episódios mas os vizinhos diziam que era muito frequente e em público, mesmo a física – atirava-a ao chão, empurrava-a; eram dois a três episódios por semana." [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

A questão da idade, não só da mulher idosa vítima de violência mas do agressor, também ele idoso, é factor preponderante numa lógica de desresponsabilização do agressor.

"É um problema complexo e quanto mais idade mais difícil é e menos redes de suporte têm. Numa mulher com 75 anos, o agressor é visto de uma outra forma pelas outras pessoas, mais desculpabilizado" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"São, sobretudo, casos sociais meramente, aqui excluo muitas vezes a parte jurídica porque faz algum sentido por um indivíduo de 76 anos na prisão ou aplicar-se uma medida de coacção a este homem? Um indivíduo que já não consegue andar sozinho, tomar banho sozinho, faz sentido agora aplicar-se-lhe uma medida de coacção e pô-lo na rua? Quem é que vai tomar conta dele? Eu vejo muito mais uma atitude dos serviços comunitários, em termos sociais, ou médicos, de apoio e protecção a este casal, que podem continuar a coabitar juntos, com os devidos acompanhamentos e protecções necessárias para se ir eliminando comportamentos

violentos, do que estar a pôr este homem na prisão. Agora não penso o mesmo de um homem com 50 anos” [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Foram mencionados três casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que eram situações de namoro na velhice.

“Uma idosa, que vivia sozinha, do centro de dia, apaixonou-se por um idoso e aquilo foi um pouco violento. Ela estava na faixa dos 70, 80 e ele na dos 60. Tentamos passar isso para a família dela mas o filho não ligou... O filho achava que não era verdade, que nós insistíamos muito e que já não valia a pena lutar pela mãe e acabou por a colocar num lar” [Ent.6, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

E numa dessas situações de namoro as consequências da violência perpetrada pelo agressor foram mortais.

“Uma mulher, com 68 anos, que conheceu o agressor, de 72 anos, num baile. A senhora era viúva e houve uma altura em que ela desconfiou (ele era divorciado porque agredia a ex-mulher) e quis afastar-se dele mas ele não queria e ameaçava-a. Ela apresentou várias queixas, e ele chegou a atirar contra a casa dela. Ela contactou o nosso serviço no dia em que foi perseguida pelo sujeito até ao supermercado. O filho dela, de 39 anos, foi ter com a mãe (já não vivia com ela), viu lá o homem e disse-lhe ‘deixe a minha mãe em paz’; o homem saca de uma arma e dá-lhe um tiro no pescoço e ele morreu logo. O sujeito não se arrependeu e fugiu; foi encontrado passados dois dias. Ela está a ser acompanhada pelo serviço há mais de um ano. Para além da violência psicológica, esta senhora entende que foi culpada da morte do filho. (...) O filho também veio várias vezes aqui, ao serviço, e nós sempre o aconselhámos a nada fazer ao homem, a não exercer violência contra o homem, e depois é morto! É extremamente frustrante!” [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

7.4.2. Necessidades específicas de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

Será que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade têm necessidades específicas? De que ordem? Relacionadas com a velhice ou com a velhice no feminino? Estas são algumas questões que nos parecem pertinentes e que devem, pois, ser colocadas.

Tendencialmente, ao nível socioeconómico, as mulheres idosas são mais sensíveis às desigualdades de género em virtude, grosso modo, dos seus percursos profissionais (ou da ausência dos mesmos); são, desta forma, mais vulneráveis à pobreza pois auferem pensões particularmente baixas. Encontram-se, pois, frequentemente, como frisado pelas pessoas entrevistadas, em situação de maior dependência económica dos maridos.

A estas dificuldades económicas associam-se, em diversos casos, carências ao nível habitacional. E face a essas dificuldades, são engendradas soluções que passam, com alguma frequência, pela partilha da casa, mesmo quando a ruptura da relação já se tenha dado.

"Tivemos casos em que as pessoas já estão divorciadas mas partilhavam a casa por dificuldades económicas em encontrar uma outra alternativa e a violência psicológica mantinha-se" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

É, por outro lado, muitas das vezes, referido pelas/os técnicas/os, o apego que estas mulheres idosas têm à casa. Esse apego pode ser de ordem emocional mas pode, igualmente, estar relacionado com questões de ordem social.

"As reformas são muito baixas, não servem para pagar a renda de uma habitação, aconteceu pontualmente algumas senhoras optarem por uma pensão e ficarem dependentes de apoio num refeitório e aquelas que não querem optar por esta alternativa mantêm-se muitas vezes nas suas próprias casas. Nota-se ainda uma grande resistência para deixar as suas coisas, os seus bens, a sua casa, os seus animais. E isso dificulta bastante uma tomada de posição no sentido de se afastar" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Uma relação longa com o local habitual de residência/casa; com a vizinhança que se conhece desde sempre e com quem estabeleceu laços de amizade; com os serviços a que sempre recorreu; com a casa de que cuidou uma vida inteira...

Talvez por isso sejam, no entender dos e das técnicas, mulheres mais resistentes à mudança.

"Elas têm mais particularidades; têm mais dificuldade em deixar a sua casa, as suas coisas, são mais resistentes à mudança; preferem um acompanhamento de suporte para falar sobre o assunto e isto demora mais tempo do que as pessoas mais novas" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

São, também, mulheres socializadas para 'casarem para a vida', carregando a 'cruz que Deus lhes deu' não importa como. Os valores tradicionais da família estão muito presentes nestas mulheres.

"É uma situação mais complexa motivada pela família (filhos adultos que não querem tomar partido) e pelos anos de vida em comum. São relações de vizinhança de longa data e mais próximas que as de hoje em dia. Pensam 'como é que as pessoas me olham agora? Eu abandonei-o, acabo por ser uma má esposa' [Ent.2, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

E talvez por isso acabem por pedir que as ajudem a tratar das maleitas dos agressores.

"Direccionam muito a intervenção, ou o pedido de intervenção, para a pessoa que as agrediu: 'se vocês falassem com ele, se ele fosse internado, se calhar se ele se tratasse deixava de ser assim, ele é doente, o que é que a comunidade vai dizer se eu o deixar?'" [Ent.17, serviço de Segurança Social, Serviço Social].

É, ainda para alguns casos, sentida uma pressão social e familiar para manter as aparências de 'casal normal' aos olhos de terceiras pessoas, disfarçando as vivências de violência conjugal.

"O que acontece é que elas denunciam quando os filhos saíram de casa; e começam a dormir em quartos separados. Um caso, que é aqui de perto, ela só dorme com ele quando os netos dormem em casa deles" [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Estas mulheres apresentam, ainda, maiores dificuldades ao nível da tomada de decisão, em boa parte motivadas pelo seu difícil acesso à tomada de decisão ao longo das suas vidas.

"São mulheres com uma grande força que não a conhecem, com uma capacidade de resistência brutal mas depois são pessoas que não têm uma vivência de autonomia, de tomar decisões e é complicado... é quase como aprender a andar... Às vezes são mulheres cujos pais já eram agressores e elas sempre viveram em violência, daí terem casado com homens que as maltratam porque não conhecem os seus direitos" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Em quase todas as entrevistas foi muito salientada a necessidade, destas mulheres idosas, de partilharem as suas experiências, no sentido de terem alguém que as oiça.

"Querem partilhar, procurar algum consolo emocional. E quando partilham não falam muito da violência do passado e a violência psicológica não é valorizada; falam mais de doenças ou de dificuldades que têm a ver com a velhice e não com a violência. Mencionam que ele agora está melhor, já não é como antes; só quando bebe é que as coisas podem piorar um bocadinho. Mas não valorizam, há uma certa negação sobre o que lhes está a acontecer" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

"O acompanhamento que fazemos muitas das vezes é de estabilização emocional, valorização, dar a oportunidade da pessoa partilhar e despejar a revolta que tem, a pessoa conseguir dar novos significados às emoções. É uma grande necessidade que as pessoas mais velhas têm: ter alguém que as oiça e conseguir chegar a um sítio onde tenham confiança para puderem falar mesmo sem consequência prática" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Algumas destas mulheres não se sentem apenas sozinhas; sofrem, de facto, de depressões.

"Estas mulheres apresentam depressões, tristeza profunda, uma grande apatia. Os filhos já não estão em casa, e ficam a aturar, sozinhas, os maridos e isso causa muita mágoa" [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

É, por demais, evidenciado o isolamento e a solidão em que se encontra uma boa parte das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

"As pessoas idosas têm necessidade de falar e apercebem-se que vivem num tempo diferente, onde as mulheres não têm de fazer aquilo que os homens querem. Através da partilha destas experiências outras mulheres se calhar percebem que já podem refilar, não têm que ser submissas. Mas estas são pessoas muito solitárias" [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

E com relativa facilidade, particularmente evidente em casos de mulheres com mobilidade reduzida, se estabelece uma associação entre o isolamento social e a negligência ao nível dos cuidados de que estas mulheres carecem.

"Casal (mulher com 60 e o marido com 62 anos) com baixa escolaridade. A mulher tem as duas pernas amputadas, tem um feitiço um pouco complicado, é uma situação de alguns anos. Ela nunca trabalhou remuneradamente, ele agora faz uns biscates. Não têm filhos; as únicas pessoas com quem contacta são as enfermeiras e a nossa associação. É negligenciada pelo marido, que a deixa sozinha em casa de manhã até às 15h e é a essa hora que ela come (apesar de ser diabética). Ele não cuida muito dela. Ela verbaliza muito que 'ele não me liga' "[Ent.30, Serviço de Saúde, Enfermagem].

"A denúncia chega de que o senhor era agressor em vários aspectos – não lhe batia mas atirava-lhe com coisas, não deixava a senhora andar na cadeira de rodas porque estava a riscar-lhe o chão e as portas e negligenciava-a nas compras (ela não ia às compras, era ele e trazia o que entendia e não o necessário); a medicação não era tomada na totalidade porque havia medicamentos que eram muito caros e não compartilhados, e ele não comprava. Ela tinha que limpar a casa, ter o almoço pronto a horas" [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

A percepção que muitas pessoas com funções técnicas têm das mulheres idosas é a de que estas necessitam de cuidados diferentes daqueles que são prestados às (outras) vítimas de violência doméstica, cuidados esses que acabam por não lhes ser prestados.

"Senhora, com 84 anos (...) veio cá com a vizinha que tinha feito a denúncia na polícia. A vizinha queria que a senhora ficasse no gabinete mas foi difícil encontrar um lugar para ela. A senhora estava muito perdida no tempo e no espaço. Enquanto estava no gabinete ela decidiu que queria ir para casa primeiro da prima e depois da irmã. Ela viu que não obtinha a ajuda que precisava ali no gabinete. Ainda hoje está em casa da irmã, não quis voltar para casa" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

"Quando estas mulheres são postas em lar, acautela-se o acolhimento mas não se trabalha sobre o resto. Como fica esta vítima, que até foi retirada de casa, se, depois, o trabalho pára ali?" " [Ent.15, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

Em síntese, tendo em consideração as opiniões das e dos técnicos entrevistados, as necessidades específicas das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade resultarão, em boa medida, das desvantagens em razão da pertença de género, acumuladas ao longo da vida, aliadas à violência a que, na maioria dos casos, foram sujeitas durante toda a vida.

7.4.3. Experiências de trabalho com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade: cooperação e articulação entre organizações

Quanto à experiência das organizações neste domínio, *"não temos muita experiência"* foi uma das frases que mais se ouviu. De facto, como antes referido, salienta-se o contacto reduzido das pessoas entrevistadas com casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade, em particular quando se estabelece uma comparação com a totalidade de casos de violência doméstica com os quais as pessoas entrevistadas tinham/têm contacto. Tal como mencionado numas das entrevistas, *"em relação à realidade este é um número reduzidíssimo, são as que chegam cá"* [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Uma boa parte dos casos referidos chegou até às organizações participantes neste estudo encaminhados por outras organizações; entre as mais referidas está a polícia e a linha de emergência social, com particular relevância em casos oriundos de meios urbanos. Em boa parte das situações onde a polícia foi chamada a intervir, o pedido de ajuda foi feito por terceiras pessoas, nomeadamente por vizinhas.

"Mulher com 82 anos; chegou-nos encaminhada pela PSP. Tinha havido uma denúncia das vizinhas. Era uma situação habitual: durante a noite o marido agredia-a e naquele dia as vizinhas acharam que era demais e fizeram a denúncia" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Nenhum dos casos foi a própria pessoa que procurou, sempre foi através de outras entidades e organizações; mesmo aquelas que nos chegaram pela polícia não foram elas que foram à polícia, foi alguém que chamou a polícia para intervir" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"A maioria das que cá chegam foi através de denúncias feitas à polícia pela vizinhança e a polícia foi a casa delas" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Outras pessoas entrevistadas referiram que as mulheres idosas vítimas de violência recorrem mais à assistente social que as acompanha (no Serviço de Segurança Social ou nas Juntas de Freguesia), com quem já estabeleceram uma relação de confiança.

"São os serviços de cariz social que encaminham estes casos ou a própria família. As mulheres mais novas recorrem mais à linha ou aos gabinetes de serviço social nos centros de saúde ou hospital. As mais velhas procuram uma pessoa com quem tenham confiança (geralmente serviços sociais)" [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

"As pessoas idosas quando falam é em momentos de atendimento [acção social] as mais novas vêm determinadas para fazer qualquer coisa em relação à violência de que são sujeitas, são mais impulsivas e o grau de desistência é maior. As mais velhas procuram minimizar o impacto da violência que têm em casa e as mais novas querem logo partir para a ruptura. As mulheres mais velhas procuram mais a confiança, saber se no futuro se resolverem sair de casa podem pedir ajuda para a habitação, para onde possam mudar... mas isto só é colocado no fim da etapa" [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

É, também, referido que algumas mulheres idosas contactam os serviços por telefone, em busca, essencialmente, de informação.

"Na linha telefónica, vemos que certas senhoras, pela maneira como falam, são pessoas próximas dessa idade mas ainda estão com dificuldade em pedir ajuda de forma presencial e então ligam para a linha 'como é que vai ser? O que me vão fazer?'" [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

E, de facto, o trabalho que, em boa medida, é feito com as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade é ao nível da prestação de informação e do apoio psicológico.

"É um trabalho ao nível da informação e pouco mais; mesmo ao nível psicológico é ao nível da partilha e não da procura de uma saída das suas situações" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Foi, ainda referido, que quando as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade se dirigem, presencialmente, aos serviços, fazem-no, com relativa frequência, acompanhadas. São „senhoras que não vêm sozinhas“ [Ent.2, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

A procura de ajuda por parte de algumas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade pode ser, de alguma forma, interpretada como sendo tímida ou, por vezes, a coberto da procura de ajuda para um outro problema. A este nível, os serviços de saúde são muito referenciados.

"Qualquer pessoa da área da saúde que tenha conhecimento de uma situação de violência, particularmente física, reporta à assistente social. Se for de outra ordem também reporta, mas sempre com o consentimento da pessoa. A pessoa tem de querer dizer 'basta'" [Ent.30, Serviço de Saúde, Enfermagem].

"Envolvemos muito os médicos e enfermeiras e às vezes aparecemos em casa e dizemos que o seu médico está preocupado consigo e quer saber se está a tomar a medicação e assim entramos em casa de forma dissimulada para ver até que ponto aquela senhora é vítima de violência. É assim que se confirmam algumas situações. Nós fazemos muito através do contacto directo, no atendimento ou nas visitas domiciliárias e articulamos com a equipa (serviço social e psicóloga). Nós, segurança social, técnicas de apoio

domiciliário (que ou têm conhecimento ou se não têm alertamos para que estejam atentas), centro de saúde” [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

Registam-se, também, casos onde a procura de ajuda não foi motivada pela violência, antes pela necessidade de apoio nos cuidados a prestar ao marido agressor.

“Foram duas situações em que a procura de ajuda se faz porque elas precisam de ajuda para cuidar dos agressores e são as próprias a ir procurar ajuda no centro de saúde porque pensam que o apoio domiciliário se obtém no centro de saúde (porque há equipas de enfermagem que fazem apoio domiciliário)” [Ent.15, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

Aqui, as organizações que prestam apoio domiciliário às pessoas idosas podem converter-se em meio para atenuar situações de violência, com particular incidência em relações onde existe uma necessidade de prestação de cuidados básicos (higiene e alimentação), contribuindo para diminuir os momentos de ocorrência ou os factores despoletadores de episódios de violência verbal e psicológica.

“Nós servíamos enquanto pessoas que todos os dias iam a casa da senhora, muitas vezes dizíamos ‘tenha lá calma, não faça assim’. Fazíamos um pouco de mediação e dava para transmitirmos alguma segurança à senhora e, ao contrário do que ela pensava de que ele não iria aceitar (porque ele era muito autoritário) que a libertasse do esforço físico e também psicológico porque ele sempre que ela o tentava ajudar ele gritava ‘tá quieta, que tu não sabes fazer nada, tás a magoar-me’. Nós ajudámos porque retirámos alguma carga de responsabilidade a ela como cuidadora; e ele não era tão agressivo connosco como era para com ela” [Ent.15, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

Uma boa parte das organizações mantém uma rede informal de parceiros, que activa consoante as necessidades a cobrir.

“Nós temos uma rede informal de parceiros – polícia, segurança social, DIAP, instituições particulares de solidariedade social com protocolos de RSI (Rendimento Social de Inserção)” [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

Não obstante, as articulações mais referidas entre as várias organizações envolvem, numa ampla maioria dos casos, os serviços da Segurança Social. É através da Segurança Social que são obtidos os apoios económicos e sociais de que a quase totalidade das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade necessita.

"Articulamos com a Segurança Social; a senhora não recebia pensão porque ela não trabalhou remuneradamente e não tinha direito a receber pensão; para receber o RSI teria de ser feito um desconto na pensão dele e ela não queria. Conseguimos o RSI e tendo em conta a idade conseguimos mais uns apoios. A senhora disse logo que não ia voltar para casa ao fim daqueles 40 e poucos anos de casamento. Ela estava cansada e sentiu naquela noite que, se não tivesse sido chamada a polícia, ela podia ter morrido. Ela até preferia ir viver para a rua, mas para casa é que ela não voltava" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

A polícia é também envolvida, seja antes ou durante o acompanhamento que é feito a estas mulheres idosas, pelos vários serviços que contactaram com casos.

"Senhora com 62 anos; casamento de 40 anos. Foi uma amiga que a aconselhou a sair da relação, a apresentar queixa. Ela já tinha apresentado queixa mas depois ele dizia que ela era mentirosa, que ela caía e ela desistia porque dependia dele economicamente. Na polícia aconselharam-na a não deixar totalmente a casa – durante o dia vai a casa, às vezes vai lá dormir com o neto, para não dizerem que ela deixou a casa. Depois entrou com o processo de divórcio e aí ele deixou de lhe dar dinheiro. Ele ainda apresentava o IRS com ela, em 2008, e quando ela, em 2009, pede o RSI teve dificuldade porque mostrava que tinha rendimentos. Eu encaminhei-a para a colega da segurança social; também foi requerido um advogado oficioso. Nós apoiamo-la a nível alimentar e de convívio. Ela quebrou os laços com o agressor, quando ela vai lá casa e ele está lá ela sai. Nenhum quer deixar a casa" [Ent. 10, SAD/Centro de dia, Serviço Social]

De acordo com as pessoas entrevistadas, tem sido prática corrente de uma boa parte das polícias enquadrar os crimes entre cônjuges em crimes de violência doméstica.

"[As vítimas] podem ser, logo, integradas em crime de violência doméstica desde que haja uma fragilidade, e às vezes acontece com pessoas com uma idade avançada e, que, por força da idade ou da saúde, essa fragilidade as coloca num plano de inferioridade física ou moral ou psicológica relativamente ao agressor. Mas é difícil, no primeiro momento, dizer que estes factos se enquadram no crime de violência doméstica" [Ent.24, Procuradora da República].

O envolvimento da polícia implica a formalização de uma queixa-crime, dado que o crime de violência doméstica é, em Portugal, um crime de natureza pública. No entanto, uma parte significativa das técnicas e técnicos entrevistados não apresenta a denúncia junto das autoridades policiais pois é deixada às mulheres a tomada de decisão, agora, informada.

"Não fazemos a denúncia, informamos sobre a possibilidade mas parte das pessoas fazer a denúncia. Fazer denúncia sem protecção é pôr a mulher em risco; e há necessidade de a proteger" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

No computo geral, a avaliação que os e as técnicas fazem da articulação entre serviços vários é relativamente positiva. Até porque "estes casos são muito activadores de emoções no pessoal técnico, acabam por ter uma reacção muito emocional e expressam uma preocupação maior e uma indignação. Quando são pessoas mais novas parece haver uma abordagem mais técnica e nestas uma abordagem mais emocional" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Mas subjazem algumas críticas particulares, direccionadas a alguns serviços, como a linha de emergência social, as polícias, os serviços médicos e os serviços de Segurança Social.

"A linha 144, linha de emergência social – tem havido alguma dificuldade na articulação com eles porque nem sempre o que categorizo de emergência é categorizado por eles como sendo de emergência. Eles regem-se por critérios definidos pela segurança social que nem sempre correspondem à minha avaliação de risco e então às vezes o que eu considero de emergência eles consideram-no de crise e vice-versa. Há um desfazamento conceptual que muitas vezes cria obstáculos. Depois temos tempos de resposta demasiado longos ou falta

mesmo a resposta no terreno, no imediato” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].
“Estou um pouco desiludida com algumas atitudes de alguns profissionais. Segurança social despacha, médicos só têm 15 minutos... onde têm tempo e espaço para fazer perguntas e ouvir as pessoas? Não é fácil iniciar um processo... demora e se há profissionais que não sejam verdadeiramente profissionais... despacham e muitas vezes levam a que as pessoas desistam” [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

“Os médicos de família têm muitas vezes um ‘fechar de olhos, um achar que as coisas vão mudar, ele vai mudar’, não há ainda muito a assertividade de pegar no telefone e dizer ‘passa-se isto assim e assim’ ou ligar para a polícia” [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

Importa ressaltar que os serviços mais criticados são, também, os serviços a que tanto as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade como as organizações entrevistadas mais recorreram.

No entanto, persistem dificuldades particulares, em meios habitacionais de menor dimensão, marcados pela ruralidade, a que se associa um desconhecimento público, intencional ou não, do que se constitui como crime de violência doméstica.

“Marquei com a polícia daqui para ela apresentar queixa; porque ela já tinha apresentado muitas queixas na polícia da zona onde morava, mas a polícia era amiga do agressor. Em meios pequenos, os agressores são amigos dos polícias. Muitas vezes preenchem a ocorrência mas não fazem a queixa. E o crime de violência doméstica é um crime público, eles estão obrigados a apresentar queixa” [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Não obstante, também em meios mais pequenos, emergem algumas boas práticas ao nível da articulação entre organizações de diversa ordem no encaminhamento e acompanhamento de casos de violência contra mulheres (idosas) em relações de intimidade.

“Foi criada uma ficha de encaminhamento e distribuída por todos os postos da polícia. E nós contactamos à posterior a vítima. Os casos chegam através das polícias, da segurança social (contactos informais), e raras vezes instituições de

solidariedade. As fichas de encaminhamento foram construídas em moldes diferentes para a polícia e para a segurança social (todas as assistentes sociais que fazem atendimentos de acção social). Trabalhar em meios pequenos torna o contacto entre instituições muito mais próximo e foi formalizado através de um protocolo” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Também entre os tribunais e organizações de apoio a vítimas de violência doméstica se caminha no sentido de uma (melhor) articulação, visando a criação de redes, formais ou informais, de contacto privilegiadas.

"Neste momento estamos a tentar fazer uma articulação com outras entidades e criar uma rede de contactos porque temos outras perspectivas da realidade porque o nosso problema é esse, nós lidamos sobretudo com papel, nós vemos os episódios de violência escritos, há colegas que também ouvem as vítimas e os agressores, mas é mais no papel e aí é muito difícil avaliar o risco, temos de confiar muito no que está escrito pelas polícias. Mas é muito importante termos outras perspectivas. (...) Uma coisa é o que está no papel, que para nós não parece ser grave, mas, no terreno, pode tornar-se explosiva. (...) Nós temos uma visão parcial da realidade mas queremos ter uma visão mais abrangente" [Ent. 24, Procuradora da República].

Ainda no âmbito das boas práticas, foram referidas tentativas de agilização dos processos a decorrer em sede de Ministério Público, entre agentes de aplicação da Lei (polícias e magistrados/as do Ministério Público).

"As vítimas muitas vezes são inquiridas na polícia... é um esforço que temos vindo a fazer, Ministério Público e polícias no sentido de, quando ouvidas na polícia, se pergunte o máximo, recolham o máximo de elementos necessários. Mas o que acontece é que os elementos recolhidos na polícia são insuficientes, e depois é preciso ouvi-las cá outra vez; às vezes acontece outra situação e é preciso ouvi-las de novo e só depois aplicar medidas de coacção. Fazemos reuniões frequentes de articulação, e nessas reuniões fornecemos às polícias um modelo de um auto de inquirição relativamente aos elementos que precisamos para depois deduzir uma acusação. Já entregámos várias vezes modelos onde estão as questões que têm de ser colocadas à vítima, que são

elementos imprescindíveis para deduzir uma acusação e vamos discutindo frequentemente. E, também, em casos concretos a polícia telefona ao magistrado que tem o processo ou vem cá. Há um contacto directo entre a polícia, que está a efectuar a recolha de indícios, e o magistrado titular desse processo e vice-versa” [Ent. 24, Agência de Aplicação da Lei, Procuradora da República].

Importa, porém, recordar que, no entender de técnicos/as, o número de casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que tiveram contacto com organizações é reduzido. Ou seja, é a ponta do *iceberg*; a maioria destas mulheres não procura ajuda. E essa ausência de procura de ajuda encontra justificação na conformidade das vivências e no desconhecimento de direitos.

"Estas mulheres têm menos conhecimentos [sobre organizações de apoio], mais resistência. Acho que as pessoas que vivem muitos anos em situações de violência acabam por baixar os braços e sentirem-se muito isoladas, porque o isolamento vai-se perpetuando ao longo do tempo, têm menos redes ou as redes sociais são diferentes que também têm uma maneira de estar e de pensar diferente. E o tipo de instituições a que recorrem também são diferentes” [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Não obstante, uma experiência de trabalho com um número significativo de mulheres vítimas de violência em relações de intimidade, idosas ou de qualquer outro grupo etário, pode contribuir para uma auto-sensibilização de técnicas/os para a detecção de sinais e, mais do que isso, para uma percepção sobre o impacto que actos de violência, contínuos ou não, têm nas vidas destas mulheres.

"A violência abrange muitos comportamentos abusivos, uns mais ligeiros, outros mais difíceis de avaliar; o que é importante é perceber que impacto isso teve na mulher, particularmente ao nível da violência verbal, emocional e psicológica, essa é que é muito difícil... e é mais complicado denunciar este tipo de comportamento, que elas não gostam, se apercebem que não são normais, mas que se submetem a eles anos a fio. E isto muitas vezes associado a formas de agressão menos violentas ou menos marcantes fisicamente, que não deixaram vestígios físicos - um empurrão, se não

resultar numa queda ou num embate numa superfície dura que venha a fazer uma escoriação... a mulher não entende isto como sendo violência” [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

7.4.4. Alcance e tipo de apoio e de serviços disponibilizados às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

De acordo com as percepções dos/as técnicos/as, as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, quando procuram apoio fazem-no, com frequência, sem que nesse apoio busquem uma saída definitiva para a sua situação. Isto é, procuram informação sobre os seus direitos (sociais e económicos) e alguém com quem possam tecer relações de confiança e desabafar.

“Muitas vêm ao serviço para se informar sobre os direitos. Quando vêm cá directamente sabem para o que vêm; quando são encaminhadas por outros serviços vêm com muitas dúvidas e sem saberem o que querem fazer” [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

“Elas procuram essencialmente o apoio psicológico e social (económico, acolhimento em famílias, reencaminhamento para casa abrigo, refeitório social). O que trabalhamos com estas mulheres é ao nível do acompanhamento contínuo para das duas uma: preparar para a mudança, quando elas decidem mudar, ou trabalhar algumas questões importantes, se decidem ficar ou encaminhando para outras instituições” [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Quando contactam com os serviços, as expectativas iniciais de muitas destas mulheres convergem, de alguma forma, para a resolução da situação dentro do contexto das relações conjugais, mas com o apoio e intervenção técnica de alguém do serviço.

“É a primeira expectativa, a de que podem resolver dentro do mesmo contexto... esperam é que ele mude ou que alguém lhe diga ‘tens de mudar ou não podes fazer’. A ideia é a de que quando tomam a decisão acabam por conseguir dar a volta... têm é de ser trabalhado, e leva tempo” [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

"Quando as pessoas contam que estão a ser vítimas esperam que nós tenhamos alguma intervenção; às vezes esperam que nos falemos com o agressor mas isto nem sempre é possível pois pode colocar a pessoa em risco" [Ent.17, serviço de Segurança Social, Serviço Social].

O tipo de apoio prestado às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade difere em conformidade com a decisão das próprias. Se a decisão é manter-se na relação (ou apenas na habitação, após o divórcio), a opção das técnicas e dos técnicos é o acompanhamento psicológico (na lógica da estabilização emocional) a par do desenvolvimento de estratégias de prevenção e de protecção contra actos violentos.

"[Com aquelas mulheres que se encontram a viver com o agressor] Trabalho muito ao nível psicológico: estratégias de defesa, de auto-estima, do auto-conceito e do identificar dos sinais que conduziram a um despoletar da violência para defesa dela, capacitá-la para que as sequelas desta violência não a possam afectar mais do que já a afectaram" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"O nosso trabalho tem sido muito feito na base da prevenção da depressão, prevenir o isolamento e da prevenção do conflito em casa – ter estratégias de evitar o conflito e estratégias de emergência" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Se a decisão é a da saída de casa e da relação⁵⁰, técnicos/as procuram alternativas habitacionais e apoios sócio-económicos. Trabalha-se, ainda, ao nível do apoio psico-terapêutico.

"Articula-se com os serviços da comunidade: segurança social, lar (se necessário)... depende muito das situações, apoio psiquiátrico através do grupo de ajuda mútua 'quebrar amarras'; e ajuda na procura de casa, envolvendo alguns familiares disponíveis" [Ent.2, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

⁵⁰ A saída de casa nem sempre é permanente. Foram narrados casos de mulheres que, estando em casa-abrigo ou noutro tipo de solução habitacional temporária, retornaram a casa e retomaram a relação.

E as alternativas habitacionais podem passar por outras que não as casas-abrigo.

"Famílias de acolhimento, é a nossa medida alternativa mais imediata e pode ser, ou não, temporária" [Ent.17, serviço de Segurança Social, Serviço Social].

Para muitas mulheres idosas que entraram em contacto com as pessoas e as organizações entrevistadas, este contacto consiste numa primeira tentativa de procura de apoio. Para algumas, as mais determinadas em colocar um termo à relação, um primeiro contacto é suficiente para obter resultados positivos.

"Esta foi a primeira vez que procurou ajuda. Quando chega aqui ao serviço, tomou consciência das alternativas e foi muito determinada, foi para casa-abrigo (o filho estava ainda no hospital), o marido acabou por ir para um lar (disse que precisou do dinheiro todo para ir para um lar). A casa abrigo para onde foi tinha associado um centro de dia e ela ficou integrada em centro de dia. Conseguiu ter uma casa próxima do centro de dia, recebe RSI" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

Mas a média dos atendimentos feitos por mulher idosa vítima de violência em relações de intimidade situa-se entre os dois e os quatro.

"Grande parte dos casos vêm a 2,3, 4 atendimentos porque elas próprias não querem tomar nenhuma outra decisão e normalmente o atendimento que é feito centra-se na dotação de informação suficiente para que seja ela própria a tomar uma decisão para a vida. Quando elas se deparam com a necessidade de terem de ser elas a tomarem uma decisão, optam por não voltar ao serviço, não há grande continuidade nestes casos" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

E "acontece, nalguns casos, haver acompanhamento psicológico mas é muito raro; raramente é solicitado. É mais uma resposta ao nível social" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

Mas quando as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade prosseguem com o acompanhamento psicológico, o trabalho desenvolvido é ao nível da estabilização emocional destas mulheres. É o ter alguém com quem falar, alguém de confiança.

"As pessoas vão aos gabinetes não por ter a perspectiva de vir a fazer grandes coisas mas para falar, contar, desabafar e isto já é um alívio" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Ainda, algumas organizações estimulam as mulheres idosas a participarem em grupos de ajuda mútua.

"Incentivamos muito a participação [das mulheres mais velhas] em grupos de ajuda mútua porque criam laços de amizade com outras mulheres com experiências semelhantes" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

O trabalho feito passa, também, muito pela identificação de estratégias de prevenção de conflitos em casa.

"Minimizar os efeitos negativos da violência que é exercida sobre estas mulheres, podendo construir um projecto de vida alternativo, abrindo os horizontes para uma mudança nem que seja apenas a nível comportamental, trabalhando mitos, atitudes, comportamentos, estratégias de defesa pessoal, caso queiram ficar" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Ou, ainda, pelo envolvimento de pessoas e de organizações de âmbito local.

"Fazemos é um acompanhamento pessoal do caso ou alertamos os serviços sociais locais para estarem atentos ou os médicos de família. As mulheres também devem saber a quem devem recorrer, fazemos um plano de segurança com elas para que a determinado sinal se dirijam para procurar ajuda. É um trabalho mais neste estilo e tentamos envolver a acção social... a polícia às vezes depende da situação. Também tentamos envolver os filhos para estarem mais atentos e presentes. A vizinhança é fundamental se tiverem essa sensibilidade... as próprias mulheres identificam muito bem quem entre a vizinhança pode dar apoio" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

E aqui destaca-se o papel preponderante de uma articulação entre serviços no sentido de uma boa cooperação e da melhoria da qualidade de vida.

"Senhora com 63 anos, divorciada há dois anos. História de violência de 30 e muitos anos. Esta senhora recebe o Rendimento Social de Inserção, no valor de 190 euros e estava com muita dificuldade em fazer face às suas despesas pois só a renda da casa eram 180 euros. Conseguimos assegurar alguma alimentação; contactamos a Câmara e foi feita a revisão do valor da renda (paga agora 38 euros) e agora está a trabalhar" [Ent.12, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Serviço Social].

Algumas organizações optaram pela implementação de estratégias com recurso à mediação familiar. Na totalidade dos casos em que isso aconteceu⁵¹, resultou de um pedido por parte da mulher idosa, após avaliação do risco da situação.

"63 anos. Violência física muito pautada pelo arremesso de objectos; violência psicológica e desvalorização das situações e insultos; violência sexual, de coacção sexual. O primeiro pedido de ajuda foi feito aos 59 anos. Fizemos uma coisa que não é muito comum na intervenção – a pedido da senhora chamámos o senhor a uma consulta e trabalhamos muito sobre o que tinha acontecido e o que poderia acontecer se fosse retomada a relação. Ele assinou um contrato-compromisso assinalando as mudanças de comportamento que iria adoptar (diminuir o consumo de álcool, as saídas com determinados amigos). Fizemos uma intervenção nos precipitadores da violência e isto tem dado resultado; vamos alternando consultas só com a senhora e outras com os dois e trabalhamos as dificuldades que vão sentido e vamos reajustando o compromisso; o senhor tem-se mostrado cooperante" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Trabalhar sentimentos de solidão, de resignação, do não há mais nada a fazer, de vez em quando promovemos aquilo que se chama de mediação familiar ou similar, tentar encontrar padrões de comportamento alternativas e mudar alguns padrões de comportamento" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

No entanto, existem determinadas organizações cujo âmbito de actuação é muito específico, que desempenham um outro tipo de papel, nomeadamente o

⁵¹ Não nos é possível afirmar exactamente o número de casos. Apenas quando solicitado às pessoas entrevistadas para falarem sobre casos particulares, foi referida a mediação familiar em 3 situações.

de repressão do agressor e da violência. Estas organizações podem contribuir para (alguma) mudança nos comportamentos de agressores mas têm de estar, necessariamente, a trabalhar em articulação com organizações de outro tipo.

"O papel da polícia é importante... podemos não corresponder às expectativas porque se calhar a senhora queria uma ajuda e a que demos não é bem aquela que se espera. Depois da denúncia formalizada, é muito importante o apoio da família e dos filhos. Nós fazemos o interrogatório e essas conversas ficam sempre escritas e também dizemos 'o senhor tenha cuidado, o senhor não faça assim porque é arguido num processo'. A partir do momento em que é aberto o processo o agressor pensa duas vezes e muda um pouco... não serão todos os casos" [Ent.19, polícia].

E, nesta lógica de actuação, os serviços de saúde estarão entre aqueles que se encontram em melhor posição para prestarem um primeiro apoio às mulheres idosas. Com alguma frequência, a procura de ajuda junto dos serviços médicos é relativamente dissimulada mas pode ser identificada com alguma facilidade.

"O problema do álcool faz com que as mulheres falem ao médico de família sobre o marido do tipo 'quando ele bebe faz isto ou aquilo. Não podia fazer um tratamento, ele?'" [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

Contudo, os serviços de saúde são, amiúde, apontados como serviços deficitários na prestação de um apoio efectivo às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

"Uma senhora de 82 anos foi hospitalizada por diversas vezes devido aos maus tratos, e o hospital não procedeu bem - chamavam o marido, chamavam os filhos para conversar - mas a senhora acabava sempre por voltar para casa. Tentavam que as coisas se resolvessem no seio familiar. A senhora voltava para o marido e a coisa voltava a repetir-se" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Também em relação aos procedimentos legais são referenciadas falhas, eventualmente com maior impacto nas mulheres idosas do que nas mulheres mais novas.

"Sentimos dificuldade ao nível legal, do tribunal/Ministério Público e mesmo com a polícia daqui que é pouco sensível -

nós estamos dependentes da sensibilidade do agente que está de Serviço para que este intervenha. Os processos em tribunal são muito morosos e o tempo não é compatível, em muitas situações, com o tempo de vida. As vítimas também desistem porque 'dá muito trabalho, estou sempre a falar do mesmo e não quero falar mais', e acaba tudo igual"[Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

Subsistem, por outro lado, lacunas ao nível da detecção e da sinalização de casos. As mulheres idosas com maiores dificuldades económicas mantêm, normalmente, uma relação com a assistente social local, e é ao nível dessa relação que sobressaem tais lacunas.

"O que falha muito é a sinalização porque ainda há muitos profissionais que relativizam um bocado a situação 'porque isto é comum, é habitual, não se liga, isto é uma coisa que acontece há muitos anos e ela não vai querer mudar', muitas ideias preconcebidas sobre isto; há muito a ideia de que se estão nisto há tantos anos e ainda não mudaram é porque não querem" [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

Ainda, a questão das alternativas habitacionais é, particularmente, crítica para as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Registe-se que foram mencionados alguns casos que, mesmo após o divórcio, estas mulheres continuam a viver na mesma habitação com o seu agressor.

E muitas/os técnicas/os não consideram as casas-abrigo como respostas adequadas a estas mulheres.

"Desenraizar estas mulheres mais velhas é muito difícil – já foram acolhidas em casa abrigo e assim que houve vaga em lar foram transferidas. A resposta casa abrigo é muito transitória para estas mulheres" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Não obstante, tendo em consideração que a ampla maioria das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade não saí da relação abusiva, importa, por vezes, buscar a criatividade das organizações, como o recurso a estratégias dissimuladas enquanto forma de proteger uma mulher idosa e prevenir novos episódios de violência.

"O que fizemos foi alertar a polícia da zona, foi falado com o comandante que não se podia formalizar a queixa mas que

era necessário confirmar a história; a polícia disse que sim, que faria através do "Programa Idoso feliz, idoso acompanhado" (passam pela casa das pessoas idosas). Começaram a ir todos os dias a casa da senhora, ela tinha dificuldade em fazer as coisas da casa, então chamámos outra organização para as refeições (que entraram a dizer que estavam a fazer um levantamento de necessidades naquela zona) e a equipa do idoso com uma assistente social que diz estar a fazer um levantamento. No espaço de uma semana há três pessoas que entram naquela casa, sem nós aparecermos. Perguntam se ela tem dificuldades em tomar banho para se poder ver marcas no corpo e assim diariamente a casa tem lá a polícia, a equipa que deixa a refeição, outra que dá o banho e quinzenalmente a assistente social, ou seja, o problema da violência nunca mais apareceu. Havia um historial de violência não continuada mas frequente e por períodos que tinha a ver com problemas familiares internos; o pai sempre tinha tendência para dominar, fazia-se o que ele achava o que se devia fazer" [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

Técnicas e técnicos partilham da opinião de que o trabalho a ser feito com as mulheres idosas é diferente do trabalho com mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade. Porém, a diferença, mais do que motivada pela idade, é motivada pela pertença geracional.

"Não se distingue pela idade mas pelas possibilidades de intervenção – eixo social e jurídico. Diferencia o tipo de medidas sociais mas as jurídicas são as mesmas. O acompanhamento psicológico é também um pouco diferente dado o impacto da violência nestas mulheres – trabalha-se muito a vergonha, o impacto na comunidade, nas relações com a vizinhança e isto é mais difícil ser trabalhado. Depois a retaguarda familiar pode ter um impacto maior nas utentes mais idosas do que nas mais novas. Trabalhamos com a segurança social, com os advogados, com médicos de família, psiquiatria" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

O alcance dos serviços disponibilizados passa, necessariamente, pela existência de serviços, mais ou menos, adequados às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Tal alcance é, de algum modo, posto em causa

quando se encontra patente, numa parte significativa de técnicos/as, a percepção de que 'pouca coisa' se pode fazer em relação a estes casos.

Essa é uma percepção que se baseia, essencialmente, na inexistência ou na parca existência de recursos - logísticos, financeiros e humanos. E, face a esta realidade, algumas pessoas com funções técnicas tendem a não investir neste tipo de casos. Ou, ainda, a não agirem, resguardando-se no que, no entender das mesmas, é a desadequação das respostas existentes face às necessidades das mulheres idosas.

"O que nos surge é a dificuldade que vamos ter para resolver o problema, dificuldade essa associada à idade. Ficamos um bocado de pé atrás porque não sei se a senhora vai ter ajuda porque ela não quer ser ajudada ou porque as respostas sociais não são as mais adequadas" [Ent.13, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

Não obstante, independentemente da inexistência ou da desadequação das respostas às necessidades das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, e da opção tomada pelas próprias em não romperem com as relações, dar a conhecer os seus direitos, trabalhar sobre as suas capacidades e melhorar as suas competências, seja ao nível da prevenção como da protecção, é contribuir para, no mínimo, dar às mulheres idosas a capacidade de tomar decisões mais informadas e, assim, melhorar a sua qualidade de vida⁵².

"Elas saem daqui com uma sensação de poder 'agora eu sei o que é que eu posso fazer', empoderadas e esse também é o nosso trabalho, dar-lhes essa capacidade de fazerem por si próprias as coisas, dar-lhes essa autonomia para que sejam capazes de quebrar com aquele processo de violência" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

7.4.5. Problemas e desafios encontrados

"Há tão poucas alternativas para oferecer às vítimas... o sair de casa? 'E porquê eu se sou a vítima?' O que é que nós temos de concreto, devidamente apurado, que corresponda às expectativas delas? Não temos... que instrumentos dão resposta às necessidades destas mulheres?" [Ent.17, Serviço de Segurança Social, Serviço Social].

⁵² Tendo em consideração, obviamente, os riscos que mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade possam correr, e estruturando a intervenção nesse sentido.

Neste subcapítulo procuramos inventariar os problemas e os desafios que são evidenciados pela análise das entrevistas a pessoal técnico. São problemas e desafios que se colocam a dois níveis: por um lado, aqueles que foram encontrados e relatados pelas organizações quanto ao trabalho que desenvolvem com estas mulheres, que se centram, em muito, na questão dos 'instrumentos que dão respostas às necessidades destas mulheres'; e, por outro lado, problemas que, de algum modo, emergem da análise das entrevistas, nomeadamente no que respeita à abordagem conceptual do problema e ao entendimento subjectivo que técnicos/as têm quanto ao conceito de violência, em particular contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Um dos maiores problemas que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam respeita à falta de recursos próprios para fazer face às dificuldades contidas numa ruptura.

"A fragilidade destas mulheres é a falta de recursos que podem ter em termos de autonomia financeira e social" [Ent.3, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

Ainda que essa escassez de recursos varie consoante os casos, a habitação é a mais óbvia, por razões económicas, sociais e psicológicas mas também por uma questão de justiça e de direitos.

"Estas mulheres ainda estariam a tempo de sair daquela situação mas o grande impedimento da maioria dos casos de violência doméstica é a habitação. Se as pessoas conseguissem resolver o problema da casa saíam daquela situação" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"A situação da habitação é o mais complicado e os apoios financeiros complementares também. Temos casos em que as senhoras têm de pagar um quarto, uma renda, e elas ficam sem rendimento. O RSI para uma pessoa é de 188 euros e um quarto custa 175 ou 200 euros" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Acresce que uma parte significativa de técnicos/as considera que o tempo da intervenção a empreender com as mulheres idosas é consideravelmente maior do que aquele que se empreende com mulheres mais novas. Tal fundamenta-se na percepção de que estas são mulheres que não relatam logo toda a sua situação, bem como sobre a necessidade de se trabalhar face a formas de estar

e de ser mulher distintas, genericamente, das que prevalecem nos dias de hoje entre mulheres mais jovens.

"Maiores recursos temporais – há que ganhar a confiança uma vez que estas mulheres estão habituadas a guardar tudo para si e depois desenvolver todo o trabalho de apoio. Estar sensíveis a modos de funcionamento diferentes – o período de adaptação e de apropriação do espaço casa abrigo é maior nas mulheres mais velhas. São casos mais exigentes que requerem uma maior observação porque muita coisa nos é dada através de sinais não verbais" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Estes casos requerem procedimentos e mais atenção, mais tempo de trabalho, maior frequência de visitas da pessoa ao serviço" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Com esta população devia haver um tipo de intervenção continuada porque nestes casos são anos e anos de violência e o processo de mudança é muito complicado e é também uma questão cultural, da mentalidade enraizada" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Outras vezes, a idade, tanto da mulher vítima de violência em relações de intimidade como do próprio agressor, não se coaduna com o tempo das respostas disponibilizadas.

"A justiça é o que corre menos bem – os processos, o apoio judiciário, o procedimento judicial demora muito tempo e não se coaduna com as necessidades das mulheres. Em especial nestes casos das mulheres mais velhas, onde não há muita violência física mas sim psicológica torna-se muito difícil provar, onde há dificuldade em relatar situações, as testemunhas não existem. A violência física é mais fácil de provar" [Ent.26, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

"As pessoas de idade são vistas como casos em que as soluções são menos pensadas. Articulamos com várias organizações mas de forma informal... às vezes a urgência da resposta não se compadece com o timing efectivo da resposta" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"A senhora nunca pediu ajuda. Mas também não indagámos muito sobre o passado da relação. Entretanto, o senhor acabou por morrer e nós perdemos o contacto com ela" [Ent.15, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

Quanto aos tipos de violência mais referenciados pelas pessoas entrevistadas - aqueles a que mulheres idosas se encontraram/ encontram mais sujeitas, na velhice -, a violência psicológica e verbal e a privação económica, são tipos de violência que encerram dificuldades particulares no que respeita à sua prova. Isto é, estas mulheres receiam, por vezes, serem acreditadas porque "muitas vezes a violência não fica estampada na testa. Nada nos diz que durante uma semana, um mês, um ano ou mais, ela ouviu dizer que 'não vale nada'. Não deixa marcas visíveis... mas deixa marcas profundas" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

A par do receio da descreditação, persistem, entre as mulheres idosas, sentimentos de revolta, pela própria incapacidade de ter agido no sentido da mudança e da saída da relação abusiva.

"Agora as pessoas que vão à procura de ajuda, sinto que nestas histórias de vida há um certo sentir que já é tarde e devia ter feito alguma coisa mais cedo. Às vezes até uma certa culpabilização 'como é que eu deixei isto chegar? Se soubesse isto devia ter feito alguma coisa mais cedo'. O certo é que as pessoas vêem o passado com os óculos da realidade de hoje e não vêem que há uns anos atrás não havia muitas respostas. Ficam com uma certa ideia de vida adiada. E fica sempre presente uma grande revolta, tristeza, sentimento de que isto devia ser diferente, que não é produtiva no sentido de mobilizar para a acção" [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

E pode ser que este 'olhar para o passado com os óculos da realidade de hoje', encerre, em boa medida, a justificação para uma mudança (apenas) na velhice. De facto, e embora a legislação tenha sido progressista e introduzido o crime de violência doméstica no Código Penal em 1982, as respostas sociais de apoio não surgem na mesma altura. Importa recordar que a primeira casa-abrigo surge em 1995, que a constituição de uma rede nacional de casas-abrigo data de 2000, e que o aparecimento de núcleos de atendimento a vítimas de violência doméstica (localizados distritalmente) é, ainda, mais recente (2006).

"Nessa altura [entre 15 a 10 anos atrás] nós não tínhamos grandes recursos nem casa abrigo mas sentíamos que a

nossa intervenção era importante: estamos aqui, há aqui alguém que as ouve e que acredita nelas, e sensibiliza um pouco a comunidade local para lhes dar apoio... mas era só... não havia muito a fazer em relação às mulheres idosas. Hoje em dia há mais a fazer” [Ent.2, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Serviço Social].

“A violência começou logo no início do casamento – a primeira agressão foi 2 ou 3 dias depois de se terem casado e foi contínua ao longo dos 30 anos. No princípio do casamento ela ia ao hospital várias vezes receber tratamento hospitalar na sequência das agressões mas naquela altura não se falava muito de violência doméstica e voltava para casa e ela também com vergonha não queria dizer, achava que tinha que aguentar aquilo porque tinha dois filhos pequeninos e foi ficando. O médico de família de vez em quando chamava-o e conversava com ele mas quando saíam do consultório era pancada da certa. Há uns anos atrás não havia respostas, só desde 2000” [Ent.29, Casa-abrigo, Psicologia].

Não obstante a existência de respostas ser relativamente recente, algumas pessoas com funções técnicas tendem, ainda, a questionar por que razão as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade só agora, na velhice, procuram ajuda.

“Agora aos 60 anos é que é vítima de violência? Depois vamos a ver e foi durante o casamento e durante o namoro. Então e porquê só agora pediu ajuda? Porque os meus filhos já estão criados, porque perdi a vergonha, porque não sabia que existiam estas instituições, porque agora não tenho nada a perder, porque já não aguento mais” [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

Porém, importa ressaltar que, com relativa frequência, estas mulheres têm um entendimento diferente do que é a violência e uma maior aceitação face à existência de violência em relações de intimidade.

“As pessoas idosas assumirem que são vítimas é um acto de coragem pois toda a sua aprendizagem [social] foi baseada na violência e submissão das mulheres. Toda a vida foram violentadas, se ele quisesse bater que batesse. É o estrato de população que acha mais normal a violência num casal”

[Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Estas são pessoas antigas que têm uma aceitação da violência muito maior... a mulher tem que obedecer ao marido... esses papéis são fundamentais para o aceitar da violência. Ela tem a noção dos deveres de mulher – refeições a horas determinadas – que tem de cumprir; refugia-se na religião, passa muito tempo na igreja e ele não compreende isso" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

A par desta socialização, permeável ao emprego da violência como justificável, importa considerar o peso da religião, muito particularmente da religião católica, em Portugal, na manutenção de relações violentas.

"São mulheres que têm enraizada em si que têm de levar a cruz até ao fim. Acham que o casamento é para toda a vida. O peso de religião católica é grande nesta faixa etária" [Ent.13, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

Estes factores constrangedores, próprios de um tempo em que 'quem manda em casa é a minha mulher, mas quem manda nela sou eu', concorrem para que estas mulheres idosas integrem a violência no seu quotidiano familiar, e sintam, conseqüentemente, vergonha quando a expõem.

"Muito mal, parece que a vergonha nesta idade aumenta. Dificuldade em verbalizar a situação, em pedir ajuda, até parece que estamos a fazer um grande favor e não é um favor! É um direito que esta mulher tem e é o nosso trabalho. Mas elas não vêem isso, e ficam-nos com uma dívida de gratidão para o resto da vida" [Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

"A vergonha é tão grande... a vergonha de ser vítima, de contar, de dizer. É o primeiro aspecto mais visível – a vítima tem vergonha de ser vítima e nesta idade parece ser maior"[Ent.7, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, História].

No entanto, existem, ainda, casos muito específicos, onde crescem outras dificuldades. O caso de mulheres idosas com mobilidade reduzida e as dificuldades para ir ao encontro destas mulheres e para trabalhar com elas.

"Temos tido algumas mulheres vítimas de violência por parte do marido, mais idosas, que têm dificuldade em se deslocar, ao nível da mobilidade, sendo necessário proporcionar alguns meios em termos da segurança social que pudesse ir junto dela para poder despoletar a situação... não há outra forma... a ideia é que as pessoas venham ter com os serviços no sentido delas próprias se envolverem... nestas situações, há necessidade de ter outro tipo de intervenção e outro ponto de contacto: em vez de serem as pessoas a deslocarem-se, serem os serviços a deslocarem-se, desde que as pessoas nos abram as portas" [Ent.4, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Jurista].

É muito referido o caso específico das mulheres com idade compreendida entre os 60 e os 65 anos. Este é um grupo etário que, no entender das e dos técnicos, encerra dificuldades específicas, particularmente no que respeita a apoios económicos por parte da Segurança Social.

"Mulheres entre os 60 e os 65 anos têm maior dificuldade em resolver a situação pois são velhas para trabalhar e novas para a reforma. É um grupo muito vulnerável pois mesmo que acabem a relação, perante todas as dificuldades, económicas e de habitação, acabam por regressar" [Ent.16, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e casa-abrigo, Psicologia].

A vivência em meio rural é, ainda, um outro contexto que comporta, genericamente, características, de certa forma, dissuasoras de uma mudança, tais como a inexistência de respostas sociais próximas, o menor acesso à informação e a transportes públicos, as relações de vizinhança muito próximas que podem contribuir para inibir uma saída da relação, entre outras.

"Haverá muitos mais casos que não são denunciados pelo estigma, pela vergonha, pela culpa de nada terem feito até ali e são mais uns anos até que Deus o leve... cultura típica das pessoas idosas que residem no interior. Valores culturais e religiosos muito embutidos e não é fácil desconstruir estes mitos e preconceitos de maneira a permitir uma abertura para a mudança. E quanto mais idade as vítimas têm, mais difícil é mudar porque a par de tudo o resto há o sentimento de solidão - 'o que é que eu vou fazer sozinha com esta idade?'" [Ent.22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Aliás, ainda se encontram mulheres (idosas e de outros grupos etários), vítimas de violência em relações de intimidade, a residir em meios mais ruralizados e de menor dimensão, que têm dificuldade no exercício do seu direito de apresentação de queixa-crime junto das forças policiais.

"Cá, faz falta existirem duas ou três sentenças que marquem. As próprias forças de segurança chegam ao ponto de não aceitarem mais queixas - 'já tem queixas a decorrer, porquê apresentar outra?'" [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Finalmente, o isolamento, ou o medo da solidão, contribuem, na opinião das e dos técnicos, para a manutenção das mulheres idosas em relações abusivas e violentas.

"Se ele, por um lado, me dá uma bofetada, por outro, faz-me companhia'; é o efeito bem-me-quer, mal-me-quer" [Ent.25, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Quanto ao entendimento subjectivo que técnicos/as tecem acerca da problemática, destaca-se, desde logo, alguma aleatoriedade ao nível conceptual. Isto é, se, por um lado, com facilidade as pessoas conseguiram adiantar uma definição pessoal sobre o que, para elas, significa a violência, por outro lado, maiores dificuldades surgiram acerca do significado da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Um primeiro apontamento a registar é o de que a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é, ainda, um conceito a definir. Algumas das pessoas entrevistadas centravam-se no estereótipo da velhice, fazendo, quando questionadas sobre a sua percepção da violência em relações de intimidade, alusão a respostas associadas a dimensões de "isolamento, solidão". Não obstante, pessoas houve que salientaram a questão da violência nas relações de intimidade, não chamando para a reflexão questões relativas à idade mas antes centrando-se na violência a que muitas mulheres são sujeitas em contextos de intimidade.

E outras houve que abordaram a expressão na sua globalidade, considerando as várias dimensões da problemática (a violência em contexto doméstico, a idade enquanto factor que pode condicionar ou motivar algum tipo de intervenção, entre outras).

"Tema pouco conhecido, dentro da violência doméstica é uma área mais difícil porque acresce outro tipo de vulnerabilidades a que outras mulheres de outras idades não têm, para além de todas as variáveis que tornam a violência doméstica um problema difícil de intervir e com muitas áreas de intervenção, neste aqui acresce um conjunto de variáveis que dificulta a intervenção. É uma especificidade na violência doméstica que traz desafios acrescidos à intervenção, não só na detecção dos casos como na própria intervenção." [Ent.1, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia]

É, ainda, entendida como um desafio a interpretação subjectiva do próprio conceito de violência doméstica por parte de mulheres idosas vítimas de violência. De facto, as identidades femininas e masculinas, construídas de acordo com as normas sociais de género de determinada sociedade e época, comumente apreendidas, colocavam (e ainda colocam) as mulheres em relações de poder desigual, onde a violência exercida contra estas era/é socialmente permitida e desculpabilizada. Acresce, ainda, que a violência é, sobretudo e frequentemente, mais facilmente percebida pelas próprias vítimas quando se trata de violência física.

"Se temos pessoas muito mais novas que não reconhecem os sinais de uma relação violenta, nas mais velhas, porque nos modelos onde foram criados fazia parte, muito menos. São situações que se relacionam com o papel do homem e da mulher numa relação" [Ent.14, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

"Uma mulher com 70 anos que me diz que o marido lhe bateu vamos ver o que isto significa porque é muito diferente de pessoa para pessoa. A violência está muito associada a um contexto de severidade e de mecanismo de agressão com alguma utilização de força física e o que daí resulta – o dano físico, a sequela, a marca bem definida. Quantas vezes é preciso ajudar a mulher a perceber que outras formas de 'bater' também são agressão e que elas nunca o valorizaram. Muitas vezes para uma mulher um estalo não foi um acto de agressão, não foi violência porque ela não assumiu isso como um acto de violência. O nosso papel nestes contextos é ajudar a mulher a perceber o seu próprio processo de vitimação, a perceber que em todos aqueles mecanismos que ela nunca valorizou como sendo violência eles constituíram

uma forma de mau trato; dessa forma é que certamente muitas mulheres passaram 30 anos a apanhar" [Ent.11, Instituto Nacional de Medicina Legal, Serviço Social].

As questões, aqui identificadas como problemas e desafios, podem contribuir para que sejam equacionadas algumas práticas profissionais, evitando, de alguma forma, que algumas mulheres idosas esperem pela morte do agressor para poderem viver.

"Casal na casa dos 70 anos. Terminou com a morte do cônjuge. Ela chegou um dia e quis contar a sua verdadeira história: ' foi o martírio da minha vida... eu não estou vestida de luto porque não estou de luto pelo meu marido, agora é que vou viver'. O senhor havia piorado o estado de saúde e ficado completamente dependente. Ela tratou dele até ao fim" [Ent.10, Centro de dia/SAD, Serviço Social].

7.4.6. Recomendações

Muito embora tivesse sido solicitado a técnicos/as que, com base nas suas experiências profissionais, adiantassem sugestões e recomendações, no decurso do nosso trabalho optou-se por integrar essas sugestões e recomendações, a par de outras referidas nas respostas ao questionário postal, no subcapítulo 8.3: Recomendações.

7.5. Sumário e questões em aberto

"Não deve ser muito diferente o tipo de violência que encontramos nas mulheres idosas daquele que encontramos em mulheres mais novas, em termos de variedade de comportamentos de violência. Não nos parece que a idade mude os comportamentos de violência do agressor" [Ent.29, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica e Casa-abrigo, Psicologia].

As 30 organizações abrangidas pelas entrevistas tiveram, na sua globalidade, contacto com 220 casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

Todas as pessoas entrevistadas consideraram que o número de casos com que contactaram é um número reduzido face à realidade. As explicações para tal baseiam-se sobretudo em dimensões ligadas à ordem sócio-cultural (ainda)

vigente bem como no tempo (longo) das relações; algumas referiram também aspectos relativos à saúde dos maridos. Porém, algumas pessoas referiram que estas mulheres entendem que não há muito a fazer face a relações violentas continuadas, em que os maus tratos são parte integrante do próprio quotidiano.

Os casos mais referidos pelas pessoas com funções técnicas são casos de mulheres que foram, desde o início das relações, violentadas de várias formas pelos maridos. De facto, em quase todos os casos mencionados, a violência esteve (nalguns casos, ainda está) sempre presente, desde o início da relação conjugal. Na maioria dos casos, a violência foi, em idades mais jovens, de natureza física mas na velhice é sobretudo psicológica, verbal e numa boa parte das situações económica/financeira; aliás, o controle financeiro é muito patente na maior parte das situações, mesmo nos casos em que as mulheres trabalharam de forma remunerada. São mulheres que, no entender de uma boa parte das pessoas entrevistadas, associam fortemente o casamento a valores tradicionais da família, onde os papéis sociais de género se encontram fortemente vinculados.

A violência pauta-se igualmente por um controlo dos movimentos das mulheres (saídas de casa, horários e companhias fortemente controladas). Este controlo aumenta em razão de uma maior duração do tempo passado em conjunto, fruto da situação de reforma, muito particularmente da reforma do marido.

As idades mais referidas, em relação a estas mulheres, situam-se entre os 60 e poucos anos e os 70 anos.

Destaca-se, ainda, alguma ausência de rede familiar de suporte, com filhos/as pouco presentes ou inexistentes. O agressor é, numa boa parte dos casos, a pessoa que acaba por estar mais próxima da vítima. No entanto, os/as filhos/as foram, numa boa parte dos casos, referidos/as enquanto principal motivo para uma saída mais tardia da relação – agora, na fase da vida em que os/as filhos/as já saíram de casa, estas mulheres sentem que a sua situação pode ser diferente.

Contudo, importa salientar que quem contacta serviços de apoio a vítimas está, de alguma forma, predisposta a falar sobre a situação, para partilhar, desabafar mas sem, frequentemente, querer pôr termo efectivo às relações. É sobretudo uma procura, por um lado, de apoio psicológico e compreensão mas, por outro lado, de saber o que se pode fazer, embora, numa boa parte dos casos essa busca de informação relativa aos seus direitos seja o fim em si mesmo e não o meio para uma saída/ruptura.

Segundo as pessoas entrevistadas, esta é uma população “*muito activadora de emoções nos técnicos*”; despoletam, pois, reacções muito emocionais por parte de técnicos/as. Mas esta é uma reacção mais frequente entre profissionais de serviço social do que entre profissionais da saúde (o que remete para o papel, muitas vezes pouco activo, que o/a médico/a de família desempenha na detecção e encaminhamento destes casos). Aliás, as críticas menos construtivas recolhidas nas entrevistas versavam os serviços de saúde e as mais construtivas os serviços sociais e as polícias.

As organizações articulam quase sempre com a Segurança Social, por forma a colmatar algumas dificuldades de ordem económica - atribuição de pensão social, complemento solidário para idoso, Rendimento Social de Inserção (menos frequente) -, bem como com os tribunais, quando há queixa-crime. Algumas pessoas entrevistadas articulam ainda com serviços de apoio domiciliário, que permitem por vezes “libertar” as mulheres dos encargos da confecção de refeições, minimizando, nalguns casos, situações potenciadoras de conflitos. Muito pontualmente (e mais referido em meios demograficamente mais pequenos ou rurais) a polícia é chamada a intervir no âmbito do programa da PSP de apoio à população idosa. Este tipo de acção contribui para minimizar riscos em populações mais isoladas.

A questão habitacional e económica é, desde logo, apontada como entrave a rupturas e saídas da casa do casal. É, igualmente, muito equacionada a questão da autonomia destas mulheres – que projecto de vida se constrói na velhice? Que autonomização podem ter estas mulheres?

A análise das impressões e das percepções que técnicos e técnicas, com ou sem conhecimento de casos, têm sobre a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade reveste-se de particular pertinência no desenho de medidas de política e de respostas sociais no combate e prevenção da violência e na protecção das vítimas. São impressões e percepções construídas sobre práticas profissionais, enquadradas em perspectivas teóricas (Matos, 2006), mais ou menos elaboradas.

Entre as percepções de técnicos/as encontradas no que concerne à violência contra mulheres idosas em relações de intimidade, destacamos as seguintes perspectivas:

- A perspectiva de que a violência e os maus-tratos são reflexo de factores individuais, em particular factores de risco como o consumo excessivo de álcool ou características da personalidade dos indivíduos (‘ele sempre foi

mau'). Importa reflectir que, muito embora o álcool e a violência possam coexistir, a verdade é que estes são problemas distintos. E enquanto factor explicativo pode, de facto, conduzir à externalização da culpa ou a uma auto-desculpabilização do exercício da violência; conduz, necessariamente, à desresponsabilização dos agressores. O estabelecimento de uma relação causal entre o alcoolismo e a violência parece apontar para uma concepção da violência enquanto comportamento individual de ordem patológica. Esta perspectiva, ainda relativamente comum entre as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, contribui, em muito, para as fazer acreditar que os seus maridos agressores são homens doentes e que tratado o problema (o alcoolismo) cessa a violência.

- A perspectiva de que a violência é produto dos sistemas familiares e sociais. O enfoque é, pois, dado ao contexto social: baixa escolarização, dificuldades económicas, fraca inserção profissional, alguma ruralidade; é-o, igualmente, ao contexto familiar, muito concretamente à transmissão intergeracional dos comportamentos violentos ('o pai dele também era violento' ou 'o filho é agora agressor'). Aqui cabe a 'cruz que Deus me deu', o legado de um casamento para a vida, onde os cuidados à família são uma tarefa fundamental das mulheres; logo, o 'não é agora que ele é velho que o vou deixar' na representação das próprias vítimas, e o 'é velho, já tem algumas dificuldades e vamos pô-lo na rua? Quem é que vai tomar conta dele?' no juízo de técnicos/as. Esta perspectiva acaba por conter dimensões (familiares e intergeracionais) facilitadoras de uma explicação de factores que podem concorrer para perpetuar os abusos e manter as relações por longos períodos de tempo.
- A perspectiva de que a violência é um produto sociocultural, determinado pela pertença de género e pelas representações tradicionalistas sobre as identidades feminina e masculina. Esta perspectiva, de género, chama a atenção para o acumular das desvantagens de se ser mulher ao longo da vida - ausência de ou frágil inserção profissional, desempenho de profissões socialmente menos valorizadas, menores rendimentos económicos, principal prestadora de cuidados à família e responsável pelas lides domésticas, entre outras; coloca, ainda, o enfoque nas relações de poder entre homens e mulheres ('elas foram socializadas para servir os outros').
- Por último, a perspectiva multidimensional. Esta toma em consideração a história pessoal (por exemplo, vivências anteriores em contextos familiares pautados pela violência), a inexistência de respostas adequadas às mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade (no presente mas sobretudo a inexistência de respostas no passado que lhes tivesse possibilitado alternativas de vida), as construções identitárias de género e as relações de poder com base no género, social e culturalmente vigentes.

Estas perspectivas têm, pois, consequências ao nível das respostas políticas e sociais. A perspectiva assente no individualismo pode conduzir apenas a respostas remediativas: tratem-se os agressores. A perspectiva baseada nos sistemas familiares pode levar a que se privilegie a mediação familiar como único meio terapêutico em detrimento de um apoio individualizado à vítima. Esta é uma perspectiva que pode, eventualmente, ter sucesso junto de casais onde os dois elementos são agentes influentes no processo de mudança. Mas é já uma perspectiva que procura trabalhar as capacidades e as competências das mulheres e dos homens enquanto membros activos de uma relação.

Não obstante, subjacente a estas duas perspectivas encontra-se uma certa tendência para a privatização da problemática, para encarar o fenómeno no âmbito da esfera privada das famílias, retirando, assim, crédito a uma intervenção de cariz político-social.

A pergunta tão frequentemente colocada 'porque é que as mulheres idosas não querem sair da relação de violência na intimidade ou não procuraram sair antes?', parece implicar a colocação da causa, ou a perpetuação da violência, na própria vítima, no comportamento e/ou na personalidade da mulher, quando estamos, de facto, em presença de um conjunto de factores - geracionais, sociais, culturais, económicos, habitacionais e psicológicos. Aqui não faria mais sentido colocar a questão 'porque é que estes homens foram/são violentos' nas suas relações de intimidade?

Já a perspectiva de género conduz-nos a olhar sobre as construções sócio-culturais estereotipadas dos géneros feminino e masculino. Ou seja, mais abrangente, não centrada naquelas pessoas, antes nos grupos sociais de mulheres e de homens que, embora não sejam, de forma alguma, homogéneos, comportam normas, valores e traços comuns a um e a outro grupo. Aqui, o contexto do fenómeno da violência contra mulheres nas relações de intimidade é, sobretudo, cultural e político; situa-se mais a um nível macro. Esta é uma perspectiva particularmente importante a considerar no desenho de medidas de política. No âmbito da intervenção junto das mulheres, são trabalhadas, sobretudo, as suas capacidades e competências, o que se torna especificamente sensível e pertinente em relações onde uma das partes não é dialogante nem cooperante.

Finalmente, a perspectiva multidimensional reveste-se de particular utilidade ao nível da intervenção pois são tidos em consideração os factores psicológicos, de socialização e relacionais. Esta é, talvez, a perspectiva que se encontrou com

relativa maior incidência nas pessoas com funções técnicas em gabinetes de atendimento a vítimas de violência doméstica, muito embora nem todas tenham apresentado um discurso integrante da perspectiva de género.

Não obstante, a análise efectuada origina, em nós, o levantamento de questões por ora em aberto.

- Tendo subjacente as razões apontadas pelas/os técnicas/os para o reduzido número de casos, como podemos estabelecer alguma conexão entre essas razões e a forma como as organizações vão ao encontro destas mulheres? Isto é, se se sabe por que poucas mulheres idosas falam sobre a violência nas suas relações de intimidade (questões culturais, sociais, religiosas) por que não se procura uma outra abordagem no contacto com mulheres idosas? O que pode ser necessário fazer? E existirá vontade e/ou capacidade por parte das organizações?
- Qual o papel da crescente sensibilização da opinião pública em matéria de violência doméstica no maior conhecimento destes casos? Que correspondência tem essa maior sensibilização com as respostas oferecidas às mulheres?
- Que desfasamentos existem entre as atitudes individuais das vítimas idosas (menos pro-activas e mais resignadas com a situação) e os serviços oferecidos pelas organizações?
- E, finalmente, os recursos financeiros e humanos que estão disponíveis numa boa parte das organizações / serviços (escassos ou muito escassos⁵³) permitem uma especialização neste domínio? Como fazer diferente com recursos quase inexistentes?

⁵³ Importa, a este propósito, referir que nalguns núcleos/gabinetes de atendimento a vítimas de violência doméstica existe apenas uma pessoa com formação técnica.

VIII

Rede nacional de acompanhamento

8.1.

As organizações e as pessoas

A rede nacional de acompanhamento é constituída pelos organismos governamentais com competências em matéria da violência doméstica, nomeadamente a CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, e o ISS, I.P. – Instituto da Segurança Social; pela Direcção-Geral da Administração Interna, entidade responsável pela Base de Dados de Violência Doméstica, que congrega os dados globais fornecidos pelas forças de segurança; pela Direcção-Geral da Política de Justiça, que é a entidade responsável pela informação estatística do sector da Justiça; pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa, que tem vindo a desenvolver trabalho específico no domínio da violência doméstica; por membros do Grupo de trabalho da Direcção-Geral da Saúde para a prevenção da violência contra as pessoas idosas; pelas Câmaras Municipais de Lisboa e de Matosinhos, que têm vindo a desenvolver e implementar planos gerontológicos municipais; por três organizações de apoio a vítimas de violência (AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência; APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima; e UMAR - União de Mulheres Alternativa Resposta); e, ainda, por duas peritas (Maria de Lurdes Quaresma e Ana Paula Gil) e um perito (José Ferreira-Alves), com vasto conhecimento na problemática do envelhecimento.

8.2.

Questões metodológicas e modus operandis

A constituição da rede nacional de acompanhamento foi orientada por princípios que visavam a adequada prossecução dos objectivos do Projecto. É uma rede com carácter informal, constituída por interlocutores e interlocutoras privilegiados/as.

A articulação que se estabeleceu visou, essencialmente, e em diferentes momentos do Projecto, a facilitação do acesso a informação disponível ou a entidades relevantes, e o comentário e/ou proposição de recomendações a nível nacional no domínio da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Foi, ainda, constituído um subgrupo de trabalho, formado pela Direcção-Geral da Administração Interna, pela Direcção-Geral da Política de Justiça e pela Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa. Com este subgrupo, procurou-se estabelecer uma rede privilegiada de acesso a informação concreta sobre inquéritos instaurados nas diferentes comarcas em Portugal, em que a vítima tivesse 60 ou mais anos, a sua relação com o arguido fosse a da conjugalidade ou análoga, e a tipificação de crime fosse de violência doméstica. Do trabalho deste subgrupo resultou a análise apresentada em *4.2.3 Dados das Procuradorias-Gerais Distritais de Lisboa e Évora*.

8.3. Recomendações

As recomendações que se apresentam resultam de uma reflexão sobre a síntese do que foi mencionado pelas pessoas que responderam aos questionários bem como sobre o que as técnicas e os técnicos entrevistados nos disseram. Incorpora também, ainda de uma forma pouco consistente, o que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade por nós entrevistadas nos foram transmitindo.

Encontra-se estruturado em torno de 3 grandes áreas temáticas: recolha de informação; provisão e desenvolvimento de serviços; e política e sociedade. Estas áreas temáticas são contributos para que a visibilidade da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade se concretize: na informação a que os mais diversos públicos têm acesso e nos estudos e na investigação sobre o fenómeno da violência contra mulheres em Portugal; nos serviços de saúde, nos serviços de apoio a vítimas, nos serviços sociais, nos serviços de apoio às pessoas idosas, nas forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei, etc.; na agenda política nacional e nas medidas de política implementadas; e, por último, na sociedade em geral.

Um conjunto prévio de sugestões e recomendações foi enviado, por email, a quem se manifestou interessada/o na sua discussão bem como às pessoas que constituem a nossa Rede de Acompanhamento do Projecto.

Foram, posteriormente, discutidas em sede de reunião da Rede de Acompanhamento. Às outras pessoas, que não fazem parte da Rede de Acompanhamento, foi solicitado o envio de comentários por correio electrónico.

As recomendações que agora se apresentam resultam, assim, da agregação de sugestões e recomendações já comentadas.

8.3.1. Recolha de informação

8.3.1.1. Informação genérica

- Desagregar a informação estatística por sexo e idade, de forma sistemática, nos vários domínios de caracterização do fenómeno da violência contra as mulheres.
- Aprofundamento do conhecimento do fenómeno, nomeadamente nos estudos sobre a incidência e a prevalência da violência doméstica.
- Modernização e aperfeiçoamento do sistema informático do Ministério Público e dos Tribunais na área criminal, com desagregação dos dados em função do tipo de crime e de fenómenos criminais, abrangendo todas as fases do processo.
- Promoção de protocolos entre universidades ou centros de estudos e as magistraturas, para realização de estudos com incidência nos processos judiciais, para melhor conhecimento do efeito das decisões e da intervenção das instâncias formais de controlo na vida das vítimas e dos agressores e sobre o fenómeno criminal.

8.3.1.2. Investigação

- Estudos sobre o impacto das medidas de apoio social, designadamente ao nível económico e habitacional, na vida de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.
- Estudos, quantitativos e qualitativos, sobre o impacto do desenvolvimento e dos resultados dos processos judiciais na vida das mulheres que formularam queixas-crime contra o marido/companheiro com quem coabitam/coabitavam.

8.3.2. Provisão e desenvolvimento de serviços

8.3.2.1 De âmbito transversal

- Criação de entidade, agência ou serviço público com missão e atribuições para o problema do envelhecimento da população e das questões geracionais.
- Criação de redes locais de intervenção especializada, em articulação com as redes sociais, de forma a assegurar respostas mais rápidas, seguras e de proximidade. Nesse âmbito, estabelecimento de parcerias formais com organizações relevantes – polícia, centros de saúde, hospitais, serviços

sociais, serviços de apoio a vítimas de violência, serviços de apoio às pessoas idosas, universidades para a terceira idade, entre outras. Manutenção de reuniões regulares de parceria de forma a manter um acompanhamento e encaminhamento dos casos. Estabelecimento de procedimentos de orientação comuns a todas as organizações envolvidas. Criação de formulários de follow-up.

- Serviços de aconselhamento locais, em serviços/instituições habitualmente frequentadas por mulheres idosas.
- Criação da figura de pessoa de contacto especializada em serviços locais da segurança social, centros de saúde, centros de dia/de convívio, tribunais e Ministério Público.
- Criação e manutenção de comunidades de práticas neste domínio entre profissionais.
- A violência sobre mulheres idosas, em situações de namoro na velhice, deve merecer particular atenção por parte das organizações que prestam apoio a mulheres vítimas de violência em relações de intimidade bem como das entidades responsáveis pelas políticas de combate à violência de género.

8.3.2.2. Serviços de saúde

- Formulação de questões específicas que permitam fazer o despiste de eventuais situações de violência em relações de intimidade por parte de profissionais de saúde, nomeadamente médicos/as de família.
- Formação específica a profissionais de saúde sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.
- Criação, nos centros de saúde, de núcleos específicos para detecção de violência doméstica, com uma vertente especializada na terceira idade.
- Elaboração de protocolos entre os serviços de saúde, organizações de apoio a vítimas de violência e organizações de apoio às pessoas idosas.

8.3.2.3. Serviços de apoio a vítimas de violência

- Avaliação do risco que tenha em consideração a especificidade da idade e eventual situação demencial por parte do agressor idoso.
- Disponibilização de apoio técnico para a criação e implementação de grupos de ajuda mútua para mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.
- Reforço dos recursos económicos e humanos, em casas-abrigo e gabinetes de atendimento.
- Dotação de meios nos gabinetes de atendimento a vítimas de violência doméstica que funcionam junto dos serviços do Ministério Público, com articulação com a rede nacional.

- Períodos mais prolongados de atendimento, acompanhamento e follow-up para estes casos.
- Promover a utilização do serviço de teleassistência a mulheres vítimas de violência doméstica, recentemente protocolado entre as polícias e a Cruz Vermelha Portuguesa, por parte de mulheres idosas.
- Potenciar a integração das mulheres idosas nas actividades da própria organização.
- Formação e preparação específicas a profissionais que trabalham com vítimas de violência no domínio do envelhecimento; eventualmente, especialização de algumas profissionais nas equipas e equipamentos direccionados à intervenção com mulheres idosas.
- Adaptação arquitectónica de respostas e de equipamentos, facilitadores da deslocação de mulheres com mobilidade reduzida.
- Reforço dos meios de transporte para deslocação de equipas técnicas, com particular relevância para aquelas que se situam em territórios com uma ocupação dispersa.
- Apoio de tipo domiciliário a mulheres que optam por não sair de suas casas.
- Intervir ao jeito de mediação familiar ou similar, tentando potenciar padrões de comportamento alternativos para a mulher e mudar alguns padrões de comportamento do agressor; ainda, esta deve incluir familiares ou outras figuras significativas para as mulheres idosas.
- Tempo de estadia mais prolongado em casa-abrigo, se necessário.

8.3.2.4. Serviços sociais

- Apoio habitacional.
- Priorização da integração em resposta Lar, salvaguardando apoio psico-social especializado quando necessário.
- Formação específica às e aos técnicos da linha de emergência social, nomeadamente quanto à avaliação de risco das situações.
- Manuais facilitadores do conhecimento e da informação sobre violência em relações de intimidade.
- Formação específica a profissionais de serviços sociais e de autarquias locais.

8.3.2.5. Serviços de apoio às pessoas idosas

- Apoio domiciliário e outro apoio específico.
- Formação específica a profissionais sobre violência em relações de intimidade (identificação de sinais, trabalhar com mulheres vítimas de violência).
- Manuais facilitadores do conhecimento e da informação sobre violência em relações de intimidade.
- Acções de sensibilização dirigidas às pessoas utentes.

- Acções de sensibilização dirigidas às famílias das pessoas utentes.

8.3.2.6. Forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei

- Manuais facilitadores do conhecimento e da informação sobre violência em relações de intimidade.
- Formação específica a profissionais sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.
- No acompanhamento específico de casos, envolver as polícias, na lógica do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança⁵⁴.
- Formação de magistrados com conteúdos na área das ciências sociais e médicas, designadamente, ao nível da avaliação do risco, do perfil de agressores e de gerontologia.
- Identificação de magistrados que integrem rede de pontos de contacto nos serviços do Ministério Público, especialmente na área criminal, em vista à facilitação da articulação com outras entidades com intervenção na área dos segmentos criminais com forte componente social.
- Promoção da articulação entre os agentes de aplicação da lei e outras entidades na prevenção e repressão da violência doméstica.

8.3.3. Política e sociedade

- Planos de acção nacional e locais de combate à violência contra pessoas idosas, e mais especificamente contra mulheres idosas.
- Acções de sensibilização e prevenção dirigida à comunidade, e particularmente à população idosa.
- Campanhas de sensibilização nos *media* locais/regionais de forma a desenvolver a capacidade de fazer denúncia, nomeadamente por parte de *opinion makers* locais.
- Tornar a informação sobre violência contra mulheres idosas em relações de intimidade acessível às mulheres idosas em locais mais frequentados por estas, com uma linguagem e imagem acessíveis e facilmente compreensíveis.
- Atribuição prioritária de habitação social a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade mas mantendo serviços de apoio domiciliário de forma a haver um acompanhamento regular da situação.
- Inclusão desta temática nos planos gerontológicos municipais.

⁵⁴ O programa *Programa Apoio 65 - Idosos em Segurança* visa: garantir as condições de segurança e a tranquilidade das pessoas idosas; promover o conhecimento do trabalho da GNR e da PSP junto desta população; ajudar a prevenir e a evitar situações de risco. Através de: reforço de policiamento dos locais públicos mais frequentados por idosos; criação de uma rede de contactos directos e imediatos entre os idosos a GNR e a PSP, em caso de necessidade; instalação de telefones nas residências das pessoas que vivem mais isoladas e tem menores defesas; colaboração com outras entidades que prestam apoio à 3a idade.

- Medidas de política orientadas para o apoio específico a vítimas mais velhas de violência doméstica.

IX

Discussão e perspectivas

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é uma problemática que tem merecido pouca atenção na política, nos media, na investigação científica, nas organizações de apoio a vítimas de violência, nas organizações de apoio a pessoas idosas e na sociedade em geral. Mas é, por outro lado, uma problemática que está a começar a deixar de ser um *taboo* na nossa sociedade.

A pertinência desta problemática parece-nos, desde logo, óbvia num mundo onde as sociedades estão, cada vez mais, envelhecidas. Ainda, o envelhecimento das sociedades tem um rosto muito feminino, tal como o têm as vítimas de violência em relações de intimidade.

A nossa análise do estado de arte sobre a investigação e a informação estatística relativa à violência contra mulheres idosas em relações de intimidade revela claramente a invisibilidade do fenómeno em Portugal. A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade raramente tem merecido atenção específica. Tal facto é por demais comprovado pela recolha e compilação da informação disponível analisada no presente relatório – deparamo-nos, desta forma, seguramente com uma parte pouco significativa e parcial da problemática (a título exemplificativo vale a pena mencionar a inexistência de dados neste domínio publicados e/ou divulgados na área da saúde).

O número de mulheres idosas que experienciaram violência em relações de intimidade durante a sua vida só pode ser estimado de forma aproximada. A informação estatística proveniente de organizações bem como a investigação realizada, até agora, em Portugal pouco têm contribuído para dar a adequada visibilidade a esta problemática.

Informação estatística sobre a criminalização revela-nos que, em 2008, 14.2% das vítimas de violência doméstica tinham uma idade igual ou superior a 55 anos⁵⁵. Em 2007, 88% das vítimas idosas de crimes em geral, com queixas apresentadas à Guarda Nacional Republicana (GNR)⁵⁶, eram mulheres (com

⁵⁵ Face a 69.5% com idade compreendida entre 25 e 55 anos. Fonte: DGAI (2008) *Relatório Anual sobre Segurança Interna 2008*.

⁵⁶ A GNR é a força policial com uma forte presença nas zonas rurais, enquanto que a PSP se encontra fortemente implementada nas zonas urbanas.

idade igual ou superior a 65 anos); 40.3% desses crimes eram de violência doméstica, seguidos de crimes de abuso (31.3%).

Dados recolhidos pela nossa investigação revelam que num período de 3 anos (2006-2009) 803 mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade contactaram as organizações que responderam ao questionário postal. E embora devamos enfatizar que a nossa investigação nunca pretendeu ser um estudo de prevalência, antes um estudo em profundidade baseado no conhecimento de casos, os números apresentados neste relatório são pertinentes e visam, sobretudo, chamar a atenção para a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Como tem sido frequentemente reconhecido e publicamente partilhado por instituições relevantes de âmbito internacional, europeu e nacional, a violência contra as mulheres não é um assunto de natureza privada ou individual. Também o não é a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

Portugal tem uma história e um contexto social e cultural muito específico e determinante que coloca questões geracionais particulares – as mulheres agora idosas cresceram e viveram parte das suas vidas adultas sob um regime político de natureza ditatorial, e onde as mulheres e os homens desempenhavam papéis sociais e familiares opostos, com identidades muito marcadas pela sua pertença de género e sob um estreito controle social.

Esse mesmo regime ditava que a maternidade e a vida familiar eram papéis primordiais das mulheres. As mulheres estavam, em grande parte, confinadas à esfera privada das suas casas. Em contrapartida, cabia aos homens o papel de ganha-pão da família.

Este contexto foi determinante na construção da situação presente de muitas mulheres actualmente idosas – são mulheres muito vulneráveis a situações de pobreza, vivendo em casas com más condições de habitabilidade e dispendo de muito baixos recursos económicos. As nossas entrevistas vêm confirmar tal facto – cerca de metade das mulheres idosas entrevistadas recebem uma pensão de velhice inferior a 300€.

A Igreja Católica desempenhou, nesta matéria, durante a ditadura, um papel de grande importância. As mulheres casavam para toda a vida; era entendido como dever das mulheres manter a sua relação matrimonial independentemente do que acontecesse. E tal premissa foi assaz ampliada pelo próprio Estado ao não permitir a legalização do divórcio.

Muito embora tenham passado mais de 30 anos desde o fim do 'Estado Novo', as identidades e os comportamentos sociais e culturais de género continuam a ter um papel muito relevante, de modo particular nas formas e modos de vida das mulheres e dos homens mais velhas/os.

De facto, as atitudes culturais relativas a casamentos e a relações amorosas para toda a vida continuam a prevalecer como premissa orientadora entre casais de pessoas idosas; porém, esta premissa é, também, validade por toda a sociedade no que respeita a casais de pessoas idosas. Não obstante, na vida das mulheres idosas que entrevistámos a violência começou muito cedo; a maior parte destas mulheres relatou-nos que o primeiro episódio de violência em relações de intimidade aconteceu no primeiro ano das suas relações conjugais.

Um número significativo de técnicas e técnicos entrevistadas/os afirmou que a maior parte das mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade com quem tiveram contacto tinha pouca vontade ou não tinha sequer intenção de sair das suas casas; mas salientaram, porém, que essas mulheres queriam mudar as suas vidas e viver livres da violência. De acordo com o pessoal técnico entrevistado, a forma como essa mudança ocorre pode ser diversa – ruptura da relação ou divórcio legal, e posteriormente vida em casas separadas; manutenção da habitação comum mas ruptura da relação de intimidade; ou continuação de uma vivência comum numa relação mais segura (e, nestes casos, iniciando negociações com o marido/companheiro).

Contudo, as mulheres idosas que entrevistámos não manifestaram qualquer vontade em manter as suas relações de intimidade; muito pelo contrário, foi sua a vontade de terminar a relação. E deste grupo de sete mulheres, apenas duas (as mais velhas) permanecem a viver na mesma casa que os seus agressores. De facto, quando tomaram a decisão de procurar ajuda e contactaram o serviço de apoio a vítimas de violência estavam bem convictas do que queriam – pôr termo à relação de intimidade.

Mais do que os laços emocionais (quando estes ainda existem), são as dificuldades económicas e habitacionais as principais âncoras de permanência em relações violentas.

As relações violentas assentam, particularmente na velhice, na violência psicológica e no abuso emocional; estas são as formas de violência que, agora, as mulheres idosas mais experienciam. Todavia, as mulheres idosas entrevistadas também experienciaram violência física, económica e sexual. São,

ainda, prevalentes relações de intimidade caracterizadas pelo adultério praticado pelo marido/companheiro, adultério que muitas das vezes ocorre também na velhice.

A violência em relações de intimidade é essencialmente uma violência de controle; controle que pode ser mantido de muitas formas, particularmente após a ocorrência de actos de violência física. E particularmente na velhice, o medo e o controle são elevados, enquanto que as agressões físicas são, de uma forma genérica, pouco frequentes.

Também importa mencionar que nos deparámos com diferenças entre os meios urbanos e os meios rurais. Em meios rurais o controle e a tensão social sobre a forma de vida individual é maior do que em zonas urbanas; ainda, e de uma forma geral, existem menos serviços de apoio e informação à disposição das pessoas.

Não podemos, no entanto, esquecer que as medidas políticas de prevenção e combate e os serviços de apoio a vítimas de violência doméstica existentes em Portugal são relativamente recentes. Tal facto veio certamente contribuir para inibir que as mulheres, no passado, pusessem termo a relações de intimidade violentas. No entanto, e no presente, a falta de conhecimento sobre quem as possa ajudar e apoiar pode ainda contribuir para que um número significativo de mulheres idosas experienciando violência em relações de intimidade consigam pôr fim ao ciclo de violência.

O aconselhamento e apoio que estas mulheres idosas recebem por parte de filhos/as ou de outros elementos da família tem um papel significativo na procura de ajuda por parte das mulheres idosas entrevistadas. A maioria destas mulheres teve, no passado, algum tipo de apoio prestado por familiares. Filhos e filhas adultas foram, frequentemente fontes de apoio e, nalguns casos, foram aqueles/as que encorajaram e acompanharam as mães na procura de ajuda formal junto de serviços de apoio a vítimas.

Por outro lado, a vizinhança desempenhou, em muitos casos, um papel importante ao providenciar, de alguma forma, protecção e apoio imediato. Estas foram mulheres que, em certos momentos, para além de serem protegidas pela vizinhança, foram, nalgumas situações, encorajadas por esta a procurar ajuda.

A ajuda formal acaba por chegar mais tarde e numa fase onde a ruptura da relação é a única solução. Tal foi também reconhecido por algumas/uns das/os técnicas/os entrevistadas/os, "é mais fácil trabalhar com mulheres que deixaram

o seu marido/companheiro do que com aquelas que se mantêm a viver com o agressor” [Ent. 22, Gabinete de Atendimento a Vítimas de Violência Doméstica, Psicologia].

Foi-nos possível identificar diferentes abordagens da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade nos diversos (tipos de) serviços. Tal reflecte não apenas diferentes percursos pessoais e profissionais como também diferentes competências e capacidades entre profissionais nas organizações. No entanto, o que é preocupante é que em certas situações, as atitudes profissionais individuais podem comprometer os resultados, constituindo-se como barreira a um apoio adequado.

Algumas das técnicas e técnicos reconheceram que por vezes pensaram que ‘se esta mulher aguentou 30 ou mais anos a viver numa relação violenta, porque quer ela sair agora que ela e o marido/companheiro são velhos?’. De facto, é a resposta pessoal e profissional a esta pergunta que pode fazer a diferença no apoio dado às mulheres idosas.

Acresce que a falta de recursos (humanos e financeiros), ainda persistente nas organizações de apoio a vítimas de violência doméstica, se constitui definitivamente como uma das principais barreiras à adequação do apoio a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. Para mulheres idosas que tenham vivido durante muito tempo em relações de intimidade violentas a tomada de decisão pode ser mais morosa. Logo, é frequentemente necessária a disponibilização de um apoio mais prolongado no tempo.

A falta de recursos patente nas organizações de apoio a vítimas de violência doméstica transforma-se, assim, num obstáculo ao qual se somam outros desafios e dificuldades, individuais e sociais, que as mulheres idosas já enfrentam.

As mulheres idosas experienciando violência em relações de intimidade têm sido, com frequência, desde há muito, significativamente expostas a violência, sofrimento e trauma; e aquelas que, por razões várias, não entram em contacto com organizações de apoio serão, certamente, aquelas que se mantêm a viver com o agressor em relações de intimidade violentas toda uma vida.

As necessidades partilhadas pelas mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são muito semelhantes às necessidades de mulheres mais novas – segurança, acesso a serviços sociais e de saúde, laços familiares e de socialização, apoio financeiro e estabilidade económica, um lugar para viver

em paz e segurança, entre outras. O que as diferencia é, acima de tudo, a forma de aceder aos serviços, a duração da ajuda e as medidas de apoio que requerem.

As mulheres idosas, e particularmente aquelas com mais de 75 anos, são, em muitos casos, analfabetas ou pouco escolarizadas, tendo, por isso, um relativamente menor acesso ao conhecimento sobre os seus próprios direitos (nomeadamente legais). São circunstâncias de vida que podem levar à sua própria confinamento a relações violentas, sem que haja uma procura de ajuda ou apoio.

E isso é particularmente evidente no que se refere aos constrangimentos habitacionais e económicos – na maior parte das situações, as mulheres idosas viveram toda a vida na casa de família, naquela que para elas faz parte da sua própria 'herança', e recebem pensões de velhice muito baixas. Em face deste cenário, estas mulheres não conseguem vislumbrar uma solução para os seus problemas que vá para além da sua vivência continuada em relações violentas. Assim, facultar informação de forma adequada sobre alternativas possíveis a estas mulheres idosas pode ser parte da solução, tal como o será a disponibilização de apoio psicológico quando necessário.

As mulheres que entrevistámos fazem parte do grupo que conseguiu enfrentar a sua situação e procurou ajuda e apoio. Quando informadas, estas foram mulheres que provaram ser muito pro-activas na resolução da sua própria situação e na procura de alternativas para uma vida segura.

Na parte final deste nosso relatório são apresentadas recomendações propostas pelas pessoas técnicas entrevistadas e pelas pessoas peritas que participaram na rede de acompanhamento do Projecto. Reconhecendo que estas recomendações se encontram muito detalhadas, correndo eventualmente o risco de perderem, assim, alguma força, optámos por apresentá-las desta forma, de modo a serem claramente perceptíveis e operacionalizáveis pelas organizações e profissionais relevantes.

De qualquer forma, é pertinente sublinhar, neste ponto, a necessidade de:

- A) Aumentar o conhecimento e a visibilidade sobre a problemática – as instituições e organizações devem apresentar informação desagregada por sexo e idade; e é necessário proceder a mais investigação sobre a violência contra mulheres idosas (sobre as diferentes formas de violência, sobre mulheres que não entram em contacto com organizações de apoio, mulheres migrantes, etc.);

- B) Melhorar a sensibilização e a formação entre profissionais de diferentes áreas de intervenção (forças policiais e demais agentes de aplicação da Lei, saúde, serviços sociais, serviços de apoio a pessoas idosas e serviços de apoio a vítimas de violência);
- C) Promover o trabalho em rede entre diferentes tipos de organizações;
- D) E envolver as mulheres idosas enquanto parte da solução, seja ela individual ou colectiva.

É nossa expectativa que este trabalho de investigação seja um contributo significativo para o conhecimento e visibilidade da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade em Portugal. Não obstante, devem ser tecidos alguns considerandos finais.

Em primeiro lugar, a nossa investigação não procurou ser um estudo de prevalência do fenómeno. Os números apresentados neste Relatório decorrem certamente do desenho da nossa abordagem metodológica, sendo números recolhidos através de três fontes: dados fornecidos por organizações específicas, informação recolhida por via das respostas ao questionário postal e às entrevistas a técnicos/as.

Esta investigação centrou-se na violência contra mulheres idosas em relações de intimidade. Embora este seja um conceito sociológico pouco utilizado ou disseminado entre investigadores/as e outros profissionais que trabalham esta problemática em Portugal, este foi, para nós, um marco determinante na nossa investigação.

À medida que as mulheres, e os homens, envelhecem, a intimidade entre o casal (idoso) tende a ser ignorada. Muitas pessoas idosas vivem em relações formais de longa duração e, por vezes, (novos e velhos) problemas surgem entre o casal. A violência contra mulheres em relações de intimidade não é uma questão que se enquadra apenas num grupo etário (por exemplo, 25-50 anos); é uma questão de género transversal a todas as idades.

Ainda, existe uma tendência para evidenciar a violência contra pessoas idosas que ocorre noutro tipo de relações (como em relações de dependência de cuidados, ou dos/as filhos/as para com a mãe/o pai) em detrimento da violência em relações de intimidade. Por outro lado, persiste alguma confusão entre profissionais entre os conceitos de violência em relações de intimidade e de abuso contra pessoas idosas. E esta confusão pode levar à concepção e implementação de estratégias e de medidas de apoio que não são as mais adequadas.

Um outro marco da nossa investigação consistiu, na nossa opinião, em basear todas as assumpções e análises no ponto de vista de quem conhece os casos de violência – seja através dos/as técnicos/as, por via do questionário postal e das entrevistas a técnicos/as, como através das próprias mulheres idosas experienciando violência em relações de intimidade. Trata-se, assim, de uma análise baseada no conhecimento tácito de profissionais e de vítimas.

A opção metodológica de centrarmos o nosso estudo em mulheres com 60 ou mais anos veio a provar ser pertinente tendo em consideração a nossa amostra, uma vez que nos possibilitou depararmo-nos com um grupo heterogéneo de mulheres: em primeiro lugar, evidenciou a dimensão geracional e o papel relevante da mesma; possibilitou-nos o contacto com mulheres analfabetas e qualificadas, que viviam em meios rurais e urbanos, domésticas ou que tinham tido uma carreira profissional, com ou sem trajetórias de imigração, entre outras características.

No entanto, importa referir que apenas pudemos conhecer as histórias de mulheres idosas que tiveram algum contacto com organizações de apoio. Esta é, do nosso ponto de vista, uma tarefa que ainda falta completar em Portugal. A forma como conseguimos entrar em contacto com as mulheres entrevistadas – através das organizações – deve ser tida em consideração na análise dos resultados; e talvez essa tenha sido a razão porque nos deparámos com mulheres tão pró-activas na procura da própria saída do ciclo de violência.

Para além disso, não obtivemos qualquer conhecimento sobre mulheres de outras origens étnicas e culturais (por exemplo, mulheres africanas, mulheres ciganas) ou sobre mulheres lésbicas.

Estamos, pois, conscientes, de que existem outras histórias para serem contadas, questões por responder e problemas para resolver.

Um outro aspecto a considerar em investigação futura é o lado da história dos agressores. No fundo, a intenção é conhecer os contextos sociais e culturais de homens violentos e a influência destes no desenvolvimento de relações de intimidade violentas. Estamos cientes de que centrar a nossa investigação apenas num dos elementos da relação de intimidade pode levar a reforçar alguma subjectividade da 'verdade'. Mas estamos igualmente cientes que ao evidenciarmos o lado das vítimas estamos a contribuir para dar voz a vozes por demais silenciadas em relações de intimidade violentas; é nossa firme convicção de que as vozes das mulheres que experienciaram violência em relações de

intimidade precisam ser reforçadas por forma a serem ouvidas pelas pessoas que têm particulares responsabilidades na construção e implementação de políticas.

Se o tipo de violência prevalecente na velhice é o psicológico, incluindo neste a agressão verbal e o controle sobre os movimentos da mulher, como se prova isto em tribunal? Como se passa e relata uma experiência, particularmente traumática, para mulheres idosas educadas e socializadas para não falar sobre os seus problemas pessoais e familiares?

Ouve-se com alguma frequência dizer que 'não são necessárias mais leis', antes uma prática efectiva das que temos. Em Portugal foi recentemente implementada uma lei sobre violência doméstica (Lei nº. 112/2009), que estabelece o regime jurídico para a prevenção da violência doméstica e para a protecção e assistência às vítimas. Esta Lei é apresentada pela Europa como sendo uma boa prática, tal como a Lei espanhola, fundamentalmente porque estabelece o enquadramento legal relativo à matéria, nomeadamente no que se refere à sensibilização, direitos das vítimas, medidas de protecção, apoio social e de emergência, protecção policial, políticas governamentais, entre outras.

Contudo, tanto os e as profissionais como as vítimas entrevistadas foram, de alguma forma, críticas ao sistema de aplicação da Lei (incluindo polícia, Ministério Público e Tribunais). A burocracia, o tempo decorrido entre a apresentação da queixa e a eventual criminalização do agressor, a necessidade de apresentar provas para lá de qualquer suspeita (e particularmente difíceis de apresentar quando o tipo de violência prevalecente é o psicológico) foram algumas das razões referidas.

As pessoas que participaram neste estudo disseram que, por vezes, a polícia e o Ministério Público não acreditaram e não confiaram no que lhes foi relatado pelas vítimas. A premissa de que o 'Estado está do lado da vítima' é frequentemente alvo de crítica e de desconfiança. Este parece ser um obstáculo ainda a ultrapassar, no que se refere aos agentes de aplicação da Lei e à opinião do senso comum, e no que respeita a ambos os lados – às instituições de aplicação da Lei e seus/suas profissionais, às vítimas e ao público em geral. E esta é claramente uma questão que pode ser melhorada com a 'boa prática da Lei'.

A violência perpetrada por homens contra mulheres é um dos maiores crimes da humanidade. Ela assenta em relações de poder desiguais em função do género, em identidades, feminina e masculina, construídas sobre princípios normativos

assimétricos e sobre expectativas e pressões sociais, mais ou menos permissivas e tolerantes em relação à violência em relações de intimidade.

A 'naturalização' e a 'banalização' da violência perpetrada por homens contra as mulheres não é, hoje, socialmente aceitável nem matéria de foro privado. É, antes, objecto de desconstrução, colectiva e pública, e de combate legal e judicial.

Desenvolver e implementar acções de sensibilização junto do público em geral e de determinados contextos profissionais e/ou institucionais parece-nos encerrar uma dupla estratégia – a de tornar visível a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade no debate público, possibilitando a procura de ajuda por parte de mais vítimas e capacitando profissionais a superar determinados estereótipos e a empreender formas adequadas de apoio a estas vítimas.

Na nossa perspectiva, a profissionalização, os grupos de ajuda mútua e os grupos de auto-representantes devem ser combinadas – são três estratégias que podem ajudar mulheres (idosas) na superação de barreiras por forma a viverem em ambientes seguros.

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ganha, com este Projecto, uma maior e renovada visibilidade, antes de mais ao nível nacional. Não são apenas números que são dados a conhecer; são os casos relatados e as perspectivas sobre como lidar e intervir nesta problemática identificadas por pessoas com funções técnicas em organizações relevantes; e são histórias de vidas de violência narradas na primeira pessoa por mulheres que hoje têm mais de 60 anos.

Ao longo deste relatório, contam-se as histórias de algumas mulheres idosas que experienciam violência de forma continuada, durante décadas da sua vida. São relatos de "guerras privadas" onde "os soldados" de um e de outro lado da trincheira não dispunham dos mesmos recursos nem detinham o mesmo poder.

Estas são mulheres a quem é extremamente difícil, por motivos vários, procurar e obter ajuda. São verdadeiras sobreviventes, tendo, no decurso das suas vidas, inventado e implementado estratégias várias, tendo como motivação principal última a promoção do bem-estar da família e, em particular, de filhos e filhas.

É geralmente apontado o facto das mulheres mais velhas se manterem nas relações abusivas e violentas devido à expectativa social de que a elas cabe cuidar do seu parceiro e da sua família. Mas sabe-se, também, que a

manutenção das relações violentas e o permanecer em casa (na “sua casa”) é, em boa medida, influenciado por factores sociais relacionados com a idade, tais como dificuldades económicas acrescidas na velhice, dificuldades na obtenção de apoios sociais suficientes, dificuldades no acesso a uma solução habitacional alternativa.

Todas estas mulheres sentem a necessidade de falarem sobre a sua situação, seja com familiares, pessoas amigas ou profissionais. Essa necessidade traduz, em si, uma forma de validação das suas experiências de vida, de confirmação de que as situações por elas vividas constituem, de facto, um atentado à sua dignidade enquanto mulheres e enquanto seres humanos.

A adopção de estratégias de sobrevivência passa, na velhice, por uma auto-avaliação por parte destas mulheres das suas competências e capacidades e por uma menor tolerância aos comportamentos agressivos perpetrados contra elas. E talvez seja essa a razão porque, agora na velhice, estas mulheres decidem empreender a mudança nas suas vidas.

Há modelos teóricos que referem que a mudança é ‘algo que acontece gradualmente (Barnett & La Violette, 1993) através de ciclos ou etapas distintas de superação do abuso. Tal concretiza-se, habitualmente, num percurso que exige muito tempo (Rosen & Sith, 1997) e que ocorre através de períodos consecutivos que compreendem acreditar e desacreditar, esperar e desesperar, tolerar o abuso ou enfurecer-se contra ele, sair e/ou ficar (Merritt-Gray & Wuest, 1995, cit. Kearney, 1999)’ (Matos, 2006).

Subjacente a estes modelos encontramos a perspectiva mobilizadora da acção por parte das mulheres idosas – elas querem e procuram a mudança, seja ela qual for.

Porém, há que não esquecer que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade aqui referidas foram mulheres de acção, que conseguiram reagir e procurar apoio. Haverá todo um conjunto de outras mulheres idosas que se mantêm em relações abusivas, na maior parte dos casos de forma invisível e silenciosa. Mulheres que, por razões várias, podem não dispor de conhecimento sobre os seus direitos e de informação sobre formas possíveis de (re)agir ou que, simplesmente, já desistiram – de si próprias e de uma vida feliz e em segurança.

Que a força das mulheres que acederam a nos falar de si e das suas histórias possa contribuir para empoderar as outras mulheres que ainda não conseguiram quebrar o ciclo de violência e para lançar novas sementes de esperança!...

Referências bibliográficas

- ARONSON, J., THORNEWELL, C. & WILLIAMS, K. (1995). Wife assault in old age: coming out of obscurity. *Canadian Journal on Aging, La revue canadienne du vieillissement*, 14 (2), 72-88.
- BERGERON, R. (2001). An elder abuse case study: Caregiver stress or domestic violence? You decide. *Journal of Gerontological Social Work*, 34 (4), 47-62.
- BONOMI, A.E., ANDERSON, M.L., REID, R.J., CARRELL, D., FISHMAN, P.A., RIVARA, F.P. & THOMPSON, R.S. (2007). Intimate Partner Violence in Older Women. *Gerontologist*, 47 (1), 34-41.
- BRANDL, B. (2002). Power and control: Understanding domestic abuse in later life. *Generations*, 16 (2), 39-45
- BRANDL, B., HEBERT, M., ROZWADOWSKI, J. & SPANGLER, D. (2003). Feeling safe, feeling strong: Support groups for older abused women. *Violence against women*, 9 (12), 1490-1503.
<http://vaw.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/12/1490> (last accessed 01.05.2008)
- BROWNELL, P. (2006). Psycho-educational support groups for older women victims of family mistreatment: A pilot study. *Journal of gerontological social work*, 46 (3/4), 145-160
- CHAN, C. (2004). Working with older women who are survivors of multiple trauma: Treatment issues. *Newsletter on Older Woman Abuse*.
<http://www.womanabuseprevention.com> (last accessed 22.04.2008)
- CRICHTON, S.J., BOND, J.B., HARVEY, C.D.H. & RISTOCK, J. (1999). Elder Abuse: A Feminist and Ageist Perspectives. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 10 (3, 4), 115-130.
- DUNLOP, B.D., BEAULAUER, R.L., SEFF, L.R., NEWMAN, F.L., MALIK, N. & FUSTER, M. (2005). *Domestic violence against older women: final technical report* prepared for the National Institute of Justice by the Center on Aging of Florida International University. Miami.
<http://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/212349.pdf> (last accessed 10.07.2008)

- ELCIOGLU, O. (2004). Ethics in Domestic Violence Research. *Eubios Journal of Asian and International Bioethics* 14, 50-52, <http://www.eubios.info/EJ142/ej142d.htm> (last accessed: 01.09.2009)
- ELLSBERG, M. & HEISE, L. (2002). Bearing witness: ethics in domestic violence research. *The Lancet* 359 (9317), 1599-604.
- ELLSBERG, M. & HEISE, L. (2005). *Researching Violence Against Women: A Practical Guide for Researchers and Activists*. Washington DC: World Health Organization, http://www.path.org/files/GBV_rvaw_front.pdf (last accessed 25.06.2010)
- FISHER, B.S. & REGAN, S.L. (2006). The extent and frequency of abuse in the lives of older women and their relationship with health outcomes. *The Gerontologist*, 46 (2), 200-209.
- Flick, U. (2000). Episodic interviewing. In M.W. Bauer & G. Gaskell (Eds.). *Qualitative researching with text, image and sound* (pp. 75-92). London: Sage.
- FULMER, T., GUADAGNO, L. & BOLTON, M.M. (2004). Elder mistreatment in women. *Journal of obstetric, gynecologic and neonatal nursing* 33 (5), 657-653.
- GÖRGEN, T. & NÄGELE, B. (2006). Sexuelle Viktimisierung im Alter. *Zeitschrift für Gerontologie und Geriatrie*, 39 (5), 382-389.
- GÖRGEN, T., NÄGELE, B., HERBST, S. & NEWIG, A. (2006). Sexuelle Viktimisierung im höheren Lebensalter. In INFORMATIONSZENTRUM SOZIALWISSENSCHAFTEN (Ed.). *Kriminalsoziologie + Rechtssoziologie, Band 2006/1* (S. 9-48). Bonn: Informationszentrum Sozialwissenschaften.
- GÖRGEN, T., NEWIG, A., NÄGELE, B. & HERBST, S. (2005). "Jetzt bin ich so alt und das hört nicht auf": Sexuelle Viktimisierung im Alter (KFN-Forschungsbericht Nr. 95). Hannover: Kriminologisches Forschungsinstitut Niedersachsen. <http://www.kfn.de/versions/kfn/assets/fb95.pdf> (last accessed 11.02.2009)
- GRAVEL, S., BEAULIEU, M. & LITHWICK, M. (1997). Quand viellir ensemble fait mal: Les mauvais traitements entre conjoints âgés. *Criminologie*, 30 (2), 67-85.
- GROSSMAN, S.F. & LUNDY, M. (2003). Use of domestic violence services across race and ethnicity by women aged 55 and older: the illinois Illinois experience.

Violence against women, 9, 1442-1452.

<http://vaw.sagepub.com/cgi/content/abstract/9/12/1442> (last accessed 30.06.2010)

GRUNFELD, A.F., LARSSON, D.M., MAC KAY, K. & HOTCH, D. (1996). Domestic violence against elderlyolder women. *Canadian Family Physician*, 42, 1485-1493.

HIGHTOWER, J. (2006). Hearing the voices of abused older women. *Journal of gerontological social work*, 46 (3/4), 205-227.

HOTALING, G.T & BUZAWA, E.S. (2003). *Victim satisfaction with criminal justice case processing in a model court setting*. Rockville, MD, United States: National Institute of Justice.

LUNDY, M. & GROSSMAN, S. (2004). Elder abuse: Spouse/intimate partner abuse and family violence among elders. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 16 (1). 85-102.

LUPRI, E.. (1993). Spousal Violence. Wife Abuse across the life course. *Zeitschrift für Sozialisationsforschung und Erziehungssoziologie*, 13 (3), 232-257.

MATOS, MARLENE (2006) *Violência nas relações de intimidade: estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher*. Tese de doutoramento em Psicologia, Universidade do Minho.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf> (last accessed 21.10.2010)

MAXWELL, M.S. & O'ROURKE, K.S. (1999). Domestic abuse in later life. A competency-based training manual for meals on wheels volunteers & other elder services staff. <http://familyvio.csw.fsu.edu/rural/elderlyolder-text.html> [22.04.2008]

MEARS, J. (2003). Survival is not enough: violence against older women in australiaAustralia. *Violence against women*, 9, 1478-1489.

MONTMINY, L. (2005). Older women's experiences of psychological violence in their marital relationships. *Journal of gerontological social work*, 46 (2), 3-22.

MORGAN DISNEY AND ASSOCIATES (2000a). *Two Lives – Two Worlds: Older People and Domestic Violence. Volume 1*. Canberra: Partnerships against Domestic Violence. Verfügbar unter:

http://ofw.facs.gov.au/downloads/pdfs/d_v/two_lives_two_worlds_older_people_dv.pdf (last accessed 18.10.2008)

MORGAN DISNEY AND ASSOCIATES (2000b). *Two Lives – Two Worlds: Older People and Domestic Violence. Volume 2*. Canberra: Partnerships against Domestic Violence. Verfügbar unter:

www.ofw.facs.gov.au/downloads/pdfs/d_v/two_lives_two_worlds_older_people_dv_two.pdf (last accessed 17.10.2008)

MORRIS, A., MAXWELL, G.N. & ROBERTSON, J.P. (1993). Giving victims a voice: A New Zealand experiment. *The Howard Journal of Criminal Justice*, 32 (4), 304 – 321.

MOUTON, C.P., RODABOUGH, R.J., ROVI, S.L.D., HUNT, J.L., TALAMANTES, M.A., GRZYSKI, R.G. & BURGE, S.K. (2004). Prevalence and 3-year incidence of abuse among postmenopausal women. *American Journal of public health*, 94 (4), 605-612.

OCKLEFORD, E., BARNES-HOLMES, Y., MORICHELLI, R., MORJARIA, A., SCOCCHERA, F., FURNISS, F., SDOGATI & BARNES-HOLMES, D. (2003): Mistreatment of Older Women in three European countries: estimated prevalence and service responses. *Violence against women*, 9, 1453-1464.

PARANJAPE, A., RODRIGUEZ, M., GAUGHAN, J. & KASLOW, N.J. (2009). Psychometric properties of a new scale to assess family violence in older African American women : The family violence against older women (FVOW) Scale. *Violence against women*, 15 (10), 1213-1226.

PARANJAPE, A., TUCKER, A., MCKENZIE-MACK, L., THOMPSON, N. & KASLOW, N. (2007). Family violence and associated help-seeking behavior among older African American women. *Patient Education and Counseling*, 68, 167-172.

PIMENTEL, I. A situação das mulheres no século XX em Portugal. In *Congresso Feminista 2008*, sessão de abertura.

PRITCHARD, J. (2000). *The needs of older women: Services for victims of elder abuse and other abuse*. Bristol, UK: The Policy Press.

RENNISON, C. & RAND, M.R. (2003). Nonlethal intimate partner violence against women : a comparison of three age cohorts. *Violence against women*, 9, 1417-1428

- SCHRÖTTLE, M. (2008). *Gewalt gegen Frauen in Paarbeziehungen. Eine sekundäranalytische Auswertung zur Differenzierung von Schweregraden, Mustern, Risikofaktoren und Unterstützung nach erlebter Gewalt*. Berlin: Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend.
- SCHÜTZE, F. (1983). Biographieforschung und narratives Interview. *Neue Praxis*, 13 (3), 283-293.
- SCOTT, M., MCKIE, L., MORTON, S., SEDDON, E. & F. WASOFF (2004). '...and for 39 years I got on with it.' *Older women and domestic violence in Scotland*. Prepared for Health Scotland by the Centre for Research on Families and Relationships. <http://www.crfr.ac.uk/Reports/DMViolenceReport.pdf> (last accessed 10.07.2008)
- SEAVER, C. (1996). Muted lives: Older battered women. *Journal of Elder Abuse and Neglect*, 8 (2), 3-21.
- SHALHOUB-KERVORKIAN, N. & EREZ, E. (2002). Integrating a victim voice in community policing: A feminist critique. *International Review of Victimology*, 9 (2), 113-135.
- SMITH, M.J. (G.) & HIGHTOWER, J. (2004). Community programs. Safe homes for older women: a unique pilot project in British Columbia. *Newsletter on Older Woman Abuse*. <http://www.womanabuseprevention.com> (last accessed 22.04.2008)
- STRAKA, S.M. & MONTMINY, L. (2006). Responding to the needs of older women experiencing domestic violence. *Violence against women*, 12 (3), 251-267.
- TEASTER, P.B., ROBERTO, K.A. & DUGAR, R.A. (2006). Intimate partner violence of rural aging women. *Family relations*, 55 (5), 636-648.
- TEITELMAN, J. (2006). Sexual abuse of older adults: appropriate responses for health and human services providers. *Journal of Health & Human Services Administration*, Fall, 209-227.
- VINTON, L. (1992). Battered Women's Shelters and Older Women: The Florida Experience. *Journal of Family Violence*, 7 (1), 63-72.
- VINTON, L. (1999). Working with Abused Older Women from a Feminist Perspective. *Journal of Women and Aging*, 11 (2-3), 85-100.

- VINTON, L. (2003). A model collaborative project toward making domestic violence centers elder ready. *Violence against women*, 9, 1504-1513.
- VINTON, L., ALTHOLZ, J.A.S. & LOBELL-BOESCH, T. (1997). A five-year study of domestic violence programming for older battered women. *Journal of Women and Aging*, 9 (1, 2), 3-15.
- WHO (2001): *Putting Women First: Ethical and Safety Recommendations for Research on Domestic Violence*.
<http://www.who.int/gender/violence/womenfirtseng.pdf> (last accessed 25.06.2010)
- WINTERSTEIN, T. & EISIKOVITS, Z. (2005). The experience of loneliness of battered old women. *Journal of Women & Aging*, 17 (4), 3-19.
- WINTERSTEIN, T. & EISIKOVITS, Z. (2009). „Aging out“ of violence: the multiple faces of intimate violence over the life span. *Qualitative Health Research*, 19 (2), 164-180. (to be published)
- WITZEL, A. (2000). The problem-centered interview. *Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum Qualitative Social Research (Online Journal)*, 1(1). Available at: <http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/1132/2521> [6 July 2010].
- WOLF, R.S. (1998). *Support Groups for older Victims of Domestic Violence: Sponsors and Programs*. National Committee for the Prevention of Elder Abuse c/o Institute on Aging. Worcester, Massachusetts.
- WOLF, R.S. & PILLEMER, K.A. (1997). The Older Battered Woman: Wives and Mothers Compared. *Journal of Mental Health and Aging*, 3 (3), 325-336.
- WOLF, R.S. (1999). *Elder Shelters: United States, Canada, and Japan*. Paper for Presentation at the 2nd National Conference on Elder Abuse. Worcester, Massachusetts: Institute on Aging
- ZINK, T., FISHER, B.S., REGAN, S. & PABST, S. (2005). The prevalence and incidence of intimate partner violence in older women in primary care practices. *Journal of General Internal Medicine*, 20(10), 884-888.

ZINK, T., JACOBSON, C., REGAN, S., FISHER, B. & PABST, S. (2006). Older women's descriptions and understandings of their abusers. *Violence Against Women, 12*, 851-865.

ZINK, T., REGAN, S., JACOBSON, C.J. & PABST, S. (2003). Cohort, period, and aging effects: a qualitative study of older women's reasons for remaining in abusive relationships. *Violence against womenWomen, 9*, 1429-1441.

Anexos

Anexo 1 Questionário a organizações (versão longa)

Violência contra Mulheres Idosas em Relações de Intimidade

Questionário a organizações

Cara/o participante,

Com financiamento do programa da Comissão Europeia *Daphne III*, encontramos-nos no momento a desenvolver um estudo internacional com entidades parceiras de Portugal, da Alemanha, Áustria, Hungria, Reino Unido e Polónia. É nosso objectivo tentar saber em que medida mulheres com 60 ou mais anos são vítimas de violência perpetrada pelos maridos/companheiros ou ex-maridos/ex-companheiros (violência em relações de intimidade) e que tipo de ajuda e apoio estas procuram. Até agora pouco se sabe sobre mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade e sobre o tipo de ajuda de que necessitam; este estudo irá contribuir para colmatar essas lacunas no nosso conhecimento.

Estamos a enviar este questionário para organizações e instituições que, num passado recente, possam ter estado em contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. O questionário inclui questões sobre a experiência da sua organização neste domínio. No sentido de assegurar que as respostas ao questionário incidem sobre um mesmo período de tempo, a maioria das questões da 1ª Parte do questionário referem-se aos últimos três anos (2006-2008). Porém, de modo a incluir dados mais recentes, as questões 1 e 2 referem-se, também, a 2009.

Caso você e a sua organização, durante o período acima referido (2006-2009), não tenham tido contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, a sua opinião é igualmente muito importante para nós. Nesse caso, o questionário irá conduzi-la/o às partes nas quais a sua resposta é relevante.

Por favor, devolva o questionário preenchido o mais breve possível, preferencialmente até 25 de Setembro.

Caso disponha de mais informação e/ou documentação que nos possa interessar – por exemplo, estatísticas de utentes desagregadas por sexo e idade – ficar-lhe-íamos muito gratas se as incluísse no re-envio do questionário ou se as enviasse por email para alexandra.silva@cesis.org ou vanda.neves@cesis.org.

Na sequência deste questionário às organizações, pretendemos focalizar a nossa atenção em profissionais com conhecimento concreto de casos. Caso você tenha ou tenha tido contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, teríamos o maior prazer se estivesse interessada/o em participar numa entrevista. Por favor, coloque o seu nome e contacto no fim do questionário para que a/o possamos contactar numa fase posterior. Assinale, igualmente, no fim do questionário se gostaria de vir a receber informação adicional sobre o estudo e seus resultados ou de participar na discussão dos resultados connosco, colocando uma cruz na respectiva caixa de resposta. Em qualquer caso, os questionários serão analisados de forma anónima e confidencial.

Caso tenha dúvidas ou questões adicionais, por favor não hesite em contactar-nos: Heloísa Perista, Alexandra Silva ou Vanda Neves através do telefone 213 845 560.

Por forma a alcançarmos um entendimento comum sobre esta temática, apresentamos seguidamente a nossa definição de violência em relações de intimidade: uma relação de intimidade respeita a qualquer tipo de casal, homo ou heterossexual, casado, coabitando ou namorando. Não é necessário que a relação ainda se mantenha. A violência perpetrada por ex-parceiros/as é igualmente considerada (desde que a violência tenha ocorrido ou continuado a ocorrer depois de a mulher ter completado 60 anos). Definimos violência como tática violenta não legítima, usada intencionalmente para causar dano físico e/ou psicológico; inclui o uso de força física e a infligção de lesões bem como abuso sexual ou emocional, assédio sexual, exploração financeira e negligência intencional (caso a vítima esteja dependente de cuidados prestados pelo marido/companheiro/a ou ex-marido/ex-companheiro/a).

Na expectativa de recebermos a sua resposta, agradecemos-lhe, desde já, a sua contribuição para o sucesso desta investigação.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Heloísa Perista, Alexandra Silva e Vanda Neves

N.º do questionário (a ser preenchido à posteriori pelo CESIS) (N)

Data de preenchimento do questionário

1ª PARTE: Experiência institucional / profissional com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

ATENÇÃO: Nas questões seguintes é-lhe solicitada informação sobre número de utentes/casos. Se não dispuser de informação exacta, faça, por favor, uma estimativa quantificada. Mas se a informação disponibilizada for a exacta (números em concreto), por favor risque o “(cerca de)” ou o “(aprox.)” em cada pergunta.

1. Nos anos de 2006 a 2009, a sua organização / você teve contacto com casos de mulheres idosas (com 60 ou mais anos) vítimas de violência perpetrada pelo actual marido/companheiro ou ex-marido/ex-companheiro? (por favor, assinale todas as opções aplicáveis)

Sim, em 2009

Sim, entre 2006 e 2008

Não fi Por favor, passe para a questão 14 (Pag.10)

Não sei fi Por favor, passe para a questão 14 (Pag.10)

2. Nos casos com os quais teve contacto / a sua organização teve contacto, quantas mulheres idosas foram vítimas de violência em relações de intimidade?

Em 2009:

Um total de (cerca de) mulheres vítimas com 60 ou mais anos

Nos anos 2006-2008:

Um total de (cerca de) mulheres vítimas com 60 ou mais anos

Atenção: Todas as questões da 1ª Parte que se seguem referem-se APENAS ao período entre 2006 e 2008. Caso você / a sua organização apenas tenha tido contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade em 2009 e não durante o período de 2006 a 2008, por favor passe para pergunta 14 (página 10).

3. **Grupo etário das vítimas:** entre as vítimas idosas atendidas entre 2006 e 2008 encontravam-se....

Mulheres com 75 e mais anos?

Se sim, quantas? (aprox.) vítimas com 75 ou mais anos

Mulheres com idade compreendida entre os 60 e os 74 anos?

Se sim, quantas? (aprox.) [] vítimas com idade compreendida entre os 60 e os 74 anos

4. Qual foi a **proporção** de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre as pessoas utentes da sua organização entre 2006 e 2008?

Entre todas/os as/os utentes, a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade foi de (aprox.) [] **por cento**

Entre todas as nossas utentes do sexo feminino com experiências de violência em relações de intimidade, a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade foi de (aprox.) [] **por cento**

5. Como é que, na vossa organização, o **número de casos** de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade **progrediu**, comparando os anos de 2006-2008 com a situação há 10 anos atrás?

O número de casos aumentou em (cerca de) [] por cento em comparação com há 10 anos atrás.

O número de casos diminuiu em (cerca de) [] por cento em comparação com há 10 anos atrás.

O número de casos manteve-se idêntico.

Não sei / não é possível comparar.

6. Entre os casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade com os quais teve contacto / a sua organização teve contacto entre os anos 2006 e 2008, quantos ocorreram no contexto de relações **heterossexuais** e quantos ocorreram no contexto de relações **homossexuais**?

Um total de (cerca de) [] mulheres vítimas com 60 ou mais anos no contexto de relações heterossexuais

Um total de (cerca de) [] mulheres vítimas com 60 ou mais anos no contexto de relações homossexuais

7. Com que **tipos de violência em relações de intimidade** contra mulheres idosas você / a sua organização se deparou? (*por favor, assinale todas as opções aplicáveis; uma mulher pode ter sido vítima de mais do que um tipo de violência*)

Tipos de violência em relações de intimidade	Quantas mulheres foram vítimas deste tipo de comportamento?
<input type="checkbox"/> violência física	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> violência sexual	(aprox.) [] vítimas

<input type="checkbox"/> agressão e violência psicológica /verbal	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> exploração financeira	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> negligência intencional (aplicável apenas a vítimas em situação de dependência)	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> assédio sexual	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> perseguição	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> Outro, nomeadamente: [] (por favor, especifique)	(aprox.) [] vítimas

8. Características das vítimas: Entre as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, encontravam-se mulheres que... *(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)*

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> pertenciam a algum grupo étnico-cultural / são imigrantes?	(aprox.) [] vítimas pertencentes a algum grupo étnico-cultural / imigrantes
<input type="checkbox"/> não tinham visto de residência no nosso país?	(aprox.) [] vítimas sem visto de residência
<input type="checkbox"/> necessitavam de prestação regular cuidados de saúde?	(aprox.) [] vítimas a necessitar de prestação regular de cuidados de saúde
<input type="checkbox"/> tinham alguma deficiência física?	(aprox.) [] vítimas com deficiência física
<input type="checkbox"/> tinham alguma deficiência mental?	(aprox.) [] vítimas com deficiência mental
<input type="checkbox"/> necessitavam de outros tipos de apoio ⁵⁷ ?	(aprox.) [] vítimas que necessitavam de outros tipos de apoio
<input type="checkbox"/> sofriam de demência?	(aprox.) [] vítimas que sofriam de demência
<input type="checkbox"/> sofriam de outra doença mental?	(aprox.) [] vítimas que sofriam de doença mental
<input type="checkbox"/> tinham algum comportamento aditivo relacionado com o consumo de álcool ou de drogas?	(aprox.) [] vítimas com comportamentos aditivos

⁵⁷ Esta situação refere-se a pessoas que têm limitações na comunicação e na interacção social e na realização de tarefas domésticas, mas abaixo do limiar da dependência.

<input type="checkbox"/> estavam em situação de sem-abrigo?	(aprox.) <input type="text"/> vítimas sem-abrigo
<input type="checkbox"/> encontravam-se numa outra situação de tensão, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas numa outra situação de tensão
<input type="checkbox"/> residiam a mais de 50 Km da vossa organização?	(aprox.) <input type="text"/> vítimas que residiam a mais de 50 Km da vossa organização
<input type="checkbox"/> tinham outras características específicas, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas com outras características específicas

9. Agressores/as: Quem foram os/as agressores/as nestes casos?

(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> marido / companheiro/a com quem a vítima coabitava	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> companheiro/a com quem a vítima não coabitava (por exemplo, relações de namoro)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> ex-marido / ex-companheiro/a	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> agressor/a era a pessoa que prestava cuidados à vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> agressor/a era a pessoa que recebia cuidados por parte da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

10. Por favor, caracterize o tipo de violência em relações de intimidade relatado pelas vítimas. *(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)*

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> violência exercida apenas pelo marido / companheiro/a /ex-marido / ex-companheiro/a	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> violência mútua	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> actos frequentes de violência	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> violência na relação de intimidade que ocorreu uma	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

única vez ou que é pouco usual / pouco frequente	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> violência continuada / de longa duração na relação de intimidade (um ano ou mais)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> história curta de violência na relação de intimidade (menos de um ano)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> violência na relação de intimidade começou antes da mulher ter 60 anos	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> violência na relação de intimidade começou depois da mulher ter completado 60 anos	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

11. Como é que você / a sua organização **tomou conhecimento** desses casos? *(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)*

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> A própria vítima contactou-me / contactou a minha organização.	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Observações feitas ou constatações por parte da minha organização / pela minha parte levavam a suspeitar de violência na relação de intimidade.	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Uma pessoa próxima da vítima contactou-me / contactou a minha organização.	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização foi informada pela polícia.	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização foi informada pelo sistema judicial / tribunal.	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização foi informada por médicos/as de família, médicos/as especialistas ou por outro tipo de serviços de saúde (por exemplo, hospitais).	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização foi informada por outras organizações, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Outro meio de tomada de conhecimento dos casos, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

12. Como é que **estabeleceu o primeiro contacto com a vítima?** *(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)*

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> A vítima contactou-me / contactou a minha organização.	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização contactou directamente a vítima.	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> Eu / a minha organização contactou a vítima através de outras pessoas com conhecimento do caso (membros da família, outras organizações).	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> Não houve um contacto directo entre a minha organização /mim e a vítima porque []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> Outro, nomeadamente: []	(aprox.) [] vítimas

13. Serviços: Que tipo de serviços foram prestados por você / pela sua organização, que tipo de acção foi desenvolvida por você / pela sua organização? (*muitas organizações prestam mais do que um tipo de serviço; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis*)

	Por favor, especifique o tipo de serviços quando pertinente	Quantas vítimas entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> intervenção de emergência	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> apoio psico-social / aconselhamento	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> disponibilização de informação sobre outras organizações relevantes	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> apoio psico-terapêutico	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> aconselhamento jurídico	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> apoio na realização de actividades quotidianas (acompanhar utentes junto de autoridades públicas, etc.)	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> prestação de cuidados de enfermagem no domicílio	[] []	(aprox.) [] vítimas
<input type="checkbox"/> prestação de cuidados médicos	[] []	(aprox.) [] vítimas

<input type="checkbox"/> disponibilização de cama numa casa-abrigo/centro de acolhimento	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> apoio na disponibilização de cama num lar para pessoas idosas	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> encaminhar o caso para outra organização	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> apoio financeiro	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> realização de investigações criminais	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> determinação de medidas de afastamento do/a agressor/a ⁵⁸	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> apresentação de queixa	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> controlo do cumprimento de medidas de afastamento do/a agressor/a	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> aplicação de multas	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> condenação de agressores/as	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> outro, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> outro, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> outro, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	<input type="text"/> <input type="text"/>	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

⁵⁸ Afastamento da residência, proibição de permanência, de ausência ou de contactos.

As questões seguintes têm um carácter complementar e incidem sobre outros/as possíveis agressores/as e sobre homens idosos vítimas de violência em relações de intimidade.

14. Agressor/a: Nalguns casos, as mulheres idosas são vítimas de outras pessoas que lhes são próximas, por exemplo de filhos/as, noras/genros, netos/as, vizinhos/as, amigos/as e pessoas conhecidas. Caso você / a sua organização tenha conhecimento deste tipo de casos, quem foi o/a agressor/a? *(por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)*

Agressor/a	Quantas vítimas com 60 ou mais anos, entre 2006-2008?
<input type="checkbox"/> filho da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> genro da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> filha da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> nora da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> neto da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> neta da vítima	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> outra pessoa da família	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> amigos/as, vizinhos/as, pessoas conhecidas	(aprox.) <input type="text"/> vítimas
<input type="checkbox"/> Outro, nomeadamente: <input type="text"/> (por favor, especifique)	(aprox.) <input type="text"/> vítimas

15. Entre os anos de 2006 a 2008, a sua organização / você teve contacto com casos de **homens idosos** (com 60 ou mais anos) vítimas de violência perpetrada pela/o actual mulher/companheira/o ou ex-mulher/ex-companheira/o?

sim

não

fi Por favor, passe para a questão 17 (Pag. 11)

não sei

fi Por favor, passe para a questão 17 (Pag. 11)

16. Se sim: **Quantos homens idosos** foram vítimas de violência nas relações de intimidade?

Um total de (aprox.) no contexto de relações /ex-relações heterossexuais

Um total de (aprox.) no contexto de relações /ex-relações homossexuais

2ª PARTE: Percepções sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

17. São apresentadas, em baixo, diversas afirmações sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade. Por favor, indique em que medida concorda ou discorda destas afirmações.

	<i>discordo plenamente</i>			<i>concordo plenamente</i>		
As mulheres idosas são vítimas de violência em relações de intimidade com menos frequência do que as mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em casais de pessoas idosas, as mulheres são com maior frequência agressoras em relações de intimidade do que em casais de pessoas mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade irá aumentar no futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é um assunto com o qual ninguém, até agora, quer de facto lidar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade necessitam de outro tipo de apoios e de ajuda comparativamente a mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em todas as fases da vida, as mulheres são ameaçadas por violência nas relações de intimidade – as mulheres numa fase tardia da vida não estão isentas dessa ameaça.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A importância da problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade tem sido, até agora, subestimada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade deve ser considerada da maior importância na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres idosas vítimas de violência nas relações de intimidade precisam de mais apoios do que aqueles que até agora lhes têm sido prestados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São poucas as mulheres idosas que se tornam vítimas de violência em relações de intimidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam dificuldades particulares no pôr termo a relações de violência de longa duração.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade separam-se de forma permanente dos/as seus/suas agressores/as com maior frequência do que as mulheres idosas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ocorre, frequentemente, em contexto de dependência de cuidados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

18. Com base na sua experiência, por favor avalie as seguintes afirmações sobre formas de intervenção dirigidas a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

	<i>absolutamente falso</i>			<i>absolutamente verdadeiro</i>		
Os sistemas de apoio existentes são adequados às necessidades de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
É difícil motivar mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade a procurar ajuda.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
Mulheres idosas que são vítimas de violência em relações de intimidade necessitam de formas de ajuda mais pró-activas do que as mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
Trabalhar com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade requer uma formação profissional especializada.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
Profissionais que trabalhem com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade devem ser elas/eles próprias/os de meia-idade ou mais velhos/as.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade são mais relutantes em procurar ajuda do que mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆
Mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade sentem mais vergonha do que lhes aconteceu do que mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/> ₁	<input type="checkbox"/> ₂	<input type="checkbox"/> ₃	<input type="checkbox"/> ₄	<input type="checkbox"/> ₅	<input type="checkbox"/> ₆

19. Por favor, faça uma estimativa de até que ponto mulheres idosas e mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade **apresentam queixa-crime e procuram ajuda em Portugal. (por favor, coloque um número estimado)**

De acordo com a minha estimativa, em cada **100 mulheres com idade compreendida entre os 20 e os 40 anos** vítimas de violência em relações de intimidade,

- apresentam queixa crime
- procuram ajuda médica
- procuram apoio psicossocial
- procuram apoio espiritual
- procuram outro tipo de ajuda, nomeadamente: (por favor, especifique)

De acordo com a minha estimativa, em cada **100 mulheres com 60 ou mais anos** vítimas de violência em relações de intimidade,

- apresentam queixa crime
- procuram ajuda médica
- procuram apoio psicossocial

procuram apoio espiritual

procuram outro tipo de ajuda, nomeadamente: (por favor, especifique)

3ª Parte: A sua organização

20. Como descreve a sua **organização**? (por favor, escolha o termo que melhor enquadra a sua organização)

- Casa-abrigo para mulheres vítimas de violência
- Serviço de aconselhamento a mulheres vítimas de violência
- Serviço de aconselhamento a vítimas de violência (presencial)
- Linha telefónica de ajuda a vítimas de violência
- Linha telefónica de ajuda para casos de abuso e negligência contra pessoas idosas
- Serviço de aconselhamento relativo a casos de abuso e negligência contra pessoas idosas
- Centro de intervenção de emergência
- Centro de acolhimento temporário
- Serviço de aconselhamento a mulheres (não limitado às questões da violência)
- Serviço de aconselhamento psicossocial para as famílias - presencial e telefónico
- Serviço de aconselhamento a pessoas idosas
- Serviço de apoio domiciliário / centro de dia / lar para pessoas idosas
- Provedoria de justiça
- Forças de segurança pública
- Ministério Público
- Tribunal judicial – júzgos criminais
- Instituto Nacional de Medicina Legal
- Padre / comunidade religiosa / apoio espiritual
- Serviço social / serviço social comunitário
- Linha telefónica de emergência social
- Serviço de saúde (profissionais de saúde e de serviço social), nomeadamente:
 - Centro de saúde
 - Hospital
 - Sou médico/a de clínica geral

- Sou médico/a da especialidade de _____ (por favor, especifique)
- Sou enfermeiro/a
- Serviço social em equipamento de saúde
- Instituição científica na área do envelhecimento
- Corporação de bombeiros
- ONG/organização de voluntariado para pessoas idosas _____
- Outra, nomeadamente: _____ (por favor, especifique)

21. Quais são as principais **áreas de intervenção** da sua organização? (por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)

- violência em geral
- crime em geral
- violência doméstica / violência nas famílias e nos casais
- violência doméstica contra as mulheres/raparigas
- abuso e negligência contra pessoas idosas
- violência sexual
- violência contra crianças
- problemas e lacunas na prestação de cuidados a pessoas idosas
- apoio e prestação de cuidados a pessoas idosas / trabalho social gerontológico / serviços sociais
- imigração
- problemas psicossociais de mulheres
- problemas psicossociais de pessoas idosas
- problemas psicossociais em geral
- bem-estar espiritual (apoio espiritual/religioso)
- cuidados de saúde
- Outra, nomeadamente: _____ (por favor, especifique)

22. A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é **um tema central na agenda da sua organização?**

- sim não

Por favor, explique a sua resposta: _____

23. A sua organização criou **serviços especializados** para mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?

- sim não

Se sim: Que tipo de serviços?

24. As mulheres idosas são explicitamente mencionadas enquanto **grupo alvo da sua organização**?

sim não

Por favor, explique a sua resposta:

Se sim: Que estratégias utiliza para chegar a este grupo-alvo?

25. Como avalia a sua **satisfação quanto ao tipo de apoio** prestado por você / pela sua organização a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?

Nós não temos qualquer caso de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

<i>Muito pouco satisfeita/o</i>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<i>Absolutamente satisfeita/o</i>
	1	2	3	4	5	6

Porquê:

26. Existe **algum serviço que gostaria de disponibilizar** a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade - para além dos serviços que a sua organização já disponibiliza?

não sim Se sim: Que tipo de serviços?

(por favor, especifique)

27. Quantas pessoas **trabalham de forma remunerada e permanente** na sua organização? (por favor, contabilize o número de pessoas equivalente a trabalhadores/as a tempo inteiro)

28. Quantas pessoas trabalham como **voluntárias** na sua organização?

29. Em que distrito se **localiza** a sua organização / se encontra você?

4ª PARTE: Caracterização pessoal

30. É do sexo feminino ou masculino

31. Que idade tem? anos

32. Qual é a sua área profissional?

33. Qual é o cargo que actualmente ocupa na sua organização?

34. Há quanto tempo está a trabalhar na sua organização? anos e meses

Agradecemos-lhe o tempo que dedicou ao preenchimento deste questionário. A sua colaboração é preciosa para a compilação de informação relevante sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

35. Tem interesse em vir a receber mais informação sobre este projecto de investigação e em conhecer os resultados deste questionário?

não sim Em caso afirmativo, por favor indique-nos o seu endereço de email

36. Está disponível para participar numa entrevista sobre o assunto?

não sim Em caso afirmativo, indique-nos o seu nome, endereço de email e contacto telefónico

37. Está interessada/o em participar na discussão de recomendações para trabalho futuro com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade a nível nacional e europeu?

não sim Em caso afirmativo, indique-nos o seu nome, endereço de email e contacto telefónico

Caso queira dizer-nos algo mais, por favor faça-o no espaço em baixo.

Por favor, envie o questionário preenchido para o email vanda.neves@cesis.org ou para a seguinte morada:

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social

A/C Dra. Vanda Neves

R. Rodrigues Sampaio, N.º 31, S/L Dta, 1150-278 Lisboa

Anexo 2 Questionário a organizações (versão curta)

**Violência contra Mulheres
Idosas em Relações de
Intimidade**

Questionário a organizações

Cara/o participante,

Com financiamento do programa da Comissão Europeia *Daphne III*, encontramos-nos no momento a desenvolver um estudo internacional com entidades parceiras de Portugal, da Alemanha, Áustria, Hungria, Reino Unido e Polónia. É nosso objectivo tentar saber em que medida mulheres com 60 ou mais anos são vítimas de violência perpetrada pelos maridos/companheiros ou ex-maridos/ex-companheiros (violência em relações de intimidade) e que tipo de ajuda e apoio estas procuram. Até agora pouco se sabe sobre mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade e sobre o tipo de ajuda de que necessitam; este estudo irá contribuir para colmatar essas lacunas no nosso conhecimento.

Estamos a enviar este questionário para organizações e instituições que, num passado recente, possam ter estado em contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade. O nosso principal objectivo é conhecer a que tipo de instituições as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade recorrem na procura de ajuda. Ficaremos muito gratas se puder responder ao questionário, mesmo que não tenha qualquer experiência ou contacto com casos deste tipo.

A resposta ao questionário demorará cerca de 5 minutos. Por favor, devolva o questionário preenchido o mais breve possível, preferencialmente até 25 de Setembro.

Na sequência deste questionário às organizações, pretendemos focalizar a nossa atenção em profissionais com conhecimento concreto de casos. Caso você tenha ou tenha tido contacto com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, teríamos o maior prazer se estivesse interessada/o em responder a uma versão mais longa do questionário ou em participar numa entrevista. Por favor, coloque o seu nome e contacto no fim do questionário para que a/o possamos contactar numa fase posterior. Assinale, igualmente, no fim do questionário se gostaria de vir a receber informação adicional sobre o estudo e seus resultados ou de participar na discussão dos resultados connosco, colocando uma cruz na respectiva caixa de resposta. Em qualquer caso, os questionários serão analisados de forma anónima e confidencial.

Caso tenha dúvidas ou questões adicionais, por favor não hesite em contactar-nos: Heloísa Perista, Alexandra Silva ou Vanda Neves, através do telefone 213 845 560.

Por forma a alcançarmos um entendimento comum sobre esta temática, apresentamos seguidamente a nossa definição de violência em relações de intimidade: uma relação de intimidade respeita a qualquer tipo de casal, homo ou heterossexual, casado, coabitando ou namorando. Não é necessário que a relação ainda se mantenha. A violência perpetrada por ex-parceiros/as é igualmente considerada (desde que a violência tenha ocorrido ou continuado a ocorrer depois de a mulher ter completado 60 anos). Definimos violência como táctica violenta não legítima, usada intencionalmente para causar dano físico e/ou psicológico; inclui o uso de força física e a infligção de lesões bem como abuso sexual ou emocional, assédio sexual, exploração financeira e negligência intencional (caso a vítima

esteja dependente de cuidados prestados pelo marido/companheiro/a ou ex-marido/ex-companheiro/a).

Na expectativa de recebermos a sua resposta, agradecemos-lhe, desde já, a sua contribuição para o sucesso desta investigação.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Heloísa Perista, Alexandra Silva e Vanda Neves

N.º do questionário (a ser preenchido à posteriori pelo CESIS) (N)

Data de preenchimento do questionário

ATENÇÃO: Nas questões seguintes é-lhe solicitada informação sobre número de utentes/casos. Se não dispuser de informação exacta, faça, por favor, uma estimativa quantificada. Mas se a informação disponibilizada for a exacta (números em concreto), por favor risque o “(cerca de)” ou o “(aprox.)” em cada pergunta.

1. Nos anos de 2006 a 2009, a sua organização / você teve contacto **com casos de mulheres idosas (com 60 ou mais anos) vítimas de violência perpetrada pelo actual marido/companheiro ou ex-marido/ex-companheiro?** *(por favor, assinale todas as opções aplicáveis)*

- Sim, em 2009
 Sim, entre 2006 e 2008
 Não fi Por favor, passe para a questão 6 (Pag. 4)
 Não sei fi Por favor, passe para a questão 6 (Pag. 4)

2. Nos casos com os quais teve contacto / a sua organização teve contacto, **quantas mulheres idosas foram vítimas de violência em relações de intimidade?**

Em 2009:

Um total de (cerca de) mulheres vítimas com 60 ou mais anos

Nos anos 2006-2008:

Um total de (cerca de) mulheres vítimas com 60 ou mais anos

3. **Grupo etário das vítimas:** entre as vítimas idosas atendidas entre **2006 e 2008** encontravam-se....

- Mulheres com 75 e mais anos?
 Se sim, quantas? (aprox.) vítimas com 75 ou mais anos
 Mulheres com idade compreendida entre os 60 e os 74 anos?
 Se sim, quantas? (aprox.) vítimas com idade compreendida entre os 60 e os 74 anos

4. **Agressores/as:** Quem foram os/as agressores/as nestes casos?

(são possíveis várias opções; por favor, assinale em baixo todas as opções aplicáveis)

	Quantas vítimas entre 2006-2008?
marido / companheiro/a com quem a vítima coabitava	(aprox.)

		vítimas
	companheiro/a com quem a vítima não coabitava (por exemplo, relações de namoro)	(aprox.) vítimas
	ex-marido / ex-companheiro/a	(aprox.) vítimas
	agressor/a era a pessoa que prestava cuidados à vítima	(aprox.) vítimas
	agressor/a era a pessoa que recebia cuidados por parte da vítima	(aprox.) vítimas

5. Qual foi a **proporção** de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entre as pessoas utentes da sua organização entre 2006 e 2008?

Entre todas/os as/os utentes, a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade foi de (aprox.) **por cento**

Entre todas as nossas utentes do sexo feminino com experiências de violência em relações de intimidade, a proporção de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade foi de (aprox.) **por cento**

6. São apresentadas, em baixo, diversas **afirmações sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade**. Por favor, indique em que medida concorda ou discorda destas afirmações.

	<i>discordo plenamente</i>						<i>concordo plenamente</i>					
As mulheres idosas são vítimas de violência em relações de intimidade com menos frequência do que as mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em casais de pessoas idosas, as mulheres são com maior frequência agressoras em relações de intimidade do que em casais de pessoas mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
O número de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade irá aumentar no futuro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade é um assunto com o qual ninguém, até agora, quer de facto lidar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade necessitam de outro tipo de apoios e de ajuda comparativamente a mulheres mais novas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Em todas as fases da vida, as mulheres são ameaçadas por violência nas relações de intimidade – as mulheres numa fase tardia da vida não estão isentas dessa ameaça.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A importância da problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade tem sido, até agora, subestimada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade deve ser considerada da maior importância na formação de profissionais de saúde e da área psicossocial.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
As mulheres idosas vítimas de violência nas relações de intimidade precisam de mais apoios do que aqueles que até agora lhes têm sido prestados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

São poucas as mulheres idosas que se tornam vítimas de violência em relações de intimidade.

₁ ₂ ₃ ₄ ₅ ₆

As mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade enfrentam dificuldades particulares no pôr termo a relações de violência de longa duração.

₁ ₂ ₃ ₄ ₅ ₆

As mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade separam-se de forma permanente dos/as seus/suas agressores/as com maior frequência do que as mulheres idosas.

₁ ₂ ₃ ₄ ₅ ₆

A violência contra mulheres idosas em relações de intimidade ocorre, frequentemente, em contexto de dependência de cuidados.

₁ ₂ ₃ ₄ ₅ ₆

7. Por favor, faça uma estimativa de até que ponto mulheres idosas e mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade **apresentam queixa-crime e procuram ajuda** em Portugal. *(por favor, coloque um número estimado)*

De acordo com a minha estimativa, em cada **100 mulheres com idade compreendida entre os 20 e os 40 anos** vítimas de violência em relações de intimidade,

apresentam queixa crime

procuram ajuda médica

procuram apoio psicossocial

procuram apoio espiritual

procuram outro tipo de ajuda, nomeadamente: (por favor, especifique)

De acordo com a minha estimativa, em cada **100 mulheres com 60 ou mais anos** vítimas de violência em relações de intimidade,

apresentam queixa crime

procuram ajuda médica

procuram apoio psicossocial

procuram apoio espiritual

procuram outro tipo de ajuda, nomeadamente: (por favor, especifique)

8. Como descreve a sua **organização?** *(por favor, escolha o termo que melhor enquadra a sua organização)*

Serviço de aconselhamento a mulheres vítimas de violência

Serviço de aconselhamento a vítimas de violência (presencial)

Linha telefónica de ajuda a vítimas de violência

- Serviço de aconselhamento relativo a casos de abuso e negligência contra pessoas idosas
- Centro de intervenção de emergência
- Centro de acolhimento temporário
- Serviço de aconselhamento a mulheres (não limitado às questões da violência)
- Serviço de aconselhamento psicossocial para as famílias - presencial e telefónico
- Serviço de aconselhamento a pessoas idosas
- Serviço de apoio domiciliário / centro de dia / lar para pessoas idosas
- Provedoria de justiça
- Forças de segurança pública
- Ministério Público
- Tribunal judicial – juízos criminais
- Padre / comunidade religiosa / apoio espiritual
- Serviço social / serviço social comunitário
- Linha telefónica de emergência social
- Serviço de saúde (profissionais de saúde e de serviço social), nomeadamente:
 - Centro de saúde
 - Hospital
 - Sou médico/a de clínica geral
 - Sou médico/a da especialidade de [] (por favor, especifique)
 - Sou enfermeiro/a
 - Serviço social em equipamento de saúde
- Instituição científica na área do envelhecimento
- Corporação de bombeiros
- ONG/organização de voluntariado para pessoas idosas []
- Outra, nomeadamente: [] (por favor, especifique)

Agradecemos-lhe o tempo que dedicou ao preenchimento deste questionário. A sua colaboração é preciosa para a compilação de informação relevante sobre a problemática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade.

9. Tem interesse em vir a receber mais **informação sobre este projecto de investigação** e em conhecer os **resultados do questionário**?

não sim Em caso afirmativo, por favor indique-nos o seu endereço de email

10. Está disponível para **responder a uma versão mais longa do questionário**?

não sim Em caso afirmativo, diga-nos o seu nome, endereço de email e morada

11. Está disponível para participar numa **entrevista sobre o assunto**?

não sim Em caso afirmativo, diga-nos o seu nome, endereço de email e contacto telefónico

12. Está interessada/o em participar na **discussão de recomendações para trabalho futuro com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade** a nível nacional e europeu?

não sim Em caso afirmativo, indique-nos o seu nome, endereço de email e contacto telefónico

Caso queira dizer-nos algo mais, por favor faça-o no espaço em baixo.

Por favor, envie o questionário preenchido para o email vanda.neves@cesis.org ou para a seguinte morada:

CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social
A/C Dra. Vanda Neves
R. Rodrigues Sampaio, N.º 31, S/L Dta, 1150-278 Lisboa

Anexo 3 IPVow - Guião de entrevista a mulheres idosas

IPVow - Guião de entrevista a mulheres idosas

Introdução:

Antes de mais, muito obrigada por ter concordado em realizar esta entrevista. Agradeço-lhe muito por me ter disponibilizado o seu tempo para fazer esta entrevista e por estar disposta a partilhar comigo as suas experiências.

Informação sobre o Projecto:

[Dependendo da informação anteriormente transmitida] Gostaria de lhe dar alguma informação sobre o motivo desta nossa entrevista. Esta entrevista enquadra-se num projecto de investigação que estamos a desenvolver em conjunto com colegas de outros 5 países europeus; este é um Projecto financiado pela Comissão Europeia. Sabemos, por outros estudos, que muitas mulheres vivem conflitos graves em relações de conjugalidade/intimidade e até mesmo violência exercida por parte dos seus próprios maridos/companheiros. *[Em Portugal, sabemos que uma em cada três mulheres foi alvo de algum acto de violência, sendo que no último ano seis em cada 100 mulheres com 18 ou mais anos já foram alvo de algum tipo de violência exercida por um companheiro ou marido]*. Sabemos, pois, que viver a dois em relações de conjugalidade/intimidade pode ser difícil, penoso e perigoso para algumas mulheres. No entanto, ainda sabemos muito pouco sobre as experiências e as percepções de mulheres com 60 ou mais anos. E é isto que nos interessa conhecer com o nosso estudo. O nosso objectivo é o de aprender consigo, de forma a perceber melhor o que pode acontecer nas relações a dois,, que apoio as mulheres mais velhas procuram e de que tipo de apoio estas possam necessitar. Esperamos que os nossos resultados possibilitem ajudar outras pessoas de modo a que no futuro possam apoiar melhor as mulheres mais velhas. Queremos também dar voz às mulheres que sofreram/sofrem conflitos e violência graves.

Agora vou dar-lhe algumas informações sobre a entrevista. Esta entrevista será gravada e transcrita para que possamos analisar em profundidade o que nos irá dizer. Todas as informações serão utilizadas apenas para fins de investigação. Podemos desde já assegurar que tudo o que nos irá dizer será tratado de forma confidencial - ninguém irá saber o seu nome, de onde vem ou onde vive e todos os detalhes reconhecíveis serão alterados. Após a análise, a gravação será destruída/apagada. A entrevista tem uma duração aproximada entre 1 a 2

horas, mas se sentir a necessidade de fazer um intervalo em qualquer altura, sinta-se à vontade para me dizer. Se quiser falar durante mais tempo, também é possível. Mas quando ou se não quiser falar mais, por favor diga-me. A senhora pode parar a gravação ou interromper ou mesmo a entrevista a qualquer momento, caso se sinta desconfortável com a situação, e pode optar por não responder a questões específicas, bastando dizer-me isso mesmo. Tenho comigo um formulário de consentimento informado que muito gostaríamos que preenchesse. Gostaria de lho entregar e convidar a senhora a lê-lo agora. A sua assinatura significa que entende a informação que acabei de lhe transmitir e que aceita ser entrevistada.

Muito obrigada pela sua ajuda!

(A) HISTÓRIA DE VIDA

Questão introdutória aberta

- **Pode, por favor, falar-me um pouco sobre si mesma?**

A saber

Dependendo da primeira narrativa: se necessário, saber se houve mais do que uma relação de longa duração:

Foi casada apenas uma vez? Teve mais do que uma relação de longa duração?

*Caso tenha havido mais do que uma relação: a próxima pergunta deve ser referente a todas as relações de longa duração, mas o conhecimento aprofundado deve centrar-se na relação de intimidade violenta que ocorreu para além da idade dos 60 anos ou tenha começado depois dos 60 anos. **Pode, por favor, falar-me um pouco sobre o seu casamento/relação? Como conheceu o seu marido/companheiro e como é que foi/correu o seu casamento/relação?***

Temas a saber: Marido/companheiro (descrição)

- Ambiente da relação
- Tipo de relacionamento
- Papéis de género assumidos no casamento/relação (mudanças e alterações)
- Distribuição de poder (mudanças e alterações)
- Acontecimentos e experiências
- Mudanças, elementos constantes
- Continuidade da relação, divórcio, separações (e suas razões)
- Figuras significativas

- Filho/a(s)
- Família alargada
- Conflitos, resolução de conflitos **(B1) EXPERIÊNCIAS DE VIDA COM VIOLÊNCIA⁵⁹**

- **Referiu que foi vítima de violência exercida pelo seu marido/companheiro. Já tinha sido vítima de comportamentos semelhantes em relações anteriores?**

Em caso afirmativo: pode, por favor, contar-me o que se passou?

A próxima questão é relativa apenas a relações violentas que continuaram após os 60 anos.

Gostaria agora de falar um pouco sobre a sua (última) relação violenta

- **Consegue lembrar-se do primeiro acto de violência? Posso perguntar-lhe o que aconteceu?⁶⁰**

- Onde aconteceu? Quando? Estava mais alguém presente? Quem?

- **O que aconteceu nos anos seguintes?**

- *Caso a mulher tenha tido mais do que uma experiência de violência:*

Esta era uma situação frequente?

Caso não:

Pode, por favor, descrever-me uma situação de violência que tenha vivido / viva com frequência? Existe/existia algum padrão nos actos violentos do seu (ex) marido/companheiro e quais as reacções dele depois de praticar esses actos?

Temas a explorar:

- Factores potenciadores dos actos violentos (o conflito pode ser um deles), escalada da violência (saber processo de

⁵⁹ Não é possível construir um guião que enquadre todas as situações (apenas uma relação violenta em todo o tempo de vida, mais do que uma relação violenta em todo o tempo de vida, primeiro acto violento aconteceu já na velhice, relações mais violentas na velhice, etc.). Teremos de adaptar as questões à mulher entrevistada e à sua história. Mas devemos ter como princípio orientador da entrevista que os nossos principais interesses são:

- A relação (ou relações) violenta(s) que tenha(m) passado ou começado para além dos 60 anos,
- As mudanças relacionadas com a violência em relações de longa duração,
- E as diferenças entre a violência em relações de intimidade que começou mais cedo e a que começou depois dos 60 anos.

⁶⁰ De uma forma genérica, devemos motivar a nossa entrevistada a falar sobre as suas experiências e devemos fazer tudo para evitar fazer uma entrevista de pergunta-resposta. Isto é, devemos colocar questões abertas (do tipo: pode, por favor, contar-me o que se passou) e caso a narração não seja muito detalhada devemos procurar obter mais detalhes (do tipo: pode, por favor, falar um pouco mais sobre isso; ou pegar nalguma informação obtida na primeira narração: pode contar-me mais sobre xy ou o que aconteceu a seguir...). Deixar as entrevistadas criar as categorias.

como se tornou violento e como/se os episódios de violência foram aumentando ao longo do tempo): Diga-me como é que começa/começava e como é que se torna/tornava pior?

- Onde, quando, quem mais estava presente (caso estivesse mais alguém...),
- Formas/Tipos de violência (ataques físicos, ameaças/coação ..., violação): O que lhe aconteceu exactamente?
- Duração e frequência dos actos: Com que frequência foi vítima do comportamento violento do seu (ex) marido/companheiro? Durante quanto tempo durou?
- *Se a violência aconteceu com filho/a(s) em casa*: O que acontecia aos seus filhos/às suas filhas durante estes actos de violência?
- O que acontecia depois dos actos violentos:
 - o O seu próprio comportamento depois desses actos: O que fazia depois destas situações ocorrerem?
 - o Consequências imediatas da violência (natureza e gravidade das lesões; ida ao médico ou ao hospital: Chegou a ficar ferida/com algumas lesões? *Se sim*, que lesões? O que fez? Procurou ajuda?
 - o Resultados a longo prazo da violência: Como sente que esta violência a afectou?
- Reacção e comportamento do (ex)marido/companheiro após os actos violentos: Como é que o seu (ex) marido/companheiro reagia após os episódios de violência? O que é que ele fazia?
- Explicações/motivos do (ex) marido/companheiro no que respeita aos actos violentos: O seu (ex) marido/companheiro procurou alguma vez explicar o seu comportamento? Se sim, como o fez?
- **Pode, por favor, partilhar comigo as suas ideias/os seus pensamentos sobre porque é que isto acontecia/acontece?**
- **Pode, por favor, contar-me o que aconteceu da última vez que foi agredida. Pode, por favor, descrever-me a situação/as circunstâncias o mais detalhado possível.**
- **Posso pedir-lhe que me fale sobre o acto mais violento que tenha vivido?**

(B2) ALTERAÇÕES DA VIOLÊNCIA NA VELHICE

Aplicável apenas a mulheres que sofreram abuso de longa duração (na sua vida adulta ou na velhice – não aplicável a mulheres que sofreram abuso na velhice por um curto período!

- **O que pensa sobre si mesma e sobre o seu (ex)marido/companheiro e sobre como a vossa relação mudou ao longo dos anos?**
- **A agressão e a violência cometida pelo seu (ex) marido/companheiro alteraram-se ao longo dos anos? Se sim, o que se alterou?**
- **Caso existam alterações: Acha que a sua idade e a idade do seu (ex) marido/companheiro está relacionada com essas alterações?**
- **Como reage/lida com a violência agora em comparação com quando era mais nova?**

Apenas para as mulheres que continuam a viver com o agressor:

- **O que tem ganho por não o ter deixado até agora?**
- **O que ganharia/perderia se o deixasse agora?**

Apenas para as mulheres que tenham deixado o agressor:

- **O que ganhou/perdeu por o ter deixado?**

Apenas para as mulheres vítimas de diferentes maridos/companheiros em idades distintas:

- **Qual é a diferença entre as suas primeiras experiências de relações violentas e a sua relação mais recente / as suas relações mais recentes em termos de violência?**
- **Se existirem diferenças: Acha que a sua idade e a idade do seu (ex) marido/companheiro está relacionada com essas diferenças?**
- **Como reage/lida com as suas últimas experiências de violência em comparação a anteriores?**

(C) AJUDA, NECESSIDADES, DIREITOS⁶¹

- **Estava alguém presente que testemunhasse ou supusesse o que lhe tinha acontecido? Se sim, como é que estas pessoas reagiam?**
 - o Saber qual o papel da família, pessoas amigas, vizinhas/os, profissionais (assistentes sociais; particular atenção: agentes policiais, tribunais...)

⁶¹ A exploração dos comportamentos de procura de ajuda e das necessidades deve incluir toda a experiência de violência mas deve centrar-se nas experiências ocorridas na velhice (particularmente o conhecimento aprofundado de contacto com organizações).

- Opiniões de filhos/as adultas sobre a violência
- Acha que mais pessoas poderão ter sabido? Porquê?
- Mudanças ao longo do tempo
- **Falou com (mais) alguém sobre as suas experiências? Se sim: Quando procurou ajuda pela primeira vez? A quem contou as suas experiências? Onde procurou ajuda?**
 - Organizações, profissionais (especialmente a polícia), filhos/as, vizinhos/as, pessoas amigas
 - Reacções de pessoas amigas, vizinhos/as, filhos/as
 - Reacções do (ex)marido/companheiro: como é que o seu (ex)marido/companheiro reagiu quando procurou ajuda? Ele soube que tinha procurado ajuda?
 - Mudanças ao longo do tempo
- *Se as mulheres tiveram/têm contacto com organizações:*

Disse que tinha entrado em contacto com [xxx] organização/profissional para apoio. Quais foram as suas experiências (perguntar para cada tipo de organização/profissional mencionado anteriormente)

 - Mudanças ao longo do tempo – caso as mulheres tenham procurado ajuda durante longos períodos de tempo
 - Quais eram as suas expectativas
 - Duração e frequência dos contactos; quando vários contactos: mais do que uma pessoa responsável pelo caso?
 - Medidas definidas pela organização(ões) / que tipo de apoio / durante quanto tempo durou o apoio
 - Comportamento das/os funcionárias/os para consigo
 - Eficácia das intervenções / consequências
 - Sentimento de segurança após / medo de futuras agressões
- **Se vivesse uma situação semelhante outra vez, que organização / quem irá contactar? E porquê?**
- **Que organizações não voltaria a contactar? E porque não?**
- **Houve (mais) alguém que a tenha apoiado? Se sim: quem? Como?**
- **Existe legislação que deve proteger as mulheres contra a violência dos maridos/companheiros. Tem conhecimento sobre essa legislação e o que conhece sobre a mesma? Quando tomou conhecimento sobre essa legislação?**

- **Como é que lida com esta situação / as suas experiências? O que a ajudou a lidar com estas experiências?**
- **Existem várias outras organizações e pessoas que podem ajudar numa situação destas (dar exemplos que ainda não tenham sido referidos, ex. médicos/as, casas abrigo). Considerou entrar em contacto com elas? Porque não procurou a ajuda delas?**
- **Pode, por favor, contar-me porque nunca procurou ajuda?**
- **Que tipo de apoio precisaria / gostaria de ter tido mas que não estava disponível? (porque não estava disponível?)**
- Para experiências de violência de longa duração: **Como é que as suas necessidades se alteraram com a idade / à medida que foi envelhecendo?**
- **Tem alguma mensagem que gostasse de transmitir a outras mulheres que se encontram na sua situação? O que é que outras mulheres poderiam aprender com a sua experiência? (Qual é o seu legado? Que mensagem gostaria de deixar ficar para o futuro?)**
- **Gostaria de dizer alguma coisa sobre esta entrevista?**

Agradeço-lhe muito ter-me dado esta entrevista!

No final da entrevista devemos perguntar se a pessoa está informada sobre as opções que se encontram disponíveis a nível local e se conhece os seus direitos e o enquadramento legal e, de acordo com a resposta, dar-lhe a informação.

Anexo 4 Guião de entrevista a pessoal técnico sem conhecimento de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

Guião de entrevista a pessoal técnico sem conhecimento de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

1. Introdução

(No caso de ter havido resposta ao questionário:) Antes de mais, muito obrigada pela sua colaboração e/ou pela colaboração da sua organização no nosso estudo através do preenchimento do questionário; por essa via, já nos deu/deram um valioso contributo, com base na sua/vossa experiência com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

Com esta entrevista, gostaria de falar, de forma mais aprofundada, sobre esta mesma problemática. A realização da entrevista e o nosso trabalho de análise da mesma ficariam facilitados se pudéssemos gravá-la, pelo que gostaríamos de obter a sua permissão para tal. Tudo aquilo que disser será estritamente confidencial; em todos os resultados a publicar com base neste estudo, o nome de pessoas e de organizações será omitido e as características de casos específicos serão alteradas de forma a estes não serem identificados. Será sua a decisão sobre o que me vai dizer e, se a dada altura quiser interromper a gravação, sinta-se à vontade para mo dizer.

2. Percurso pessoal e institucional

Gostaria de começar pedindo-lhe que me fale um pouco sobre o seu percurso pessoal e institucional. Estas questões permitem-nos contextualizar as suas respostas subsequentes.

- Que idade tem?
- Qual é a sua formação académica de base?
- Em que organização trabalha actualmente?

Se necessário:

- Pode, por favor, dar-me mais informação sobre a sua organização e sobre o trabalho que aqui desenvolvem?
- Qual o cargo que ocupa actualmente na organização?
- O que é que o seu trabalho envolve? O que faz? (funções e responsabilidades)

Se necessário:

- Em que medida o trabalho que faz se relaciona com violência em relações de intimidade?
- Em que medida o trabalho que faz se relaciona com envelhecimento / pessoas idosas?

Quando aplicável:

- Trabalha a tempo inteiro?
- Quantas horas costuma dedicar a funções relacionadas com casos de violência em relações de intimidade numa semana normal de trabalho?

- Há quanto tempo trabalha nesta organização?
- As suas funções foram alteradas ao longo do tempo? De que forma?
- Já trabalhou noutra organização? Qual?

Quando aplicável (quando a pessoa entrevistada já tem experiência anterior de trabalho nestes domínios):

- Quantos anos de experiência de trabalho tem no domínio da violência em relações de intimidade?
- Quantos anos de experiência de trabalho tem no domínio do envelhecimento / das pessoas idosas?

3. Questões de fundo / Associações com o tema

- O que significa para si violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?
- Já se deparou com este problema na sua vida profissional ou pessoal?
- Diga-me – até que ponto este é tema um tema importante? (para quem?)

4. (Sem) Contacto com casos de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade

No questionário refere não ter tido contacto com casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade entre 2006 e 2009.

- Alguma coisa se alterou desde então? O que se alterou, como e porquê? Teve/tem alguma experiência com este tipo de casos desde que preencheu o questionário? Por favor, fale-nos sobre esse(s) caso(s).

(em caso afirmativo: ter à mão o guião de entrevista para pessoal técnico com conhecimento de casos para uma exploração mais aprofundada)

- Teve alguma experiência com casos antes de 2006? Que tipo de experiência? Onde teve essa experiência? Quem eram as mulheres e quais as suas circunstâncias? Por favor, fale-nos sobre elas.

(em caso afirmativo: ter à mão o guião de entrevista para pessoal técnico com conhecimento de casos para uma exploração mais aprofundada)

Caso não tenha tido qualquer contacto com casos:

Na sua opinião, quais podem ser as razões para as mulheres idosas não entrarem em contacto com ou serem encaminhadas para a sua organização? (em entrevistas com organizações que tenham experiência de trabalho no domínio da violência em relações de intimidade)

Ou

Na sua opinião, quais podem ser as razões para as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade não entrarem em contacto consigo/convosco ou serem encaminhadas para si/a sua organização? (em entrevistas com organizações que tenham experiência

de trabalho no domínio do envelhecimento/das pessoas idosas mas não no domínio da violência em relações de intimidade)

Onde se dirigem/para onde são encaminhadas estas mulheres? Na sua opinião, a que organizações/pessoas se deveriam dirigir/serem encaminhadas estas mulheres?

5. Serviços / Trabalho

[Caso esta organização não tenha qualquer experiência de trabalho com casos de violência em relações de intimidade – explorar o trabalho e os serviços genericamente oferecidos pela organização – O que fazem? Com quem? Porquê? Em que circunstâncias?]

Introdução: Agora gostaria de falar consigo de forma mais detalhada sobre os serviços que oferece e sobre o tipo de utentes com os/as quais a sua organização trabalha (caso não esteja suficientemente claro no BFE)

- Que serviços oferece (a sua organização) a mulheres com 60 ou mais anos?
- Que tipo de trabalho desenvolve com mulheres com 60 ou mais anos?
- Como vai ao encontro de/consegue abranger mulheres com 60 ou mais anos?
- Quão próxima/o costuma ficar das suas utentes no que respeita a questões/problemas de ordem pessoal? [procurar desenvolver segundo: intimidade com o marido/parceiro; tipo de relações na família; tipo de relações com filho/a(s) adulto/a(s); emoções tais como felicidade, sofrimento, solidão, confiança e desconfiança; e experiências com outras pessoas da família e apoios externos (formais e informais)]
- Em que circunstâncias / em que locais são normalmente abordadas questões pessoais?
- Caso se depare com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, dá informação sobre estes casos a outras organizações mais apropriadas? Em que circunstâncias partilha informação sobre esses casos com outras organizações?
- Como colabora com outras organizações? Quais as áreas de trabalho em colaboração? Existe algum tipo de tensão ou fricção? Tensão? Fricção? Tem colaborado com essas organizações de forma continuada? Essa continuidade baseia-se em quê?
- Na sua opinião, a sua organização deveria lidar com violência contra mulheres idosas em relações de intimidade? Porquê? Ou porque não?

6. Capacidade de ir ao encontro de mulheres mais velhas

- Vai ao encontro/faz divulgação dos vossos serviços junto de mulheres idosas?
- Em caso afirmativo: como e porquê?
- Na sua opinião, o que julga que pode ser melhorado, na sua organização, para melhor ir ao encontro de /conseguir abranger mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?

O que impossibilita a sua organização de incluir, no seu trabalho, a violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?

Como pode integrar a temática da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade? Ou como pode trabalhar com mulheres com 60 ou mais anos que entrem em contacto com a sua organização?

- De uma forma genérica, o que pode ser feito para melhorar a capacidade de ir ao encontro destas vítimas?
- Que necessidades específicas podem ter as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?
- Consegue avaliar o interesse / a disponibilidade da sua organização para trabalhar com estas vítimas? Que limitações existem? Quais são os prós e os contras?
- Como pode melhorar o seu próprio trabalho/serviços no que respeita a mulheres idosas? Quais são os obstáculos para o fazer?
- Tem conhecimento de algum plano para trabalhar esta problemática, aqui na zona ou por parte da sua organização, que vá para além dos serviços e abordagens actualmente existentes?
- Que tipo de enquadramento (por ex. político, financeiro, organizacional) seria necessário para melhorar a prestação de serviços a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, na sua organização?
- Que tipo de enquadramento (por ex. político, financeiro, organizacional) seria necessário para melhorar a prestação de serviços a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, em geral?

7. Questões finais

- Existe algum outro aspecto que considere importante ser mencionado nesta entrevista?
- **Caso necessitemos de mais entrevistas:** Tem ideia de alguém que nos pudesse dar uma boa entrevista sobre esta problemática?
- Gostaria, agora, de lhe dar a oportunidade de dar algum *feedback* ou fazer um comentário sobre esta entrevista.
- Se pudesse alterar a forma como se relaciona com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade, o que faria?

- Se tivesse recursos ilimitados, o que faria no domínio da violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?
- Gostaria de vir a receber uma cópia do relatório final deste estudo?

Agradecemos-lhe muito!

Anexo 5 Guião de entrevista a pessoal técnico com conhecimento de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

Guião de entrevista a pessoal técnico com conhecimento de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

1. Introdução
2. Percurso pessoal e institucional
3. Questões introdutórias
4. Análise aprofundada de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade
5. Trabalhar com casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade
6. Capacidade de ir ao encontro de mulheres mais velhas
7. Questões finais

1. Introdução

(No caso de ter havido resposta ao questionário:) Antes de mais, muito obrigada pela sua colaboração e/ou pela colaboração da sua organização no nosso estudo através do preenchimento do questionário; por essa via, já nos deu/deram um valioso contributo, com base na sua/vossa experiência com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

Com esta entrevista, gostaria de falar, de forma mais aprofundada, sobre esta mesma problemática. É nossa intenção conhecer melhor a sua experiência com casos de violência em relações de intimidade na velhice e as suas opiniões sobre esta problemática. A realização da entrevista e o nosso trabalho de análise da mesma ficariam facilitados se pudéssemos gravá-la, pelo que gostaríamos de obter a sua permissão para tal. Tudo aquilo que disser será estritamente confidencial; em todos os resultados a publicar com base neste estudo, o nome de pessoas e de organizações será omitido e todas as características de casos específicos serão alteradas de forma a estes não serem identificados. Será sua a decisão sobre o que me vai dizer e, se a dada altura quiser interromper a gravação, sinta-se à vontade para me dizer.

2. Percurso pessoal e institucional

Gostaria de começar pedindo-lhe que me fale um pouco sobre o seu percurso pessoal e institucional. Estas questões permitem-nos contextualizar as suas respostas subsequentes.

- Que idade tem?
- Qual é a sua formação académica de base?
- Em que organização trabalha actualmente?

Se necessário:

- Pode, por favor, dar-me mais informação sobre a sua organização e sobre o trabalho que aqui desenvolvem?
- Qual o cargo que ocupa actualmente na organização?
- O que é que o seu trabalho envolve? O que faz? (funções e responsabilidades)

Se necessário:

- Em que medida o trabalho que faz se relaciona com violência em relações de intimidade?
- Em que medida o trabalho que faz se relaciona com envelhecimento / pessoas idosas?

Quando aplicável:

- Trabalha a tempo inteiro?
- Quantas horas costuma dedicar a funções relacionadas com casos de violência em relações de intimidade numa semana normal de trabalho?
- Há quanto tempo trabalha nesta organização?
- As suas funções foram alteradas ao longo do tempo? De que forma?
- Já trabalhou noutra organização? Qual?

Quando aplicável (*quando a pessoa entrevistada já tem experiência anterior de trabalho nestes domínios*):

- Quantos anos de experiência de trabalho tem no domínio da violência em relações de intimidade?
- Quantos anos de experiência de trabalho tem no domínio do envelhecimento / das pessoas idosas?

3. Questões introdutórias

- Quando ouve a expressão violência contra mulheres idosas em relações de intimidade, o que é que esta expressão lhe suscita, de forma imediata?
- Quais são as suas experiências e/ou as experiências da sua organização neste domínio?

4. Análise aprofundada de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

- **Caso conheçamos o número de casos através das respostas ao questionário – fazer referência à informação já facultada:** No questionário faz referência que, entre 2006 e 2009, teve contacto com xx casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade...

- **Caso não conheçamos o número de casos:**

Considerando os anos de 2006 a 2009, com quantos casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade teve contacto?

- Qual era a situação antes de 2006?

- **Caso não tenha ficado claro, tentar saber se se trata de um número elevado ou reduzido:**

- Considera que este é um número elevado ou reduzido?

- Como explica este número de casos?

Caso a pessoa entrevistada apenas tenha tido um contacto reduzido com casos (1 a 3 casos): explorar apenas os casos, não fazer perguntas genéricas.

- Pode falar-me um pouco sobre o tipo de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade com os quais tem vindo a lidar?

A saber:

- O que aconteceu a essas mulheres idosas?

Entre essas características: tipos de violência – início, duração e frequência dos actos violentos; características de agressores/as e dos tipos de relação entre vítimas e agressores/as, causas, motivos e factores potenciadores da violência em relações de intimidade; dinâmicas de escalada de violência; casos de alto risco; consequências ao nível do estado de saúde e psicossociais, etc. NOTA: deixar as pessoas entrevistadas criar as categorias.

- Quem eram essas mulheres idosas? O que as caracterizava?

Entre essas características: idade, estatuto imigratório e social, estado de saúde, necessidade de cuidados, etc. Não obstante, deixar a pessoa entrevistada criar categorias.

- O que conhece sobre as reacções que, por exemplo, profissionais de saúde ou de serviço social, têm em relação a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?

- Como é que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade lidam com as suas experiências de violência?

- Pode descrever com maior detalhe um caso com que tenha trabalhado recentemente?

Deixar a pessoa entrevistada descrever o caso e quando necessário colocar questões de forma a obter informação sobre as características da vítima e sobre as suas condições de vida; características do/a agressor/a; relação entre a vítima e o/a agressor/a; tipos de violência; início, frequência e duração da violência; causas, motivos e factores potenciadores da violência em relações de intimidade; dinâmicas de escalada de violência; consequências para a saúde e psicossociais; comportamentos da vítima na procura de ajuda (e historial da procura de ajuda); reacções por parte da família, de pessoas amigas e de profissionais; forma e condições do contacto com a entrevistada ou com a organização da entrevistada; formas de trabalho com as vítimas, de tratamento e de gestão do caso por parte da entrevistada / da organização da entrevistada; cooperação com outras organizações; elementos adicionais em relação à história deste caso e resultados do caso.

Pode haver razões válidas para não explorar em detalhe o caso mais recente; em vez disso...

- ***um caso muito interessante do ponto de vista da entrevistadora e da pessoa entrevistada (porque é ilustrativo de determinado padrão específico em função da idade, porque o caso era de alguma forma muito especial, por exemplo relativamente ao comportamento/atitude de procura de ajuda ou a outras características);***
- ***um caso com o qual a pessoa entrevistada esteve muito envolvida e tem, por isso, um conhecimento aprofundado do mesmo;***
- ***um caso do qual a pessoa entrevistada se recorda muito bem.***

(É importante identificar claramente as razões porque foi explorado determinado caso; devemos recorrer às duas questões seguintes de forma a garantir que não exploramos apenas casos extraordinários.)

- Como é que este caso de que falámos difere de outros casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade com os quais tenha tido contacto?

- Pode, por favor, descrever um desses outros casos?

Deixar a pessoa entrevistada descrever o caso e quando necessário colocar questões de forma a obter informação sobre as características da vítima e sobre as suas condições de vida; características do/a agressor/a; relação entre a vítima e o/a agressor/a; tipos de violência; início, frequência e duração da violência; causas, motivos e factores potenciadores da violência em relações de intimidade; dinâmicas de escalada de violência; consequências para a saúde e psicossociais; comportamentos da vítima na procura de ajuda (e historial da procura de ajuda); reacções por parte da família, de pessoas amigas e de profissionais; forma e condições do contacto com a entrevistada ou com a organização da entrevistada; formas de trabalho com as vítimas, de tratamento e de gestão do caso por parte da entrevistada / da organização da entrevistada; cooperação com outras organizações; elementos adicionais em relação à história deste caso e resultados do caso.

5. Trabalhar com casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade

Um dos objectivos do nosso estudo é conhecer a forma como mulheres idosas que são vítimas de violência em relações de intimidade entram em contacto com organizações específicas e como as e os profissionais trabalham com este grupo de utentes.

- Deixe-me perguntar-lhe antes de mais: como é que normalmente têm conhecimento de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?

Para esta questão e todas as seguintes da parte 5:

- ***as entrevistas destinam-se a comparar esta área específica de trabalho com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade com experiências profissionais noutras áreas de trabalho;***
- ***se possível, utilizar o grupo mulheres mais novas como referência / grupo de contraste;***
- ***porém, para algumas organizações (por exemplo, serviços de aconselhamento para pessoas idosas) tal não será possível;***

a orientação genérica das questões poderá ser: "até que ponto isto é específico para este grupo? Como é que difere para outras pessoas utentes (para mulheres mais novas vítimas de violência em relações de intimidade)?"

A saber:

- Como é que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade entram em contacto com a sua organização?
- Na sua opinião, como é que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade procuram ajuda antes de entrarem em contacto com a sua organização?
- Que tipo de apoio procuram as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?
- **Caso as vítimas entrem em contacto directamente com a organização:** porque é que as vítimas entram em contacto directo com a sua organização?

A saber:

- Que tipo de ajuda e de apoio são oferecidos especificamente pela sua organização a mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?
- Como é que trabalha com estas mulheres?
- Como é que coopera com outras organizações em casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?

A saber:

- Que outras organizações estão envolvidas nos seus casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?
- Como é que coopera com outras organizações nestes casos?
- O que corre bem nessa cooperação, o que pode ser melhorado?
- De que organizações sente falta nesta cooperação?
- Em que medida a sua organização informa a polícia, tribunais, etc. de casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?
- Como descreve a cooperação que a sua organização mantém com a polícia, tribunais, etc. relativamente a casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?
- Como é que as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade reagem ao vosso apoio e serviços?
- Que tipo de desenvolvimentos é que os casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade têm a partir do momento em que o seu trabalho / o trabalho da sua organização tem início?
- De que forma a sua intervenção contribui para esses desenvolvimentos?
- Em que medida se sente satisfeita/o com o seu trabalho em casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade?

A saber:

- Que problemas e desafios específicos se colocam nestes casos?
- O que poderia ser melhorado?

6. Capacidade de ir ao encontro de mulheres mais velhas

Em geral, a polícia e a justiça criminal têm conhecimento de poucos casos de violência contra mulheres idosas em relações de intimidade. Isto também se aplica à maioria das casas-abrigo e às organizações de apoio a vítimas.

- O que pode ser feito para melhorar a capacidade de ir ao encontro destas vítimas?
- Que necessidades específicas podem ter as mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade?
- Em que medida a sua organização está preparada para trabalhar adequadamente com estas vítimas?
- Como poderia melhorar o seu trabalho a este respeito?
- Tem conhecimento de algum plano da sua organização ou da autarquia para lidar com esta problemática, que vão para além dos serviços e abordagens actualmente existentes?
- De que tipo de enquadramento necessitaria para melhorar a sua prestação de serviços a estas vítimas?
- Que tipo de enquadramento considera ser necessário para melhorar os serviços dirigidos a estas vítimas em geral?

7. Percepção e definição subjectiva de violência

Agora, gostaria de lhe perguntar o que significa para si trabalhar com mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade.

- O que a/o motiva a trabalhar com mulheres idosas que tenham vivenciado situações de violência em relações de intimidade?
- Há alguma "coisa" em particular que possa aprender com estas utentes mais velhas? Se sim, o que poderá ser?
- Será que pode partilhar comigo a sua definição de violência?

8. Questões finais

- Estivemos a falar de diversos aspectos relacionados com violência em relações de intimidade na velhice. Existe algum aspecto que considere importante ser mencionado e que não tenha sido referido?
- **Caso necessitemos de mais entrevistas:** tem ideia de alguém que nos pudesse dar uma boa entrevista sobre esta problemática?
- Gostaria, agora, de lhe dar a oportunidade de dar algum feedback ou fazer um comentário sobre esta entrevista.
- E, finalmente, gostaria de lhe pedir um favor: estamos à procura de mulheres idosas vítimas de violência em relações de intimidade que estejam disponíveis para serem entrevistadas e falar sobre as suas experiências. Conhece alguma mulher que possa estar disponível para falar connosco?

Agradecemos-lhe muito!

Co-financed by the European Commission
within the Daphne III programme
by DG Justice, Freedom and Security

